

# **Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária**

**15 de junho de 2012**



**GOVERNO DE  
PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA





## Índice

	Nota de Abertura.....	6
I.	Introdução.....	12
II.	Princípios ordenadores da Reforma.....	16
III.	Estrutura do Tribunal Judicial de 1.ª Instância e designações adotadas.....	20
IV.	Órgãos de gestão da comarca, nomeação, competências e formação.....	21
V.	Recursos Humanos .....	23
	A) Ponto prévio: os Valores de Referência Processual.....	23
	B) Definição de quadros de pessoal para funcionários.....	27
	a. Critérios para cálculo do número de recursos a afetar a cada secção e à totalidade da comarca.....	27
	b. Colocação inicial.....	29
	c. Mobilidade.....	30
	d. Preenchimento de lugares vagos na comarca.....	30
	C) Definição de lugares para magistrados judiciais.....	30
	a. Critérios para cálculo do número de recursos a afetar a cada secção e à totalidade da comarca.....	30
	b. O quadro inicial da comarca.....	31
	c. Mobilidade.....	32
	d. Preenchimento de lugares vagos na comarca.....	32
	e. Gabinete de Apoio.....	33
	D) Definição de lugares para magistrados do MP.....	33
	a . Critérios para cálculo dos recursos necessários.....	33
	b . O quadro inicial da comarca.....	34
	c. Mobilidade.....	35
	d. Preenchimento de lugares vagos na comarca.....	35
	e. Gabinete de Apoio.....	36
VI.	Aspetos críticos da gestão.....	36
	A) Orçamento.....	36
	B) Organização dos serviços e da secretaria.....	37
VII.	Indicadores de funcionamento e gestão.....	38
VIII.	Tribunais com competência para todo o território nacional e Tribunais de Execução das Penas (TEP).....	40
IX.	Tribunais da Relação.....	41
X.	Alterações legislativas.....	43
XI.	Critérios utilizados para a decisão de manutenção ou de extinção de tribunais....	43
XII.	Conformação concreta das comarcas e respetivos quadros de recursos humanos...	45
	Tribunais da Relação.....	48
	Comarca dos Açores.....	52
	Comarca de Aveiro.....	70
	Comarca de Beja.....	94
	Comarca de Braga.....	106
	Comarca de Bragança.....	126
	Comarca de Castelo Branco.....	140
	Comarca de Coimbra.....	154
	Comarca de Évora.....	172





Comarca de Faro.....	186
Comarca da Guarda.....	202
Comarca de Leiria.....	218
Comarca de Lisboa.....	234
Comarca de Lisboa Norte.....	250
Comarca de Lisboa Oeste.....	266
Comarca da Madeira.....	282
Comarca de Portalegre.....	294
Comarca do Porto .....	306
Comarca do Porto Este.....	322
Comarca de Santarém.....	338
Comarca de Setúbal.....	356
Comarca de Viana do Castelo.....	370
Comarca de Vila Real.....	384
Comarca de Viseu.....	402
Tribunais de competência Nacional.....	423
Anexo 1: Evolução das pendências nos tribunais.....	424
Anexo 2: Despacho de 06.02.2012, de Sua Excelência a Ministra da Justiça.....	428
Anexo 3: Listagem da entidades ouvidas.....	432
Anexo 4: Listagem e situação dos tribunais a extinguir.....	436
Anexo 5: Valores de Referência Processual para os processos judiciais e espécies consideradas relevantes.....	496
Anexo 6: Critério para elaboração dos quadros do Ministério Público.....	506
Anexo 7: Extensões Judiciais.....	512
Anexo 8: Mapa do País com indicação da competência territorial dos Tribunais da Relação.....	516
Anexo 9: Mapa do País com indicação dos tribunais de comarca, das respectivas secções e Extensões Judiciais.....	520



## NOTA DE ABERTURA

1. A Justiça é um dos pilares do funcionamento de uma sociedade democrática e uma das funções de soberania fundamentais do Estado, que tem como desígnio primeiro os cidadãos.

Esse princípio estruturante está consagrado no Art.º 20º da nossa Constituição, que prevê, genericamente, que *“A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos”* (nº 1).

2. O Estado de Direito contém, pois, no seu núcleo essencial, um verdadeiro “direito à justiça”, entendido de forma lata.

Esse *direito* de cidadania acarreta um correspondente *dever* do Estado: o de definir uma política pública de justiça assente num conceito que potencie a Justiça como um valor, feita com mais qualidade e feita com mais rapidez. Para que tal seja conseguido impõe-se que se simplifiquem as estruturas judiciais e que se torne o sistema judiciário entendível pelas pessoas.

A qualidade resulta, também, da possibilidade de as causas serem apreciadas por juízes especializados e a rapidez promove-se, também, com uma maior proximidade na gestão processual, que permita a adoção de medidas, em tempo útil, para promoção de uma resposta adequada a estrangulamentos ou a alterações inesperadas na procura. Estes princípios norteiam a reorganização da estrutura judiciária em curso.

3. Com efeito, a reorganização que se propõe não se confina a uma simples modificação da conformação territorial das novas comarcas. Resulta, antes, numa radical alteração de paradigma na forma de pensar a organização e funcionamento do mundo judiciário.

Pretende-se com esta reorganização não só alterar a circunscrição territorial de cada comarca, mas aprofundar a especialização e introduzir uma clara agilização na distribuição e tramitação processual, uma facilitação na afetação e mobilidade dos

recursos humanos e uma autonomia das estruturas de gestão dos tribunais, que lhes permita, designadamente, a adoção de práticas gestionárias por objetivos.

4. O documento que agora se divulga, intencionalmente denominado “Linhas Estratégicas para a Reforma da Organização Judiciária” e que verdadeiramente marca o *momento zero* da discussão pública da proposta do Ministério da Justiça, que se pretende participada, resultou de uma análise detalhada das características das comarcas existentes, do seu volume processual, do seu contexto geográfico e demográfico, da qualidade das instalações de cada tribunal e da dimensão dos seus recursos humanos. Para esta análise contaram, também, os elementos aduzidos pessoalmente ou por escrito por mais de cinquenta entidades, sendo de realçar os contributos abrangentes prestados pelo Conselho Superior da Magistratura, pelo Conselho Superior do Ministério Público, pela Associação Sindical dos Juizes Portugueses e pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

O Ministério da Justiça, que sempre tem demonstrado ao longo deste processo, privilegiar o diálogo, a crítica construtiva e o sentido de responsabilidade, pretende continuar a recolher todos os contributos que permitam robustecer a proposta agora divulgada, corrigindo eventuais alternativas e mostrando toda a disponibilidade para ajustar as matérias que sectorialmente possam ser melhoradas e aperfeiçoadas.

5. Reafirma-se que a eficaz concretização das reformas iniciadas só pode resultar de um esforço convergente e de um permanente diálogo com os Conselhos Superiores, com as profissões jurídicas e suas estruturas representativas e com as instituições. Um diálogo que, não obstante as visões e interesses de cada interveniente, deve sempre almejar a materialização de um interesse mais vasto, e de âmbito nacional: o de uma boa administração da justiça.

É urgente prestar contas aos cidadãos quanto ao modo como funcionam estes órgãos de soberania, indispensáveis à democracia, e procurar formas de promoção do seu melhor funcionamento, sem que a resposta seja simplesmente a de afetar mais recursos e meios. Esta resposta passa, seguramente, por uma melhor gestão dos meios e recursos afetos.

As mudanças não são, por natureza, pacíficas, porque determinam alterações de rotinas e procedimentos, porque colidem, por vezes, com interesses sectoriais ou comunitários. Mas são imperiosas, no momento em que vivemos.



6. Ao longo dos últimos dois meses muitas têm sido as opiniões dispersas, algumas delas formuladas fora do contexto das propostas que em concreto constam do documento previamente elaborado pelo Ministério da Justiça. Duas, de maior eco, merecem uma nota.

Não é verdade que esta reforma esteja a desertificar o interior do país.

A reforma que se propõe potencia a consolidação do interior do território nacional porque não deslocaliza a função judicial do Estado para o litoral ou para a capital, mantendo-a nas novas comarcas e valorizando a capital e os municípios dos distritos respetivos. Isto é, mantendo a função judicial numa área territorial que é reconhecida pelos cidadãos.

Esta reforma promove uma maior concentração da função jurisdicional, mas não centraliza a função judicial. E muito menos a deslocaliza para a capital ou outros grandes centros urbanos do litoral.

Esta reforma, na verdade, torna possível que todos os portugueses passem a ter acesso a uma jurisdição especializada, em todo o território nacional, a partir de secções especializadas das Instâncias Centrais existentes em todas as comarcas.

Esta reforma permite, por outro lado, que todos os portugueses tenham acesso, na sua comarca a um conjunto de informações e facilidades, passando a ter uma maior proximidade em relação a todos os processos que correm na comarca, e não apenas naqueles que correm no seu município.

Tão importante como o tempo de deslocação do cidadão ao tribunal onde vai ser administrada a justiça no seu caso concreto será o tempo que essa causa demora a ser decidida. É por demais reconhecido que uma pronúncia lenta não é uma pronúncia justa.

Do mesmo modo, não pode ser justo que um cidadão obtenha uma resposta menos célere porque o juízo competente para a decisão que o afeta apresenta uma significativa pendência, ou se encontra numa situação anómala, quanto a carências de recursos humanos, ou de elevada procura, ao passo que o juízo vizinho está com um ritmo adequado de tratamento de processos, sendo essa circunstância encarada como uma fatalidade. Ora apenas uma gestão processual de proximidade, com as adequadas intervenções dos Conselhos Superiores onde estas se revelem necessárias,

permitirá proceder, atempadamente, às necessárias reafectações de recursos, para equilibrar tais situações.

É da ponderação destes interesses que nasce o modelo de organização judiciária que ora se propõe.

7. A reforma agora proposta é feita a pensar nas pessoas e não afeta direitos constitucionalmente constituídos, nem tão pouco afeta as franjas, quanto mais o núcleo essencial do Estado de Direito.

O que significa dizer, que a reforma que se propõe não afasta as pessoas dos tribunais.

Existem atualmente em Portugal 79 municípios sem tribunal sem que daí resulte qualquer divórcio entre as populações locais e os sistemas de justiça.

E não há nenhuma base séria para que se diga que a ausência de um tribunal acarrete uma desqualificação socioeconómica dessas localidades. Antes pelo contrário: o que a realidade nos mostra é que alguns dos municípios que não têm tribunal, têm demonstrado padrões de desenvolvimento assinaláveis devido a dinâmicas sectoriais importantes.

8. Há um dever constitucional do Estado de criar uma rede de tribunais em todo o território nacional. Mas não há nenhum imperativo constitucional que obrigue a que exista um Tribunal em cada Município, como o demonstra os já referidos 79 municípios sem tribunal.

A reforma que se propõe cria um único tribunal judicial de 1ª Instância por comarca. Dentro da comarca, como se explica detalhadamente nas páginas seguintes, existe uma ampla rede de serviços judiciais, de nível diferenciado, constituída por Instâncias Centrais, Instâncias Locais e Extensões Judiciais.

A gestão integrada destes níveis de resposta cabe aos novos órgãos de direção da comarca, que podem afetar os recursos humanos com maior flexibilidade às estruturas que compõem o tribunal judicial de 1ª Instância.

Esta gestão passa também por concentrar a oferta dos serviços onde a procura é maior, sem desguarnecer os pontos do território onde hoje os cidadãos encontram resposta e esta passaria a situar-se em pontos excessivamente distantes.

Em todos esses polos de jurisdição (mesmo nas Extensões Judiciais, não obstante aí não existirem juízes colocados) é possível: realizar julgamentos, ouvir testemunhas através de videoconferência, praticar atos judiciais, obter informações sobre processos em curso em qualquer ponto da comarca, entregar articulados ou requerimentos.

Assim se minimizam as deslocações de pessoas.

Em todo o caso, importa afirmar que no atual quadro existente já se verifica uma grande concentração dos Tribunais do Trabalho o que leva à necessidade de as pessoas se deslocarem à sede do tribunal sempre que exista necessidade de recolherem informações ou de intervirem nalguma diligência judicial. Isto porque é entendimento partilhado que a possibilidade de as causas serem apreciadas por juízes especializados é um claro fator de qualidade da decisão judicial. Como se disse, o novo modelo de organização judicial vai minimizar substancialmente essa necessidade de deslocação, porque muito dos atos a praticar e das informações a prestar o podem ser a partir de qualquer polo jurisdicional da comarca, promovendo, em simultâneo, o reforço da especialização.

9. O presente trabalho tomou também em consideração as mais recentes evoluções europeias em sede de organização judiciária, seja pela introdução generalizada no sistema judicial do princípio da gestão por objetivos e de um sistema de gestão dos tribunais assente em órgãos locais dos tribunais e com um forte envolvimento da comunidade envolvente, seja pelo acentuar de concentração de estruturas, como tem sucedido, designadamente, nas reformas introduzidas na Noruega, Holanda e Suécia.

10. Uma última nota para evidenciar que a **reforma judiciária** em curso no Ministério da Justiça é um todo incindível que não se reconduz à reorganização judiciária, e que assenta em três pilares essenciais:

- a. A revisão do Código de Processo Civil,
- b. A reorganização do Mapa Judiciário, e
- c. A implementação do Plano de Ação para a Justiça na Sociedade de Informação.

O sucesso de cada um desses pilares é, por si, condição necessária ao sucesso dos demais.



O Ministério da Justiça está apostado, na verdade, em criar um Código de Processo Civil novo, que introduza uma grande simplicidade no processo, que privilegie significativamente a verdade material em detrimento da verdade formal e que potencie uma cultura de respeito pelas pessoas, de modo a que deixem de existir nos Tribunais marcações de julgamento sem programação prévia, por acordo entre o juiz do processo e os advogados das partes, e convocatórias de testemunhas para a mesma hora, sem a garantia de serem ouvidas. Alterações que vão colidir com muita doutrina publicada e que por isto vão criar resistências. Como é normal quando se mudam regras. Mas, aqui, não se trata de que algo mude para que tudo continue na mesma. Vai mesmo mudar com a ajuda de quem pensa e vive para a Cidadania.

O Estado de Direito realiza-se também, e para além de uma melhor qualidade das decisões, com uma justiça mais célere, mais respeitadora das pessoas e dos direitos de todos os intervenientes.

Finalmente, com o Plano de Ação pretende-se criar um sistema de informação único em todos os tribunais e em todas as jurisdições, eficiente, e que possa dar resposta aos desafios que se colocam com a criação de comarcas de maior dimensão territorial.

## I. INTRODUÇÃO

1. A reforma da organização judiciária em curso desde a entrada em vigor da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, estabeleceu uma nova organização das comarcas assente em três orientações basilares, a saber: o alargamento da base territorial, o reforço da especialização e a implementação de um novo modelo de gestão.

Em Setembro de 2011 encontravam-se instaladas três comarcas, em regime piloto, ao abrigo daquele diploma, e previa-se o alargamento da reforma para mais duas comarcas, alargamento aliás consignado no Memorando de Entendimento assinado entre o Estado Português, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia em Maio de 2011. Este documento previa também que a implementação do novo Mapa Judiciário decorresse integralmente até ao final de 2012, com a instalação de 39 comarcas, devendo ser eliminada a pendência<sup>1</sup> até ao ano de 2013.

2. Após a primeira avaliação efetuada pela *Troika*<sup>2</sup>, sedimentada nas negociações ocorridas em Novembro de 2011, que originaram a segunda avaliação<sup>3</sup>, a Senhora Ministra da Justiça determinou que a Direção-geral da Administração da Justiça (DGAJ) produzisse um estudo em que reequacionasse o modelo de alargamento estabelecido na Lei n.º 52/2008, designadamente, abandonando as NUT's como ponto de referência geográfica e promovendo uma maior concentração da oferta judicial, sem prejuízo de uma descentralização dos serviços judiciários.

Com tais orientações, a DGAJ produziu, em Janeiro de 2012, um documento de trabalho, que denominou “*Ensaio para reforma da Organização Judiciária*”, de ora em diante identificado como “Ensaio”, em que se expunham soluções organizativas, sublinhando a importância de, previamente à adoção de quaisquer medidas legislativas, auscultar as estruturas judiciais, designadamente o Conselho Superior da Magistratura (CSM) e o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) e as principais estruturas representativas do sector.

---

<sup>1</sup> Posteriormente, o conceito de pendência veio a ser mais detalhado, considerando que apenas deveriam ser eliminados os processos pendentes em atraso, ou seja, aqueles que excedessem uma duração média razoável. De facto, o problema é atualmente significativo apenas na área das execuções, conforme demonstram os dados que constam do Anexo 1.

<sup>2</sup> A primeira revisão do Memorando de Entendimento assinado em 17 de Maio de 2011, entre o Estado Português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, efetuada em 1 de Setembro de 2011, eliminou a medida prevista no ponto 7.4. da primeira versão do documento, que determinava a instalação da comarca de Lisboa, bem como de uma outra comarca, de acordo com o novo modelo de gestão, ainda em 2011.

<sup>3</sup> Documento relativo produzido em Dezembro de 2011.



3. Por despacho da Senhora Ministra da Justiça de 6.02.2012 foi instituído um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Senhor Chefe do Gabinete, Dr. João Miguel Barros<sup>4</sup>, incumbido, desde logo, de preparar um novo documento de trabalho que corporizasse as bases da nova estrutura judiciária, ou seja, um documento síntese do quadro ordenador da reforma da organização judiciária.

O Chefe do Gabinete da Senhora Ministra, em estreita cooperação e articulação com a DGAJ, conforme determinado, deu início a um processo de audições públicas, com vista a promover uma ampla discussão no sector e a recolher o parecer quer dos principais parceiros judiciários, quer dos representantes dos municípios em que se previam alterações significativas da oferta judiciária. Esta fase decorreu entre 20 de Fevereiro e 17 de Maio, processando-se tanto pela realização de audiências públicas, como pela recolha de contributos escritos.

4. As primeiras sessões foram também de esclarecimento sobre o proposto no Ensaio, e contaram com a presença da Senhora Ministra da Justiça junto do Conselho Superior da Magistratura, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Realizaram-se, posteriormente, já no âmbito do Grupo de Trabalho, diversas e profícuas reuniões com a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, com o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, com o Sindicato dos Funcionários de Justiça, bem como com 48 Câmaras Municipais<sup>5</sup>.

5. Em resultado de tais audições, bem como de demais trabalhos desenvolvidos pela DGAJ e pela DGPJ, e da análise da experiência internacional realizada, com relevo para o Seminário Internacional realizado entre 3 e 5 de Abril, produziu-se o presente documento de enquadramento da reforma judiciária projetada pelo XIX Governo Constitucional, que completa, altera e revê o texto do “Ensaio” inicial, dele se afastando nalguns pontos, noutros mantendo o que aí se havia proposto. Este documento é, portanto, o resultado de todas as iniciativas e reflexões do Grupo de Trabalho, que não só enuncia as linhas estratégicas do que poderá vir a ser a reforma da Organização Judiciária, mas que desenvolve com detalhe os conceitos estruturantes da Reforma à realidade concreta de cada uma das comarcas consideradas.

---

<sup>4</sup> Despacho de 6.2.2012, que constitui o Anexo 2 do presente documento, determinando que deste grupo de trabalho fazem parte a DGAJ, a DGPJ e o IGFEJ, IP (ainda o IGFIJ, IP e o ITIJ, IT). Na primeira parte dos trabalhos apenas a DGAJ e a DGPJ participaram, iniciando-se, com o presente documento, a segunda fase, que exige a intervenção dos restantes serviços.

<sup>5</sup> A listagem das entidades ouvidas consta do Anexo 3.

6. Uma das questões que ora se desenvolve com maior detalhe prende-se com o conceito e apresentação dos Valores de Referência Processual (VRP) considerados, que resultou controversa e amplamente debatida nas diferentes apreciações que chegaram ao conhecimento do Ministério da Justiça, sendo também de realçar o trabalho ora desenvolvido para maior detalhe da situação referente aos Magistrados do Ministério Público, matéria em que o Ensaio foi praticamente omissivo.

No referido Ensaio não se abordava a forma de tratamento das pendências processuais em atraso<sup>6</sup>, que era remetida expressamente para momento posterior, e que ora se aborda.

Também agora são enunciados com maior detalhe os princípios da deslocalização física dos recursos humanos, bem como o escopo das, no “Ensaio”, designadas “Bolsas” para recuperação de processos pendentes.

Mais se desenvolve a figura e o funcionamento das Extensões Judiciais, antes apenas sumariamente enunciadas, bem como a sua localização específica.

Foram agora analisados os dados estatísticos de 2011, entretanto disponibilizados pela DGPJ, para ponderação da tendência processual mais recente, e foi revista a conformação concreta dos tribunais, quer em resultado desses dados, quer da alteração de competência para as instâncias locais e centrais entretanto prevista.

7. Foram também ponderados os elementos apresentados ou resultantes das reuniões havidas com autarcas ou representantes das localidades em causa.

Quanto a este último ponto, refira-se que, curiosamente, destas interações resultou uma concentração na titularidade da função jurisdicional superior à inicialmente proposta, de modo geral por, em vez de ser promovida a junção de dois pequenos tribunais, como proposto no “Ensaio”, ter pelos representantes das respetivas populações sido apresentada a preferência pela sua junção a um centro urbano de maior dimensão, quer por motivos de maior afinidade histórica ou cultural, quer por melhores condições de acessibilidade.

Esta abordagem diferenciada obrigou a que fosse feita uma outra reflexão: saber quantos tribunais existem no país que, por si, e sem receberem processos de nenhum outro tribunal, não atingem o número mínimo de processos definido (250). O resultado aqui seria diferente do referido no Ensaio, pois em vez dos 47 encerramentos propostos, teríamos 61 tribunais em condições de fechar. Foi, assim,

---

<sup>6</sup> A resolução de “casos pendentes nos tribunais” foi consagrada no MEFP e no MOU (nos pontos 44. e 7.1. e 7.2., respetivamente) como objetivo a concretizar pelo Estado Português num prazo de 24 meses.

necessário proceder a uma reavaliação muito rigorosa desta matéria, o que determinou alterações na proposta inicial e nos princípios então considerados, de que será dada nota em local próprio<sup>7</sup>.

8. Uma nota final para sublinhar que o presente documento não pretende constituir um qualquer texto doutrinário sobre a complexa questão da organização judiciária ou sobre as múltiplas correlações que, neste domínio, entrecruzam os legítimos poderes de um estado democrático, em especial, o executivo e o judicial. Pretende, tão só, tornar percetíveis as opções assumidas na presente reforma da organização judiciária, cuja necessidade se impõe à evidência, seja pelo anacronismo das estruturas existentes, seja pela necessidade de estabelecer um prazo razoável para concluir reformas iniciadas há quatro anos, com a publicação da Lei n.º 52/2008, e que dividiram a estrutura judiciária a nível nacional.

Aos que apontam a necessidade de um alargamento do prazo de duração do período experimental da reforma iniciada com a Lei de 2008, importa referir que se tem como certo que teria sido útil uma monitorização mais completa e que igualmente se considera que o papel atribuído ao juiz administrador pela antecedente Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro é de tal forma limitado, que a organização judiciária apenas tem a ganhar com a instituição de uma nova figura de gestão, próxima da consagrada pela Lei n.º 52/2008, sendo por demais evidentes as vantagens do alargamento da especialização, bem como da racionalidade de aproveitamento de recursos decorrente de uma maior concentração judicial - temperada pela necessária descentralização de serviços judiciais - para que se justifique aguardar ulteriores avaliações do modelo.

Tal não prejudica, antes impõe com maior acuidade, a necessidade de serem estabelecidos indicadores de gestão que permitam, a cada momento, que os responsáveis pelo bom funcionamento do sistema possam acompanhar a sua evolução, dispondo de dados fiáveis e a todos acessíveis. No mínimo, para lograr tal desiderato, têm de ser definidas fontes comuns e fiáveis de obtenção dos dados.

9. Como qualquer tarefa humana, este projeto não será ainda a resposta final para o qualitativamente desejável funcionamento do sistema de justiça em Portugal, mostrando-se ainda em aberto algumas questões de coordenação superior entre os principais responsáveis pelo sistema, designadamente ao nível de prestação de contas, matéria que tem sido objeto de crescente interesse na comunidade internacional. É essa, seguramente, uma boa promessa de evolução do sistema.

---

<sup>7</sup> A listagem dos tribunais que se prevê sejam encerrados consta do Anexo 4.





No contexto atual, e sem que seja possível perder de vista o rigoroso período de contenção orçamental que o nosso país atravessa, razões de experiência e de elementar bom senso recomendam que o sistema de controlo e execução orçamental a instituir não se afaste muito do que vem sendo seguido.

10. Neste ponto importará relembrar que o Mapa Judiciário é apenas um dos três eixos da Reforma Judiciária em curso no Ministério da Justiça. Os outros dois são a reforma do Código de Processo Civil e o Plano de Ação para a Justiça na Sociedade de Informação.

No que toca em especial ao Plano de Ação, igualmente a cargo de um Grupo de Trabalho coordenado pelo Chefe do Gabinete da Senhora Ministra da Justiça, Dr. João Miguel Barros <sup>8</sup>, tendo em vista assegurar compatibilidade de princípios e a coerência do sistema de reorganização judiciária, o trabalho em curso está igualmente num ponto de desenvolvimento avançado e o êxito da sua concretização será determinante para o sucesso da implementação do novo conceito estratégico de organização judiciária que se apresenta neste documento.

## II. PRINCÍPIOS ORDENADORES DA REFORMA

11. São os seguintes os princípios que nortearam a construção da proposta de reorganização judiciária que agora se divulga:

- a. Adoção dos distritos administrativos (e das Regiões Autónomas) como base territorial, por constituírem bases territoriais reconhecidas, sendo as capitais de distrito (e de cada Região Autónoma) centralidades que são objeto de uma identificação clara e imediata por parte das populações e dispõem de acessibilidades fáceis e garantidas, consagrando-se, por estes motivos e em regra, a coincidência entre os distritos administrativos (e as Regiões Autónomas) e as comarcas<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> O Plano de Acção para a Sociedade de Informação foi criado por Despacho da Senhora Ministra da Justiça de 16.172/2011, publicado no Diário da República, 2º Série, nº 229, pág. 46.815, de 29 de Novembro de 2011.

Como se pode ler nos objetivos fixados por esse Despacho, pretende-se “Estabelecer as bases para um sistema de informatização da gestão processual em todas as jurisdições, de alta segurança e com graus diferenciados de acesso, no respeito do princípio da independência da justiça, e transformar os tribunais em organizações voltadas para o cidadão, com níveis de serviço aceites e previsíveis, assegurando a eficácia, a eficiência e a satisfação de todos os utilizadores do sistema.”

<sup>9</sup> Como sempre sucedeu no passado, com excepção da última reforma que foi construída a partir de uma aproximação artificial com as NUT's, as organizações judiciárias obedeceram sempre a uma estrutura própria definida pelo “judiciário”. A atual dá continuidade ao mesmo princípio, e socorre-se do distrito administrativo como base territorial, como um referencial facilmente identificado pela generalidade dos cidadãos.

- b. Criação de um único Tribunal Judicial de 1ª Instância em cada comarca, o que significa que Portugal passará a ter, como regra, “1 Comarca = 1 Distrito Administrativo = 1 Tribunal Judicial de 1ª Instância”, sem prejuízo de uma matriz ajustada às especificidades de Lisboa e do Porto, que serão repartidas, respetivamente, em três e duas comarcas, e de uma matriz própria para as duas Regiões Autónomas, o que naturalmente resulta da consagração e reconhecimento das suas especificidades autonómicas.

Por outro lado, no que concerne aos concelhos de Lisboa e da outra margem do rio Tejo (Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete), sendo reconhecida a existência de formas de integração económica, dinâmicas sociais, o sentido da mobilidade da população ativa, mecanismos de interdependência e escala demográfica próprias de uma dimensão metropolitana, impõe-se a criação de um modelo conforme com esta unidade territorial, o que motiva o alargamento da área de competência territorial da comarca de Lisboa, aumentando a especialização dos tribunais, aproximando, também assim, a Justiça das pessoas e das empresas.

- c. Organização do Tribunal Judicial de 1ª Instância de cada comarca em (i) Instâncias Centrais, preferencialmente localizadas nas capitais de distrito, (ii) Instâncias Locais e (iii) Extensões Judiciais.
- d. As Instâncias Centrais agrupam as Secções Cíveis, as Secções Criminais e as outras Secções de Competência Especializada (Secções de Comércio, Secções de Família e Menores, Secções do Trabalho, Secções de Instrução Criminal e Secções de Execução).
- e. As Secções Cíveis destinam-se a preparar e julgar as questões cíveis de valor superior a € 50 000,00, as Secções Criminais, as causas crime da competência do tribunal coletivo ou de júri. As outras Secções de Competência Especializada preparam e julgam todas as matérias cuja competência lhes seja expressamente atribuída por lei, e não têm de estar necessariamente localizadas nas capitais de distrito.
- f. As Instâncias Locais integram Secções de Competência Genérica do Tribunal Judicial de 1ª Instância e distribuem-se pelas localidades do distrito onde se justifique a sua existência, tendo em conta o número expectável de processos entrados.
- g. Alargamento da competência das Instâncias Locais em dois aspetos: para causas de valor até € 50 000 e para a prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores.
- h. As alterações de competência específica, em matéria cível, atribuindo às Instâncias Locais a competência para julgarem ações de valor até € 50 000, e



- concomitantemente, retirando essa competência às Instâncias Centrais, não tem qualquer implicação nos valores das alçadas, que se mantêm inalterados.
- i. Maior concentração da titularidade da função jurisdicional e a possível descentralização dos serviços de justiça, sempre que justificada, concentrando a função de quem julga nas Instâncias Centrais e Locais, evitando as itinerâncias, como aquelas que existem em muitos das atuais comarcas agregadas. Os tribunais têm de existir onde exista procura do serviço público de justiça, pelo que se preconiza, em regra, o encerramento de tribunais com número expectável de processos entrados, após reorganização, inferior a 250.
  - j. Simultaneamente, quando o acesso a serviços de justiça corresponda a uma procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano, ou 100 processos e não exista oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km, ou quando a distância ao tribunal mais próximo, seja superior a 1 hora, o Tribunal pré-existente deve ser reconfigurado como Extensão do Tribunal Judicial de 1ª Instância da comarca, onde podem ser realizados diversos atos. Nestas Extensões estarão oficiais de justiça, com acesso integral ao sistema de informação do Tribunal, isto é, a todos os processos da comarca, podendo aí ser praticadas algumas diligências.
  - k. Adequação das estruturas próprias do Ministério Público à nova organização judiciária, por forma a garantir a salvaguarda das questões mais prementes relacionadas com Família e Menores, e sem prejuízo das competências próprias das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.
  - l. Fixação dos locais de funcionamento e dos recursos humanos com base na avaliação dos dados do movimento processual dos tribunais em séries de três anos, com ponderação da tendência registada em 2011 e da população nacional revelada no Censos 2011.
  - m. Sendo um único tribunal, com uma área de jurisdição territorial alargada, a gestão desta estrutura obriga a que exista:
    - a. um orçamento único;
    - b. um único mapa de pessoal para os funcionários de justiça, integrados numa única secretaria para toda a comarca;
    - c. número de magistrados definido de forma global para a comarca;
    - d. maior maleabilidade na criação de estruturas internas do tribunal por decisão de gestão da comarca.
  - n. Sem prejuízo das regras de competência territorial, qualquer Secção e Extensão Judicial deve receber papéis e documentos e prestar informação (desde que disponível no sistema informático) relativa a processos da

competência da comarca, podendo também tramitar processos se assim for determinado pelos órgãos de gestão da comarca.

- o. A gestão de cada Tribunal Judicial de 1ª Instância é garantida por uma estrutura de gestão centrada no Juiz Presidente, no Magistrado do Ministério Público coordenador e no Administrador Judiciário. Nesta estrutura de gestão, cada interveniente terá competências próprias, devendo o Juiz Presidente articular com o CSM, o Magistrado do Ministério Público coordenador com o CSMP, e o Administrador Judiciário articular com a DGAJ, sendo reservadas algumas matérias a decisão conjunta da estrutura de gestão.
- p. Prévia e atempada nomeação das estruturas de gestão para que possam acompanhar a implementação das novas estruturas, designadamente com promoção das regras de transferência dos processos que assegurem menor número de redistribuições.
- q. Definição de objetivos para as Comarcas:
  - a. Anualmente, no mês de Setembro, deverá ser promovida uma reunião entre o CSM, o CSMP e o membro do Governo responsável pela área da Justiça para definição dos objetivos genéricos para o conjunto dos tribunais judiciais de primeira instância, para o ano subsequente.
  - b. Os órgãos de gestão de cada Comarca apresentam, em Novembro de cada ano, ao CSM e ao CSMP, uma proposta dos objetivos processuais da comarca, sujeita a homologação dos Conselhos.
  - c. Os objetivos assim definidos deverão ser refletidos nos objetivos estabelecidos anualmente para os funcionários da comarca e ser considerados nos critérios de avaliação dos magistrados nos moldes que vierem a ser definidos pelos respetivos Conselhos.
  - d. No final de cada ano deve ser elaborado um relatório por cada comarca comunicando o grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos e indicando as causas dos principais desvios.
  - e. Estes documentos deverão ser publicitados, designadamente, nas páginas eletrónicas dos Conselhos e do MJ.
  - f. No ano de entrada em funcionamento da comarca, decorridos seis meses sobre a instalação da comarca, será efetuado o primeiro relatório de gestão.
- r. Estabelecimento de regras de transição do pessoal das secretarias e de regras de preferência para magistrados que permitam que os processos a reafectar possam maioritariamente ser tramitados por quem os conhece.
- s. Possibilidade de existência de Tribunais Judiciais de 1ª instância com competência nacional (especializada).



- t. Implementação da Reforma dentro das estruturas físicas existentes e sem aumento global do número de recursos humanos afetos, excecionadas as situações em que já haja carências.

### III. ESTRUTURA DO TRIBUNAL JUDICIAL DE 1ª INSTÂNCIA E DESIGNAÇÕES ADOTADAS

12. Como se referiu atrás, os Tribunais Judiciais de 1ª Instância em cada comarca são integrados por uma (i) Instância Central, (ii) Instâncias Locais e (iii) Extensões Judiciais.

13. A **Instância Central** tem, em regra, competência para toda a área geográfica correspondente à comarca e desdobra-se em:

- a. **Secção cível**, que tramita e julga, em regra, as questões cíveis de valor superior a € 50 000,00, nos termos que vierem a ser definidos na Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.
- b. **Secção criminal**, que tramita e julga as causas crime da competência do tribunal coletivo ou de júri, relativos a toda a área da Comarca;
- c. **Outras Secções de competência especializada** (**Secções de Comércio, Secções de Execução; Secções de Família e Menores; Secções de Instrução Criminal; Secções do Trabalho**), tendo em conta a oferta preexistente e o movimento processual, por espécie, registado. Isto é: deverão existir tantas Secções de Competência Especializada quantas se justificarem, tendo em conta o número expectável de processos da área especializada em causa, ponderadas as entradas dos últimos três anos, bem como as mais recentes estatísticas de 2011 disponibilizadas pela DGPJ.

As Secções de Competência Especializada podem ficar situadas na sede da Comarca ou noutros pontos do distrito. Terão, regra geral, competência abrangendo mais do que um município, ou serem competentes para toda a Comarca.

14. As **Instâncias Locais** são constituídas por **Secções de Competência Genérica**, tendo em conta a oferta pré-existente e o movimento processual registado, por espécie, que se podem desdobrar em **matéria cível e criminal**, e tramitam e julgam as causas não atribuídas à Instância Central, com competência base geralmente circunscrita a um município (sem prejuízo de, no âmbito dos poderes de gestão processual do Juiz Presidente, aí poderem ser tramitados outros processos).



Nos casos de Instâncias Locais com elevado número de processos, as Secções poderão ainda ser desdobradas, por decisão de gestão da comarca, quando o elevado volume e idêntica natureza dos processos assim o justifique.

**15. As Extensões Judiciais** são configuradas como locais de atendimento ao público, prestado por oficiais de justiça, com acesso integral ao sistema de informação do Tribunal, isto é, a todos os processos da comarca e com competência para rececionar articulados e documentos, para prestar informações e para acompanhar testemunhas ouvidas através de videoconferência. Não lhes está atribuída a titularidade do exercício da função jurisdicional, mas, sempre que instaladas em edifício onde anteriormente funcionou um tribunal, nelas podem ser realizadas audiências de julgamentos ou alguma sessão de julgamento quando o juiz titular do processo a correr termos numa instância Central ou Local entenda, justificadamente, fazê-lo. As Extensões Judiciais são instaladas em pontos do território em que pré-existisse um tribunal, e em que o movimento expectável, após reorganização, corresponda a, pelo menos, 200 processos por ano, ou 100 processos e não exista oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km, ou quando a distância ao tribunal mais próximo seja superior a 1 hora. Neste local, funcionará também, preferencialmente, um espaço de arquivo intermédio da comarca e de armazenamento do espólio, quando necessário.

#### **IV. ÓRGÃOS DE GESTÃO DA COMARCA, NOMEAÇÃO, COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO**

**16.** O sistema de gestão dos tribunais de comarca estabelecido na Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto ponderadas as competências atribuídas ao Juiz Presidente, bem como a sua articulação com o Magistrado do Ministério Público coordenador e com o Administrador Judiciário, constitui uma inovação sem precedentes na organização judiciária nacional, uma vez que até então apenas era estabelecida uma presidência administrativa do tribunal por parte do Juiz Presidente.

De acordo com aquele diploma, a gestão da comarca é assegurada por um Presidente, um Juiz nomeado em comissão de serviço, por escolha do Conselho Superior da Magistratura, um Magistrado do Ministério Público coordenador, nomeado em comissão de serviço pelo Conselho Superior do Ministério Público, que dirige os serviços do MP e um Administrador Judiciário também nomeado em comissão de serviço pelo presidente do tribunal, por escolha de entre proposta apresentada pela Direção-Geral da Administração da Justiça. Podem, ainda, ser nomeados magistrados judiciais coordenadores, a exercer competências delegadas do Juiz Presidente no

âmbito das respetivas secções, nomeados pelo CSM sob proposta do Juiz Presidente. Afigura-se que esta estrutura tripartida, bem como a forma de nomeação, se mostrou adequada, tendo em conta a necessária convergência que a gestão integrada de um tribunal implica, numa articulação de diferentes legitimidades e competências.

**17.** Mantém-se, no estrito respeito pelo quadro constitucional vigente, a necessidade de ser obtido parecer do CSM para reafecção de juízes dentro da comarca, podendo este órgão estabelecer orientações genéricas para tal efeito, no âmbito da procura de uma carga de serviço mais equilibrada. Situação análoga deverá ocorrer entre o Magistrado do Ministério Público coordenador e o Conselho Superior do Ministério Público.

Em todo o caso, importa garantir uma maior articulação nas matérias que envolvem o desenvolvimento das atividades que ocupam os funcionários de justiça, bem como garantir que o cumprimento dos objetivos estabelecidos para a comarca se reflitam na avaliação individual dos recursos humanos do tribunal.

Neste âmbito, preconiza-se uma clara definição das matérias em que a competência cabe a cada um dos elementos que compõem a estrutura de gestão da comarca, e daquelas decisões que devem ser tomadas por acordo. Será, por exemplo, o caso das relativas à colocação de pessoal e à definição de lugares a preencher na comarca, ponderadas as competências próprias dos serviços do Ministério Público e dos serviços judiciais.

Também se pretende estabelecer com clareza que a dotação do orçamento de cada comarca é fixada pela DGAJ, competindo ao Administrador Judiciário a sua distribuição a cada unidade orgânica. O orçamento assim construído é submetido à apreciação do Juiz Presidente e do Magistrado do Ministério Público coordenador, e aprovado pela DGAJ.

**18.** Os membros dos órgãos de gestão devem receber formação específica comum, a realizar pelo CEJ (como já se encontra previsto nos artigos 89º, nº3; 92º, nº2 e 96º, nº3, todos da Lei nº52/2008, de 28 de Agosto), em articulação com os Conselhos, e esta deve ser prestada previamente ao exercício de funções e abranger, entre outras, matérias relacionadas com definição de objetivos, gestão de recursos humanos e liderança e regime de realização de despesas públicas.

**19.** Conforme decorre do princípio consignado no ponto 11, o., supra enunciado, os órgãos de gestão devem ser nomeados após a publicação da nova lei de organização e funcionamento dos tribunais judiciais, ainda em momento anterior ao da instalação da organização judiciária proposta, por forma a garantir que as próprias estruturas de



gestão se vão familiarizando com as funções a desempenhar e que os seus membros se constituam como agentes ativos deste processo de mudança, designadamente, acompanhando proximamente o movimento dos tribunais a reunir numa única comarca, precedendo, assim, esta nomeação, a plena vigência da lei.

Este ponto é considerado essencial para o sucesso do novo Mapa Judiciário, que passaria a estar sujeito a dois momentos de implementação distintos. Num primeiro momento, envolvendo ativamente as novas estruturas de gestão e os Conselhos Superiores; e um segundo momento para a entrada em funcionamento de facto da nova Organização Judiciária, de uma só vez, em todo território nacional.

## **V. RECURSOS HUMANOS**

### **A) Ponto Prévio: Os Valores de Referência Processual**

**20.** A conformação concreta das estruturas dos tribunais exige, antes do mais, parâmetros do grau de eficácia da resposta dos recursos humanos ao tratamento de determinado tipo de processos, em conformidade com as necessidades de cada momento, mediante a definição de índices que permitam uma avaliação dessa resposta.

Assim, para aferição dos quadros de pessoal adequados a um movimento processual correspondente a uma tramitação regular, procedeu-se à ponderação (abstrata) do volume de processos entrados num determinado período, por espécie processual, avaliado subsequentemente por recurso ao conceito operativo de Valor de Referência Processual (VRP), enquanto indicativo do número de processos entrados durante um ano e que um juiz terá, em abstrato, capacidade para tramitar, em relação a cada uma das áreas processuais.

O VRP representa, então, o número de processos, por espécie processual, que um juiz, em abstrato, finda anualmente<sup>10</sup>.

**21.** Para o cálculo dos VRP foi analisado o movimento processual dos processos findos numa série de 3 anos, dividido pelo número de juízes em cada juízo, organizado de acordo com a natureza dos tribunais. Tal movimento foi listado por ordem decrescente dos valores de processos findos, fazendo-se corresponder os respetivos VRP aos valores registados pelo último juízo/tribunal do primeiro terço da respetiva lista.

---

<sup>10</sup> Não foram considerados todos os atos ou subespécies de cada espécie processual, mas apenas os que se considerou serem os mais relevantes ou que permitem clara identificação na aplicação processual Citius, como se apresenta, no Anexo 5.



Desconsiderou-se o último terço, dado corresponder, em regra, a tribunais em que o número de processos recebidos não permite que o número de processos findos seja superior (um juiz que recebe 500 processos não poderá findar 700). Assim, o VRP situa-se na mediana da ordenação obtida<sup>11</sup>.

Importa, ainda, esclarecer que, no âmbito da referência aos “processos findos”, não se tem apenas em vista os processos que findam pelo julgamento (forma normal de extinção da instância). Assim, por exemplo, no âmbito dos processos cíveis, são considerados todos os processos em que a instância se extinguiu pelas demais formas contempladas no artº. 287º do Código de Processo Civil.

22. Tendo como ponto de partida o conceito dos VRP, considerou-se que os valores assim definidos correspondem à carga de processos que pode ser distribuída a cada juiz para que este, no mesmo período de um ano, tenha a possibilidade de os concluir, sem que aumente o número dos processos pendentes<sup>12</sup>, atingindo-se uma “*clearance rate*” de 1<sup>13</sup>.

23. Para a definição dos recursos humanos a afetar a cada serviço em concreto foi tida em conta a média da procura do tribunal pré-existente nos anos 2008, 2009 e 2010, bem como a tendência ocorrida em 2011, para cada uma das espécies processuais consideradas.

Tem-se por garantido que este indicador não pode ser perspetivado como um índice imutável, estático, antes sendo necessário proceder a atualizações periódicas para que os valores continuem a representar, da forma mais precisa e fiável possível, a realidade dos Tribunais. Daí a necessidade de uma avaliação permanente, mediante uma monitorização contínua.

---

<sup>11</sup> A opção de considerar o último tribunal do primeiro terço vem desde a primeira fixação do VRP, publicada em 2010 pelo Despacho nº 9961/2010, de 14 de Junho, do então Ministro da Justiça, e prende-se com a consideração de que os resultados dos tribunais do último terço, que revelam um número inferior de processos findos, se devem a uma reduzida procura ou a circunstâncias excecionais (critério que pela sua manifesta operatividade mantém inteira actualidade). Ainda que este valor revele alguma exigência, entende-se que será um adequado ponto de partida para a definição de recursos, até porque se estabelecem outros meios de gestão de processos e se consagram mecanismos de maior mobilidade processual e pessoal.

<sup>12</sup> Esta foi a única finalidade para adoção do conceito de VRP, que, como se vê, não tem qualquer equivalência a um índice da avaliação da carga de serviço adequado para cada juiz nos Tribunais Judiciais que releve para efeitos de contingentação processual, pelo que, de igual forma, não se afigura de proceder à convocação do estrito âmbito das correntes das metodologias de avaliação daquela contingentação processual (Weighted caseload; técnica de avaliação Delphi; Normative method ou método misto ou eclético).

<sup>13</sup> Este indicador, considerado pela CEPEJ, multiplicado por cem, estabelece a relação percentual entre os casos entrados e os casos findos, num dado período.

24. Foram analisados neste âmbito os valores divulgados pelo CSM que, na versão mais recente, propõe que os VRP se situem dentro de uma margem pré-definida, por forma a permitir “uma maior flexibilidade operativa deste mecanismo.”.<sup>14</sup>

Porém, o número e a dispersão das estruturas de 1.<sup>a</sup> instância, bem como o número global de recursos humanos envolvidos, obriga a que na definição concreta de recursos a afetar a cada instância ou secção se opte por um valor de referência determinado, válido para o período inicial de implementação das comarcas, a rever, como se propõe, decorrido um ano.

Dá-se nota que a maior divergência detetada se prende com as ações executivas, cujo VRP, no último documento divulgado pelo CSM, diminuiu significativamente.

As medidas em curso com vista a intervir neste âmbito, quer com impacto na procura, quer do ponto de vista processual, recomendam que não se promova desde já uma afetação excessiva de juizes a esta matéria, em prejuízo da globalidade do sistema. Esta é sem dúvida uma área em que se impõe de forma premente um acompanhamento muito próximo da resposta do sistema. Não obstante, na definição concreta, do número de magistrados judiciais a afetar às Secções de Execução, procurou-se sempre colocar um número de juizes superior ao que resultava da aplicação singela do VRP considerado pela DGAJ.

Daqui resulta que a definição dos recursos a afetar para tratamento do volume expectável de processos não se reduziu aos resultados obtidos com base no indicador em causa, antes se tendo associado outros indicadores, como sejam a evolução da procura registada para o ano de 2011 (dados recentemente divulgados pela DGPJ), ou o peso relativo de certo tipo de ações nas instâncias locais ou, ainda, a consideração genérica da maior complexidade das ações a tramitar nas Instâncias Centrais, indo, aliás ao encontro do referido pelo CSM no documento de análise sobre o Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária, aprovado por deliberação de 13.03.2012.

Noutra vertente, ponderou-se igualmente, para efeitos de definição e alocação dos recursos, o acervo de processos pendentes que excede o prazo expectável de duração, tendo em conta as médias estatísticas de duração de processos das diferentes espécies divulgadas pela DGPJ, aplicando, também, sobre estes valores os VRP pré-estabelecidos para efeitos de definição dos recursos a afetar ao seu tratamento.

25. Como decorre do exposto, os VRP assumiram particular relevância para os concretos efeitos de:

- a. Decisão sobre o número de magistrados a afetar a cada Secção: o VRP revela-

---

<sup>14</sup> Vide pág. 17 do Relatório de Acompanhamento, disponível no site do CSM.

se determinante para delinear o quadro de magistrados judiciais nos casos em que o seu valor justifique a especialização, procurando que nenhum magistrado tenha uma carga processual superior àquele valor. Sempre que o volume expectável de processos entrados, em razão do VRP aplicável àquela espécie, não corresponda a número inteiro, o quadro é, regra geral, arredondado por excesso. No caso concreto das Secções Criminais das Instâncias Centrais teve-se em consideração o referido na Análise ao Ensaio para Reorganização da Estrutura Judiciária, elaborado pelo CSM, na parte em que afirma que “para a secção criminal devem ser considerados múltiplos de 3” (pág.42 do documento citado)

- b. Determinação da criação de Secções Especializadas: apenas se justifica criar uma Secção Especializada se existir volume processual suficiente para alocação, pelo menos, de um juiz a uma determinada área especializada;
- c. Uma vez definido o número de magistrados por Secção, para cada uma das áreas, foi definido o quadro de Magistrados do Ministério Público<sup>15</sup> e os recursos humanos, ao nível dos Oficiais de Justiça, que constituirão os respetivos quadros de pessoal.

**26.** Procedimento idêntico foi utilizado para definição dos recursos a afetar para efeitos de recuperação de pendências em atraso.

**27.** Por último, importa sublinhar que, no que aos Magistrados do Ministério Público concerne, esta metodologia não se mostra totalmente adequada, tendo em conta que esta magistratura exerce, no sistema de justiça, funções específicas que apelam a estruturas organizativas próprias.

E, como salienta o Conselho Superior do Ministério Público, se as funções de controlo da legalidade e de representação judiciária dos interesses e entidades, legalmente cometidas ao Ministério Público, acompanham muito de perto a estrutura judicial, já as funções que lhe estão reservadas, enquanto titular de várias fases processuais - para além do inquérito criminal, os inquéritos tutelares educativos, a preparação de ações judiciais, o acompanhamento de comissões de proteção de crianças e jovens, autorização para a prática de atos, entre outras - podem e devem ser equacionadas para além de um mero decalque da estrutura judiciária.

No mesmo sentido, a natureza hierarquizada desta magistratura exige a previsão de

---

<sup>15</sup> O contributo escrito apresentado pelo Conselho Superior do Ministério Público, nos seus comentários ao Ensaio utilizou idêntica metodologia, definindo, em regra, os magistrados do MP a alocar por referência ao número de magistrados judiciais. A exceção foi apenas relativa ao caso dos inquéritos, onde foi possível apurar um VRP - cfr. Anexo 6.

estruturas de coordenação.

**28.** Tendo em conta esta realidade, os quadros do Ministério Público foram configurados atendendo às três seguintes atribuições:

- a. Tramitação de processos próprios:** inquéritos, inquéritos tutelares educativos, processos administrativos, autorização para a prática de atos, etc.;
- b. Funções de representação:** representação em juízo de determinadas entidades e/ou interesses nos termos da Lei;
- c. Funções de coordenação.**

Dependendo da realidade e dimensão de cada circunscrição, os magistrados do Ministério Público poderão desempenhar várias destas funções ou especializar-se em apenas uma delas.

## **B) Definição de quadros de pessoal para funcionários**

- a. Critérios para cálculo do número de recursos a afetar a cada secção e à totalidade da Comarca**

**29.** Muito embora se esteja a iniciar a revisão do diploma da carreira dos oficiais de justiça, prevendo-se a unificação das carreiras dos funcionários judiciais e do Ministério Público, bem como a redução do número de categorias da carreira assim criada, e a subsequente redefinição dos conteúdos funcionais, para efeitos de definição dos recursos a afetar foram ponderadas as categorias funcionais atualmente vigentes.

Nesta medida, para cálculo dos recursos humanos a afetar a cada serviço, foram ponderados a natureza do processo, a atual divisão de funções de acordo com a categoria dos funcionários, o volume processual e o número de magistrados colocados, como se descreve:

- a.** Natureza do processo, uma vez que os atos a praticar por parte dos funcionários divergem de acordo com o processo em causa, sendo, por exemplo, menor ou maior o número previsível de diligências em sala de audiência ou o afluxo de público aos locais de atendimento do tribunal, de acordo com a espécie do processo em causa.
- b.** Divisão de funções pelas categorias dos funcionários de justiça, já que, de acordo com a atual organização destas carreiras, a determinado grupo de funcionários exige-se a realização de tarefas diferenciadas;
- c.** Volume processual do tribunal, pois o número de atos a praticar pelos

funcionários será tanto maior quanto maior for o número de processos em curso no tribunal.

- d. Número de magistrados colocados no tribunal, considerando que existe uma relação direta entre o fluxo de trabalho de ambos.

Tendo em conta estes critérios, determinado o número expectável de processos entrados após a reorganização, de acordo com a média dos últimos três anos, para determinada secção, foi estabelecido o número de juízes e o número de funcionários a afetar <sup>16</sup>.

30. Para além do movimento que resultará do tratamento a dar aos processos entrados no tribunal até ao momento da decisão judicial, subsequentemente a esta decisão há ainda uma série de atos a praticar, maioritariamente por parte da secretaria. É o caso, designadamente, da extração e remessa de certidões, da remessa de boletins de registo criminal, dos procedimentos tendentes a cumprir o destino a dar a objetos, da solicitação de relatórios, da elaboração da conta e respetivas notificações, dos registos tendentes à remessa dos processos ao arquivo, etc.

Posteriormente foi determinado o número de funcionários que, tendo em conta o movimento descrito, deveria ser também alocado ao tribunal, em número proporcional ao pessoal colocado e, por essa via, ao movimento processual registado. A seguir, foi determinado o número de processos que, no tribunal/futura secção se

---

<sup>16</sup> Exemplos de constituição de secção:

1. Competência genérica (sem execuções) VRP 550  
Volume processual - 750/ano  
Número de juízes - 2  
Escrivão de direito ..... 1  
Escrivão adjunto ..... 2  
Escrivão auxiliar ..... 3
2. Competência genérica (sem execuções) VRP 550  
Volume processual - 1150/ano  
Número de juízes - 2  
Escrivão de direito ..... 1  
Escrivão adjunto ..... 3  
Escrivão auxiliar ..... 4
3. Competência genérica (sem execuções) VRP 550  
Volume processual - 500/ano  
Número de juízes - 1  
Escrivão de direito ..... 1  
Escrivão adjunto ..... 2  
Escrivão auxiliar ..... 2
4. Competência genérica (sem execuções) VRP 550  
Volume processual - 300/ano  
Número de juízes - 1  
Escrivão de direito ..... 1  
Escrivão adjunto ..... 1  
Escrivão auxiliar ..... 2

encontravam pendentes já num prazo superior ao da duração média de processos da espécie em causa<sup>17</sup> e dividido este número pelo VRP correspondente a essa espécie. O valor assim obtido representaria o número de juízes necessários para, no período de um ano, concluir esses processos. Considerando, porém, que os processos em referência já tiveram uma tramitação superior a um ano, sendo, por isso, expectável, que se encontrem na fase final, aquele valor foi dividido por dois, assim se encontrando o número de juízes que seria adequado afetar ao tratamento desses processos, por forma a assegurar o seu andamento e previsível conclusão no prazo de um ano.

Ponderado o número de juízes assim encontrado, e o número de processos em tais condições, foi efetuado o cálculo dos oficiais de justiça a afetar, de acordo com os critérios acima descritos.

#### **b. Colocação inicial**

**31.** Estabelecidos os recursos humanos necessários, conforme descrito nos pontos precedentes, quer para o tratamento dos processos em andamento “regular”, quer das entradas expectáveis, bem como os recursos humanos para assegurar o tratamento dos processos pendentes em atraso, fica, então, definido o número total de postos de trabalho que a Comarca deve ter.

Estes postos de trabalho serão estabelecidos por município ou para as secções do Tribunal Judicial de 1º Instância da comarca, fazendo-se, no momento inicial, a mais ampla correspondência possível entre os postos anteriormente ocupados e os resultantes da reorganização judiciária.

O número de lugares da comarca deve constar do respetivo mapa de pessoal, a aprovar anualmente pela DGAJ, sob proposta dos órgãos de gestão da comarca, integrado no ciclo orçamental.

**32.** Para além destes lugares assim estabelecidos, pode ser estabelecida uma bolsa de comarca, com um número de lugares previamente definido, que agregue, em princípio, junto da sede da comarca, os funcionários não colocados nos lugares do mapa definidos para as secções. Estes serão afetos, em cada momento, à realização de trabalho decorrente de faltas, impedimentos, vacatura de lugares ou para reforço da capacidade de resposta do tribunal em qualquer ponto da comarca.

Sempre que seja necessário deslocarem-se fora do âmbito estabelecido nas regras da mobilidade que venham a ser estabelecidas nos respetivos estatutos ou, subsidiariamente, pelas regras gerais estabelecidas para os trabalhadores que

---

<sup>17</sup> De acordo com os prazos divulgados pela DGPJ.

exercem funções públicas, ser-lhes-á devido o pagamento de ajudas de custo.

Os objetivos processuais estabelecidos anualmente para a Comarca deverão ser refletidos nos objetivos relativos ao andamento de processos novos e à recuperação de pendência traçados para os funcionários.

#### **c. Mobilidade**

**33.** A mobilidade física dos funcionários e trabalhadores da comarca estará dependente das regras da mobilidade que venham a ser estabelecidas nos respetivos estatutos ou, subsidiariamente, pelas regras gerais estabelecidas para os trabalhadores que exercem funções públicas.

Neste enquadramento, por decisão, fundamentada e publicitada, dos órgãos de gestão da comarca, pode ser alterada a conformação inicialmente estabelecida, a partir do final de um período de 12 meses após a entrada em funcionamento da comarca. Esta alteração será refletida no mapa de pessoal da comarca.

Não se confundindo com mobilidade, antes respeitando ao conteúdo funcional, importa referir que se prevê que os processos possam ser tramitados por qualquer funcionário da comarca, se assim for determinado pela direção da comarca, para efeitos de uma melhor organização do serviço.

#### **d. Preenchimento de lugares vagos na Comarca**

**34.** Caso ocorra a vacatura de algum lugar (afeto a um concreto ponto da comarca), por decisão do órgão de gestão este pode ser preenchido com colocação num outro ponto de funcionamento da comarca que se considere mais relevante. Será, então, indicado à DGAJ, pelos órgãos de gestão da comarca, qual o lugar que deve ser posto a concurso, dando lugar à alteração do respetivo mapa de pessoal.

### **C) Definição de lugares para Magistrados Judiciais**

#### **a. Critérios para cálculo do número de recursos a afetar a cada secção e à totalidade da Comarca**

**35.** Como decorre do exposto, o VRP foi determinante para delinear o quadro de magistrados judiciais, procurando-se que nenhum magistrado tenha uma carga processual superior àquele valor.

Após apuramento do volume de entradas expectável em cada uma das respetivas áreas processuais, precisamente para as mesmas espécies que foram consideradas relevantes para efeitos de cálculo desses mesmos VRP, é diretamente aplicado o VRP definido, sendo que quando a rácio determina um valor diferente da unidade o arredondamento é sempre feito por excesso.

**36.** Assim, considerando, por exemplo, a área processual de família e menores, em que o VRP estabelecido é de 733, com um volume expectável de processos entrados/ano, de acordo com as espécies consideradas, de 900 processos para determinada instância, o número de juízes proposto foi de dois, em resultado de um rácio de 1,23 (900/733).

De seguida, foi determinado o número de processos que, no tribunal/futura secção se encontravam pendentes num prazo já superior ao da duração média de processos da espécie em causa e dividido este número pelo VRP da mesma espécie. O valor assim obtido representaria o número de juízes necessários para, no período de um ano, concluir esses processos. Considerando, porém, que os processos considerados já tiveram uma tramitação superior a um ano, sendo, assim, expectável, que se encontrem na fase final, aquele valor foi dividido por dois, assim se encontrando o número de juízes que seria necessário afetar ao tratamento desses processos, por forma a assegurar o seu andamento e previsível conclusão.

**37.** Em alguns casos, a aplicação do VRP em função do volume expectável de processos entrados após a reorganização proposta, com recurso ao arredondamento por excesso, permitiu logo dotar o tribunal dos recursos necessários ao tratamento dos processos pendentes em atraso.

Entendeu-se que os quadros de juízes deveriam ser definidos não apenas ponderando as entradas expectáveis, mas também com uma ponderação das pendências em atraso.

#### **b. O quadro inicial da comarca**

**38.** Estabelecidos os recursos humanos necessários, conforme descrito nos pontos precedentes, está definido o número total de lugares para magistrados judiciais que o quadro da Comarca deve consagrar.

Estes serão distribuídos pelas secções do Tribunal Judicial de 1ª Instância da comarca, fazendo-se, no momento inicial, a mais ampla correspondência possível entre os lugares anteriormente ocupados e os resultantes da reorganização judiciária, com vista a minorar os impactos que o desconhecimento dos processos sempre acarreta.

**39.** O número de lugares da comarca deve constar de portaria, sendo indicado por referência aos municípios ou às secções que compõem a comarca.

Será possível, com o enquadramento que venha a ser estabelecido pelo CSM, e no respeito pela especialização dos magistrados, que estes sejam chamados a intervir



em processos que corram termos em secções diferentes das que correspondem ao local em que foram colocados, não correspondendo tal situação a acumulação de funções sempre que a mesma se verifique dentro da mesma comarca.

Pode, ainda, ser estabelecido um quadro complementar de juízes para colocação nos pontos em que se verifique a falta ou impedimento dos seus titulares, vacatura de lugares ou para reforço da capacidade de resposta do tribunal em diversos pontos da comarca.

Sempre que seja necessário deslocarem-se fora do âmbito estabelecido nas regras de mobilidade estabelecidas para o sector, ser-lhes-á devido o pagamento de ajudas de custo.

Dependendo dos recursos existentes, estes lugares poderão ser integrados nas “bolsas de juízes”.

#### **c. Mobilidade**

**40.** A mobilidade dentro da comarca deve respeitar as regras estabelecidas para o sector, e nesse enquadramento, por decisão do CSM, sob proposta fundamentada do Juiz Presidente da comarca, pode ser alterada a conformação inicialmente estabelecida, a partir do final de um período de 12 meses após a entrada em funcionamento da comarca.

**41.** Não se confundindo com hipótese de mobilidade, importa referir que se prevê que os processos possam ser afetos a outro juiz, se assim for determinado pelo Juiz Presidente em articulação ou de acordo com critérios gerais e previamente estabelecidos pelo CSM, para efeitos de uma melhor organização do serviço, designadamente, para equilíbrio da carga processual.

Em qualquer caso, importa que sejam ponderadas e publicitadas as regras de reafecção de processos, bem como de deslocalização de magistrados, garantindo que os critérios utilizados são compatíveis com as garantias constitucionais consagradas neste domínio. Tais critérios deverão, assim, ser estabelecidos ou validados pelo CSM.

#### **d. Preenchimento de lugares vagos na Comarca**

**42.** Encontrando-se vago algum lugar da comarca, o Juiz Presidente avaliará da necessidade do seu preenchimento, ou da vantagem na sua substituição por lugar noutro ponto da comarca, e, por decisão do CSM, sob proposta do Juiz Presidente, deverá ser determinado o seu preenchimento, nos termos legais, promovendo-se oportunamente a alteração do quadro legal da comarca.

O CSM definirá, previamente a cada movimento, os lugares que devem ser

preenchidos por juízes em início de carreira.

**e. Gabinete de Apoio**

43. Em cada comarca e no seguimento do já previsto na Lei nº52/2008, de 28 de Agosto (artigo 83º), será criado gabinete de apoio à atividade dos magistrados judiciais. Esse gabinete de apoio destina-se a assegurar assessoria e consultadoria técnica aos magistrados da comarca e ao presidente do tribunal, quer em matérias que dizem respeito ao exercício da função jurisdicional como para auxílio em tarefas de cariz material.

O gabinete de apoio terá por coordenador o presidente do respetivo tribunal de comarca.

**D) Definição de lugares para Magistrados do MP**

**a. Critérios para cálculo dos recursos necessários**

44. Regra geral, o número de Magistrados do MP é definido por referência ao número de Magistrados Judiciais e à tramitação de inquéritos penais, para os quais foi apurado um VRP de 1.096 inquéritos por magistrado. A este número acrescem os recursos a afetar a funções de coordenação<sup>18</sup>.

45. No que respeita a estruturas centralizadas, o aumento da área territorial de intervenção de cada comarca justifica, em alguns casos, a centralização da tramitação de determinados processos, nomeadamente na sede de cada comarca, de forma a rentabilizar os recursos e potenciar soluções de especialização promotoras do aumento da qualidade. Tal não obsta a que as diligências que exijam a deslocação dos cidadãos sejam realizadas, sob coordenação central, pelos magistrados colocados nas instâncias locais.

46. Sem prejuízo da aplicabilidade a diversas áreas de intervenção do Ministério Público, nomeadamente na área cível - onde, determinadas questões, de maior complexidade, tais como as inseridas no quadro dos interesses difusos -, será na área da investigação criminal que se justifica a previsão de estruturas centrais logo nesta fase de planeamento.

Assim, adotaram-se as seguintes regras:

- a. Na sede de todas as comarcas existirão magistrados afetos à investigação criminal que assegurarão, não só os inquéritos referentes aos factos ocorridos

---

<sup>18</sup> Cfr. Anexo 6.

na área da competência territorial da sede, como dos fenómenos criminais cuja gravidade ou complexidade aconselhem a sua tramitação centralizada e especializada, nomeadamente a corrupção e a criminalidade económico-financeira.

- b. Sempre que, na sede da comarca, se preveja a entrada de mais de 5.000 inquéritos por ano, será instalado um Departamento de Investigação, podendo criar-se secções descentralizadas desse mesmo Departamento sempre que, noutras circunscrições da mesma comarca, se preveja a entrada de mais de 5.000 inquéritos.
- c. Na sede dos Tribunais da Relação existirá sempre um DIAP, que poderá tramitar os processos na qualidade de DIAP, mesmo que não se preveja a entrada de mais de 5.000 inquéritos por ano.

**47.** Os coordenadores da investigação criminal poderão abranger várias jurisdições locais, tendo em conta o critério supra referido (1 PR para cada 15 PA's a tramitar inquéritos criminais).

A centralização dos processos mais complexos na sede das comarcas facilitará o relacionamento com os juízos de instrução criminal.

#### **b. O quadro inicial da Comarca**

**48.** Estabelecidos os recursos humanos necessários, conforme descrito nos pontos precedentes, está definido o número total de lugares para magistrados do MP que o quadro da Comarca deve consagrar.

Estes serão colocados por referência aos municípios, fazendo-se, no momento inicial, a mais ampla correspondência possível entre os lugares anteriormente ocupados e os resultantes da reorganização judiciária, com vista a minorar os impactos que o desconhecimento dos processos sempre acarreta.

**49.** O número de lugares para Procuradores da República e para Procuradores Adjuntos da comarca deve constar de portaria, sendo indicados por referência aos municípios.

Será possível, com o enquadramento que venha a ser estabelecido pelo CSMP, que estes sejam chamados a intervir em processos que corram em secções diferentes das que correspondem ao local em que foram colocados, não correspondendo tal situação a acumulação de funções sempre que se verifique dentro da mesma comarca.

**50.** Embora os processos tramitados pelo Ministério Público não revelem um problema excessivo em matéria de pendências processuais, sendo as situações de

acumulação ou antiguidade geridas, essencialmente, no âmbito dos poderes de coordenação, poderão ser criados em todas as comarcas quadros complementares, de modo a permitir acorrer a situações pontuais de reforço da capacidade de resposta. Sempre que seja necessário deslocarem-se fora do âmbito estabelecido nas regras de mobilidade estabelecidas para o sector, ser-lhes-á devido o pagamento de ajudas de custo.

Dependendo dos recursos existentes, estes lugares poderão ser integrados em bolsas por distrito judicial.

#### **c. Mobilidade**

51. A mobilidade dentro da comarca deve respeitar as regras estabelecidas para o sector, e, nesse enquadramento, por decisão, fundamentada e publicitada, do Procurador Coordenador da comarca, em articulação com o CSMP (ou com a Procuradoria-Geral Distrital competente), pode ser alterada a conformação inicialmente estabelecida, a partir do final de um período de 12 meses após a entrada em funcionamento da comarca.

52. Não se confundindo com uma hipótese de mobilidade, importa referir que se prevê que os processos possam ser afetos ou tramitados por outro magistrado do MP, se assim for determinado pelo Magistrado do Ministério Público coordenador em articulação ou de acordo com critérios gerais e previamente estabelecidos pelo CSMP, para efeitos de uma melhor organização do serviço, designadamente, para equilíbrio da carga processual.

Em qualquer caso, importa que sejam ponderadas e publicitadas as regras de reafecção de processos, bem como de deslocalização de magistrados, garantindo que os critérios utilizados são compatíveis com as garantias constitucionais consagradas neste domínio. Tais critérios deverão, assim, ser estabelecidos ou validados pelo CSMP.

#### **d. Preenchimento de lugares vagos na Comarca**

53. Encontrando-se vago algum lugar da Comarca, o Procurador Coordenador avaliará da necessidade do seu preenchimento, ou da vantagem na sua substituição por lugar noutro ponto da comarca, e, juntamente com os órgãos competentes do MP, promove o seu preenchimento, nos termos legais.

O CSMP definirá, previamente a cada movimento, os lugares que devem ser preenchidos por magistrados do MP em início de carreira.

**e. Gabinete de Apoio**

**54.** Em cada comarca e no seguimento do já previsto na Lei nº52/2008, de 28 de Agosto (artigo 84º), será criado gabinete de apoio à atividade dos magistrados do Ministério Público. Esse gabinete de apoio destina-se a assegurar assessoria e consultadoria técnica aos magistrados do Ministério Público e ao magistrado do Ministério Público coordenador, quer em matérias que dizem respeito ao exercício da função como para auxílio em tarefas de cariz material.

Os serviços do gabinete de apoio são dirigidos pelo respetivo magistrado do Ministério Público coordenador.

**VI. ASPETOS CRÍTICOS DA GESTÃO****A) Orçamento**

**55.** A avaliação relativa à utilização de recursos é essencial para o planeamento, para o suporte ao processo de decisão e, acima de tudo, para a gestão assente na eficiência, eficácia e economia dos recursos e meios disponíveis.

O atual modelo de execução orçamental e os respetivos indicadores de gestão assentam essencialmente na satisfação das necessidades de controlo relacionadas com aspetos de regularidade e conformidade legais.

A realidade atual, quer ao nível do papel do Estado na sociedade, quer ao nível das condições tecnológicas atingidas e da situação económica e financeira, reclamam novos modelos de gestão assentes em conceitos de eficiência, eficácia e economia.

**56.** A gestão pública direcionada para a obtenção dos melhores resultados de eficiência, eficácia e economia implica a obtenção e tratamento permanente da informação adequada.

A necessidade de introdução ou expansão de reformas estruturais nos sistemas de organização judiciária tornam ainda mais importante a conceção de instrumentos de análise da informação como suporte à decisão.

Daí que se torne cada vez mais importante a recolha e tratamento de informação para a construção de instrumentos de mensuração relativos aos recursos e ao desempenho das secretarias judiciais, e se torne necessária a introdução de mecanismos que permitam uma rigorosa definição dos indicadores de gestão relativos à execução orçamental de cada secretaria judicial.

**57.** O modelo atual da gestão orçamental das secretarias judiciais não permite uma rigorosa definição dos adequados e necessários indicadores.

Com efeito, nem toda a despesa relativa à atividade das secretarias judiciais se encontra refletida no respetivo orçamento. Nalguns casos tal despesa é suportada diretamente pelo orçamento da DGAJ, noutros casos é suportada integralmente por uma secretaria judicial, mas beneficiando várias (por exemplo, o caso de uma renda suportada por um serviço e relativa a um edifício onde se encontram instaladas várias secretarias judiciais). Assim, temos situações em que a despesa refletida pelos indicadores é superior ao real custo de funcionamento do serviço e situações em que se verifica o inverso.

**58.** Assim, torna-se necessária a introdução de mecanismos que permitam a correta definição do conteúdo de cada centro de custos. Ou seja, a imputação a cada secretaria ou unidade orgânica de toda a despesa suportada para o seu funcionamento.

**59.** A DGAJ fixa uma dotação global para cada comarca, competindo ao Administrador Judiciário apresentar à DGAJ proposta de orçamento para a Comarca, desagregando as respetivas unidades orgânicas, ouvidos o Juiz Presidente e o Procurador Coordenador.

## **B) Organização dos Serviços e da Secretaria**

**60.** Dentro das competências de gestão atribuídas à comarca inclui-se a de poder criar ou extinguir unidades orgânicas nos termos que considere mais adequados e que deverão refletir-se nos sistemas de informação da comarca. Poderá ser estabelecido um número inicial de unidades orgânicas, que pode vir a ser alterado por decisão da gestão da comarca.

Pode, assim, o serviço externo da comarca ser centralizado num único ponto ou em pontos definidos pela direção da comarca.

**61.** Quanto à distribuição de funções dos funcionários, esta tanto pode ser por tarefa, como por processo, sendo ainda de admitir a possibilidade de afetação de funcionários da secretaria à realização de apoio especializado a algum magistrado, com consagração clara desta possibilidade no conteúdo funcional definido nos estatutos dos oficiais de justiça.

De entre os funcionários estabelecidos para a comarca poderá, ainda, ser estabelecido um grupo de apoio aos órgãos de gestão da Comarca.

## VII. INDICADORES DE FUNCIONAMENTO E GESTÃO

**62.** Importa, desde logo, definir as fontes dos dados, estabelecendo, de seguida, a forma de construção de alguns indicadores.

Deve ser estabelecida uma periodicidade mensal de monitorização das comarcas, com análise das suas diferentes instâncias e secções, com divulgação nas páginas eletrónicas pertinentes dos dados relevantes.

É nesta sede que deverão ser analisados elementos que permitam afastar os eventuais reflexos negativos na atividade jurisdicional da fixação de metas estritamente numéricas, por forma a evitar prejuízos para a qualidade das decisões judiciais.

Seria adequado utilizar os dados fornecidos pela DGPJ e os dados obtidos através do sistema de informação instalado nos Tribunais (atualmente Habilus /Citius, mas que irá evoluir para um sistema de informação único, em todos os Tribunais, tal como se indicia nos objetivos estabelecidos no Plano de Ação para a Justiça na Sociedade de Informação), a obter de forma pré definida, integrada nas aplicações disponíveis no tribunal.

**63.** Indicam-se de seguida alguns dados e indicadores que deverão ser ponderados (e que estão a ser considerados no âmbito da subgrupo de trabalho referente aos Tribunais, que está a desenvolver o caderno de encargos do novo sistema de informação), sendo certo que, para além daqueles que serão assim definidos, os órgãos de gestão de cada comarca podem sempre considerar outros que considerem pertinentes e necessários.

Com efeito, a estrutura e dinâmica organizativas próprias de cada um dos serviços, tais como a sua localização geográfica ou o seu eventual desdobramento, bem como as condições da procura, até em conformidade com a sua colocação em zonas mais urbanos ou rurais, devem ser ponderadas não só para efeitos de análise mais detalhada do funcionamento do tribunal de comarca, mas também como possível contributo para futuras construções mais detalhadas de valores de referência processual.

**64.** Assim, podem ser ponderados os seguintes elementos:

**Dados a ponderar:**

- a. Número de processos findos - processos terminados, seja por sentença ou ato equivalente, seja por outro motivo;
- b. Número de processos entrados - com discriminação dos “processos” que possam ser indicados no sistema mas não devam ser considerados;
- c. Número de atos praticados - com definição prévia dos atos que devam ser ponderados, que sejam inequívocos nas aplicações *Citius* ou das Custas; os atos a considerar podem ser despachos saneadores, videoconferências, sessões de julgamento, elaboração de contas nos processos, etc.);
- d. Número de funcionários afetos à comarca, incluindo, no mês em causa, contratados a termo, estagiários, etc., em equivalente a tempo inteiro (“FTE - Full Time Equivalent”);
- e. Número de funcionários afetos ao tratamento dos processos das espécies discriminadas em equivalente a tempo inteiro (“FTE - Full Time Equivalent”);
- f. Prazo de duração do processo: tempo decorrido entre a data de entrada e a data da decisão final do processo.

**Indicadores a construir:**

- a. **Produtividade global da Comarca:**
  - n.º total de processos findos/n.º total de juízes;
  - n.º total de processos findos/n.º total de funcionários;
- b. **Produtividade por espécie processual na Comarca:**
  - n.º processos findos espécie A/n.º juízes afetos espécie A;
  - n.º processos findos espécie A/n.º funcionários afetos espécie A;
- c. **Ratios de resolução:**
  - Ratio global de resolução:** n.º total processos findos /n.º total processos entrados no período (multiplicado por 100 corresponde ao indicador *Clearance rate* (%), utilizado pela CEPEJ para medição estatística da «performance» dos Estados-membros do Conselho da Europa);
  - Ratio de resolução por espécie:** n.º processos findos da espécie A/ n.º processos entrados espécie A;
- d. **Case Turnover ratio:** n.º processos findos/n.º processos pendentes (relação entre o número de casos findos e o número de casos pendentes no final de um dado período. Indicador utilizado pela CEPEJ);
- e. **Disposition Time:** 365/case turnover ratio, que procede à comparação entre o número de casos findos durante o período em análise o número de casos pendentes no final desse mesmo período; exprime em dias o resultado do «case turnover ratio» (Indicador utilizado pela CEPEJ);



- f. **Controlo de contas:** n.º total contas concluídas/ n.º total processos findos;
- g. **Realização de diligências:** n.º total sessões de julgamento realizadas / n.º total sessões marcadas
- h. **Tempos médios de duração dos processos por espécie processual:** poderão ser estabelecidos marcos para fases do processo, ou, na falta, será de considerar o tempo médio decorrido, por espécie, entre a entrada e a decisão final dos processos, avaliado em relação aos processos concluídos no período considerado.

#### **VIII. TRIBUNAIS COM COMPETÊNCIA PARA TODO O TERRITÓRIO NACIONAL e TRIBUNAIS DE EXECUÇÃO DAS PENAS (TEP)**

**65.** À semelhança do que hoje se encontra consagrado na ordem jurídica nacional, prevê-se a continuidade de estruturas que tramitem e julguem processos de matérias específicas, com competência sobre todo o território nacional. Com efeito, se por um lado a especificidade da matéria aconselha a consagração de uma estrutura especializada, o número de processos e a sua dispersão pelo território, bem como as possibilidades de tratamento telemático, podem recomendar o seu tratamento apenas por uma unidade ao nível nacional.

As estruturas de gestão destes tribunais deverão ser adequadas ao novo modelo de gestão e organização, ponderado o âmbito da sua competência. Nestes casos, justificar-se-á a separação entre as competências de gestão processual, a atribuir ao Juiz Presidente do tribunal competente para todo o território nacional, em direta articulação com o CSM, e as demais competências de gestão, a assumir pela presidência da comarca em que se vier a situar o tribunal de competência para todo o território nacional.

**66.** Por outro lado, subsistem situações em que existem tribunais com competência que abrange mais do que uma comarca, como é o caso dos Tribunais de Execução das Penas, situação que se manterá. Nestes casos, também os objetivos de gestão processual serão definidos pelo Juiz Presidente do tribunal competente, em direta articulação com o CSM, sendo as demais competências assumidas pelo órgão de gestão da comarca onde se encontre sediado o TEP em causa.

## IX. TRIBUNAIS DA RELAÇÃO

67. Cada comarca reorganizada pertencerá a um único Tribunal da Relação<sup>19</sup>. Contudo, este princípio terá uma única exceção no que respeita às Comarcas de Braga e de Viana do Castelo (recursos das decisões das Secções do Trabalho).

Neste contexto, é necessário efetuar também ajustamentos quer do âmbito territorial dos atuais Tribunais da Relação quer dos respetivos quadros de pessoal. Tal redimensionamento das competências territoriais dos Tribunais da Relação amplificará a eficiência judicial na fase recursória e contribuirá para uma melhor adequação gestonária dos recursos humanos.

Para a definição dos recursos a afetar a cada Tribunal da Relação, no que concerne aos Juízes Desembargadores, ter-se-á em consideração os estudos do CSM sobre os VRP para os Tribunais da Relação, aprovados por deliberação do Plenário do CSM em 13.03.2012.

Por outro lado, será posto fim a uma situação anómala (que se vem prolongando ao longo do tempo), que tem sido um instrumento de gestão do CSM, e que consiste na existência de Juízes de Direito a exercer funções nos Tribunais da Relação.

Assim, dar-se-á uma maior dignificação a estes Tribunais Superiores (onde só deverão exercer funções os que devem aceder por meio da atual forma de concurso curricular) e, ao mesmo tempo, encontrar-se-á uma outra solução que possibilite uma melhor gestão de recursos humanos, fixando-se um número flexível nos quadros dos Tribunais da Relação.

A situação dos atuais Juízes de Direito a exercer funções como auxiliares deverá ser ponderada pelo CSM.

Relativamente ao quadro de Procuradores-Gerais-Adjuntos nos Tribunais da Relação, que também terá um número de magistrados flexível, levar-se-á em consideração o atual quadro legal e o número de magistrados que vêm exercendo funções.

Quanto aos funcionários que deverão prestar serviço nos Tribunais da Relação, o seu número deve constar do mapa de pessoal a aprovar anualmente pelos respetivos Presidentes dos Tribunais da Relação.

O quadro que se segue apresenta o resumo da situação em matéria de recursos humanos.

---

<sup>19</sup> A cobertura nacional da organização judiciária proposta, no que respeita aos Tribunais da Relação, encontra-se representada no mapa que constitui o Anexo 8.



## REORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA - QUADRO COMPARATIVO DE RECURSOS HUMANOS

## Tribunais da Relação

Tribunal da Relação	Comarcas	Juizes					Magistrados do Ministério Público			Oficiais de Justiça		
		Quadro Legal	Exercício de funções			Proposta linhas estratégicas	Quadro Legal	Exercício de funções (a)	Proposta linhas estratégicas	Quadro Legal	Exercício de funções (a)	Proposta linhas estratégicas
			Efetivos	Auxiliares	Total (a)							
Coimbra	Castelo Branco	57	53	14	67	50-60	9	13	9-13	25	23	-
	Coimbra											
	Guarda											
	Leiria											
	Viseu											
Évora	Beja	42	38	11	49	55-65	8	10	8-10	20	19	-
	Évora											
	Faro											
	Portalegre											
	Santarém											
	Setúbal											
Guimarães (b)	Braga	36	34	9	43	40-50	4	6	4-6	16	14	-
	Viana do Castelo											
Lisboa	Açores	133	119	20	139	130-150	20	18	18-20	74	56	-
	Lisboa											
	Lisboa Norte											
	Lisboa Oeste											
Porto (b)	Madeira	88	75	28	103	105-125	11	13	11-13	42	38	-
	Aveiro											
	Bragança											
	Porto											
	Porto Este											
Vila Real	Vila Real	88	75	28	103	105-125	11	13	11-13	42	38	-
	Vila Real											
Total		356	319	82	401	380-450	52	60	50-62	177	150	-

(a) Informação reportada a maio de 2012.

Nota: Não se apresenta proposta para o quadro de oficiais de justiça dado que o mesmo será fixado em mapa de pessoal a aprovar pelos respetivos Presidentes da Relação.

(b) As questões de natureza laboral das comarcas de Braga e de Viana do Castelo pertencem à área de competência territorial do Tribunal da Relação do Porto.

## **X. ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**68.** A reforma ora proposta impõe a revisão dos seguintes diplomas legais, já tendo sido iniciados os trabalhos de revisão de alguns dos que de seguida se enumeram. Nalguns casos, será necessário a aprovação de diplomas integralmente novos, noutros casos poderão apenas ser feitas alterações pontuais:

- a. Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (LOFTJ, Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro e Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto);
- b. Decreto-Lei de regulamentação da LOFTJ (DL n.º 186-A/99, de 31 de Maio e DL n.º 28/2009, de 28 de Janeiro);
- c. Portaria de definição dos quadros de pessoal para as novas secretarias (Portaria 721-A/2000, de 5 de Setembro, e Portaria 170/2009, de 17 de Fevereiro);
- d. Estatuto dos funcionários judiciais (Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto);
- e. Estatuto dos magistrados judiciais (Lei n.º 21/85 de 30 de Julho);
- f. Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro).

## **XI. CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA DECISÃO DE MANUTENÇÃO OU DE EXTINÇÃO DE TRIBUNAIS**

**69.** Como acima se referiu, a opção inicialmente avançada de serem agregados tribunais com um movimento expectável inferior a 250 processos entrados/ano após reorganização foi maioritariamente contestada pelos representantes das populações locais, pessoalmente ouvidos em reuniões agendadas por proposta da Ministra da Justiça, no âmbito dos trabalhos do grupo, e realizadas no Ministério da Justiça.

Em muitas das 47 situações em que, no Ensaio, foi proposta a extinção do tribunal, foi manifestada oposição à integração desse tribunal em outro tribunal, também de reduzida dimensão, por razões de falta de afinidade cultural ou social, ou até de maior dificuldade de acessos. Nessas ocasiões por norma foi invocada a preferência de que o movimento fosse no sentido da sede da comarca, ou para outro centro urbano de maior dimensão. Assim, consideravam os autarcas ouvidos, que os cidadãos dos municípios por si representados ficariam melhor servidos.

**70.** Sempre que possível, tais pretensões foram atendidas. Do mesmo modo, se a oferta especializada para determinado município era já garantida em determinado ponto do distrito, procurou agregar-se todo o tribunal a extinguir a esse mesmo ponto.

Na sequência da não agregação de pequenos tribunais, e ponderadas, ainda, as alterações decorrentes, designadamente, do alargamento da competência territorial das instâncias especializadas, restaram 61 tribunais cujo movimento expectável, por si só, não justifica a sua manutenção.

Deste conjunto de tribunais a extinguir em razão do movimento processual expectável após reorganização, considerou-se de excluir de imediato os tribunais das ilhas das Flores (Tribunal de Santa Cruz das Flores), da Graciosa (Tribunal de Santa Cruz da Graciosa) e de Santa Maria (Tribunal de Vila do Porto), que devem ser configurados como Instâncias Locais para garantir o adequado atendimento à população daquelas ilhas. Qualquer outra solução seria mais onerosa para as populações, justificando-se, assim, pelas características próprias da insularidade, que se adote solução diferente da regra.

Nas demais situações, e em regra, optou-se por agregar esses tribunais a instâncias locais com um número de processos superior a 250.

Em casos determinados, porém, para obstar a que grandes áreas do território, ou áreas em que, por motivos geográficos, as deslocações são muito dificultadas, optou-se por agregar tribunais de movimento expectável, após reorganização, inferior a 250 processos, quando as características dos imóveis de acolhimento o permitam, aí se instalando uma Instância Local a servir toda a população desses concelhos.

De todo o modo, e dentro do modelo de organização judiciária preconizado, poderão vir a ser encontradas soluções concretas de instalação de Instâncias Locais que melhor sirvam os interesses e necessidades das populações envolvidas. Tais opções, que seguramente serão colocadas no processo de consulta pública que se pretende livre e participado, à semelhança do que sucedeu já nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, devem ser ponderadas e podem vir a determinar alterações pontuais na conformação ora apresentada, dentro dos condicionalismos decorrentes da infraestrutura existente.

Verificou-se, ainda, uma situação, relativa ao Tribunal de Avis, em que, não obstante o movimento expectável após reorganização ser superior a 250 processos, não se torna possível a transformação deste tribunal em Instância Local, em virtude da muito acentuada degradação física das instalações (reconhecida pelo Conselho Superior da Magistratura), acrescida da circunstância de ser já, atualmente, um tribunal que funciona agregado a outro tribunal.

71. Paralelamente, procedeu-se à revisão dos dados, verificando-se, em determinadas situações, que os valores inicialmente referidos no Ensaio não se

encontravam corretos (caso de Penacova, que deveria agregar os dados de um outro município, o que não foi considerado) e, numa outra situação (caso de Castelo de Paiva), ter ocorrido uma situação anómala respeitante ao funcionamento dos serviços do MP no triénio considerado, pelo que tal incorreção e anomalia determinaram que se mantivessem os tribunais em causa.

**72.** Preconiza-se, pois, a extinção de um total de 54 tribunais, numa média de encerramento de 2 tribunais por distrito (que, na reorganização proposta, corresponderiam a secções).

Subsistem, assim, 23 tribunais judiciais de comarca, que se desdobram em 219 secções de competência especializada e 179 secções de competência genérica (sendo que, todavia, 78 se desdobram em matéria cível e criminal e 4 são de pequena criminalidade). Foram criadas 27 Extensões Judiciais.<sup>20</sup>

Com tal estrutura estabelecem-se três níveis de atendimento ao cidadão: o mais completo, na secção competente para a matéria em causa, quer seja central, de competência especializada, quer seja local; depois, o de atendimento, consulta de processos, obtenção de certidões, realização de videoconferências e, eventualmente, de realização de audiências, a realizar em Extensões Judiciais ou em outra Instância da mesma comarca que não o competente para a causa em questão.

Configura um terceiro nível de atendimento, a possibilidade de realização de videoconferências em Instância do Tribunal Judicial de outra comarca, à semelhança do que sucede atualmente.

## **XII. CONFORMAÇÃO CONCRETA DAS COMARCAS E RESPECTIVOS QUADROS DE RECURSOS HUMANOS**

**73.** As propostas de reorganização que se apresentam imediatamente a seguir<sup>21</sup> comparam a atual oferta e situação organizativa no espaço do distrito e dos respetivos recursos humanos com a que resulta da reforma.

Sublinha-se que tais propostas representam a solução que se considera mais adequada para a distribuição dos serviços na comarca, podendo, pontualmente, algumas soluções vir a ser alteradas por imperativos de melhor aproveitamento do

<sup>20</sup> O Anexo 7 identifica a localização das Extensões Judiciais. A cobertura nacional da organização judiciária proposta encontra-se representada no mapa que constitui o Anexo 9.

<sup>21</sup> Propostas de reorganização das comarcas, apresentadas por ordem alfabética dos distritos.



edificado existente, designadamente as instalações nos tribunais que ora se propõe extinguir. Podem vir a ser utilizados para efeitos de instalação de serviços jurisdicionais, caso não seja possível, no quadro dos atuais constrangimentos financeiros, avançar para as soluções preconizadas.

74. Analisaram-se 231 tribunais de comarca e 77 tribunais de competência especializada, tal como definidos na Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro<sup>22</sup>, e propõe-se a sua transformação em 23 Tribunais Judiciais de Comarca, que vêm, assim, substituir 308 tribunais judiciais.

Propõe-se a extinção de 54 Tribunais<sup>23</sup> e procurou-se acentuar a especialização sempre que tal se mostrou adequado e possível.

Propõe-se a criação de 27 Extensões Judiciais.

O quadro que segue apresenta o resumo da situação em matéria de recursos humanos.

---

<sup>22</sup> Em rigor, uma das comarcas abrangidas no Distrito de Beja (Odemira) faz atualmente parte da Comarca do Alentejo Litoral, nos termos definidos na Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto.

<sup>23</sup> O levantamento dos tribunais a extinguir constitui o Anexo 4.



## REORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA - QUADRO COMPARATIVO DE RECURSOS HUMANOS

Comarcas	Juizes					Magistrados do Ministério Público					Oficiais de Justiça		
	Quadro Legal	Exercício de funções (a)	Proposta linhas estratégicas			Quadro Legal	Exercício de funções (a)	Proposta linhas estratégicas			Quadro Legal	Exercício de funções (a)	Proposta linhas estratégicas
			VRP	Afetar a pendências em atraso	Total Proposta			PR	PA	Total (a)			
1. Açores	24	26	29	4	33	25	32	6	25	31	180	155	173
2. Aveiro	73	85	73	5	78	74	87	28	51	79	525	506	457
3. Beja	12	14	13	1	14	12	13	2	11	13	83	78	83
4. Braga	71	91	80	5	85	57	75	30	51	81	586	523	496
5. Bragança	14	17	12	2	14	13	14	2	10	12	111	100	87
6. Castelo Branco	15	20	18	3	21	17	18	5	13	18	123	116	126
7. Coimbra	38	49	43	7	50	43	47	18	31	49	335	292	297
8. Évora	16	20	18	2	20	18	27	6	12	18	126	111	117
9. Faro	44	56	56	4	60	52	78	20	49	69	337	307	328
10. Guarda	18	20	14	2	16	17	19	2	12	14	126	118	102
11. Leiria	42	62	40	11	51	37	47	17	32	49	344	303	303
12. Lisboa	209	249	155	31	186	202	230	75	124	199	1606	1336	1225
13. Lisboa Oeste	67	89	75	9	84	92	105	40	71	111	508	463	485
14. Lisboa Norte	50	64	51	8	59	45	55	27	39	66	378	281	327
15. Madeira	18	24	22	4	26	22	24	9	18	27	166	132	135
16. Portalegre	10	12	13	2	15	9	12	2	10	12	83	75	76
17. Porto	145	173	135	12	147	149	187	53	105	158	1215	1114	920
18. Porto Este	48	59	62	7	69	43	57	25	42	67	396	349	395
19. Santarém	40	47	42	4	46	38	50	14	33	47	322	294	295
20. Setúbal	27	37	29	4	33	24	40	11	24	35	182	169	190
21. Viana do Castelo	16	20	25	2	27	18	22	8	15	23	169	156	152
22. Vila Real	19	22	21	1	22	17	21	7	13	20	152	146	122
23. Viseu	33	40	30	3	33	28	34	12	21	33	248	236	192
1. Trib. Marítimo	1	1	1		1	1	1	1		1	5	5	5
2. Trib. Concorrência, Reg. e Supervisão	2	1	2		2	1		1		1	13	4	13
3. Trib. Propriedade Intelectual	2	1	2		2	1		1		1	13	3	13
4. Trib. Central de Instrução Criminal	1	1	1		1						8	9	8
5. Balcão Nacional de Injunções											27	25	27
Totais	1055	1300	1062	133	1195	1055	1295	422	812	1234	8367	7406	7149

	Juizes		Magistrados MP		Oficiais de Justiça	
	Exercício de funções (a)	Proposta	Exercício de funções (b)	Proposta	Exercício de funções (c)	Proposta (d)
Total Geral	1300	1195	1253	1234	7235	7169
Diferença	105		19		66	

(a) Informação reportada a junho de 2011, com exceção das comarcas objeto de alteração operada pelo Decreto-Lei n.º 113-A/2011, de 29 Novembro e pela Portaria n.º 309/2011 de 21 de Dezembro.

(b) Não foram considerados 42 substitutos não magistrados nos termos do n.º 6 do art.º 65 do EMP (Estatuto dos Magistrados do Ministério Público).

(c) Dados atualizados a 17 de maio de 2012, segundo informação da Direção de Serviços de Recursos Humanos encontram-se pendentes cerca de 300 pedidos de aposentação.

(d) Inclui os funcionários que, segundo a proposta do "Ensaio", integrariam o quadro complementar (392), bem como os funcionários a afetar ao tratamento das pendências consideradas em atraso e os futuros administradores judiciários.



## TRIBUNAIS DA RELAÇÃO

Tribunal da Relação de Coimbra			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes (c)
Coimbra (d)	3720	70-80	50-60

(a) Corresponde aos processos entrados em 2011.

(b) VRP considerado: entre 70-80 processos (secções cíveis e secções criminais).

(c) Número flexível, tendo em conta o número de processos entrados e pendentes no respetivo Tribunal da Relação.

(d) Área de competência territorial: Comarcas de Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.

Tribunal da Relação de Évora			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes (c)
Évora (d)	4083	70-80	55-65

(a) Corresponde aos processos entrados em 2011.

(b) VRP considerado: entre 70-80 processos (secções cíveis e secções criminais).

(c) Número flexível, tendo em conta o número de processos entrados e pendentes no respetivo Tribunal da Relação.

(d) Área de competência territorial: Comarcas de Beja, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal.

Tribunal da Relação de Guimarães			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes (c)
Guimarães (d)	3158	70-80	40-50

(a) Corresponde aos processos entrados em 2011.

(b) VRP considerado: entre 70-80 processos (secções cíveis e secções criminais).

(c) Número flexível, tendo em conta o número de processos entrados e pendentes no respetivo Tribunal da Relação.

(d) Área de competência territorial: Comarcas de Braga e Viana do Castelo, com exceção das questões de natureza laboral.



Tribunal da Relação de Lisboa			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes (c)
Lisboa (d)	10410	70-80	130-150

(a) Corresponde aos processos entrados em 2011.

(b) VRP considerado: entre 70-80 processos (secções cíveis e secções criminais).

(c) Número flexível, tendo em conta o número de processos entrados e pendentes no respetivo Tribunal da Relação.

(d) Área de competência territorial: Comarcas dos Açores, Lisboa, Lisboa Norte, Lisboa Oeste e Madeira.

Tribunal da Relação do Porto			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes (c)
Porto (d)	8695	70-80	105-125

(a) Corresponde aos processos entrados em 2011.

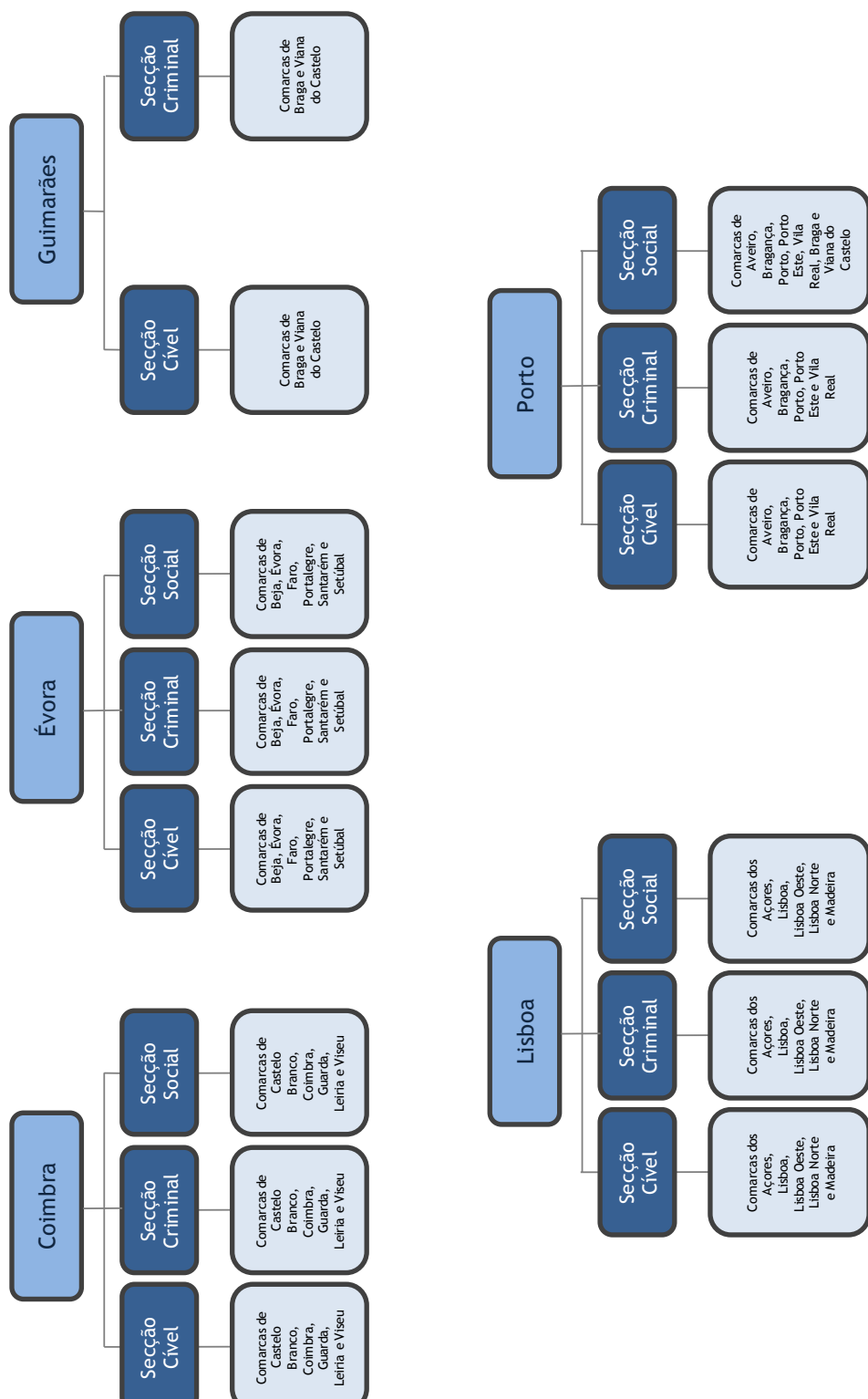
(b) VRP considerado: entre 70-80 processos (secções cíveis e secções criminais).

(c) Número flexível, tendo em conta o número de processos entrados e pendentes no respetivo Tribunal da Relação.

(d) Área de competência territorial: Comarcas de Aveiro, Bragança, Porto, Porto Este e Vila Real.

NOTA: Tem competência para as questões de natureza laboral das comarcas de Braga e Viana do Castelo.

## TRIBUNAIS DA RELAÇÃO







## COMARCA DOS AÇORES

**i)** A Comarca dos Açores compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Angra do Heroísmo;
2. Horta;
3. Nordeste;
4. Ponta Delgada (inclui o município de Lagoa);
5. Povoação;
6. Ribeira Grande;
7. Santa Cruz da Graciosa;
8. Santa Cruz das Flores (inclui os municípios do Corvo e de Lajes das Flores);
9. São Roque do Pico (inclui os municípios de Lajes do Pico e da Madalena);
10. Velas (inclui o município da Calheta);
11. Vila da Praia da Vitória;
12. Vila do Porto;
13. Vila Franca do Campo.

**Organização e Recursos Humanos:**

Comarcas	Tribunais	Juizes (b)		Magistrados do Ministério Público (b)		Oficiais de Justiça (b)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Angra do Heroísmo	Trib. de competência genérica	4	4	4	4	25	19
2. Horta	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	10	8
3. Nordeste (a)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	4	2
4. Povoação (a)	Trib. de competência genérica					5	5
5. Ponta Delgada	Trib. de competência genérica	7	11	10	15	59	47
	Trib. de família e menores	1				7	11
	Trib. do trabalho	1				6	5
6. Ribeira Grande	Trib. de competência genérica	2	2	2	4	17	15
7. Santa Cruz da Graciosa	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	4
8. Santa Cruz das Flores	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	5
9. São Roque do Pico	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
10. Velas	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	5
11. Vila da Praia da Vitória	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	10	9
12. Vila do Porto	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	5
13. Vila Franca do Campo	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	9	8
<b>Total</b>		<b>24</b>	<b>26</b>	<b>25</b>	<b>32</b>	<b>180</b>	<b>155</b>

(a) Comarcas agregadas (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).

(b) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Angra do Heroísmo	51	232	799	4	10	28	110	69	30	233	148	1714
Horta	50	96	268	3	4	89	37	39	6	80	139	811
Nordeste		27	53	1	2	3	12	9	2	33	15	157
Ponta Delgada a)	373	1005	1916	25	36	112	313	292	82	558	656	5368
Povoação		32	75	0	4	7	23	11	7	46	26	231
Praia da Vitória	37	135	333	1	5	19	96	32	18	112	112	900
Ribeira Grande			483	5	11	36	139	82	18	207	172	1153
Santa Cruz da Graciosa	4	20	39	1	1	5	17	7	1	19	16	130
Santa Cruz das Flores	8	33	42	0	2	6	41	5	1	22	25	185
São Roque do Pico	26	84	123	2	3	14	53	17	1	77	87	487
Velas	8	49	98	0	2	9	52	15	2	48	56	339
Vila do Porto	13	47	47	0	2	5	18	11	2	38	13	196
Vila Franca do Campo			109	1	1	17	42	16	6	72	34	298
Total	570	1760	4385	43	83	350	953	605	176	1545	1499	11969

a) O tribunal do Trabalho de Ponta Delgada integra as comarcas do Nordeste, Povoação, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo.



**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Angra do Heroísmo	TC de Angra do Heroísmo	TC de Angra do Heroísmo	TC de Angra do Heroísmo	TC de Angra do Heroísmo	TC de Angra do Heroísmo	TC de Angra do Heroísmo
2. Horta	TC da Horta	TC da Horta	TC da Horta	TC da Horta	TC da Horta	TC da Horta
3. Nordeste	TC do Nordeste	TC do Nordeste	TC do Nordeste	TC do Nordeste	TT de Ponta Delgada	TC do Nordeste
4. Povoação	TC da Povoação	TC da Povoação	TC da Povoação	TC da Povoação	TT de Ponta Delgada	TC da Povoação
5. Ponta Delgada	TC de Ponta Delgada	TC de Ponta Delgada	TFM de Ponta Delgada	TFM de Ponta Delgada	TT de Ponta Delgada	TC de Ponta Delgada
6. Ribeira Grande	TC da Ribeira Grande	TC da Ribeira Grande	TFM de Ponta Delgada	TFM de Ponta Delgada	TT de Ponta Delgada	TC da Ribeira Grande
7. Santa Cruz da Graciosa	TC de Santa Cruz da Graciosa	TC de Santa Cruz da Graciosa	TC de Santa Cruz da Graciosa	TC de Santa Cruz da Graciosa	TC de Santa Cruz da Graciosa	TC de Santa Cruz da Graciosa
8. Santa Cruz das Flores	TC de Santa Cruz das Flores	TC de Santa Cruz das Flores	TC de Santa Cruz das Flores	TC de Santa Cruz das Flores	TC de Santa Cruz das Flores	TC de Santa Cruz das Flores
9. São Roque do Pico	TC de São Roque do Pico	TC de São Roque do Pico	TC de São Roque do Pico	TC de São Roque do Pico	TC de São Roque do Pico	TC de São Roque do Pico
10. Velas	TC de Velas	TC de Velas	TC de Velas	TC de Velas	TC de Velas	TC de Velas
11. Vila da Praia da Vitória	TC de Vila da Praia da Vitória	TC de Vila da Praia da Vitória	TC de Vila da Praia da Vitória	TC de Vila da Praia da Vitória	TC de Vila da Praia da Vitória	TC de Vila da Praia da Vitória
12. Vila do Porto	TC de Vila do Porto	TC de Vila do Porto	TC de Vila do Porto	TC de Vila do Porto	TC de Vila do Porto	TC de Vila do Porto
13. Vila Franca do Campo	TC de Vila Franca do Campo	TC de Vila Franca do Campo	TFM de Ponta Delgada	TFM de Ponta Delgada	TT de Ponta Delgada	TC de Vila Franca do Campo

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.



## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores

## 1.1. Secção Cível e Secção Criminal

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Ponta Delgada - Secção Cível (c)	180	0,80	3
Ponta Delgada - Secção Criminal (c)	117	1,67	
Angra do Heroísmo - Secção Cível (d)	170	0,76	3
Angra do Heroísmo - Secção Criminal (d)	59	0,84	

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (matéria cível), 70 processos por juiz (matéria criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Lagoa, Ponta Delgada, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande, Vila do Porto e Vila Franca do Campo.

(d) Área de competência territorial: municípios de Angra do Heroísmo, Calheta, Corvo, Horta, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Velas e Vila da Praia da Vitória.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Ponta Delgada - Secção do Trabalho (c)	373	0,48	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Ponta Delgada.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Lagoa, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo.



Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Ponta Delgada - Secção de Instrução Criminal (c)	54	0,36	1

(a) Corresponde à média de instruções entradas entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Lagoa, Ponta Delgada, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo.

Nota: os atos jurisdicionais são assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais com exceção de Ponta Delgada.

Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Ponta Delgada - Secção de Família e Menores (c)	1064	1,45	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal de Família e Menores de Ponta Delgada.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Lagoa, Ponta Delgada, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível (a)	Área criminal (a)	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Angra do Heroísmo	1265	381	1646
2. Horta	493	219	712
3. Nordeste	75	48	123
4. Povoação	109	72	181
5. Ponta Delgada	2546	1214	3760
6. Ribeira Grande	709	379	1088
7. Santa Cruz da Graciosa	88	35	123
8. Santa Cruz das Flores	129	47	176
9. São Roque do Pico	305	164	469
10. Velas	222	104	326
11. Vila da Praia da Vitória	634	224	858
12. Vila do Porto	136	51	187
13. Vila Franca do Campo	168	106	274
<b>Total</b>	<b>6879</b>	<b>3044</b>	<b>9923</b>

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

Na Região Autónoma dos Açores existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido, no entanto, a população residente sofreu um aumento de 1,79% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares).

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tende a justificar a extinção de alguns tribunais da Região Autónoma dos Açores.

Instância Local: Tribunal de ANGRA DO HEROÍSMO					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1265	1,41	2	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	381	0,55	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Angra do Heroísmo.

Instância Local: Tribunal de PONTA DELGADA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	2546	2,83	3	2	7
Secção de Competência Criminal (c)	1214	1,76	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Lagoa e Ponta Delgada.

### Proposta de extinção do tribunal do Nordeste:

A comarca do Nordeste apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Nordeste apresenta uma diminuição da população residente de 7%.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal do Nordeste e a sua integração no Tribunal da Ribeira Grande que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal de RIBEIRA GRANDE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	784	0,87	1
Secção de Competência Criminal (c)	427	0,62	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município do Nordeste e Ribeira Grande.

NOTA: Deslocação entre os municípios do Nordeste e Ribeira Grande: 65 min./56 km.

**Instância Local: Tribunal de VILA da PRAIA DA VITÓRIA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	634	0,70	1
Secção de Competência Criminal (c)	224	0,32	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Vila da Praia da Vitória.

**Instância Local: Tribunal de HORTA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	712	0,89	1	1	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município da Horta.

**Instância Local: Tribunal de SANTA CRUZ DA GRACIOSA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	123	0,15	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Santa Cruz da Graciosa.

**Instância Local: Tribunal de SANTA CRUZ DAS FLORES**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	176	0,22	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Corvo, Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores.

**Instância Local: Tribunal de SÃO ROQUE DO PICO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	469	0,59	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Lajes do Pico, Madalena e São Roque do Pico.

**Instância Local: Tribunal de VELAS**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	326	0,41	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios da Calheta e Velas.

Instância Local: Tribunal de VILA DO PORTO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	187	0,23	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Vila do Porto.

### Proposta de extinção do Tribunal de Povoação:

A comarca de Povoação apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Povoação apresenta uma diminuição da população residente de 6%.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Povoação e a sua integração no tribunal de Vila Franca do Campo que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de VILA FRANCA DO CAMPO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	455	0,57	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Povoação e Vila Franca do Campo.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Povoação e Vila Franca do Campo: 36 min./31 km.

## 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores em:

- Nordeste;
- Povoação.

#### 4. Proposta global de reorganização para a Comarca dos Açores

### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DOS AÇORES

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores**

*a) Angra do Heroísmo* - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: municípios de Angra do Heroísmo, Calheta, Corvo, Horta, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Madalena, Santa Cruz da Graciosa, Santa Cruz das Flores, São Roque do Pico, Velas e Vila da Praia da Vitória);

*b) Ponta Delgada* - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: municípios de Lagoa, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande, Vila do Porto e Vila Franca do Campo);

*c) Ponta Delgada* - Secção do Trabalho (área de competência territorial: municípios de Lagoa, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo);

*d) Ponta Delgada* - Secção de Família e Menores (área de competência territorial: municípios de Lagoa, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo);

*e) Ponta Delgada* - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: municípios de Lagoa, Nordeste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores**

*a) Tribunal de Ponta Delgada* - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Lagoa e Ponta Delgada);

*b) Tribunal de Angra do Heroísmo* - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Angra do Heroísmo);

*c) Tribunal de Ribeira Grande* - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Nordeste e da Ribeira Grande);





- d) Tribunal de **Vila da Praia da Vitória** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município da Vila da Praia da Vitória);
  - e) Tribunal de **Horta** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município da Horta);
  - f) Tribunal de **Santa Cruz da Graciosa** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Santa Cruz da Graciosa);
  - g) Tribunal de **Santa Cruz das Flores** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios do Corvo, de Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores);
  - h) Tribunal de **São Roque do Pico** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Lajes do Pico, Madalena e São Roque do Pico);
  - i) Tribunal de **Velas** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Calheta e Velas);
  - j) Tribunal de **Vila do Porto** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Vila do Porto);
  - l) Tribunal de **Vila Franca do Campo** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Povoação e de Vila Franca do Campo).
- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca dos Açores**
    - a) Nordeste;
    - b) Povoação.

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca dos Açores

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca dos Açores o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Situação Atual	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Angra do Heroísmo	1	3	4	1439
2. Horta		1	1	478
3. Ponta Delgada	5	9	14	5462
4. Ribeira Grande		3	3	1975
5. Nordeste				152
6. Santa Cruz da Graciosa		1	1	134
7. Santa Cruz das Flores		1	1	139
8. São Roque do Pico		1	1	425
9. Velas		1	1	241
10. Vila da Praia da Vitória		2	2	828
11. Vila do Porto		1	1	180
12. Vila Franca do Campo		2	2	616
13. Povoação				293
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>25</b>	<b>31</b>	<b>12362</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca dos Açores.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra a secção de Ponta Delgada e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

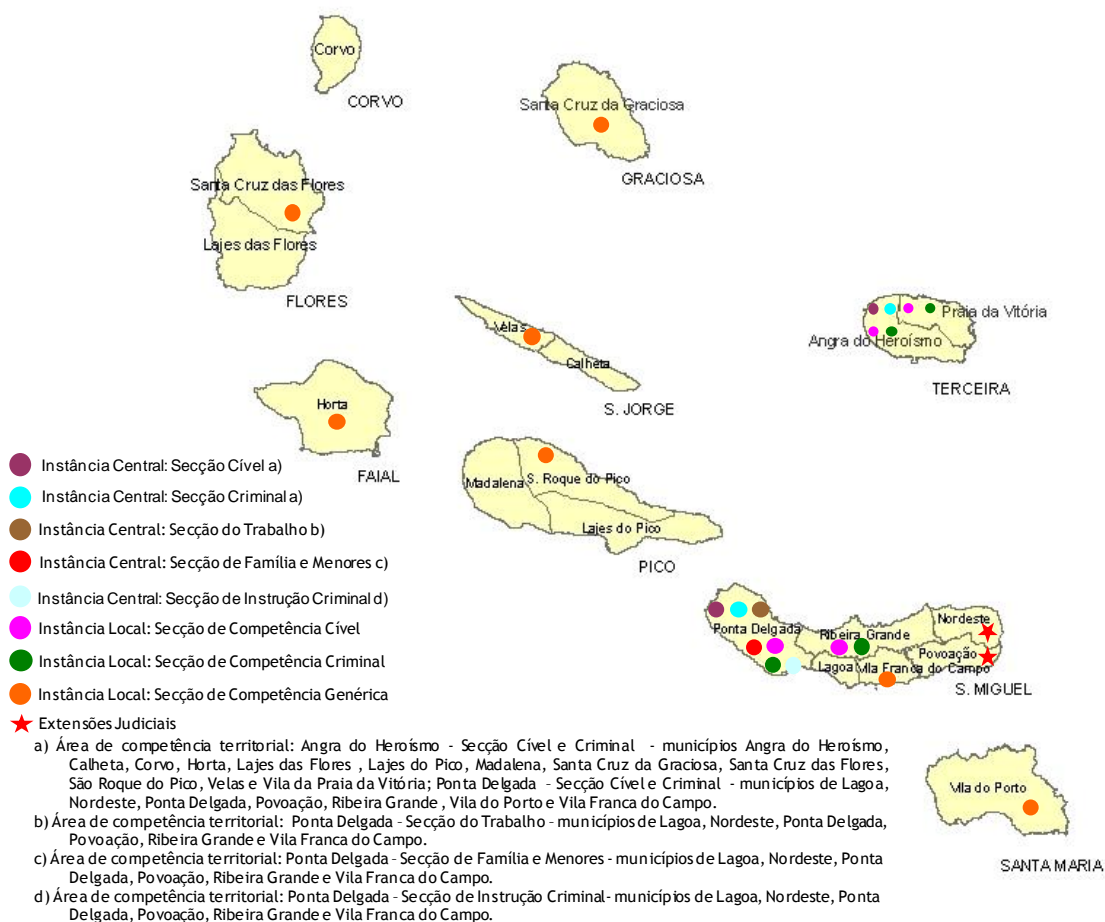
## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juízes		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Angra do Heroísmo	4	7	4	4	19	31
2. Horta	1	2	1	1	8	10
3. Ponta Delgada	11	14	15	14	63	71
4. Ribeira Grande	2	2	4	3	15	16
5. Nordeste	1		1		2	
6. Povoação		1		2	5	9
7. Vila Franca do Campo	1		1		8	
8. Santa Cruz da Graciosa	1	1	1	1	4	5
9. Santa Cruz das Flores	1	1	1	1	5	5
10. São Roque do Pico	1	1	1	1	7	7
11. Velas	1	1	1	1	5	5
12. Vila da Praia da Vitória	1	2	1	2	9	9
13. Vila do Porto	1	1	1	1	5	5
Totais	26	33	32	31	155	173

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

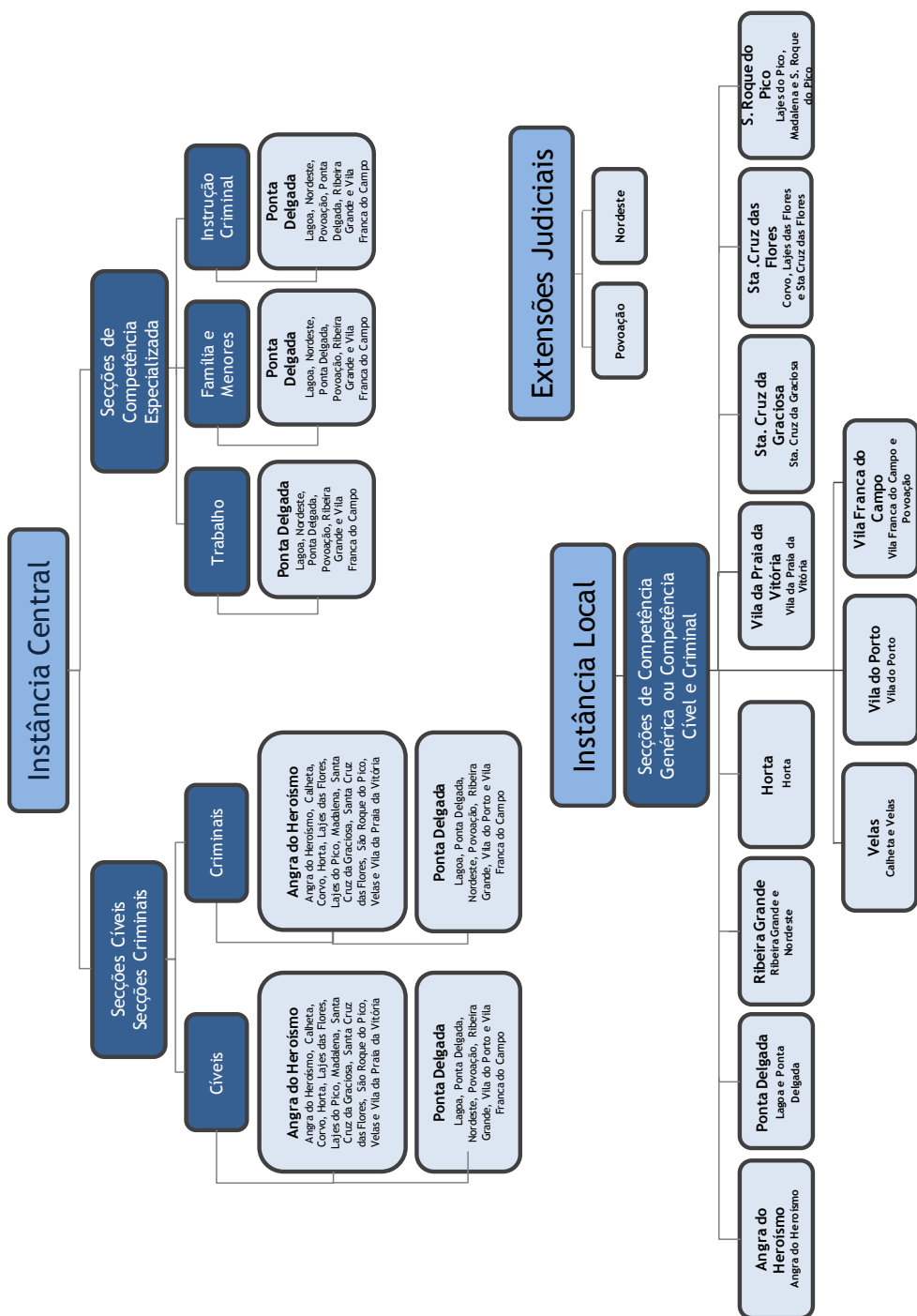
(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca dos Açores





## TRIBUNAL JUDICIAL DOS AÇORES





## COMARCA DE AVEIRO

i) A Comarca de Aveiro compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Águeda;
2. Albergaria-a-Velha;
3. Anadia;
4. Arouca;
5. Aveiro;
6. Castelo de Paiva;
7. Espinho;
8. Estarreja (inclui o município da Murtosa);
9. Ílhavo;
10. Mealhada;
11. Oliveira de Azeméis;
12. Oliveira do Bairro;
13. Ovar;
14. Santa Maria da Feira;
15. São João da Madeira;
16. Sever do Vouga;
17. Vagos;
18. Vale de Cambra.



## Organização e Recursos Humanos:

Comarcas		Tribunais	Juizes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
			Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
Baixo Vouga	1. Águeda	Juízo do trabalho	1	1	8	8	7	6
		Juízo de instrução criminal	7	7			30	33
		Juízo de execução						
		Juízo de média e pequena instância cível						
		Juízo de instância criminal						
	2. Albergaria-a-Velha	Juízo de média e pequena instância cível	2	2	2	2	14	11
		Juízo de instância criminal						
	3. Anadia	Juízo de grande instância cível	4	4	3	3	28	28
		Juízo de média e pequena instância cível						
		Juízo de instância criminal						
	4. Aveiro	Juízo do trabalho	2	2	21	25	18	16
		Juízo de família e menores	1	1			12	10
		Juízo de comércio	14	14			69	68
		Juízo de instrução criminal						
		Juízo de grande instância cível						
		Juízo de média e pequena instância cível						
		Juízo de média instância criminal						
	5. Estarreja	Juízo de família e menores	3	2	3	4	27	25
		Juízo de média e pequena instância cível						
		Juízo de instância criminal						
	6. Ílhavo	Juízo de média e pequena instância cível	3	4	3	4	25	24
		Juízo de média instância criminal						
		Juízo de pequena instância criminal						





	7. Oliveira do Bairro	Juízo de família e menores	3	2	3	3	22	22
		Juízo de média e pequena instância cível						
		Juízo de instância criminal						
	8. Ovar	Juízo de execução	5	5	4	4	32	32
		Juízo de média e pequena instância cível						
		Juízo de instância criminal						
Baixo Vouga	9. Sever do Vouga	Juízo de média e pequena instância cível	2	0	1	1	8	7
		Juízo de instância criminal						
	10. Vagos	Juízo de média e pequena instância cível	2	0	1	1	10	10
		Juízo de média instância criminal						
11. Arouca		Trib. de competência genérica	1	1	1	1	12	10
12. Castelo de Paiva		Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	6
13. Espinho		Juízo de competência genérica	2	3	3	3	27	28
14. Mealhada		Trib. de competência genérica	1	2	1	2	11	11
15. Oliveira de Azeméis		Trib. de competência genérica	8	8	6	5	46	38
		Trib. do trabalho	1	1			11	9
16. Santa Maria da Feira		Trib. de competência genérica	11	17	8	14	73	68
		Trib. do trabalho	1	2			12	10
17. São João da Madeira		Trib. de competência genérica	4	4	3	4	39	21
18. Vale de Cambra		Trib. de competência genérica	2	2	2	2	15	13
Total			73	85	74	87	525	506

(a) Informação reportada a 16.6.2011.

**Movimento Processual:**

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Águeda	234	317	994	51	42	65	231	218	45	359	189	2.745
Albergaria-a-Velha	113	205	524	27	22	34	126	88	13	226	94	1.472
Anadia	143	193	606	31	25	40	132	71	16	153	155	1.565
Arouca	116	31	238	7	11	29	131	66	0	98	81	808
Aveiro	352	1.158	1.787	83	55	103	437	354	103	925	457	5.814
Castelo de Paiva	109	55	186	10	9	20	44	33	3	66	76	611
Espinho	161	233	652		20	58	141	120	20	265	187	1.857
Estarreja	122	220	618	29	19	36	160	62	28	205	194	1.693
Ílhavo	173	256	802	41	27	51	117	124	24	182	225	2.022
Mealhada	65	107	344	14	18	54	133	88	9	158	193	1.183
Oliveira de Azemeis	340	317	1.229	90	44	119	277	191	36	348	217	3.208
Oliveira do Bairro	113	153	479	24	20	31	123	82	32	264	222	1.543
Ovar	248	450	1.260	59	39	73	244	193	30	284	311	3.191
Santa Maria da Feira	650	583	2.468	144	61	286	691	537	61	665	416	6.562
São João da Madeira	101	198	635	41	16	59	125	111	16	165	137	1.604
Sever do Vouga	55	100	257	13	11	17	54	23	2	64	52	648
Vagos	102	151	473	24	16	30	111	45	19	122	133	1.226
Vale de Cambra	119	91	357	9	15	36	110	75	8	119	88	1.027
Total	3.316	4.818	13.909	697	470	1.141	3.387	2.481	465	4.668	3.427	38.779

Nota: Sempre que os municípios são abrangidos por tribunal de competência especializada, o número de processos oriundos de cada município foi calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).



## Atual resposta judiciária:

Comarcas		Tribunal competente					
		Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
Baixo Vouga	1. Águeda	JGIC Anadia	JInsCrim de Águeda	JFM de Oliveira do Bairro	JFM de Oliveira do Bairro	JT de Águeda	JCom de Aveiro
		JMPIC de Águeda	JICrim de Águeda				
		JExe de Águeda					
	2. Albergaria-a-Velha	JGIC Anadia	JInsCrim de Águeda	JFM de Estarreja	JFM de Estarreja	JT de Aveiro	JCom de Aveiro
		JMPIC de Albergaria-a-Velha	JICrim de Albergaria-a-Velha				
		JExe de Águeda					
	3. Anadia	JGIC Anadia	JInsCrim de Águeda	JFM de Oliveira do Bairro	JFM de Oliveira do Bairro	JT de Águeda	JCom de Aveiro
		JMPIC de Anadia	JICrim de Anadia				
		JExe de Águeda					
	4. Aveiro	JGIC Aveiro	JInsCrim de Aveiro	JFM Aveiro	JFM Aveiro	JT de Aveiro	JCom de Aveiro
		JMPIC de Aveiro	JMICrim de Aveiro				
		JExe Ovar					
	5. Estarreja	JGIC Aveiro	JInsCrim de Aveiro	JFM de Estarreja	JFM de Estarreja	JT de Aveiro	JCom de Aveiro
		JMPIC de Estarreja	JICrim de Estarreja				
		JExe Ovar					
	6. Ílhavo	JGIC Aveiro	JInsCrim de Aveiro	JFM de Oliveira do Bairro	JFM de Oliveira do Bairro	JT de Aveiro	JCom de Aveiro
		JMPIC de Ílhavo	JMICrim de Ílhavo				
		JExe de Águeda	JPICrim de Ílhavo				
	7. Oliveira do Bairro	JGIC Anadia	JInsCrim de Águeda	JFM de Oliveira do Bairro	JFM de Oliveira do Bairro	JT de Águeda	JCom de Aveiro
		JMPIC de Oliveira do Bairro	JICrim de Oliveira do Bairro				
		JExe de Águeda					
	8. Ovar	JGIC Aveiro	JInsCrim de Aveiro	JFM de Estarreja	JFM de Estarreja	JT de Aveiro	JCom de Aveiro
		JMPIC de Ovar	JICrim de Ovar				
		JExe Ovar					
9. Sever do Vouga	JGIC Anadia	JInsCrim de Águeda	JFM de Estarreja	JFM de Estarreja	JT de Aveiro	JCom de Aveiro	
	JMPIC de Sever do Vouga	JICrim de Sever do					



		JExe de Águeda	Vouga				
	10. Vagos	JGIC Aveiro	JInsCrim de Aveiro	JFM de Oliveira do Bairro	JFM de Oliveira do Bairro	JT de Aveiro	JCom de Aveiro
		JMPIC de Vagos	JMICrim de Vagos				
		JExe de Águeda					
11. Arouca		TC de Arouca	TC de Arouca	TC de Arouca	TC de Arouca	TT de Oliveira de Azeméis	TC de Arouca
12. Castelo de Paiva		TC de Castelo de Paiva	TC de Castelo de Paiva	TC de Castelo de Paiva	TC de Castelo de Paiva	TT de Penafiel	TC de Castelo de Paiva
13. Espinho		TC de Espinho	TC de Espinho	TC de Espinho	TC de Espinho	TT de Santa Maria da Feira	TCom. de Vila Nova de Gaia
14. Mealhada		TC da Mealhada	TC da Mealhada	TFM de Coimbra	TFM de Coimbra	TT de Coimbra	TC da Mealhada
15. Oliveira de Azeméis		TC de Oliveira de Azeméis	TC de Oliveira de Azeméis	TC de Oliveira de Azeméis	TC de Oliveira de Azeméis	TT de Oliveira de Azeméis	TC de Oliveira de Azeméis
16. Santa Maria da Feira		TC de Santa Maria da Feira	TC de Santa Maria da Feira	TC de Santa Maria da Feira	TC de Santa Maria da Feira	TT de Santa Maria da Feira	TC de Santa Maria da Feira
17. São João da Madeira		TC de São João da Madeira	TC de São João da Madeira	TC de São João da Madeira	TC de São João da Madeira	TT de Oliveira de Azeméis	TC de São João da Madeira
18. Vale de Cambra		TC de Vale de Cambra	TC de Vale de Cambra	TC de Vale de Cambra	TC de Vale de Cambra	TT de Oliveira de Azeméis	TC de Vale de Cambra

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.

TCom: Tribunal de comércio.

JCom: Juízo do comércio.

JT: Juízo do trabalho.

JFM: Juízo de família e menores.

JInsCrim: Juízo de instrução criminal.

JICrim: Juízo de instância criminal.

JMICrim: Juízo de média instância criminal.

JPICrim: Juízo de pequena instância criminal.

JExe: Juízo de execução.

JGIC: Juízo de grande instância cível.

JMPIC: Juízo de pequena e média instância cível.

JICri: Juízo de instância criminal.

## ii) Proposta de organização:

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE AVEIRO

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro

## 1.1 Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secções Cíveis e Secções Criminais			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Aveiro - 1ª Secção Cível (c)	534	2,38	3
Aveiro - 1ª Secção Criminal (c)	321	4,59	6
Santa Maria da Feira - 2ª Secção Cível (d)	607	2,71	3
Santa Maria da Feira - 2ª Secção Criminal (d)	144	2,06	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010. Os dados relativos aos municípios da Comarca do Baixo Vouga reportam-se apenas ao ano de 2010 e foram calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível) 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

(d) Área de competência territorial: municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secções do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Aveiro - 1ª Secção do Trabalho (c)	1165	1,51	2
Águeda - 2ª Secção do Trabalho (d)	555	0,72	1
Oliveira de Azeméis - 3ª Secção do Trabalho (e)	676	0,88	1
Santa Maria da Feira - 4ª Secção do Trabalho (f)	920	1,19	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais do Trabalho de Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira. Os dados relativos aos municípios da Comarca do Baixo Vouga reportam-se apenas ao ano de 2010 e foram calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

(d) Área de competência territorial: municípios de Águeda, Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro.

(e) Área de competência territorial: municípios de Arouca, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Vale de Cambra.

(f) Área de competência territorial: municípios de Castelo de Paiva, Espinho e Santa Maria da Feira.

Instância Central: Secções de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Aveiro - 1ª Secção de Família e Menores (c)	1414	1,93	2
Estarreja - 2ª Secção de Família e Menores (d)	1292	1,76	2
Oliveira do Bairro - 3ª Secção de Família e Menores (e)	921	1,26	2
Santa Maria da Feira - 4ª Secção de Família e Menores (f)	1191	1,62	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010. Os dados relativos aos municípios da Comarca Piloto reportam-se apenas ao ano de 2010 e foram calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Aveiro e Ílhavo.

(d) Área de competência territorial: municípios de Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar e Sever do Vouga.

(e) Área de competência territorial: municípios de Águeda, Anadia, Mealhada, Oliveira do Bairro e Vagos.

(f) Área de competência territorial: municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juízes das respetivas instâncias locais.

Instância Central: Secções de Execução			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Águeda - 1ª Secção de Execução (c)	4479	0,69	1
Ovar - 2ª Secção de Execução (d)	3665	0,56	1
Oliveira de Azeméis - 3ª Secção de Execução (e)	5765	0,89	1

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do distrito de Aveiro. Os dados relativos aos municípios da Comarca Piloto reportam-se apenas ao ano de 2010 e foram calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos.

(d) Área de competência territorial: municípios de Aveiro, Estarreja, Murtosa e Ovar.

(e) Área de competência territorial: municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra.

Instância Central: Secções de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Aveiro - 1ª Secção de Instrução Criminal (c)	156	1,04	2
Águeda - 2ª Secção de Instrução Criminal (d)	138	0,92	1
Santa Maria da Feira - 3ª Secção de Instrução Criminal (e)	176	1,17	2

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010. Os dados relativos aos municípios da Comarca Piloto reportam-se apenas ao ano de 2010 e foram calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos.

(d) Área de competência territorial: municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Mealhada, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga.

(e) Área de competência territorial: municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra.

**Nota:** Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juízes das instâncias locais.

Instância Central: Secções de Comércio			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Aveiro - 1ª Secção do Comércio (c)	396	1,98	3
Oliveira de Azeméis - 2ª Secção do Comércio (d)	301	1,51	2

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010. Os dados relativos aos municípios da Comarca Piloto reportam-se apenas ao ano de 2010 e foram calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 200 processos de insolvência por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Mealhada, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

(d) Área de competência territorial: municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra.



## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta.

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Águeda	449	548	997
2. Albergaria-a-Velha	214	320	534
3. Anadia	203	308	511
4. Arouca	197	179	376
5. Aveiro	791	1382	2173
6. Castelo de Paiva	77	142	219
7. Espinho	261	452	713
8. Estarreja	222	399	621
9. Ílhavo	241	407	648
10. Mealhada	221	351	572
11. Oliveira de Azeméis	468	565	1033
12. Oliveira do Bairro	205	486	691
13. Ovar	437	595	1032
14. São João da Madeira	236	302	538
15. Santa Maria da Feira	1228	1081	2309
16. Sever do Vouga	77	116	193
15. Vagos	156	255	411
18. Vale de Cambra	185	207	392
<b>Total</b>	<b>5868</b>	<b>8095</b>	<b>13963</b>

No distrito de Aveiro existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido. No entanto, a população residente neste distrito sofreu um ligeiro aumento de 0,11% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), sendo que, na maioria dos municípios se verificou uma diminuição da população.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e a inexistência ou insuficiência de instalações adequadas, tendem a justificar a extinção de um tribunal no distrito de Aveiro.

**Instância Local: Tribunal de ÁGUEDA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	449	0,56	1
Secção de Competência Criminal (c)	548	0,79	1

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Águeda.

**Instância Local: Tribunal de AVEIRO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	791	0,99	1	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	1382	2,00	2		

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Aveiro.

**Instância Local: Tribunal de OLIVEIRA DE AZEMÉIS**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	468	0,59	1	1	3
Secção de Competência Criminal (c)	565	0,82	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Oliveira de Azeméis.

**Instância Local: Tribunal de OVAR**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	437	0,55	1
Secção de Competência Criminal (c)	595	0,86	1

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Ovar.

**Instância Local: Tribunal de SANTA MARIA DA FEIRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	1228	1,54	2	1	5
Secção de Competência Criminal (c)	1081	1,57	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Santa Maria da Feira.

**Proposta de extinção do Tribunal de Sever do Vouga:**

A comarca de Sever do Vouga apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Sever do Vouga verificou uma diminuição de 6,36%.

Assim, tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Sever do Vouga e a sua integração no Tribunal de Albergaria-a-Velha, por ter condições para tal, como se apresenta de seguida:



**Instância Local: Tribunal de ALBERGARIA-A-VELHA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	727	1,32	2

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga: 25min./20 km.

**Instância Local: Tribunal de ANADIA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	511	0,93	1

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Anadia.

**Instância Local: Tribunal de AROUCA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	376	0,68	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Arouca.

**Instância Local: Tribunal de CASTELO DE PAIVA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	219	0,40	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Castelo de Paiva.

NOTA: O volume processual expectável indicado não traduz a realidade processual do tribunal, em consequência da verificação de facto anómalo que impediu o volume normal de entradas, em matéria penal no triénio em causa, realidade que não pode ser desatendida na decisão de não encerramento do Tribunal.



**Instância Local: Tribunal de ESPINHO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	713	1,30	2	1	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Espinho.

**Instância Local: Tribunal de ESTARREJA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	621	1,13	2

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Estarreja e Murtosa.

**Instância Local: Tribunal de ÍLHAVO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	648	1,18	2

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Ílhavo.

**Instância Local: Tribunal da MEALHADA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	572	1,04	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município da Mealhada.

**Instância Local: Tribunal de OLIVEIRA DO BAIRRO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	691	1,26	2

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Oliveira do Bairro.

**Instância Local: Tribunal de JOÃO DA MADEIRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	538	0,98	1	1	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de S. João da Madeira.

**Instância Local: Tribunal de VAGOS**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	411	0,75	1

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Vagos.

**Instância Local: Tribunal de VALE DE CAMBRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	392	0,71	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Vale de Cambra.

### 3. Proposta global de reorganização para a Comarca de Aveiro

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE AVEIRO

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro**

a) **Aveiro** - 1ª Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos);

b) **Aveiro** - 1ª Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos);

c) **Santa Maria da Feira** - 2ª Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra);

d) **Santa Maria da Feira** - 2ª Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra);

e) **Aveiro** - 1ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar, Sever do Vouga e Vagos);

f) **Águeda** - 2ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Águeda, Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro);

g) **Oliveira de Azeméis** - 3ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Arouca, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Vale de Cambra);

h) **Santa Maria da Feira** - 4ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Espinho, Castelo de Paiva e Santa Maria da Feira);

i) **Aveiro** - 1ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Aveiro e Ílhavo);

j) **Estarreja** - 2ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar e Sever do Vouga);

- l) Oliveira do Bairro* - 3ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Águeda, Anadia, Mealhada, Oliveira do Bairro e Vagos);
- m) Santa Maria da Feira* - 4ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra);
- n) Águeda* - 1ª Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro, Vagos e Sever do Vouga);
- o) Ovar* - 2ª Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Aveiro, Estarreja, Murtosa e Ovar);
- p) Oliveira de Azeméis* - 3ª Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra);
- q) Águeda* - 1ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Mealhada, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga);
- r) Aveiro* - 2ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos);
- s) Santa Maria da Feira* - 3ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra);
- t) Aveiro* - 1ª Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Mealhada, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos);
- u) Oliveira de Azeméis* - 2ª Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro**

- a) Tribunal de Águeda* - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Águeda);
- b) Tribunal de Aveiro* - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal de Aveiro (área de competência territorial: Município de Aveiro);
- c) Tribunal de Oliveira de Azeméis* - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Oliveira de Azeméis);



- d)* Tribunal de **Ovar** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Ovar);
- e)* Tribunal de **Santa Maria da Feira** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Santa Maria da Feira);
- f)* Tribunal de **Albergaria-a-Velha** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: municípios de Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga);
- g)* Tribunal de **Anadia** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Anadia);
- h)* Tribunal de **Arouca** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Arouca);
- i)* Tribunal de **Castelo de Paiva** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Castelo de Paiva);
- j)* Tribunal de **Espinho** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Espinho);
- l)* Tribunal de **Estarreja** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: municípios de Estarreja e Murtosa);
- m)* Tribunal de **Ílhavo** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Ílhavo);
- n)* Tribunal da **Mealhada** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município da Mealhada);
- o)* Tribunal de **Oliveira do Bairro** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Oliveira do Bairro);
- p)* Tribunal de **São João da Madeira** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de São João da Madeira);
- q)* Tribunal de **Vagos** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Vagos);
- r)* Tribunal de **Vale de Cambra** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Vale de Cambra).

#### 4. Serviços do Ministério Público da Comarca de Aveiro

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Aveiro o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
Águeda	2	3	5	2123
Albergaria-a-Velha		2	2	934
Sever do Vouga				382
Anadia		2	2	933
Arouca		1	1	493
Aveiro	10	9	19	6112
Castelo de Paiva		1	1	518
Espinho		3	3	1821
Estarreja	2	3	5	1408
Ílhavo		3	3	1696
Mealhada		2	2	746
Oliveira de Azeméis	3	3	6	1703
Oliveira do Bairro	2	2	4	1107
Ovar	1	3	4	2122
Santa Maria da Feira	8	8	16	5132
São João da Madeira		3	3	1355
Vagos		2	2	1437
Vale de Cambra		1	1	565
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>51</b>	<b>79</b>	<b>30587</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.



No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação de um Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Aveiro, com sede em Aveiro.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Aveiro, Águeda e Santa Maria da Feira e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

## 5. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
Águeda	8	5	8	5	39	38
Albergaria-a-Velha	2	2	2	2	11	11
Sever do Vouga	0		1		7	
Aveiro	17	22	25	19	94	104
Anadia	4	1	3	2	28	10
Arouca	1	1	1	1	10	7
Castelo de Paiva	1	1	1	1	6	7
Espinho	3	3	3	3	28	12
Estarreja	2	4	4	5	25	25
Ílhavo	4	2	4	3	24	12
Mealhada	2	2	2	2	11	10
Oliveira de Azeméis	9	7	5	6	47	52
Oliveira do Bairro	2	4	3	4	22	24
Ovar	5	3	4	4	32	29
Santa Maria da Feira	19	17	14	16	78	87
São João da Madeira	4	2	4	3	21	11
Vagos	0	1	1	2	10	10
Vale de Cambra	2	1	2	1	13	8
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>78</b>	<b>87</b>	<b>79</b>	<b>506</b>	<b>457</b>

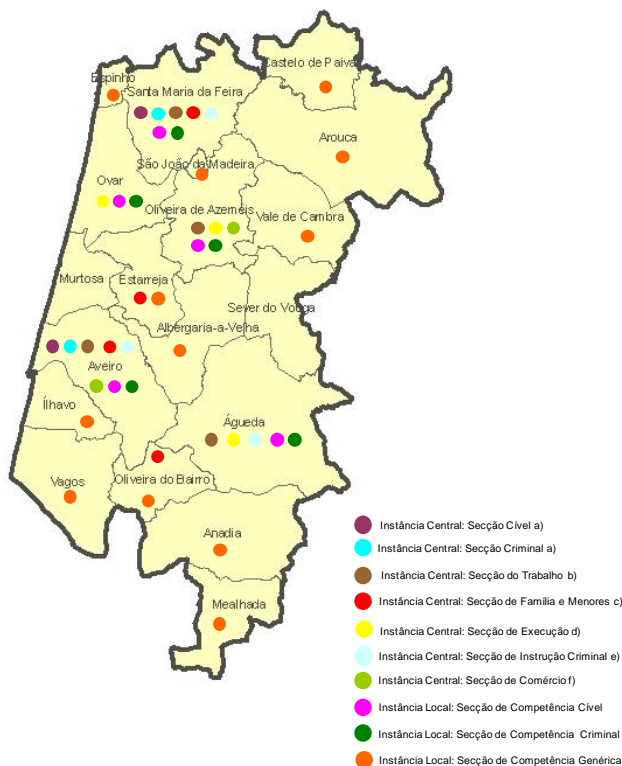
(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

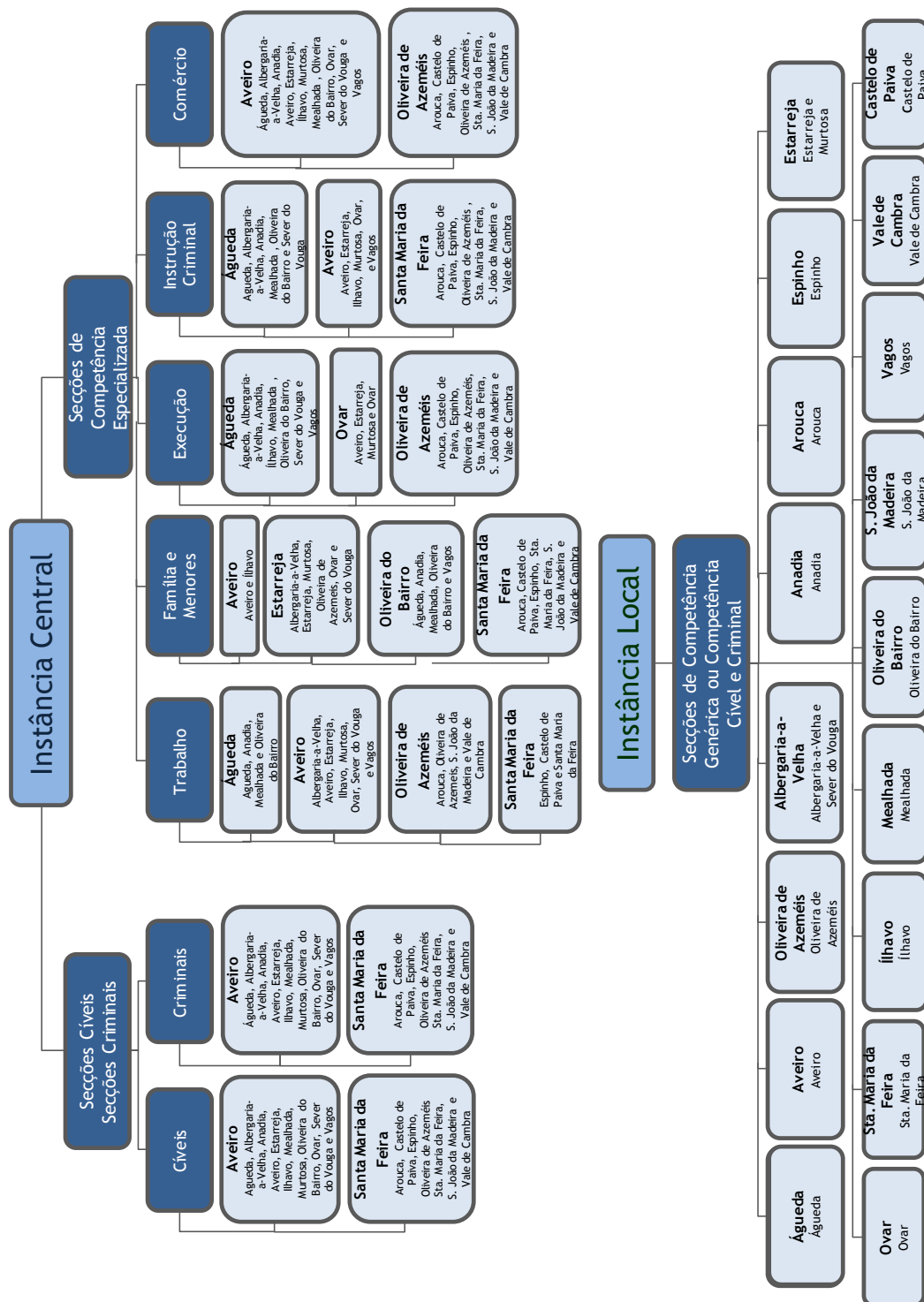
## 6. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro

### ÁREA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL:

- a) **Aveiro** – 1ª Secção Cível e 1ª Secção Criminal - municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos; **Santa Maria da Feira** – 2ª Secção Cível e 2ª Secção Criminal – Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.
- b) **Aveiro** – 1ª Secção do Trabalho - municípios de Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar, Sever do Vouga e Vagos; **Águeda** – 2ª Secção do Trabalho – municípios de Águeda, Anadia, Mealhada e Oliveira do Bairro; **Oliveira de Azeméis** - 3ª Secção do Trabalho – municípios de Arouca, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Vale de Cambra; **Santa Maria da Feira** - 4ª Secção do Trabalho – municípios de Castelo de Paiva, Espinho e Santa Maria da Feira.
- c) **Aveiro** – 1ª Secção de Família e Menores - municípios de Aveiro e Ílhavo; **Estarreja** – 2ª Secção de Família e Menores - municípios de Albergaria-a-Velha, Estarreja, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Ovar e Sever do Vouga; **Oliveira do Bairro** – 3ª Secção de Família e Menores - municípios de Águeda, Anadia, Mealhada, Oliveira do Bairro e Vagos; **Santa Maria da Feira** – 4ª Secção de Família e Menores - municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.
- d) **Águeda** – 1ª Secção de Execução – municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Ílhavo, Mealhada, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga; **Aveiro** – 2ª Secção de Execução - municípios de Aveiro, Estarreja, Murtosa e Ovar; **Oliveira de Azeméis** - 3ª Secção de Execução – municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.
- e) **Águeda** – 1ª Secção de Instrução Criminal – municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Mealhada, Oliveira do Bairro e Sever do Vouga; **Aveiro** – 2ª Secção de Instrução Criminal - municípios de Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar e Vagos; **Santa Maria da Feira** – 3ª Secção de Instrução Criminal – municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.
- f) **Aveiro** – 1ª Secção de Comércio - municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos; **Oliveira de Azeméis** – 2ª Secção de Comércio – municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE AVEIRO



## COMARCA DE BEJA

i) A Comarca de Beja compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Almodôvar;
2. Beja (inclui algumas freguesias do município de Aljustrel);
3. Cuba (inclui o município de Alvito e Vidigueira);
4. Ferreira do Alentejo (inclui algumas freguesias do município de Aljustrel);
5. Mértola;
6. Moura (inclui o município de Barrancos);
7. Odemira;
8. Ourique (inclui o município de Castro Verde e algumas freguesias do município de Aljustrel);
8. Serpa.

### Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais	Juizes (c)		Magistrados do Ministério Público (c)		Oficiais de Justiça (c)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Almodôvar (a)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	4	3
2. Mértola (a)	Trib. de competência genérica					4	4
3. Beja	Trib. de competência genérica	4	5	4	4	27	25
	Trib. do trabalho	1	1	1	1	6	5
4. Cuba (b)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	6
5. Ferreira do Alentejo	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	6
6. Moura	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
7. Odemira	Juízo de competência genérica	1	1	1	2	10	9
8. Ourique	Trib. de competência genérica	1	2	1	1	7	7
9. Serpa	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	6
Total		12	14	12	13	83	78

(a) Comarcas agregadas (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).

(b) Comarca agregada com Portel (esta última pertencente à nova Comarca de Évora).

(c) Informação reportada a 16.6.2011.

**Movimento Processual:**

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010 (Os dados de Odemira dizem respeito aos processos entrados em 2010)											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Almodôvar		30	58	1	4	10	36	10	3	37	25	214
Beja	294	246	802	10	14	58	139	98	25	240	210	2136
Cuba		79	196	3	3	13	40	32	3	55	46	470
Ferreira do Alentejo		62	156	2	5	16	37	25	4	48	42	397
Mértola		21	56	1	2	12	24	14	2	23	25	180
Moura		88	180	1	4	18	42	23	6	58	66	486
Odemira	43	114	289	2	15	45	71	57	11	196	32	875
Ourique		55	136	3	4	22	36	29	6	71	80	442
Serpa		67	147	2	5	13	40	27	9	64	38	412
Total	337	762	2020	25	56	207	465	315	69	792	564	5612

**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Almodôvar	TC de Almodôvar	TC de Almodôvar	TC de Almodôvar	TC de Almodôvar	TT de Beja	TC de Almodôvar
2. Beja	TC de Beja	TC de Beja	TC de Beja	TC de Beja	TT de Beja	TC de Beja
3. Cuba	TC de Cuba	TC de Cuba	TC de Cuba	TC de Cuba	TT de Beja	TC de Cuba
4. Ferreira do Alentejo	TC de Ferreira do Alentejo	TC de Ferreira do Alentejo	TC de Ferreira do Alentejo	TC de Ferreira do Alentejo	TT de Beja	TC de Ferreira do Alentejo
5. Mértola	TC de Mértola	TC de Mértola	TC de Mértola	TC de Mértola	TT de Beja	TC de Mértola
6. Moura	TC de Moura	TC de Moura	TC de Moura	TC de Moura	TT de Beja	TC de Moura
7. Odemira	Juízo de Competência Genérica	Juízo de Competência Genérica	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	Juízo de Competência Genérica
8. Ourique	TC de Ourique	TC de Ourique	TC de Ourique	TC de Ourique	TT de Beja	TC de Ourique
9. Serpa	TC de Serpa	TC de Serpa	TC de Serpa	TC de Serpa	TT de Beja	TC de Serpa

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

JMTFM: Juízo Misto do Trabalho e de Família e Menores.



## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BEJA

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Beja

## 1.1. Secção Cível e Criminal

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Beja - Secção Cível (c)	207	0,92	3
Beja - Secção Criminal (c)	69	0,99	

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Beja.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Beja - Secção do Trabalho (c)	337	0,44	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Beja, exceto o que corresponderá à comarca de Portel (Distrito de Évora), calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Beja.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Beja

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível			Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Outros processos	Execuções	Total Cível	Total	
1. Almodôvar	77	58	135	62	197
2. Beja	493	802	1295	450	1745
3. Cuba	154	196	350	101	451
4. Ferreira do Alentejo	126	156	282	90	372
5. Mértola	60	56	116	48	164
6. Moura	154	180	334	124	458
7. Odemira	244	289	533	228	761
8. Ourique	123	136	259	151	410
9. Serpa	136	147	283	102	385
<b>Total</b>	<b>1567</b>	<b>2020</b>	<b>3587</b>	<b>1356</b>	<b>4943</b>

No Distrito de Beja existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido.

A população residente neste Distrito sofreu uma redução de 5,28% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). Verificou-se uma diminuição da população em todos os municípios.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tendem a justificar a extinção de alguns Tribunais no Distrito de Beja.

Foi também analisada a existência de alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão, nomeadamente, a existência de Julgados de Paz e seus postos de atendimento, assim como Postos de Atendimento ao Cidadão<sup>24</sup> (PAC's).

Os municípios de Aljustrel e Castro Verde dispõem de Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC).

<sup>24</sup> Os PAC's funcionam como uma extensão das Lojas do Cidadão e localizam-se, em regra, nas Câmaras Municipais. Este serviço constitui um ponto único de contacto personalizado, a partir do qual são fornecidos diversos serviços da Administração Pública. A DGAJ tem representação em todos os PAC'S para efeitos de receção de pedidos de certificado de registo criminal e para a respetiva emissão, quando negativos, tarefa também assegurada pelos tribunais judiciais.

Proposta de extinção do Tribunal de Mértola:

A comarca de Mértola apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Mértola apresenta uma diminuição de 16%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Mértola e a sua integração no Tribunal de Beja que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de BEJA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	1411	1,57	2	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	498	0,72	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Beja, Mértola e Aljustrel.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Beja e Mértola: 52min./54 km.

Instância Local: Tribunal de CUBA			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	451	0,53	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 850 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alvito, Cuba e Vidigueira.

Instância Local: Tribunal de FERREIRA DO ALENTEJO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	372	0,44	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 850 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Ferreira do Alentejo.

**Instância Local: Tribunal de MOURA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	458	0,54	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 850 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Barrancos e Moura.

**Instância Local: Tribunal de ODEMIRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	761	0,90	1

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 850 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Odemira.

**Proposta de extinção do Tribunal de Almodôvar:**

A comarca de Almodôvar apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Almodôvar apresenta uma diminuição de 8,3%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Almodôvar e a sua integração no Tribunal de Ourique que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal de OURIQUE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	607	0,71	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 850 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Almodôvar, Castro Verde e Ourique.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Almodôvar e Ourique: 32min./39 km.



Instância Local: Tribunal de SERPA			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	385	0,45	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 850 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Serpa.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Beja em:

- Almodôvar;
- Mértola.

#### 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Beja

##### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BEJA

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Beja**

a) **Beja** - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: Distrito de Beja);

b) **Beja** - Secção do Trabalho (área de competência territorial: Distrito de Beja).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Beja**

a) Tribunal de **Beja** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Aljustrel, Beja e Mértola);

b) Tribunal de **Cuba** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: municípios de Alvito, Cuba e Vidigueira);

c) Tribunal de **Ferreira do Alentejo** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Ferreira do Alentejo);

d) Tribunal de **Moura** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: municípios de Moura e Barrancos);

e) Tribunal de **Odemira** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Odemira);

f) Tribunal de **Ourique** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: municípios de Almodôvar, Castro Verde e Ourique);

g) Tribunal de **Serpa** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Serpa).

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Beja**

a) **Almodôvar**;

b) **Mértola**.

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Beja

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se, para os serviços do Ministério Público da Comarca de Beja, o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Beja	2	4	6	1704
2. Mértola				140
3. Cuba		1	1	444
4. Ferreira do Alentejo		1	1	307
5. Moura		1	1	439
6. Odemira		2	2	828
7. Ourique		1	1	363
8. Almodôvar				176
9. Serpa		1	1	376
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>4777</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Beja	6	8	5	6	30	41
2. Mértola (c)	-		-		4	
3. Cuba	1	1	1	1	6	7
4. Ferreira do Alentejo	1	1	1	1	6	6
5. Moura	1	1	1	1	7	7
6. Odemira	1	1	2	2	9	9
7. Ourique	2	1	1	1	7	7
8. Almodôvar (c)	1		1		3	
9. Serpa	1	1	1	1	6	6
Totais	14	14	13	13	78	83

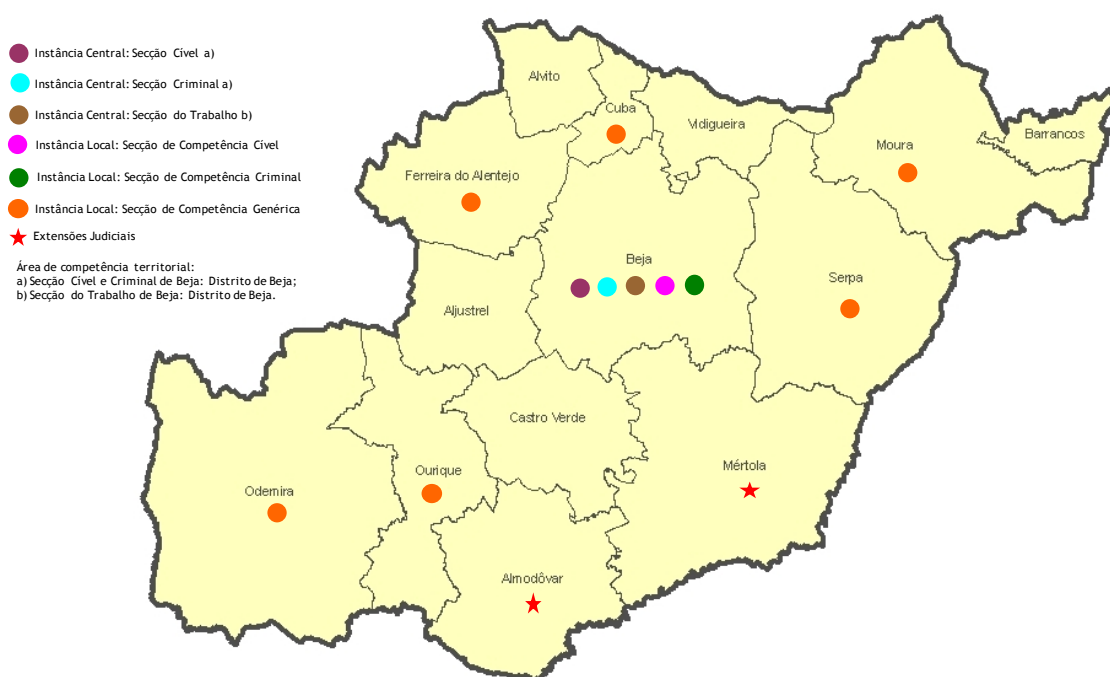
(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

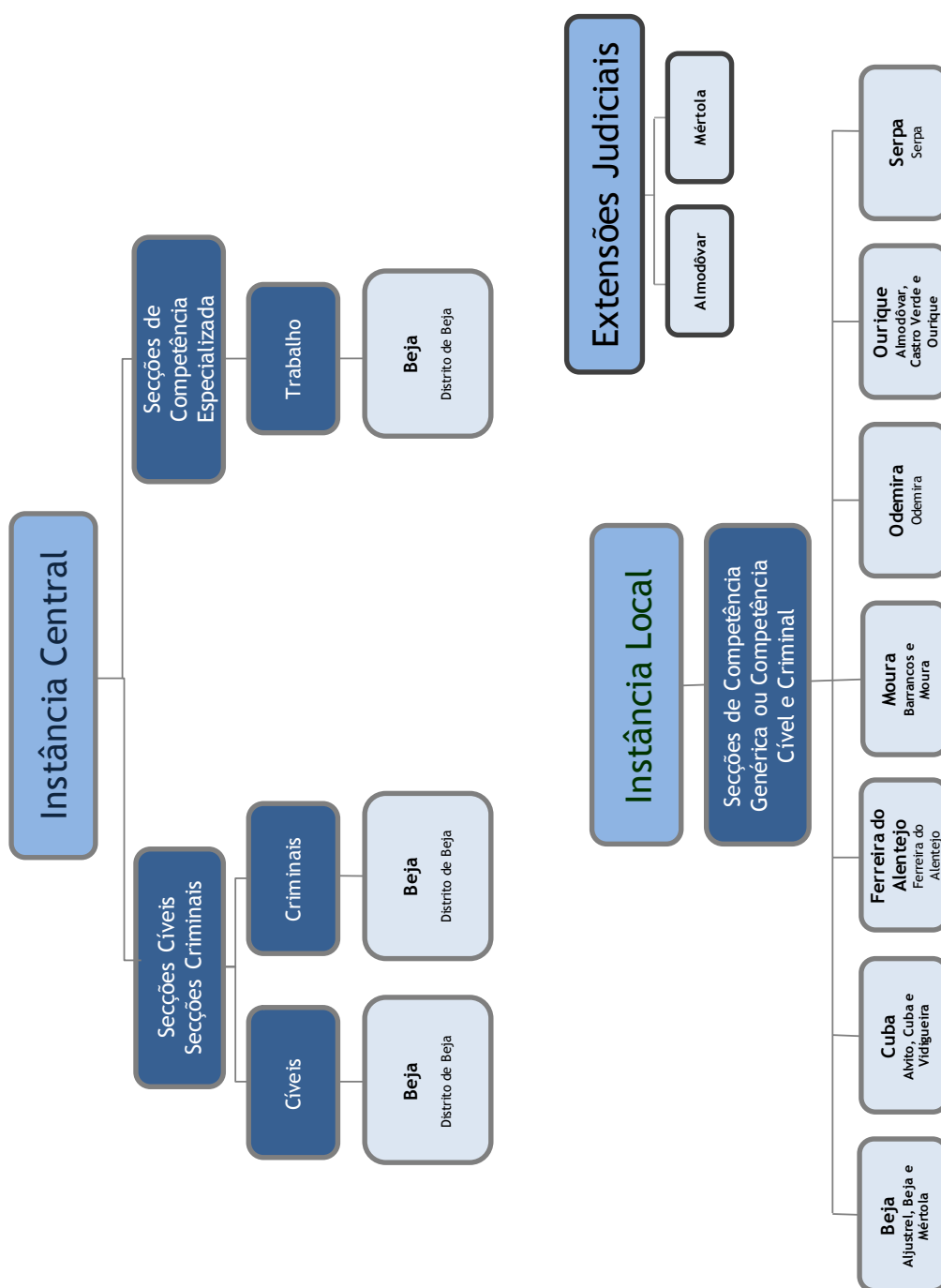
(c) Comarcas agregadas (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).



## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Beja



## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BEJA





## COMARCA DE BRAGA

i) A Comarca de Braga compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

- 1.Amares;
- 2.Barcelos;
- 3.Braga;
- 4.Cabeceiras de Basto;
- 5.Celorico de Basto
- 6.Esposende;
- 7.Fafe;
- 8.Guimarães (inclui o Município de Vizela);
- 9.Póvoa de Lanhoso;
- 10.Vieira do Minho;
- 11.Vila Nova de Famalicão;
- 12.Vila Verde (inclui o município de Terras de Bouro).

**Organização e Recursos Humanos:**

Comarcas	Tribunais	Juizes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Amares	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	10	9
2. Barcelos	Trib. de competência genérica	11	14	8	11	63	58
	Trib. do Trabalho					11	8
3. Braga	Trib. de competência genérica	19	22	17	20	120	110
	Trib. do Trabalho					17	16
	Trib. de Família e Menores					16	12
4. Cabeceiras de Basto	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	9	9
5. Celorico de Basto	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	10	10
6. Esposende	Trib. de competência genérica	2	3	2	4	25	23
7. Fafe	Trib. de competência genérica	3	3	3	3	30	29
8. Guimarães	Trib. de competência genérica	18	27	12	18	119	102
	Trib. do Trabalho					20	17
9. Póvoa de Lanhoso	Trib. de competência genérica	1	2	1	1	13	11
10. Vieira do Minho	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	9	7
11. Vila Nova de Famalicão	Trib. de competência genérica	11	14	8	11	78	68
	Trib. do Trabalho					11	10
12. Vila Verde	Trib. de competência genérica	2	2	2	3	25	24
<b>Total</b>		<b>71</b>	<b>91</b>	<b>57</b>	<b>75</b>	<b>586</b>	<b>523</b>

(a) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Amares			329	21	10	54	143	78	7	161	85	888
Barcelos	756	674	1.564	126	107	264	533	351	33	580	362	5.350
Braga	1.403	1.015	4.589	219	125	348	937	901	182	1.307	389	11.415
Cabeceiras de Basto		57	190	12	9	27	89	39	6	71	53	553
Celorico de Basto	96	108	252	11	13	46	120	49	6	117	52	870
Esposende			531	38	34	94	211	120	14	161	173	1.376
Fafe		230	928	59	40	126	308	240	24	272	214	2.441
Guimarães	1.464	854	4.198	281	153	341	840	737	150	999	690	10.707
Póvoa de Lanhoso		98	324	25	8	47	114	65	5	94	65	845
Vieira do Minho		63	152	7	7	37	81	39	3	96	44	529
Vila Nova de Famalicão	771	609	3.007	187	77	378	680	615	74	730	535	7.663
Vila Verde			657	41	24	109	288	154	18	204	182	1.677
Total	4.490	3.708	16.721	1.027	607	1.871	4.344	3.388	522	4.792	2.844	44.314



Atual resposta judiciária:

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Amares	TC de Amares	TC de Amares	TFM Braga	TFM Braga	TT de Braga	TC de Amares
2. Barcelos	TC de Barcelos	TC de Barcelos	TC Barcelos	TC Barcelos	TT de Barcelos	TC de Barcelos
3. Braga	TC de Braga	TC de Braga	TFM Braga	TFM Braga	TT de Braga	TC de Braga
4. Cabeceiras de Basto	TC de Cabeceiras de Basto	TC de Cabeceiras de Basto	TC de Cabeceiras de Basto	TC de Cabeceiras de Basto	TT de Guimarães	TC de Cabeceiras de Basto
5. Celorico de Basto	TC de Celorico de Basto	TC de Celorico de Basto	TC de Celorico de Basto	TC de Celorico de Basto	TT de Guimarães	TC de Celorico de Basto
6. Esposende	TC de Esposende	TC de Esposende	TC de Esposende	TC de Esposende	TT de Barcelos	TC de Esposende
7. Fafe	TC de Fafe	TC de Fafe	TC de Fafe	TC de Fafe	TT de Guimarães	TC de Fafe
8. Guimarães	TC de Guimarães	TC de Guimarães	TC de Guimarães	TC de Guimarães	TT de Guimarães	TC de Guimarães
9. Póvoa de Lanhoso	TC de Póvoa de Lanhoso	TC de Póvoa de Lanhoso	TFM Braga	TFM Braga	TT de Braga	TC de Póvoa de Lanhoso
10. Vieira do Minho	TC de Vieira do Minho	TC de Vieira do Minho	TFM Braga	TFM Braga	TT de Braga	TC de Vieira do Minho
11. Vila Nova de Famalicão	TC de Vila Nova de Famalicão	TC de Vila Nova de Famalicão	TC de Vila Nova de Famalicão	TC de Vila Nova de Famalicão	TT de Vila Nova de Famalicão	TC de Vila Nova de Famalicão
12. Vila Verde	TC de Vila Verde	TC de Vila Verde	TFM Braga	TFM Braga	TT de Braga	TC de Vila Verde

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGA

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Braga

## 1.1. Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secções Cíveis e Secções Criminais			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Braga - 1ª Secção Cível (c)	906	4,04	5
Braga - 1ª Secção Criminal (c)	257	3,67	6
Guimarães - 2ª Secção Cível (d)	965	4,31	6
Guimarães - 2ª Secção Criminal (d)	265	3,79	6

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos (secção cível) por juiz e 70 processos por juiz (secção penal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde.

(d) Área de competência territorial: municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secções do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Barcelos - 1ª Secção do Trabalho (c)	756	0,98	1
Braga - 2ª Secção do Trabalho (d)	1403	1,82	2
Guimarães - 3ª Secção do Trabalho (e)	1560	2,02	2
Vila Nova de Famalicão - 4ª Secção do Trabalho (f)	771	1,00	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais do Trabalho de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Barcelos e Esposende.

(d) Área de competência territorial: municípios de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde.

(e) Área de competência territorial: municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães e Vizela.

(f) Área de competência territorial: município de Vila Nova de Famalicão.

Instância Central: Secções de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Barcelos - 1ª Secção de Família e Menores (c)	674	0,92	1
Braga - 2ª Secção de Família e Menores (d)	1176	1,60	2
Guimarães - 3ª Secção de Família e Menores (e)	1249	1,70	2
Vila Nova de Famalicão - 4ª Secção de Família e Menores (f)	609	0,83	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais de Comarca do Distrito de Braga.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Barcelos e Esposende.

(d) Área de competência territorial: municípios de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde.

(e) Área de competência territorial: municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães e Vizela.

(f) Área de competência territorial: município de Vila Nova de Famalicão.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais.



Instância Central: Secções de Execução			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Guimarães - 1.ª Secção de Execução (c)	6044	0,93	2
Vila Nova de Famalicão - 2.ª Secção de Execução (d)	10677	1,64	2

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do Distrito de Braga.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela.

(d) Área de competência territorial: municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde.

Instância Central: Secções de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Braga - 1ª Secção de Instrução criminal (c)	307	2,05	2
Guimarães - 2ª Secção de Instrução criminal (d)	300	2,00	2

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do Distrito de Braga.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde.

(d) Área de competência territorial: municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

**NOTA:** Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juizes das instâncias locais.



Instância Central: Secções de Comércio			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Guimarães - 1ª Secção de Comércio (c)	395	1,98	3
Vila Nova de Famalicão - 2ª Secção de Comércio (d)	632	3,16	4

(a) Corresponde à média de processos de insolvência entrados nos anos 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do Distrito de Braga.

(b) VRP considerado: 200 processos de insolvência por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela.

(d) Área de competência territorial: municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde.

Nota: A tendência de subida do volume de entradas, justifica o número de juizes proposto para Guimarães.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Braga

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta.

Atuais comarcas	Área cível (a)	Área criminal (a)	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
Amares	221	246	467
Barcelos	884	942	1826
Braga	1838	1696	3534
Cabeceiras de Basto	128	124	252
Celorico de Basto	169	169	338
Esposende	331	334	665
Fafe	548	486	1034
Guimarães	1577	1689	3266
Póvoa de Lanhoso	179	159	338
Vieira do Minho	120	140	260
Vila Nova de Famalicão	1295	1265	2560
Vila Verde	442	386	828
<b>Total</b>	<b>7732</b>	<b>7636</b>	<b>15368</b>

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

Instância Local: Tribunal de BARCELOS					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	884	1,11	2	1	5
Secção de Competência Criminal (c)	942	1,37	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Barcelos.



**Instância Local: Tribunal de BRAGA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1838	2,30	3	1	7
Secção de Competência Criminal (c)	1696	2,46	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Braga.

**Instância Local: Tribunal de FAFE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	548	0,69	1	1	3
Secção de Competência Criminal (c)	486	0,70	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Fafe.

**Instância Local: Tribunal de GUIMARÃES**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1577	1,97	2	1	7
Secção de Competência Criminal (c)	1689	2,45	3	1	

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Guimarães e Vizela.

**Instância Local: Tribunal de VILA NOVA DE FAMALICÃO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1295	1,62	2
Secção de Competência Criminal (c)	1265	1,83	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Vila Nova de Famalicão.

**Instância Local: Tribunal de VILA VERDE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	442	0,55	1
Secção de Competência Criminal (c)	386	0,56	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Terras de Bouro e Vila Verde.

**Instância Local: Tribunal de AMARES**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	467	0,85	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Amares.

**Instância Local: Tribunal de CABECEIRAS DE BASTO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	252	0,46	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Cabeceiras de Basto.



**Instância Local: Tribunal de CELORICO DE BASTO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	338	0,61	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Celorico de Basto.

**Instância Local: Tribunal de ESPOSENDE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	665	1,21	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Esposende.

**Instância Local: Tribunal de PÓVOA DE LANHOSO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	338	0,61	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Póvoa de Lanhoso.

**Instância Local: Tribunal de VIEIRA DO MINHO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	260	0,47	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Vieira do Minho.

### 3. Proposta global de reorganização para a Comarca de Braga

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGA

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Braga**

a) **Braga** - 1ª Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde);

b) **Braga** - 1ª Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde);

c) **Guimarães** - 2ª Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela);

d) **Guimarães** - 2ª Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela);

e) **Barcelos** - 1ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Barcelos e Esposende);

f) **Braga** - 2ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde);

g) **Guimarães** - 3ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães e Vizela);

h) **Vila Nova de Famalicão** - 4ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Município de Vila Nova de Famalicão);

i) **Barcelos** - 1ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Barcelos e Esposende);

j) **Braga** - 2ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde);

l) **Guimarães** - 3ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães e Vizela);

m) **Vila Nova de Famalicão** - 4ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Município de Vila Nova de Famalicão);

- n)* **Guimarães** - 1.<sup>a</sup> Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela).
- o)* **Vila Nova de Famalicão** - 2.<sup>a</sup> Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde);
- p)* **Braga** - 1.<sup>a</sup> Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde);
- q)* **Guimarães** - 2.<sup>a</sup> Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela);
- r)* **Guimarães** - 1.<sup>a</sup> Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela).
- s)* **Vila Nova de Famalicão** - 2.<sup>a</sup> Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde);

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Braga**

- a)* Tribunal de **Barcelos** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Barcelos);
- b)* Tribunal de **Braga** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Braga);
- c)* Tribunal de **Fafe** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Fafe);
- d)* Tribunal de **Guimarães** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Guimarães e Vizela);
- e)* Tribunal de **Vila Nova de Famalicão** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Vila Nova de Famalicão);
- f)* Tribunal de **Vila Verde** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Terras de Bouro e Vila Verde);
- g)* Tribunal de **Amares** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Amares);
- h)* Tribunal de **Cabeceiras de Basto** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Cabeceiras de Basto);
- i)* Tribunal de **Celorico de Basto** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município Celorico de Basto);





- j) Tribunal de **Esposende** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Esposende);
- l) Tribunal de **Póvoa de Lanhoso** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Póvoa de Lanhoso);
- m) Tribunal de **Vieira do Minho** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Vieira do Minho).

#### 4. Serviços do Ministério Público da Comarca de Braga

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Braga, o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Situação Atual	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Amares		1	1	733
2. Barcelos	2	6	8	3198
3. Braga	10	12	22	8267
4. Cabeceiras de Basto		1	1	499
5. Celorico de Basto		1	1	620
6. Esposende		2	2	1414
7. Fafe		4	4	1900
8. Guimarães	12	11	23	6747
9. Póvoa de Lanhoso		1	1	739
10. Vieira do Minho		1	1	737
11. Vila Nova de Famalicão	6	8	14	5048
12. Vila Verde		3	3	1772
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>51</b>	<b>81</b>	<b>31674</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Braga, com sede em Braga.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Braga e Guimarães e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

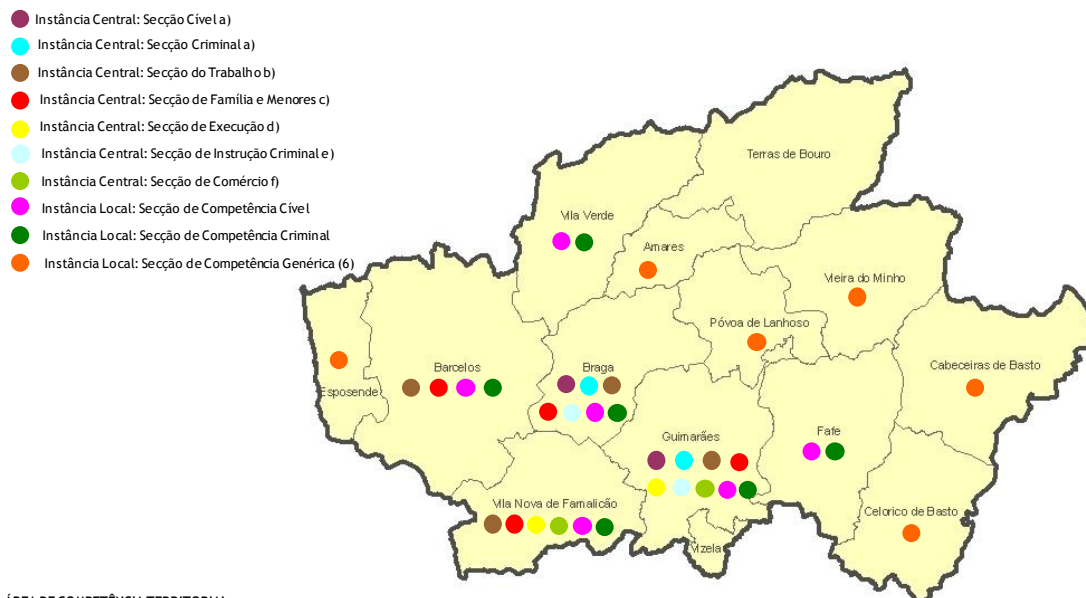
## 5. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Amares	1	1	1	1	9	8
2. Barcelos	14	7	11	8	66	52
3. Braga	22	24	20	22	138	123
4. Cabeceiras de Basto	1	1	1	1	9	6
5. Celorico de Basto	1	1	1	1	10	8
6. Esposende	3	2	4	2	23	9
7. Fafe	3	3	3	4	29	19
8. Guimarães	27	30	18	23	119	139
9. Póvoa de Lanhoso	2	1	1	1	11	8
10. Vieira do Minho	1	1	1	1	7	7
11. Vila Nova de Famalicão	14	12	11	14	78	102
12. Vila Verde	2	2	3	3	24	15
Totais	91	85	75	81	523	496

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

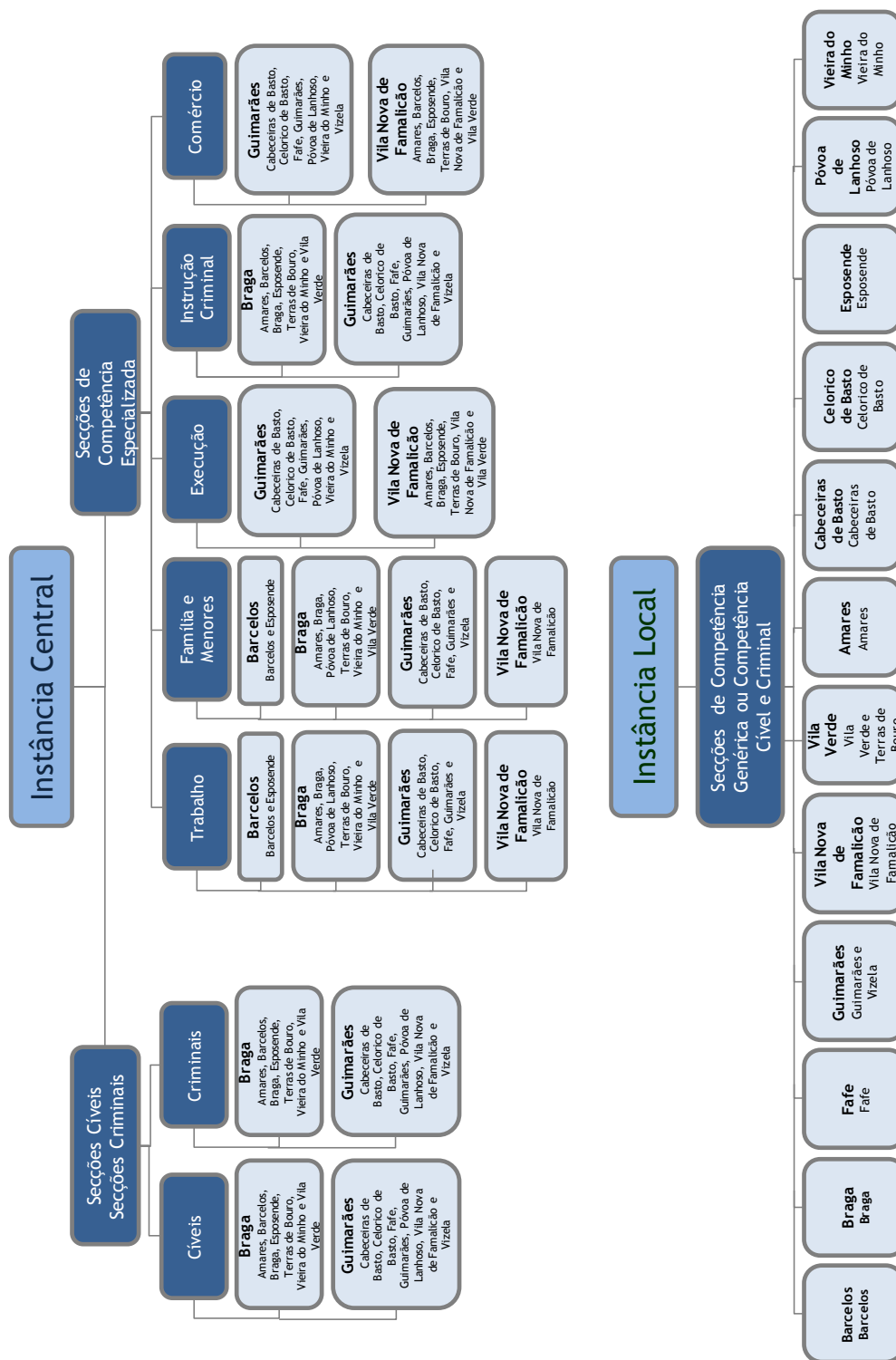
## 6. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Braga



### ÁREA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL:

- a) Braga - 1ª Secção Cível e 1ª Secção Criminal - municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde; Guimarães - 2ª Secção Cível e 2ª Secção Criminal - Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela.
- b) Barcelos - 1ª Secção do Trabalho - municípios de Barcelos e Esposende; Braga - 2ª Secção do Trabalho - municípios de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde; Guimarães - 3ª Secção do Trabalho - municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães e Vizela; Vila Nova de Famalicão - 4ª Secção do Trabalho - município de Vila Nova de Famalicão.
- c) Barcelos - 1ª Secção de Família e Menores - municípios de Barcelos e Esposende; Braga - 2ª Secção de Família e Menores - municípios de Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde; Guimarães - 3ª Secção de Família e Menores - municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães e Vizela; Vila Nova de Famalicão - 4ª Secção de Família e Menores - município de Vila Nova de Famalicão.
- d) Guimarães - 1ª Secção de Execução - municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela; Vila Nova de Famalicão - 2ª Secção de Execução - municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde.
- e) Braga - 1ª Secção de Instrução Criminal - municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde; Guimarães - 2ª Secção de Instrução Criminal - municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão e Vizela.
- f) Guimarães - 1ª Secção de Comércio - municípios de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho e Vizela; Vila Nova de Famalicão - 2ª Secção de Comércio - municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGA







## COMARCA DE BRAGANÇA

**i)** A Comarca de Bragança compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Alfândega da Fé;
2. Bragança;
3. Carrazeda de Ansiães;
4. Macedo de Cavaleiros;
5. Miranda do Douro;
6. Mirandela;
7. Mogadouro;
8. Torre de Moncorvo (inclui o município de Freixo de Espada à Cinta);
9. Vila Flor;
10. Vimioso;
11. Vinhais.

**Organização e Recursos Humanos:**

Comarcas	Tribunais	Juizes (d)		Magistrados do Ministério Público (d)		Oficiais de Justiça (d)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Alfândega da Fé (a)	Trib. competência genérica	1	1	1	1	4	3
2. Torre de Moncorvo (a)	Trib. competência genérica					8	7
3. Bragança	Trib. competência genérica	4	5	5	5	28	27
	Trib. do trabalho	1	1			8	7
4. Carrazeda de Ansiães (b)	Trib. competência genérica	1	1	1	1	5	5
5. Vila Flor (b)	Trib. competência genérica					5	5
6. Macedo de Cavaleiros	Trib. competência genérica	1	1	1	1	9	8
7. Miranda do Douro (c)	Trib. competência genérica	1	1	1	1	5	5
8. Vimioso (c)	Trib. competência genérica					4	4
9. Mirandela	Trib. competência genérica	3	5	2	3	22	17
10. Mogadouro	Trib. competência genérica	1	1	1	1	7	6
11. Vinhais	Trib. competência genérica	1	1	1	1	6	6
<b>Total</b>		<b>14</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>111</b>	<b>100</b>

(a), (b) e (c) Comarcas agregadas (Portaria nº 412-D/99, de 7 de Junho).

(d) Informação reportada a 16.6.2011.



**Movimento Processual:**

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Alfândega da Fé		18	46	1	5	6	30	9	3	22	16	156
Bragança	397	159	649	16	23	63	174	114	20	206	194	2015
Carrazeda de Ansiães		28	51	1	1	8	23	11	3	27	23	176
Macedo de Cavaleiros		65	141	2	7	19	63	32	6	79	35	449
Miranda do Douro		18	83	1	4	8	26	13	2	33	19	207
Mirandela		124	341	4	9	41	117	80	8	115	66	905
Mogadouro		31	78	2	5	17	63	24	5	36	31	292
Moncorvo		52	109	1	7	14	61	24	4	59	26	357
Vila Flor		25	82	2	2	11	40	24	3	24	25	238
Vimioso		14	57	0	1	6	15	5	1	21	11	131
Vinhais		17	46	1	3	9	29	10	3	33	15	166
<b>Total</b>	<b>397</b>	<b>551</b>	<b>1683</b>	<b>31</b>	<b>67</b>	<b>202</b>	<b>641</b>	<b>346</b>	<b>58</b>	<b>655</b>	<b>461</b>	<b>5092</b>

**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Alfândega da Fé	TC de Alfândega da Fé	TC de Alfândega da Fé	TC de Alfândega da Fé	TC de Alfândega da Fé	TT de Bragança	TC de Alfândega da Fé
2. Bragança	TC de Bragança	TC de Bragança	TC de Bragança	TC de Bragança	TT de Bragança	TC de Bragança
3. Carrazeda de Ansiães	TC de Carrazeda de Ansiães	TC de Carrazeda de Ansiães	TC de Carrazeda de Ansiães	TC de Carrazeda de Ansiães	TT de Bragança	TC de Carrazeda de Ansiães
4. Macedo de Cavaleiros	TC de Macedo de Cavaleiros	TC de Macedo de Cavaleiros	TC de Macedo de Cavaleiros	TC de Macedo de Cavaleiros	TT de Bragança	TC de Macedo de Cavaleiros
5. Mirandela	TC de Mirandela	TC de Mirandela	TC de Mirandela	TC de Mirandela	TT de Bragança	TC de Mirandela
6. Miranda do Douro	TC de Miranda do Douro	TC de Miranda do Douro	TC de Miranda do Douro	TC de Miranda do Douro	TT de Bragança	TC de Miranda do Douro
7. Mogadouro	TC de Mogadouro	TC de Mogadouro	TC de Mogadouro	TC de Mogadouro	TT de Bragança	TC de Mogadouro
8. Torre de Moncorvo	TC de Moncorvo	TC de Moncorvo	TC de Moncorvo	TC de Moncorvo	TT de Bragança	TC de Moncorvo
9. Vila Flor	TC de Vila Flor	TC de Vila Flor	TC de Vila Flor	TC de Vila Flor	TT de Bragança	TC de Vila Flor
10. Vimioso	TC de Vimioso	TC de Vimioso	TC de Vimioso	TC de Vimioso	TT de Bragança	TC de Vimioso
11. Vinhais	TC de Vinhais	TC de Vinhais	TC de Vinhais	TC de Vinhais	TT de Bragança	TC de Vinhais

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGANÇA

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Bragança

## 1.1. Secção Cível e Criminal

Instância Central: Secção Cível e Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Bragança - Secção Cível (c)	202	0,90	3
Bragança - Secção Criminal (c)	58	0,83	

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Bragança.

## 1.2. Secção de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Bragança - Secção do Trabalho (c)	397	0,51	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Bragança.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Bragança.

## 2.Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Bragança

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível			Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Outros processos	Execuções	Total Cível	Total	
Alfândega da Fé	58	46	104	38	142
Bragança	463	649	1112	400	1512
Carrazeda de Ansiães	63	51	114	50	164
Macedo de Cavaleiros	162	141	303	114	417
Miranda do Douro	58	83	141	52	193
Mirandela	325	341	666	181	847
Mogadouro	120	78	198	67	265
Torre de Moncorvo	138	109	247	85	332
Vila Flor	91	82	173	49	222
Vimioso	34	57	91	32	123
Vinhais	57	46	103	48	151
<b>Total</b>	<b>1569</b>	<b>1683</b>	<b>3252</b>	<b>1116</b>	<b>4368</b>

No Distrito de Bragança existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido. A população residente neste distrito sofreu uma redução de 8,34% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). Esta tendência apenas foi contrariada no município de Bragança que registou um ligeiro aumento de 1,64%.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tende a justificar a extinção de alguns tribunais no Distrito de Bragança.

Proposta de extinção do Tribunal de Miranda do Douro, do Tribunal de Vimioso e do Tribunal de Vinhais:

As comarcas de Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais apresentam uma diminuição da população residente, de 7,28%, 12% e 14% respetivamente.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção dos Tribunais de Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais e a sua integração no tribunal de Bragança que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de BRAGANÇA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1447	1,61	2	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	532	0,77	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal Judicial de Bragança.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Bragança e Miranda do Douro: 76 min./74 km.

Deslocação entre os municípios de Bragança e Vimioso: 56 min./48 km.

Deslocação entre os municípios de Bragança e Vinhais: 36 min./33 km.

Instância Local: Tribunal de MACEDO DE CAVALEIROS			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	417	0,52	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Macedo de Cavaleiros.

Instância Local: Tribunal de MIRANDELA			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	847	1,06	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Mirandela.

Instância Local: Tribunal de MOGADOURO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	265	0,33	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Mogadouro.

Instância Local: Tribunal de TORRE DE MONCORVO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	332	0,42	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal Judicial de Alfândega da Fé

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo.

**Proposta de extinção do Tribunal de Alfândega da Fé e do Tribunal de Carrazeda de Ansiães:**

As comarcas de Alfândega da Fé e Carrazeda de Ansiães apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), Alfândega da Fé e Carrazeda de Ansiães apresentam uma diminuição da população residente de 14,56% e 17,27% respetivamente.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção dos Tribunais de Alfândega da Fé e de Carrazeda de Ansiães e a sua integração no tribunal de Vila Flor que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de VILA FLOR			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	528	0,66	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Vila Flor e Alfândega da Fé: 39 min./29 km.

Deslocação entre os municípios de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães: 29 min./18 km.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de Extensões Judiciais do tribunal Judicial da Comarca de Bragança em:

- Miranda do Douro;
- Vimioso;
- Vinhais.

### 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Bragança

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGANÇA

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Bragança**

a) **Bragança** - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: Distrito de Bragança);

b) **Bragança** - Secção do Trabalho (área de competência territorial: Distrito de Bragança).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Bragança**

a) Tribunal de **Bragança** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais).

b) Tribunal de **Macedo de Cavaleiros** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Macedo de Cavaleiros);

c) Tribunal de **Mirandela** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Mirandela);

d) Tribunal de **Mogadouro** - Secção de Competência Genérica: (área de competência territorial: Município de Mogadouro);



e) Tribunal de **Torre de Moncorvo** - Secção de Competência Genérica: (área de competência territorial: Municípios de Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo);

f) Tribunal de **Vila Flor** - Secção de Competência Genérica: (área de competência territorial: Municípios de Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães e Vila Flor).

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Bragança**

- a) Miranda do Douro;
- b) Vimioso;
- c) Vinhais.

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Bragança

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Bragança, quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Bragança	2	4	6	1389
2. Miranda do Douro				228
3. Vimioso				198
4. Vinhais				243
5. Alfândega da Fé		1	1	161
6. Carrazeda de Ansiães				270
7. Vila Flor				246
8. Macedo de Cavaleiros		1	1	498
9. Mirandela		2	2	993
10. Mogadouro		1	1	291
11. Torre de Moncorvo		1	1	506
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>5023</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.



## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

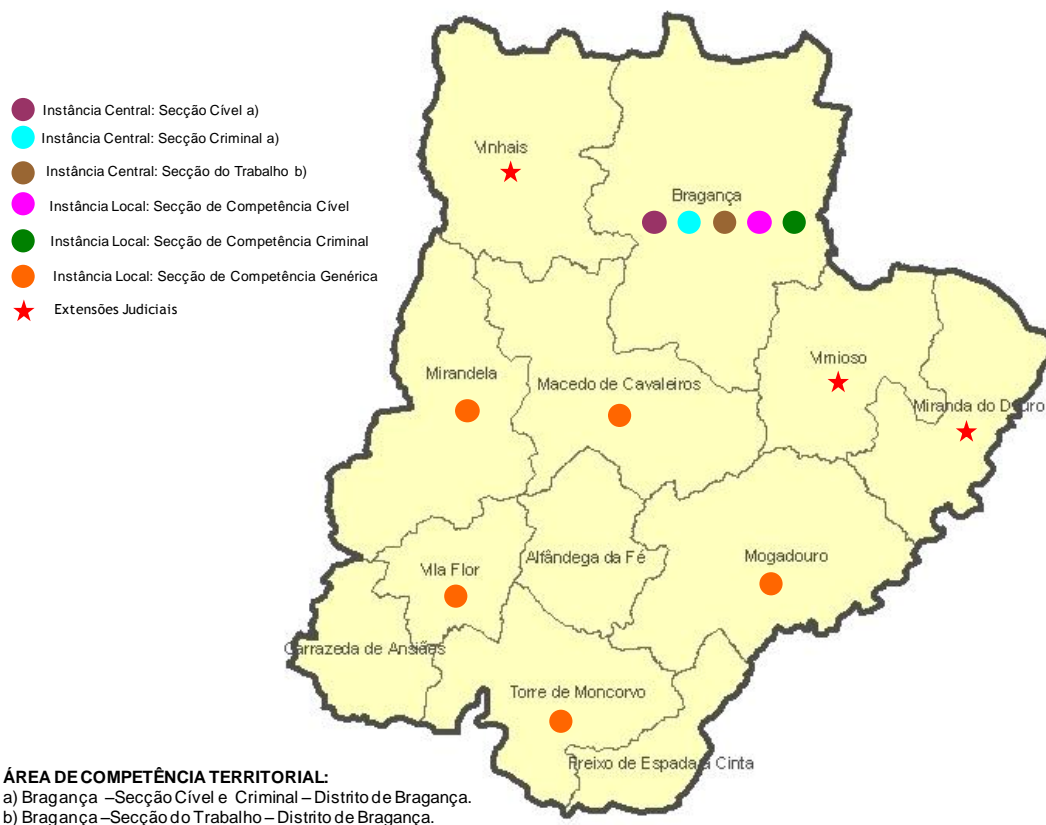
Atuais comarcas Tribunais	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Bragança	6	8	5	6	34	45
2. Miranda do Douro (d)	1		1		5	
3. Vimioso (d)	-		-		4	
4. Vinhais	1		1		6	
5. Alfândega da Fé (c)	-	1	-	1	3	9
6. Carraceda de Ansiães (e)	1		1		5	
7. Vila Flor (e)	-		-		5	
8. Macedo de Cavaleiros	1	1	1	1	8	6
9. Mirandela	5	2	3	2	17	13
10. Mogadouro	1	1	1	1	6	6
11. Torre de Moncorvo (c)	1	1	1	1	7	8
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>87</b>

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

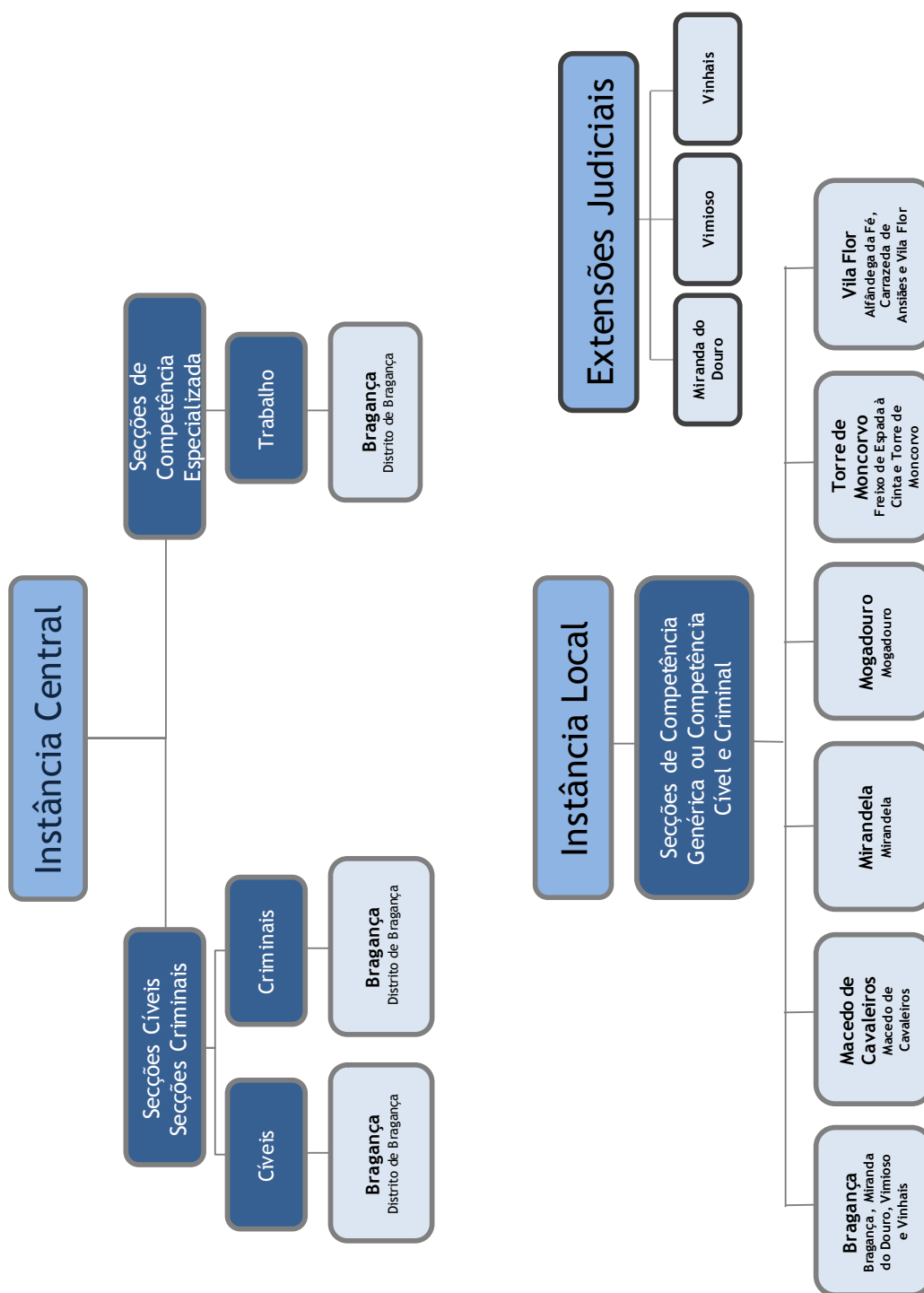
(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

(c), (d), (e) Comarcas agregadas (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).

## 7. Representação geográfica - Tribunal Judicial da Comarca de Bragança



## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGANÇA





## COMARCA DE CASTELO BRANCO

i) A Comarca de Castelo Branco compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

- 1.Castelo Branco (inclui o município de Vila Velha de Ródão);
- 2.Covilhã (inclui o município de Belmonte);
- 3.Fundão
- 4.Idanha-a-Nova;
- 5.Oleiros;
- 6.Penamacor;
- 7.Sertã (inclui os municípios de Proença-a-Nova e Vila de Rei).

### Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais	Juizes (c)		Magistrados do Ministério Público (c)		Oficiais de Justiça (c)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Castelo Branco	Trib. de competência genérica	5	7	6	6	33	30
	Trib. do trabalho	1	1			7	7
2. Covilhã	Trib. de competência genérica	4	5	5	5	31	31
	Trib. do trabalho	1	1	2	2	8	8
3. Fundão	Trib. de competência genérica	2	3	2	2	19	18
4. Idanha-a-Nova (a)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	5
5. Penamacor (a)	Trib. de competência genérica					4	3
6. Oleiros (b)	Trib. de competência genérica	1	2	1	2	4	4
7. Sertã (b)	Trib. de competência genérica					11	10
Total		15	20	17	18	123	116

(a) (b) Comarcas agregadas (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).

(c) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Castelo Branco	319	346	905	22	36	91	255	166	38	303	261	2742
Covilhã	296	298	797	41	37	88	219	136	25	237	239	2413
Fundão		112	394	16	16	37	106	83	19	123	147	1053
Idanha-a-Nova		26	98	2	8	15	40	23	3	59	37	311
Oleiros		12	35	1	2	6	30	10	3	23	8	130
Penamacôr		14	55	4	7	6	28	11	3	27	15	170
Sertã		62	330	7	9	41	89	68	10	79	53	748
Total	615	870	2614	93	115	284	767	497	101	851	760	7567

## Atual resposta judiciária:

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
Castelo Branco	TC de Castelo Branco	TC de Castelo Branco	TC de Castelo Branco	TC de Castelo Branco	TT de Castelo Branco	TC de Castelo Branco
Covilhã	TC da Covilhã	TC da Covilhã	TC da Covilhã	TC da Covilhã	TT da Covilhã	TC da Covilhã
Fundão	TC do Fundão	TC do Fundão	TC do Fundão	TC do Fundão	TT da Covilhã	TC do Fundão
Idanha-a-Nova	TC de Idanha-a-Nova	TC de Idanha-a-Nova	TC de Idanha-a-Nova	TC de Idanha-a-Nova	TT de Castelo Branco	TC de Idanha-a-Nova
Oleiros	TC de Oleiros	TC de Oleiros	TC de Oleiros	TC de Oleiros	TT de Castelo Branco	TC de Oleiros
Penamacor	TC de Penamacor	TC de Penamacor	TC de Penamacor	TC de Penamacor	TT de Castelo Branco	TC de Penamacor
Sertã	TC da Sertã	TC da Sertã	TC da Sertã	TC da Sertã	TT de Castelo Branco	TC da Sertã

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE CASTELO BRANCO

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco

## 1.1. Secção Cível e Criminal

Instância Central: Secção Cível e Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Castelo Branco - Secção Cível (c)	284	1,27	2
Castelo Branco - Secção Criminal (c)	101	1,44	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Castelo Branco.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Castelo Branco - 1ª Secção do Trabalho - (c)	319	0,41	1
Covilhã - 2ª Secção do Trabalho (d)	296	0,38	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Castelo Branco; corresponde à média de processos entrados nos anos de 2007 a 2009 no Tribunal do Trabalho da Covilhã, exceto o que corresponderá à comarca do Sabugal (Distrito da Guarda), calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

(d) Área de competência territorial: municípios de Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor.



Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Castelo Branco - 1ª Secção de Família e Menores (c)	446	0,61	1
Covilhã - 2ª Secção de Família e Menores (d)	424	0,58	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Proença-a-Nova, Sertão, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

(d) Área de competência territorial: municípios de Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais.

Instância Central: Secção de Comércio			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Covilhã - secção de comércio (c)	93	0,47	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 200 insolvências por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Castelo Branco.



## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atual comarca	Área cível			Área Criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Outros Processos	Execuções	Total	Total	
1. Castelo Branco	421	905	1326	564	1890
2. Covilhã	355	797	1152	476	1628
3. Fundão	189	394	583	270	853
4. Idanha-a-Nova	63	98	161	96	257
5. Oleiros	40	35	75	31	106
6. Penamacor	39	55	94	42	136
7. Sertã	157	330	487	132	619
Total	1264	2614	3878	1611	5489

No Distrito de Castelo Branco existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido.

A população residente neste Distrito sofreu uma redução de 5,82% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). O município onde se verificou o maior decréscimo foi o de Idanha-a-Nova, com uma diminuição de 17,69% e o município onde se verificou o maior crescimento foi o de Vila de Rei, com um aumento de 2,83%.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tendem a justificar a extinção de algumas comarcas no Distrito de Castelo Branco.

Foi também analisada a existência de alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão, nomeadamente, Julgados de Paz e seus postos de atendimento, assim como Postos de Atendimento ao Cidadão<sup>25</sup> (PAC's).

Os municípios de Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei dispõem de Julgados de Paz e o município de Penamacor dispõe de um Posto de Atendimento ao cidadão (PAC).

<sup>25</sup> Os PAC's funcionam como uma extensão das Lojas do Cidadão e localizam-se, em regra, nas Câmaras Municipais. Este serviço constitui um ponto único de contacto personalizado, a partir do qual são fornecidos diversos serviços da Administração Pública. A DGAJ tem representação em todos os PAC'S para efeitos de receção de pedidos de certificado de registo criminal e para a respetiva emissão, quando negativos, tarefa também assegurada pelos tribunais judiciais.

Instância Local: Tribunal de CASTELO BRANCO					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	1326	1,47	2	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	564	0,82	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão.

Instância Local: Tribunal da COVILHÃ					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	1152	1,28	2	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	476	0,69	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Belmonte e Covilhã.

### Proposta de extinção do Tribunal de Penamacor:

A comarca de Penamacor apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Penamacor apresenta uma diminuição de 15,11%.

O município de Penamacor dispõe de Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC).

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Penamacor, e a sua integração no Tribunal do Fundão que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal do FUNDÃO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	677	0,75	1
Secção de Competência Criminal (c)	312	0,45	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios do Fundão e Penamacor.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Fundão e Penamacor: 44 min./34 km.

**Instância Local: Tribunal de IDANHA-A-NOVA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	257	0,32	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Idanha-a-Nova.

**Proposta de extinção do Tribunal de Oleiros:**

A comarca de Oleiros apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Oleiros apresenta uma diminuição de 14,60%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Oleiros e a sua integração no Tribunal da Sertã que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal da SERTÃ**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	725	0,91	1	1	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Oleiros e Sertã: 37 min./28 km.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de uma Extensão Judicial do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco em:

- Penamacor.

### 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Castelo Branco

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE CASTELO BRANCO

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco**

a) **Castelo Branco** - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: Distrito de Castelo Branco);

b) **Castelo Branco** - 1.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova e Vila de Rei);

c) **Covilhã** - 2.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor);

b) **Castelo Branco** - 1.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova e Vila de Rei);

c) **Covilhã** - 2.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor);

d) **Covilhã** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Distrito de Castelo Branco).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco**

a) Tribunal de **Castelo Branco** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão);



- b) Tribunal da **Covilhã** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Belmonte e Covilhã);
  - c) Tribunal do **Fundão** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios do Fundão e Penamacor);
  - d) Tribunal de **Idanha-a-Nova** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Idanha-a-Nova);
  - e) Tribunal da **Sertã** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei).
- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco**

**Penamacor.**



## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Castelo Branco

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Castelo Branco o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Situação Atual	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Castelo Branco	5	4	9	2294
2. Covilhã	2	4	6	1856
3. Fundão		2	2	939
5. Penamacor				207
4. Idanha-a-Nova		1	1	477
6. Oleiros		2	2	132
7. Sertã				795
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>20</b>	<b>6700</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

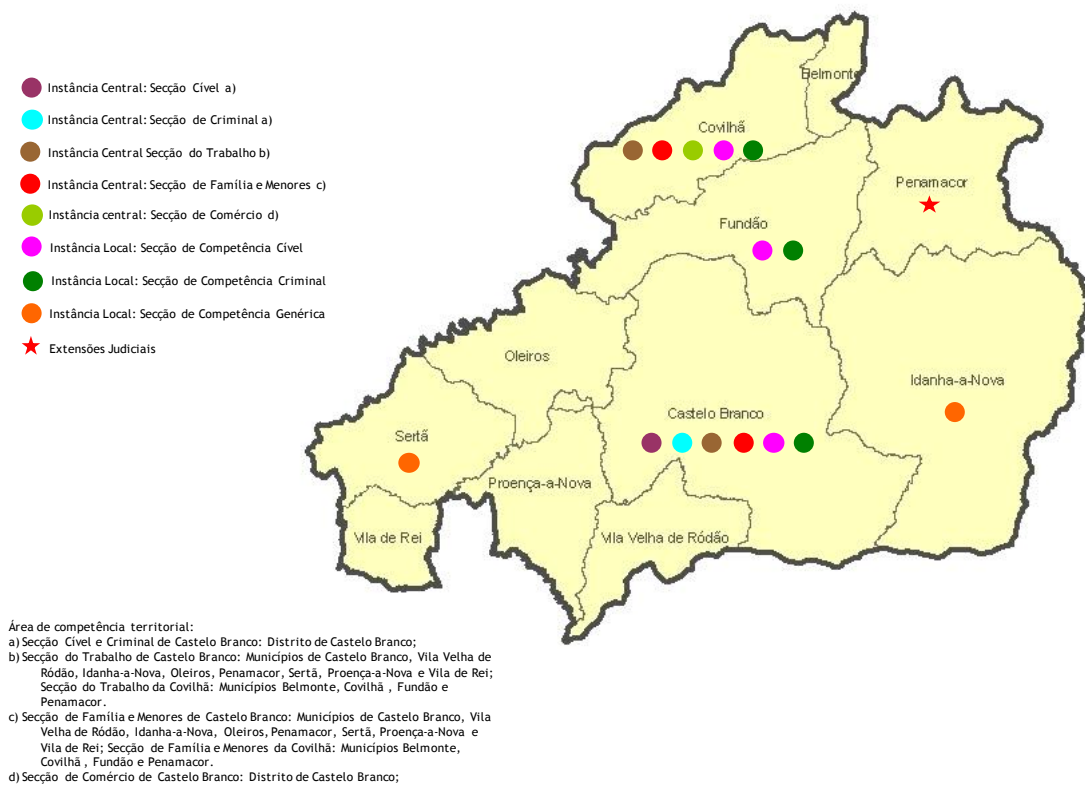
## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Exercício de funções	Proposta (a)	Exercício de funções	Proposta	Exercício de funções	Proposta (b)
1. Castelo Branco	8	12	6	9	37	52
2. Covilhã	6	6	7	6	39	41
3. Fundão	3	2	2	2	18	17
1. Penamacor	-		-		3	
2. Idanha-a-Nova	1	1	1	1	5	6
3. Oleiros	2	2	2	2	4	10
4. Sertã					10	
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>20</b>	<b>116</b>	<b>126</b>

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

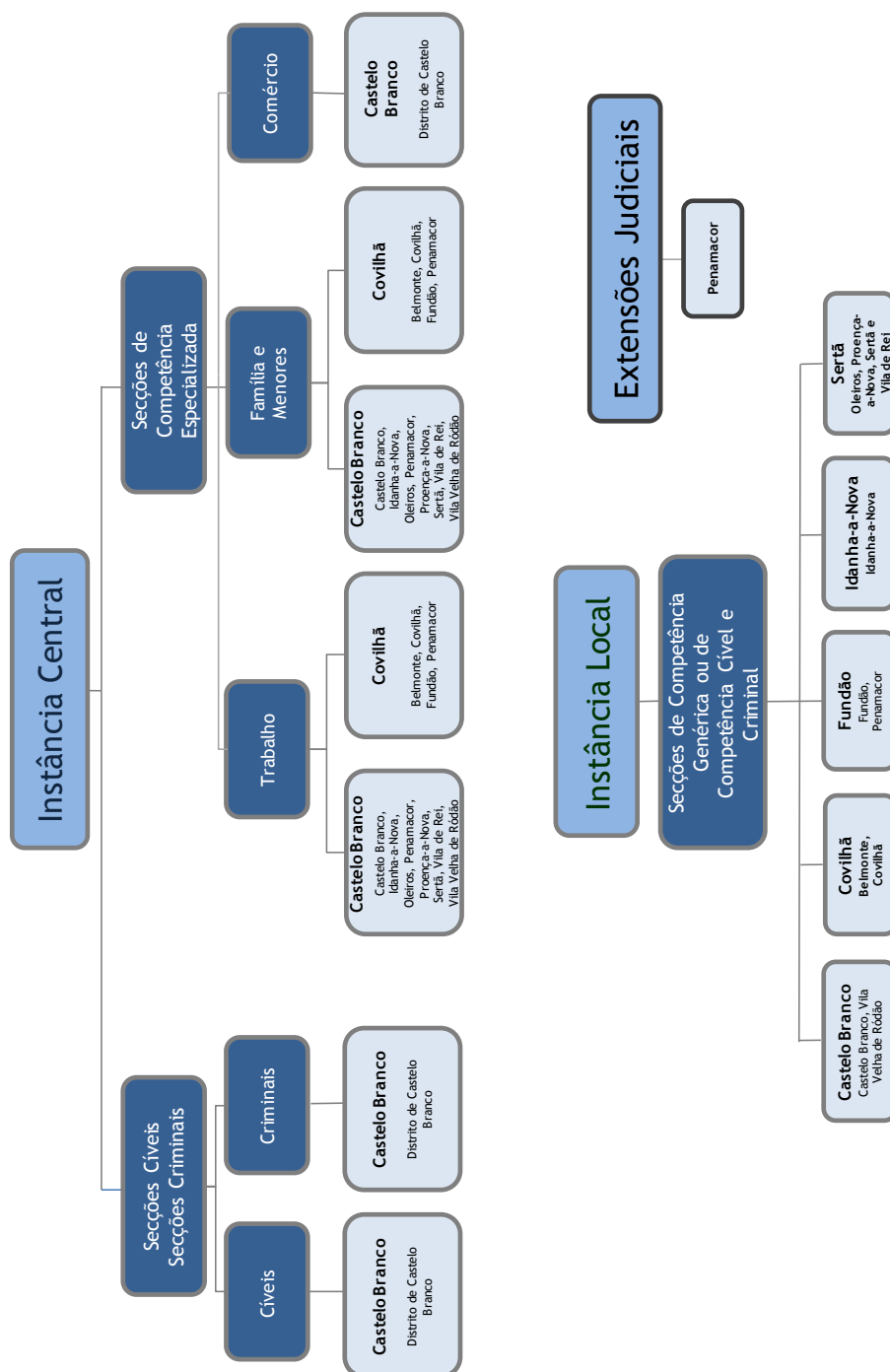
(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco





## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE CASTELO BRANCO







## COMARCA DE COIMBRA

i) A Comarca de Coimbra compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Arganil (inclui o município de Góis);
2. Cantanhede;
3. Coimbra;
4. Condeixa-a-Nova;
5. Figueira da Foz;
6. Lousã (inclui o município de Miranda do Corvo);
7. Mira;
8. Montemor-o-Velho;
9. Oliveira do Hospital;
10. Pampilhosa da Serra;
11. Penacova (inclui o município de Vila Nova de Poiares);
12. Penela;
13. Soure;
14. Tábua.

**Organização e Recursos Humanos:**

Comarcas	Tribunais	Juízes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Arganil (b)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	9	7
2. Cantanhede	Trib. de competência genérica	2	3	2	2	19	19
3. Coimbra	Trib. de competência genérica	21	24	26	26	173	141
	Trib. do Trabalho						
	Trib. Família e Menores						
4. Condeixa-a-Nova	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	10	9
5. Figueira da Foz	Trib. de competência genérica	6	9	6	7	47	42
	Trib. do Trabalho						
6. Lousã	Trib. de competência genérica	1	2	1	2	11	11
7. Mira	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	8	5
8. Montemor-o-Velho	Trib. de competência genérica	1	2	1	2	10	11
9. Oliveira do Hospital	Trib. de competência genérica	1	2	1	1	11	10
10. Pampilhosa da Serra (b)	Trib. de competência genérica	0	0	0	0	4	4
11. Penacova	Trib. de competência genérica	1	2	1	2	10	10
12. Penela (c)	Trib. de competência genérica	0	0	0	0	5	5
13. Soure	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	11	11
14. Tábua	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
<b>Total</b>		<b>38</b>	<b>49</b>	<b>43</b>	<b>47</b>	<b>335</b>	<b>292</b>

(a) Informação reportada a 16.6.2011.

(b) Comarcas agregadas (portaria 412-D/99, de 7 de Junho).

(c) Comarca agregada com a de Alvaiázere (portaria 412-D/99, de 7 de Junho).

**Movimento Processual:**

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Arganil	60	98	240	6	12	23	71	42	8	91	82	733
Cantanhede	149	180	563	16	23	73	158	118	17	157	99	1553
Coimbra	524	854	3107	99	109	306	653	658	133	974	490	7907
Condeixa-a-Nova	63	102	196	10	13	37	65	55	6	81	49	677
Figueira da Foz	253	422	1146	36	42	163	303	242	21	417	219	3264
Lousã	112	182	455	12	23	54	108	87	16	181	86	1316
Mira	50	48	153	6	8	22	54	43	1	65	43	493
Montemor-o-Velho	107	121	298	13	15	44	82	80	8	107	120	995
Oliveira do Hospital	77	62	307	12	7	29	84	66	5	64	55	768
Pampilhosa da Serra	16	27	30	0	3	5	15	5	1	15	8	125
Penacova	83	136	350	9	17	34	81	59	6	110	88	973
Penela	22	36	72	5	5	11	24	25	1	28	7	236
Soure	70	76	187	6	6	28	75	53	2	58	35	596
Tábua	44	72	205	7	9	26	82	46	7	79	46	623
Total	1630	2416	7309	237	292	855	1855	1579	232	2427	1427	20259

Nota: Sempre que os municípios são abrangidos por tribunal de competência especializada, o número de processos oriundos de cada município foi calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Arganil	TC de Arganil	TC de Arganil	TFM de Coimbra	TFM de Coimbra	TT de Coimbra	TC de Arganil
2. Cantanhede	TC de Cantanhede	TC de Cantanhede	TC de Cantanhede	TC de Cantanhede	TT da Figueira da Foz	TC de Cantanhede
3. Coimbra	TC de Coimbra	TC de Coimbra	TFM de Coimbra	TFM de Coimbra	TT de Coimbra	TC de Coimbra
4. Condeixa-a-Nova	TC de Condeixa-a-Nova	TC de Condeixa-a-Nova	TFM de Coimbra	TFM de Coimbra	TT de Coimbra	TC de Condeixa-a-Nova
5. Figueira da Foz	TC de Figueira da Foz	TC de Figueira da Foz	TC de Figueira da Foz	TC de Figueira da Foz	TT da Figueira da Foz	TC de Figueira da Foz
6. Lousã	TC de Lousã	TC de Lousã	TFM de Coimbra	TFM de Coimbra	TT de Coimbra	TC de Lousã
7. Mira	TC de Mira	TC de Mira	TC de Mira	TC de Mira	TT da Figueira da Foz	TC de Mira
8. Montemor-o-Velho	TC de Montemor-o-Velho	TC de Montemor-o-Velho	TC de Montemor-o-Velho	TC de Montemor-o-Velho	TT da Figueira da Foz	TC de Montemor-o-Velho
9. Oliveira do Hospital	TC de Oliveira do Hospital	TC de Oliveira do Hospital	TC de Oliveira do Hospital	TC de Oliveira do Hospital	TT de Coimbra	TC de Oliveira do Hospital
10. Pampilhosa da Serra	TC de Pampilhosa da Serra	TC de Pampilhosa da Serra	TFM de Coimbra	TFM de Coimbra	TT de Coimbra	TC de Pampilhosa da Serra
11. Penacova	TC de Penacova	TC de Penacova	TFM de Coimbra	TFM de Coimbra	TT de Coimbra	TC de Penacova
12. Penela	TC de Penela	TC de Penela	TFM de Coimbra	TFM de Coimbra	TT de Coimbra	TC de Penela
13. Soure	TC de Soure	TC de Soure	TC de Soure	TC de Soure	TT de Coimbra	TC de Soure
14. Tábua	TC de Tábua	TC de Tábua	TFM de Coimbra	TFM de Coimbra	TT de Coimbra	TC de Tábua

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.

## ii) Proposta de Organização

### Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra

#### 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra

##### 1.1 Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Coimbra - Secção Cível (c)	855	3,82	5
Coimbra - Secção Criminal (c)	232	3,31	6

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Coimbra.

##### 1.2. Competência Especializada

Instância Central: Secções do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Coimbra - 1ª Secção do Trabalho (c)	1071	1,39	2
Figueira da Foz - 2ª Secção do Trabalho (d)	559	0,72	1

(a) Corresponde à média de processos entrados no ano de 2010 no Tribunal do Trabalho da Figueira da Foz e no Tribunal do Trabalho de Coimbra, excluídos os processos das comarcas de Alvaizere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Mealhada e Pombal, valores calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, [in www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

(d) Área de competência territorial: municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mira e Montemor-o-Velho.

**Instância Central: Secção de Execução**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Coimbra - Secção de Execução (c)	7309	1,12	2

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Coimbra.

**Instância Central: Secção de Comércio**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Coimbra - Secção de Comércio (c)	237	1,19	2

(a) Corresponde à média de processos de insolvência entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 200 insolvências por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Coimbra.

**Instância Central: Secção de Instrução Criminal**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Coimbra - Secção de Instrução Criminal (c)	292	1,95	2

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Coimbra.

**NOTA:** Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juízes das instâncias locais.



Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Coimbra - 1ª Secção de Família e Menores (c)	1645	2,24	3
Figueira da Foz - 2ª Secção de Família e Menores (d)	771	1,05	2

(a) Corresponde à média de processos entrados no ano de 2010 no Tribunal de Família e Menores de Coimbra, acrescido das ações da comarca de Oliveira do Hospital e excluídas as ações da comarca da Mealhada, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 no município que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

(d) Área de competência territorial: municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mira e Montemor-o-Velho.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juízes das respetivas instâncias locais.

Instância Central: Secção de Execução das Penas			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP	Total Juízes
Coimbra - Secção de Execução das Penas (b)	-	-	3 (c)

(a) A entrada em vigor do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, introduziu alterações significativas que impossibilitaram uma leitura estatística rigorosa.

(b) Competência territorial: área correspondente ao atual distrito judicial de Coimbra

(c) A definição do número de juízes propostos teve em conta a perceção dos magistrados colocados nesta área processual.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Arganil	113	173	286
2. Cantanhede	276	256	532
3. Coimbra	1311	1464	2775
4. Condeixa-a-Nova	120	130	250
5. Figueira da Foz	545	636	1181
6. Lousã	195	267	462
7. Mira	97	108	205
8. Montemor-o-Velho	162	227	389
9. Oliveira do Hospital	150	119	269
10. Pampilhosa da Serra	20	23	43
11. Penacova	140	198	338
12. Penela	49	35	84
13. Soure	128	93	221
14. Tábua	128	125	253
<b>Total</b>	<b>3434</b>	<b>3854</b>	<b>7288</b>

No Distrito de Coimbra existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido.

A população residente neste Distrito sofreu uma redução de 2,60% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). O município onde se verificou o maior decréscimo foi o de Pampilhosa da Serra, com uma diminuição de 14% e o município onde se verificou o maior crescimento foi o de Condeixa-a-Nova, com um aumento de cerca de 12%.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tende a justificar a extinção de algumas comarcas no Distrito de Coimbra.

Foi também analisada a existência de alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão, nomeadamente, a existência de Julgados de Paz e seus postos de atendimento, assim como Postos de Atendimento ao Cidadão<sup>26</sup> (PAC's).

Os seguintes municípios dispõem de Julgados de Paz ou PAC'S: Arganil, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.

### Proposta de Extinção do Tribunal de Pampilhosa da Serra e do Tribunal de Soure

As comarcas de Pampilhosa da Serra e Soure apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Pampilhosa da Serra apresenta uma diminuição da população em 14,04% e a de Soure apresenta uma diminuição da população em 8,43%.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Pampilhosa da Serra e do Tribunal de Soure e a sua integração no Tribunal de Coimbra que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de COIMBRA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1459	1,82	2	3	8
Secção de Competência Criminal (c)	1580	2,29	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Coimbra, Pampilhosa da Serra e Soure.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Coimbra e Pampilhosa da Serra: 1h41min./87 km.

Deslocação entre os municípios de Coimbra e Soure: 37min./33 km.

<sup>26</sup> Os PAC's funcionam como uma extensão das Lojas do Cidadão e localizam-se, em regra, nas Câmaras Municipais. Este serviço constitui um ponto único de contacto personalizado, a partir do qual são fornecidos diversos serviços da Administração Pública. A DGAJ tem representação em todos os PAC'S para efeitos de receção de pedidos de certificado de registo criminal e para a respetiva emissão, quando negativos, tarefa também assegurada pelos tribunais judiciais.

Proposta de Extinção do Tribunal de Mira

A comarca de Mira apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Mira apresenta uma diminuição da população em 3,95%.

O município de Mira dispõe de Julgado de Paz.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Mira, e a sua integração no Tribunal da Figueira da Foz que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal da FIGUEIRA DA FOZ					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	642	0,80	1	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	744	1,08	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Figueira da Foz e Mira.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Figueira da Foz e Mira: 32min./46 km.

Instância Local: Tribunal de ARGANIL			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	286	0,52	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Arganil e Góis.

Instância Local: Tribunal de CANTANHEDE			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	532	0,97	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Cantanhede.

Proposta de Extinção do Tribunal de Penela:

A comarca de Penela apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Penela apresenta uma diminuição da população em 9,31%.

O município de Penela dispõe de Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC).

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Penela, e a sua integração no Tribunal de Condeixa-A-Nova, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de CONDEIXA-A-NOVA			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	334	0,61	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Condeixa-a-Nova e Penela.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Condeixa-A-Nova e Penela: 15 min./15 km.

Instância Local: Tribunal de LOUSÃ			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	462	0,84	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Lousã, Miranda do Corvo.

Instância Local: Tribunal de MONTEMOR-O-VELHO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	389	0,71	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Montemor-o-Velho.

**Instância Local: Tribunal de OLIVEIRA DO HOSPITAL**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	269	0,49	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Oliveira do Hospital.

**Instância Local: Tribunal de PENACOVA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	338	0,61	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Penacova e Vila Nova de Poiares.

NOTA: Tendo em conta o estado de degradação das instalações deste Tribunal e a necessidade da estrutura do edifício ser intervencionada, caso esta não tenha lugar até à entrada em vigor da reforma proposta, este Tribunal será deslocalizado para Coimbra.

**Instância Local: Tribunal de TÁBUA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	253	0,46	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Tábua.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de Extensões judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra em:

- Mira;
- Pampilhosa da Serra;
- Soure.

## 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Coimbra

### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE COIMBRA

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra**

a) **Coimbra** - Secção Cível (área de competência territorial: Distrito de Coimbra);

b) **Coimbra** - Secção Criminal (área de competência territorial: Distrito de Coimbra);

c) **Coimbra** - 1ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares);

d) **Figueira da Foz** - 2ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mira e Montemor-o-Velho);

e) **Coimbra** - Secção de Execução (área de competência territorial: Distrito de Coimbra);

f) **Coimbra** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Distrito de Coimbra);

g) **Coimbra** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Distrito de Coimbra);

h) **Coimbra** - 1ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Arganil, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares);

i) **Figueira da Foz** - 2ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Cantanhede, Figueira da Foz, Mira e Montemor-o-Velho);

j) **Coimbra** - Secção de Execução das Penas (área de competência territorial: Atual Distrito judicial).

## Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra

- a) Tribunal de **Coimbra** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial Municípios de Coimbra, Pampilhosa da Serra e Soure);
- b) Tribunal da **Figueira da Foz** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Município da Figueira da Foz e Mira);
- c) Tribunal de **Arganil** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Arganil e Góis);
- d) Tribunal de **Cantanhede** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Cantanhede);
- e) Tribunal de **Condeixa-a-Nova** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Condeixa-a-Nova e Penela);
- f) Tribunal da **Lousã** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Lousã e Miranda do Corvo);
- g) Tribunal de **Montemor-o-Velho** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Montemor-o-Velho);
- h) Tribunal de **Oliveira do Hospital** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município do Oliveira do Hospital);
- i) Tribunal de **Penacova** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Penacova e Vila Nova de Poiares);
- j) Tribunal de **Tábua** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Tábua);

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra**

- a) Mira;
- b) Pampilhosa da Serra;
- c) Soure.



## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Coimbra

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Coimbra o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP (a)			Inquéritos Penais (b)
	PR	PA	Total	
1. Coimbra	15	13	28	9356
2. Soure				419
3. Pampilhosa da Serra				116
4. Arganil		1	1	631
5. Cantanhede		2	2	1287
6. Mira	3	6	9	440
7. Figueira da Foz				2798
8. Montemor-o-Velho		3	3	1100
9. Condeixa-a-Nova		1	1	535
10. Penela				200
11. Lousã		2	2	1146
12. Oliveira do Hospital		1	1	594
13. Tábua		1	1	406
14. Penacova		1	1	602
	18	31	49	19630

(a) Inclui o DIAP.

(b) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Coimbra, com sede em Coimbra.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Coimbra e Figueira da Foz e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

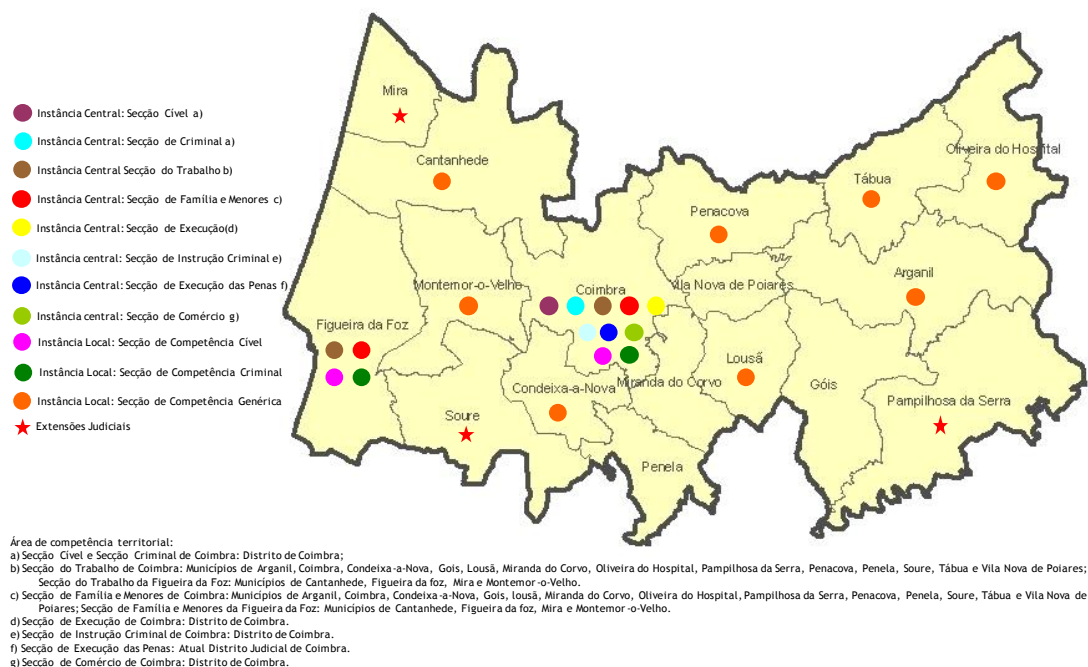
## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Coimbra	24	33	26	28	141	185
2. Soure	1		1		11	
3. Pampilhosa da Serra					4	
4. Arganil	1	1	1	1	7	8
5. Cantanhede	3	1	2	2	19	10
6. Mira	1	7	1	9	5	48
7. Figueira da Foz	9		7		42	
8. Montemor-o-Velho	2	1	2	3	11	9
9. Condeixa-a-Nova	1	1	1	1	9	8
10. Penela					5	
11. Lousã	2	1	2	2	11	9
12. Oliveira do Hospital	2	1	1	1	10	7
13. Tábua	1	1	1	1	7	6
14. Penacova	2	1	2	1	10	7
Totais	49	48	47	49	292	297

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

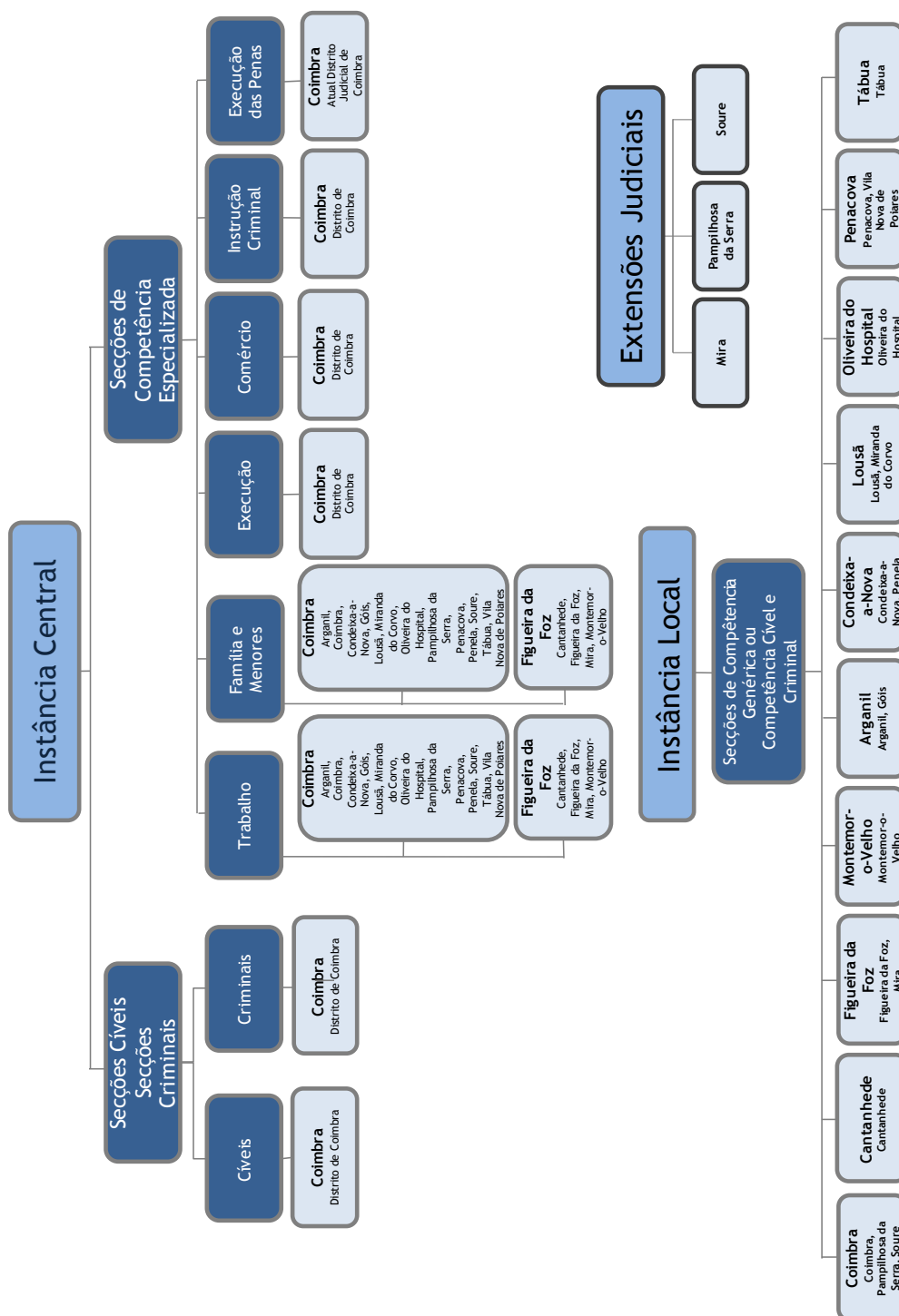
(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Coimbra





## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE COIMBRA



## COMARCA DE ÉVORA

i) A Comarca de Évora compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Arraiolos (inclui o município de Mora);
2. Estremoz (inclui o município de Sousel);
3. Évora (inclui o município de Viana do Alentejo);
4. Montemor-o-Novo (inclui o município de Vendas Novas);
5. Portel;
6. Redondo (inclui algumas freguesias do município do Alandroal);
7. Reguengos de Monsaraz (inclui o município de Mourão);
8. Vila Viçosa (inclui o município de Borba e algumas freguesias do município do Alandroal).

### Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais	Juizes (b)		Magistrados do Ministério Público (b)		Oficiais de Justiça (b)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Arraiolos	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	5
2. Montemor-o-Novo	Trib. de competência genérica	2	2	2	2	13	12
3. Estremoz	Trib. de competência genérica	1	2	1	2	9	10
4. Évora	Trib. de competência genérica	9	11	11	19	72	58
	Trib. de instrução criminal						
	Trib. do trabalho						
	Trib. de execução das penas						
5. Portel (a)	Trib. de competência genérica	0	0	0	0	4	4
6. Reguengos de Monsaraz	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
7. Redondo	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
8. Vila Viçosa	Trib. de competência genérica	1	2	1	1	8	8
Total		16	20	18	27	126	111

(a) Comarca agregada com Cuba (esta última pertencente ao Distrito de Beja).

(b) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Arraiolos		39	138	1		12	34	23	3	56	51	357
Estremoz		75	223	3		19	56	36	3	75	43	533
Évora	390	368	1400	32	83	92	246	183	32	373	342	3541
Montemor-o-Novo		127	475	12		39	87	62	14	207	156	1179
Portel		27	75	2		9	20	11	1	30	18	193
Redondo		89	160	5		12	39	24	2	43	71	445
Reguengos de Monsaraz		76	182	3		13	45	42	4	56	31	452
Vila Viçosa		69	269	19		29	56	42	4	63	52	603
Total	390	870	2922	77	83	225	583	423	63	903	764	7303

## Atual resposta judiciária:

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Arraiolos	TC de Arraiolos	TC de Arraiolos	TC de Arraiolos	TC de Arraiolos	TT de Évora	TC de Arraiolos
2. Estremoz	TC de Estremoz	TC de Estremoz	TC de Estremoz	TC de Estremoz	TT de Évora	TC de Estremoz
3. Évora	TC de Évora	TC de Évora	TC de Évora	TC de Évora	TT de Évora	TC de Évora
4. Montemor-o-Novo	TC de Montemor-o-Novo	TC de Montemor-o-Novo	TC de Montemor-o-Novo	TC de Montemor-o-Novo	TT de Évora	TC de Montemor-o-Novo
5. Portel	TC de Portel	TC de Portel	TC de Portel	TC de Portel	TT de Beja	TC de Portel
6. Redondo	TC de Redondo	TC de Redondo	TC de Redondo	TC de Redondo	TT de Évora	TC de Redondo
7. Reguengos de Monsaraz	TC de Reguengos de Monsaraz	TC de Reguengos de Monsaraz	TC de Reguengos de Monsaraz	TC de Reguengos de Monsaraz	TT de Évora	TC de Reguengos de Monsaraz
8. Vila Viçosa	TC de Vila Viçosa	TC de Vila Viçosa	TC de Vila Viçosa	TC de Vila Viçosa	TT de Évora	TC de Vila Viçosa

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ÉVORA

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Évora

## 1.1. Secções Cíveis e Criminais

Instância Central: Secção Cível e Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Évora - Secção Cível (c)	225	1,00	3
Évora - Secção Criminal (c)	63	0,90	

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Évora.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Évora - Secção do Trabalho (c)	390	0,51	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Évora, excluídos os processos que corresponderiam ao município de Sousel e à freguesia de Santo Aleixo, do município de Monforte, e acrescido os processos que corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Beja, na parte que corresponderá à comarca de Portel, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios ou freguesias que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Évora.



Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Évora - Secção de família e Menores (c)	561	0,77	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal de Comarca de Évora.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Arraiolos, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Viana do Alentejo e Vendas Novas.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juízes das respetivas instâncias locais.

Instância Central: Secção de Execução			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Montemor-o-Novo - Secção de Execução (c)	2922	0,45	1

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do distrito de Évora, excluídas as ações da comarca de Estremoz que corresponderão ao município de Sousel e à freguesia de Santo Aleixo, do município de Monforte, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios ou freguesias que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Évora.

Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Évora - Secção de Instrução criminal (c)	83	0,55	1

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal de Instrução Criminal de Évora, excluídas as instruções que corresponderão ao município de Sousel e à freguesia de Santo Aleixo, do município de Monforte, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios ou freguesias que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)), e acrescidas as instruções do município de Portel.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Évora.

Nota: Atualmente, nos termos da Lei, Évora tem um Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) e, correspondentemente, um Tribunal de Instrução Criminal.

Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juízes das instâncias locais.



Instância Central: Secção de Execução das Penas			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP	Total Juízes
Évora - Secção de Execução das Penas (b)	-	-	2 (c)

(a) A entrada em vigor do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, introduziu alterações significativas que impossibilitaram uma leitura estatística rigorosa.

(b) Competência territorial: área correspondente ao atual distrito judicial de Évora.

(c) A definição do número de juizes propostos teve em conta a perceção dos magistrados colocados nesta área processual.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Évora

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Arraiolos	58	107	165
2. Estremoz	170	118	288
3. Évora	461	715	1176
4. Montemor-o-Novo	161	363	524
5. Portel	33	48	81
6. Redondo	157	114	271
7. Reguengos de Monsaraz	166	87	253
8. Vila Viçosa	186	115	301
Total	1392	1667	3059

No Distrito de Évora existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido.

A população residente neste distrito sofreu uma redução de 3,58% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). Verificou-se uma diminuição da população em praticamente todos os municípios, com exceção dos municípios de Évora, Vendas Novas e Viana do Alentejo.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tendem a justificar a extinção de algumas comarcas no Distrito de Évora.

**Proposta de Extinção do Tribunal de Arraiolos e do Tribunal de Portel**

As comarcas de Arraiolos e de Portel apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Arraiolos apresenta uma diminuição da população em 3,5% e a de Portel apresenta uma diminuição da população em cerca de 10%.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Arraiolos e do Tribunal de Portel e a sua integração no Tribunal de Évora que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de ÉVORA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes (c)
Secção de Competência Cível (d)	552	0,61	1	2	5
Secção de Competência Criminal (d)	870	1,26	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Inclui os juizes afetos à recuperação das pendências processuais.

(d) Área de competência territorial: municípios de Arraiolos, Évora, Mora, Portel e Viana do Alentejo.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Évora e Arraiolos: 25 min./22 km.

Deslocação entre os municípios de Évora e Portel: 41 min./43 km.

Instância Local: Tribunal de ESTREMOZ			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	288	0,52	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Estremoz.



**Instância Local: Tribunal de MONTEMOR-O-NOVO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	524	0,95	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Montemor-o-Novo e Vendas Novas.

**Instância Local: Tribunal do REDONDO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	271	0,49	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios do Alandroal e Redondo.

**Instância Local: Tribunal de REGUENGOS DE MONSARAZ**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	253	0,46	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Mourão e Reguengos de Monsaraz.

**Instância Local: Tribunal de VILA VIÇOSA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	301	0,55	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Borba e Vila Viçosa.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de uma Extensão Judicial do Tribunal Judicial da Comarca de Évora em:

- Arraiolos.

### 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Évora

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ÉVORA

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Évora**

a) **Évora** - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: Distrito de Évora);

b) **Évora** - Secção do Trabalho (área de competência territorial: Distrito de Évora);

c) **Montemor-o-Novo** - Secção de Execução (área de competência territorial: Distrito de Évora);

d) **Évora** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Distrito de Évora);

e) **Évora** - Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Arraiolos, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Portel, Viana do Alentejo e Vendas Novas);

f) **Évora** - Secção de Execução das Penas (área de competência territorial: Atual Distrito Judicial de Évora).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Évora**

a) Tribunal de **Évora** - Secção de Competência Cível (área de competência territorial: Municípios de Arraiolos, Évora, Mora, Portel e Viana do Alentejo);

b) Tribunal de **Évora** - Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Arraiolos, Évora, Mora, Portel e Viana do Alentejo);



- c) Tribunal de **Estremoz** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Estremoz);
  - d) Tribunal de **Montemor-o-Novo** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Montemor-o-Novo e Vendas Novas);
  - e) Tribunal do **Redondo** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios do Alandroal e Redondo);
  - f) Tribunal de **Reguengos de Monsaraz** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Mourão e Reguengos de Monsaraz);
  - g) Tribunal de **Vila Viçosa** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Borba e Vila Viçosa).
- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Évora**

**Arraiolos.**

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Évora

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Évora o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Montemor-o-Novo	1	2	3	942
2. Estremoz		1	1	599
3. Évora	5	6	11	2965
4. Arraiolos				264
5. Portel				111
6. Reguengos de Monsaraz		1	1	331
7. Redondo		1	1	284
8. Vila Viçosa		1	1	323
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>5819</b>

(b) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação de um Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Évora, com sede em Évora, tendo em conta tratar-se da sede do Distrito Judicial.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra uma secção em Évora e serviços de inquéritos nos restantes municípios da comarca.

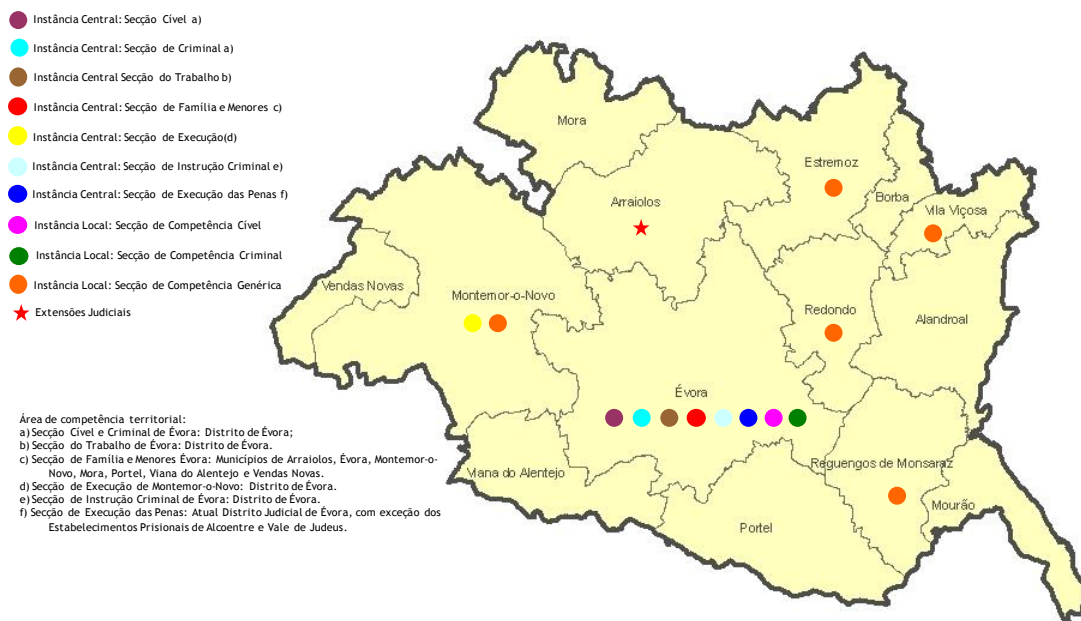
## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Arraiolos	1	13	1	11	5	72
2. Évora	11		19		58	
3. Portel	0		0		4	
4. Estremoz	2	1	2	1	10	9
5. Montemor-o-Novo	2	3	2	3	12	18
6. Reguengos de Monsaraz	1	1	1	1	7	6
7. Redondo	1	1	1	1	7	6
8. Vila Viçosa	2	1	1	1	8	6
Totais	20	20	27	18	111	117

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

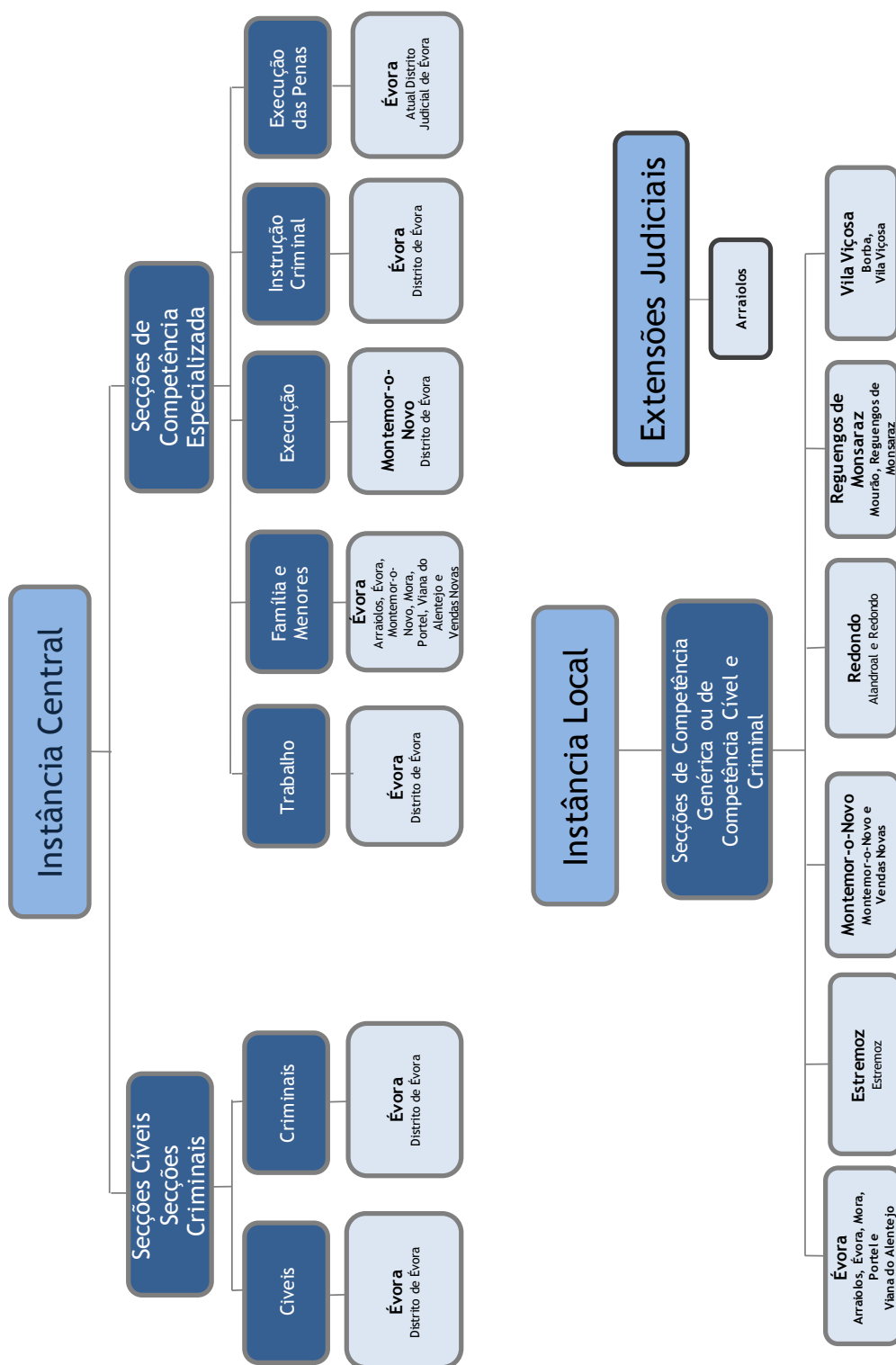
(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Évora





## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ÉVORA







## COMARCA DE FARO

i) A Comarca de Faro compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Albufeira;
2. Faro (inclui o município de S. Brás de Alportel);
3. Lagos (inclui os municípios de Aljezur e Vila do Bispo);
4. Loulé;
5. Monchique;
6. Olhão;
7. Portimão (inclui o município de Lagoa);
8. Silves;
9. Tavira;
10. Vila Real de Santo António (inclui os municípios de Alcoutim e Castro Marim).

**Organização e Recursos Humanos:**

Comarcas	Tribunais	Juizes (b)		Magistrados do Ministério Público (b)		Oficiais de Justiça (b)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Albufeira	Trib. competência genérica	3	4	6	10	38	35
2. Faro	Trib. competência genérica	9	15	12	18	47	45
	Trib. de Família e Menores	2				17	15
	Trib. do Trabalho	1				10	8
3. Lagos	Trib. competência genérica	2	3	3	4	21	21
4. Loulé	Trib. competência genérica	8	10	10	15	50	48
5. Monchique (a)	Trib. competência genérica	2	3	2	2	4	4
6. Silves (a)	Trib. competência genérica					18	17
7. Olhão	Trib. competência genérica	3	3	4	3	32	24
8. Portimão	Trib. competência genérica	10	14	12	20	64	56
	Trib. de Família e Menores	1				9	7
	Trib. do Trabalho	1					
9. Tavira	Trib. competência genérica	1	2	1	3	12	12
10. Vila Real de Santo António	Trib. competência genérica	1	2	2	3	15	15
<b>Total</b>		<b>44</b>	<b>56</b>	<b>52</b>	<b>78</b>	<b>337</b>	<b>307</b>

(a) Comarcas agregadas (Portaria nº 412-D/99, de 7 de Junho).

(b) Informação reportada a 16.6.2011.

**Movimento Processual:**

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Albufeira			1303	19	36	138	194	183	46	468	478	2865
Faro	808	1673	1287	25	55	141	271	248	122	865	586	6081
Lagos			633	15	13	96	124	120	33	373	197	1604
Loulé			1493	49	77	206	292	270	115	778	639	3919
Monchique			37	0	1	6	9	10	2	32	29	126
Olhão			770	15	13	70	145	100	57	310	192	1672
Portimão	781	1476	1944	31	34	197	316	247	86	612	569	6293
Silves			635	16	17	64	113	103	37	263	304	1552
Tavira			458	9	17	75	107	74	17	118	158	1033
Vila Real de Santo António			464	9	27	68	128	58	18	191	184	1147
<b>Total</b>	<b>1589</b>	<b>3149</b>	<b>9024</b>	<b>188</b>	<b>290</b>	<b>1061</b>	<b>1699</b>	<b>1413</b>	<b>533</b>	<b>4010</b>	<b>3336</b>	<b>26292</b>

**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Albufeira	TC de Albufeira	TC de Albufeira	TFM de Portimão	TFM de Portimão	TT de Portimão	TC de Albufeira
2. Faro	TC de Faro	TC de Faro	TFM de Faro	TFM de Faro	TT de Faro	TC de Faro
3. Lagos	TC de Lagos	TC de Lagos	TFM de Portimão	TFM de Portimão	TT de Portimão	TC de Lagos
4. Loulé	TC de Loulé	TC de Loulé	TFM de Faro	TFM de Faro	TT de Faro	TC de Loulé
5. Monchique	TC de Monchique	TC de Monchique	TFM de Portimão	TFM de Portimão	TT de Portimão	TC Monchique
6. Silves	TC de Silves	TC de Silves	TFM de Portimão	TFM de Portimão	TT de Portimão	TC de Silves
7. Olhão	TC de Olhão	TC de Olhão	TFM de Faro	TFM de Faro	TT de Faro	TC de Olhão
8. Portimão	TC de Portimão	TC de Portimão	TFM de Portimão	TFM de Portimão	TT de Portimão	TC Portimão
9. Tavira	TC de Tavira	TC de Tavira	TFM de Faro	TFM de Faro	TT de Faro	TC de Tavira
10. Vila Real de Santo António	TC de Vila Real de Santo António	TC de Vila Real de Santo António	TFM de Faro	TFM de Faro	TT de Faro	TC de Vila Real de Santo António

TC: Tribunal de comarca.

TFM: Tribunal de família e menores.

TT: Tribunal do trabalho.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE FARO

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Faro

## 1.1. Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secções Cíveis e Secções Criminais			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Faro - 1ª Secção Cível (c)	560	2,5	4
Faro - 1ª Secção Criminal (c)	329	4,7	6
Portimão - 2ª Secção Cível (d)	501	2,24	3
Portimão - 2ª Secção Criminal (d)	204	2,91	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António.

(d) Área de competência territorial: municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secções do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Faro - 1ª Secção do Trabalho (c)	808	1,05	2
Portimão - 2ª Secção do Trabalho (d)	781	1,01	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais do Trabalho de Faro e de Portimão respetivamente.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António.

(d) Área de competência territorial: municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.

**Instância Central: Secções de Família e Menores**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes (c)
Faro - 1ª Secção de Família e Menores (d)	1673	2,28	3
Portimão - 2ª Secção de Família e Menores (e)	1476	2,01	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais de Família e Menores de Faro e de Portimão respetivamente.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) A tendência de subida do número de processos entrados, desta área processual, justifica o número de juizes proposto.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António.

(e) Área de competência territorial: municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais.

**Instância Central: Secções de Execução**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Loulé - 1ª Secção de Execuções (c)	4472	0,69	1
Silves - 2ª Secção de Execuções (d)	4552	0,70	1

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 6500 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António.

(d) Área de competência territorial: municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.

**Instância Central: Secções de Instrução Criminal**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Faro - 1ª Secção de Instrução Criminal (c)	189	1,26	2
Portimão - 2ª Secção de Instrução Criminal (d)	101	0,67	1

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António.

(d) Área de competência territorial: municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.

NOTA: Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juizes das instâncias locais.

Instância Central: Secção de Comércio			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes (c)
Olhão (d)	188	0,94	2

(a) Corresponde à média de processos de insolvência entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 200 processos de insolvência por juiz.

(c) A tendência de subida do número de processos entrados, desta área processual, justifica o número de juizes proposto.

(d) Área de competência territorial: distrito de Faro.

NOTA: A localização geográfica e a existência de instalações adequadas justificam esta opção.

## 2.Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Faro

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta.

Atual comarca	Área Cível (a)	Área Criminal (a)	Total (áreas cível e criminal)
1.Albufeira	377	946	1323
2.Faro	519	1451	1970
3.Lagos	244	570	814
4.Loulé	562	1417	1979
5.Monchique	19	61	80
6.Olhão	245	502	747
7.Portimão	563	1181	1744
8.Silves	216	567	783
9.Tavira	181	276	457
10.Vila Real de Santo António	186	375	561
Total	3112	7346	10458

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

No distrito de Faro existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido. No entanto, a população residente neste distrito apresenta um aumento de 13,98% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). Porém os municípios de Alcoutim, Monchique e Vila do Bispo verificaram uma diminuição da população.





A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual e a evolução demográfica, tendem a justificar a extinção de um tribunal no distrito de Faro.

Instância Local: Tribunal de ALBUFEIRA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/Pendências	Total de juízes (c)
Secção de Competência Cível (d)	377	0,47	1	1	4
Secção de Competência Criminal (d)	946	1,37	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Inclui os juízes afetos à recuperação das pendências processuais.

(d) Área de competência territorial: município de Albufeira.

Instância Local: Tribunal de FARO					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/Pendências	Total de juízes (c)
Secção de Competência Cível (d)	519	0,65	1	1	5
Secção de Competência Criminal (d)	1451	2,10	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Inclui os juízes afetos à recuperação das pendências processuais.

(d) Área de competência territorial: municípios de Faro e S. Brás de Alportel.

Instância Local: Tribunal de LOULÉ					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/Pendências	Total de juízes (c)
Secção de Competência Cível (d)	562	0,70	1	1	5
Secção de Competência Criminal (d)	1417	2,05	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Inclui os juízes afetos à recuperação das pendências processuais.

(d) Área de competência territorial: município de Loulé.

Proposta de extinção do Tribunal de Monchique:

A comarca de Monchique apresenta valores muito reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Monchique apresenta uma diminuição de 13,44%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Monchique e a sua integração no Tribunal de Portimão que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de PORTIMÃO					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes (c)
Secção de Competência Cível (d)	582	0,73	1	1	4
Secção de Competência Criminal (d)	1242	1,80	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Inclui os juizes afetos à recuperação das pendências processuais.

(d) Área de competência territorial: municípios de Monchique, Portimão e Lagoa.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Portimão e Monchique: 34 min./25 km.

Instância Local: Tribunal de LAGOS			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de competência genérica (c)	814	1,48	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo.

Instância Local: Tribunal de OLHÃO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de competência genérica (c)	747	1,36	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Olhão.

**Instância Local: Tribunal de SILVES**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de competência genérica (c)	783	1,42	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Silves.

**Instância Local: Tribunal de TAVIRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de competência genérica (c)	457	0,83	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Tavira.

**Instância Local: Tribunal de VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de competência genérica (c)	561	1,02	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António.

### 3. Proposta global de reorganização para o Tribunal Judicial da Comarca de Faro

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE FARO

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Faro**

a) **Faro** - 1ª Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António);

b) **Faro** - 1ª Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António);

c) **Portimão** - 2ª Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo);

d) **Portimão** - 2ª Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo);

e) **Faro** - 1ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António);

f) **Portimão** - 2ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo);

g) **Faro** - 1ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António);

h) **Portimão** - 2ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo);

i) **Loulé** - 1ª Secção de Execuções (área de competência territorial: Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António);

j) **Silves** - 2ª Secção de Execuções (área de competência territorial: Municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo);

l) **Faro** - 1ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António);

m) **Portimão** - 2ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo);

n) **Olhão** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Distrito de Faro).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Faro**

a) Tribunal de **Albufeira** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Albufeira);

b) Tribunal de **Faro** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Faro e S. Brás de Alportel);

c) Tribunal de **Loulé** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Loulé);

d) Tribunal de **Portimão** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Portimão, Lagoa e Monchique);

e) Tribunal de **Lagos** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Aljezur, Lagos e Vila do Bispo);

f) Tribunal de **Olhão** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Olhão);

g) Tribunal de **Silves** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Silves);

h) Tribunal de **Tavira** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Tavira);

i) Tribunal de **Vila Real de Santo António** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António).

#### 4. Serviços do Ministério Público da Comarca de Faro

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Faro, o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Situação Atual	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1.Albufeira		7	7	5494
2.Faro	10	10	20	6336
3.Lagos		3	3	3050
4.Loulé	1	8	9	6236
5.Monchique	7	10	17	202
6.Portimão				6254
7.Silves	1	3	4	2196
8.Olhão	1	3	4	2803
9.Tavira		2	2	1410
10.Vila Real de Santo António		3	3	1621
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>49</b>	<b>69</b>	<b>35602</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Faro, com sede em Faro.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Faro e Portimão e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

## 5. Quadro comparativo de Recursos Humanos

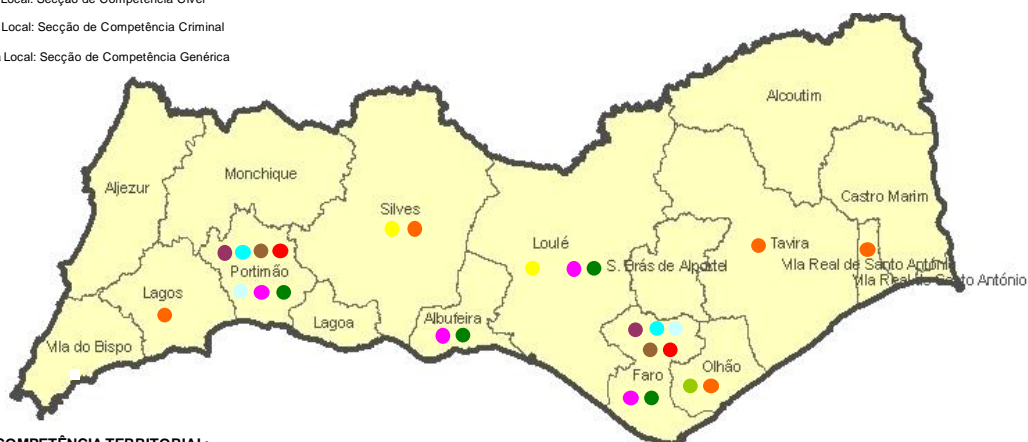
Atuais comarcas  Tribunais	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça		
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)	
1.Albufeira	4	4	10	7	35	26	
2.Faro	15	22	18	20	68	98	
3.Lagos	3	2	4	3	21	14	
4.Loulé	10	6	15	9	48	42	
5.Portimão	14	16	20	17	63	82	
6.Monchique	3		2		4		21
7.Silves							
8.Olhão	3	4	3	4	24	23	
9.Tavira	2	1	3	2	12	10	
10.Vila Real de Santo António	2	2	3	3	15	12	
Total	56	60	78	69	307	328	

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 6. Representação geográfica - Tribunal Judicial da Comarca de Faro

- Instância Central: Secção Cível a)
- Instância Central: Secção Criminal a)
- Instância Central: Secção do Trabalho b)
- Instância Central: Secção de Família e Menores c)
- Instância Central: Secção de Execução d)
- Instância Central: Secção de Instrução Criminal e)
- Instância Central: Secção de Comércio f)
- Instância Local: Secção de Competência Cível
- Instância Local: Secção de Competência Criminal
- Instância Local: Secção de Competência Genérica

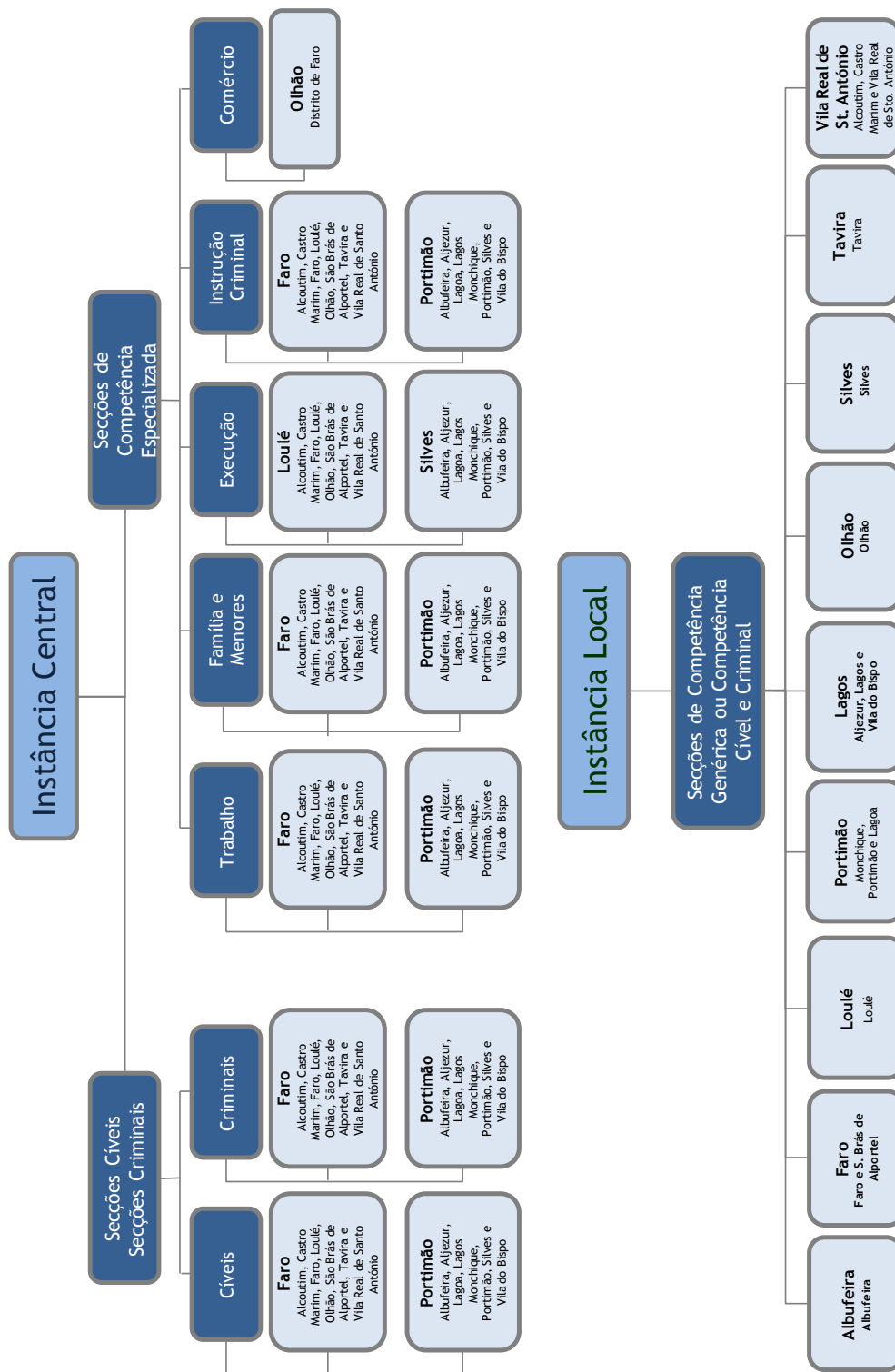


### ÁREA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL:

- a) Secção Cível Secção Criminal de Faro - municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António; Secção Cível Secção Criminal de Portimão - municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.
- b) Secção do Trabalho de Faro - municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António; Secção do Trabalho de Portimão - municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.
- c) Secção de Família e Menores de Faro - municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António; Secção de Família e Menores de Portimão - municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.
- d) Secção de Execução de Loulé - municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António; Secção de Execução de Faro - municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.
- e) Secção de Instrução Criminal de Faro - municípios de Alcoutim, Castro Marim, Faro, Loulé, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira e Vila Real de Santo António; Secção de Instrução Criminal de Portimão - municípios de Albufeira, Aljezur, Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo.
- f) Secção do Comércio do Comércio - distrito de Faro.



## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE FARO







## COMARCA DA GUARDA

i) A Comarca da Guarda compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Almeida;
2. Celorico da Beira;
3. Figueira de Castelo Rodrigo;
4. Fornos de Algodres;
5. Gouveia;
6. Guarda (inclui o município de Manteigas);
7. Meda;
8. Pinhel;
9. Sabugal;
10. Seia;
11. Trancoso (inclui o município de Aguiar da Beira);
12. Vila Nova de Foz Côa.



## Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais	Juizes (c)		Magistrados do Ministério Público (c)		Oficiais de Justiça (c)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Almeida	Trib. competência genérica	1	1	1	1	8	7
2. Celorico da Beira	Trib. competência genérica	1	1	1	1	8	8
3. Figueira de Castelo Rodrigo	Trib. competência genérica	1	1	1	1	4	4
4. Fornos de Algodres (a)	Trib. competência genérica	1	1	1	1	5	4
5. Gouveia	Trib. competência genérica	1	1	1	1	8	8
6. Guarda	Trib. competência genérica	5	8	5	7	34	34
	Trib. do Trabalho	1				8	7
7. Meda (b)	Trib. competência genérica	1	1	1	1	5	5
8. Vila Nova de Foz Côa (b)	Trib. competência genérica					6	5
9. Pinhel	Trib. competência genérica	1	1	1	1	6	6
10. Sabugal	Trib. competência genérica	1	1	1	1	7	6
11. Seia	Trib. competência genérica	3	3	3	3	19	16
12. Trancoso	Trib. competência genérica	1	1	1	1	8	8
Total		18	20	17	19	126	118

(a) Comarca agregada com Nelas (Portaria nº 412-D/99, de 7 de Junho).

(b) Comarcas agregadas (Portaria nº 412-D/99, de 7 de Junho).

(c) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Almeida		24	72	1	5	5	22	14	2	71	57	273
Celorico da Beira		34	99	2	7	10	61	25	2	53	35	328
Figueira de Castelo Rodrigo		26	88	1	5	7	30	25	4	32	25	243
Fornos de Algodres		20	60	2	2	5	21	12	2	24	18	166
Gouveia		57	141	5	4	15	48	23	4	59	37	393
Guarda	513	176	571	20	33	92	173	130	23	213	116	2060
Mêda		24	46	1	5	7	41	10	2	27	17	180
Pinhel		24	90	4	7	9	40	22	3	33	50	282
Sabugal		23	70	2	3	6	36	20	3	27	30	220
Seia		103	267	11	14	32	110	56	13	136	84	826
Trancoso		28	115	2	4	12	51	26	2	40	56	336
Vila Nova de Foz Côa		29	58	2	8	10	47	12	4	38	31	239
Total	513	568	1677	53	97	210	680	375	64	753	556	5546



**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Almeida	TC de Almeida	TC de Almeida	TC de Almeida	TC de Almeida	TT da Guarda	TC de Almeida
2. Celorico da Beira	TC de Celorico da Beira	TC de Celorico da Beira	TC de Celorico da Beira	TC de Celorico da Beira	TT da Guarda	TC de Celorico da Beira
3. Figueira de Castelo Rodrigo	TC de Figueira de Castelo Rodrigo	TC de Figueira de Castelo Rodrigo	TC de Figueira de Castelo Rodrigo	TC de Figueira de Castelo Rodrigo	TT da Guarda	TC de Figueira de Castelo Rodrigo
4. Fornos de Algodres (a)	TC de Fornos de Algodres	TC de Fornos de Algodres	TC de Fornos de Algodres	TC de Fornos de Algodres	TT da Guarda	TC de Fornos de Algodres
5. Gouveia	TC Gouveia	TC Gouveia	TC Gouveia	TC Gouveia	TT da Guarda	TC Gouveia
6. Guarda	TC da Guarda	TC da Guarda	TC da Guarda	TC da Guarda	TT da Guarda	TC da Guarda
7. Meda (b)	TC de Meda	TC de Meda	TC de Meda	TC de Meda	TT da Guarda	TC de Meda
8. Vila Nova de Foz Côa (b)	TC de Vila Nova de Foz Côa	TC de Vila Nova de Foz Côa	TC de Vila Nova de Foz Côa	TC de Vila Nova de Foz Côa	TT da Guarda	TC de Vila Nova de Foz Côa
9. Pinhel	TC de Pinhel	TC de Pinhel	TC de Pinhel	TC de Pinhel	TT da Guarda	TC de Pinhel
10. Sabugal	TC do Sabugal	TC do Sabugal	TC do Sabugal	TC do Sabugal	TT da Covilhã	TC do Sabugal
11. Seia	TC do Seia	TC do Seia	TC do Seia	TC do Seia	TT da Guarda	TC do Seia
12. Trancoso	TC de Trancoso	TC de Trancoso	TC de Trancoso	TC de Trancoso	TT da Guarda	TC de Trancoso

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GUARDA

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda

## 1.1. Secção Cível e Criminal

Instância Central: Secção Cível e Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Guarda - Secção Cível (c)	210	0,94	3
Guarda - Secção Criminal (c)	64	0,91	

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: distrito da Guarda.

## 1.2. Secção de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Guarda - Secção do Trabalho (c)	513	0,66	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho da Guarda e à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho da Covilhã, na parte que corresponderá ao município do Sabugal, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2001 nos municípios que integram a área de jurisdição do referido tribunal (Fonte: Censos 2001, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: distrito da Guarda.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta.

Atual comarca	Área cível			Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Outros processos	Execuções	Total	Total	
Almeida	61	72	133	128	261
Celorico da Beira	122	99	221	88	309
Figueira de Castelo Rodrigo	82	88	170	57	227
Fornos de Algodres	55	60	115	42	157
Gouveia	133	141	274	96	370
Guarda	499	571	1070	329	1399
Meda	76	46	122	44	166
Pinhel	90	90	180	83	263
Sabugal	81	70	151	57	208
Seia	280	267	547	220	767
Trancoso	107	115	222	96	318
Vila Nova de Foz Côa	90	58	148	69	217
Total	1676	1677	3353	1309	4662

No distrito da Guarda existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido.

De facto, a população residente neste distrito sofreu uma redução de 10,57% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), sendo que todos os municípios verificaram uma diminuição da população.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tendem a justificar a extinção de alguns tribunais no distrito da Guarda.

### Proposta de extinção do Tribunal do Sabugal:

A comarca do Sabugal apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.



No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca do Sabugal apresenta uma diminuição de 15,65% da população.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal do Sabugal e a sua integração no Tribunal da Guarda que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal da GUARDA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juízes/ VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	1221	1,36	2	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	386	0,56	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010).

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios da Guarda, Manteigas e Sabugal.

NOTA: Deslocação entre os municípios da Guarda e Sabugal: 40 min./32 km.

Instância Local: Tribunal de ALMEIDA			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	261	0,33	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Almeida.

#### Proposta de extinção do Tribunal de Fornos de Algodres:

A comarca de Fornos de Algodres apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Fornos de Algodres apresenta uma diminuição de 11,33% da população.

Assim, tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Fornos de Algodres e a sua integração no Tribunal de Celorico da Beira, que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal de CELORICO DA BEIRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	466	0,58	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Celorico da Beira e Fornos de Algodres.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Celorico da Beira e Fornos de Algodres: 14 min./17 km.

**Proposta de extinção do Tribunal de Vila Nova de Foz Côa:**

A comarca de Vila Nova de Foz Côa apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Vila Nova de Foz Côa apresenta uma diminuição de 13,85% da população.

Assim, tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Vila Nova de Foz Côa e a sua integração no Tribunal de Figueira de Castelo Rodrigo, que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal de FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	444	0,56	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa: 52 min./37 km.

**Instância Local: Tribunal de GOUVEIA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	370	0,46	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Gouveia.

**Instância Local: Tribunal de PINHEL**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	263	0,33	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Pinhel.

**Instância Local: Tribunal de SEIA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	767	0,96	1	1	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Seia.

**Proposta de extinção do Tribunal da Meda:**

A comarca da Meda apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca da Meda apresenta uma diminuição de 17,25% da população.

Assim, tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal da Meda e a sua integração no Tribunal de Trancoso, que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal de TRANCOSO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	484	0,61	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Aguiar da Beira, Meda e Trancoso.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Meda e Trancoso: 32 min./31 km.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de Extensões Judiciais do tribunal Judicial da Comarca da Guarda em:

- Meda;
- Sabugal;
- Vila Nova de Foz Côa.

### 4. Proposta global de reorganização para a Comarca da Guarda

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GUARDA

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda**
  - **Guarda** - Secção Cível e Secção Criminal (área de competência territorial: Distrito da Guarda);
  - **Guarda** - Secção do Trabalho (área de competência territorial: Distrito da Guarda).
- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda**
  - a) Tribunal da **Guarda** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios da Guarda, Manteigas e Sabugal);
  - b) Tribunal de **Almeida** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Almeida);
  - c) Tribunal de **Celorico da Beira** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Celorico da Beira e Fornos de Algodres);
  - d) Tribunal de **Figueira de Castelo Rodrigo** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa);



- e) Tribunal de **Gouveia** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Gouveia);
- f) Tribunal de **Pinhel** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Pinhel);
- g) Tribunal de **Seia** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Seia);
- h) Tribunal de **Trancoso** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Aguiar da Beira, Meda e Trancoso).

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca da Guarda**

- a) **Meda;**
- b) **Sabugal;**
- c) **Vila Nova de Foz Côa.**

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca da Guarda

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca da Guarda o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
Almeida		1	1	269
Figueira de Castelo Rodrigo		1	1	219
Vila Nova de Foz Côa				207
Pinhel		1	1	181
Celorico da Beira		1	1	274
Fornos de Algodres				124
Gouveia		1	1	383
Guarda	2	4	6	1904
Sabugal				253
Seia		2	2	881
Trancoso		1	1	390
Meda				181
TOTAL	2	12	14	5266

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas Tribunais	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
Almeida	1	1	1	1	7	6
Figueira de Castelo Rodrigo	1	1	1	1	4	9
Vila Nova de Foz Côa (c)	-		-		5	
Pinhel	1	1	1	1	6	6
Celorico da Beira	1	1	1	1	8	7
Fornos de Algodres (d)	1		1		4	
Gouveia	1	1	1	1	8	7
Guarda	8	8	7	6	41	44
Sabugal	1		1		6	
Seia	3	2	3	2	16	12
Trancoso	1	1	1	1	8	11
Meda (c)	1		1		5	
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>19</b>	<b>14</b>	<b>118</b>	<b>102</b>

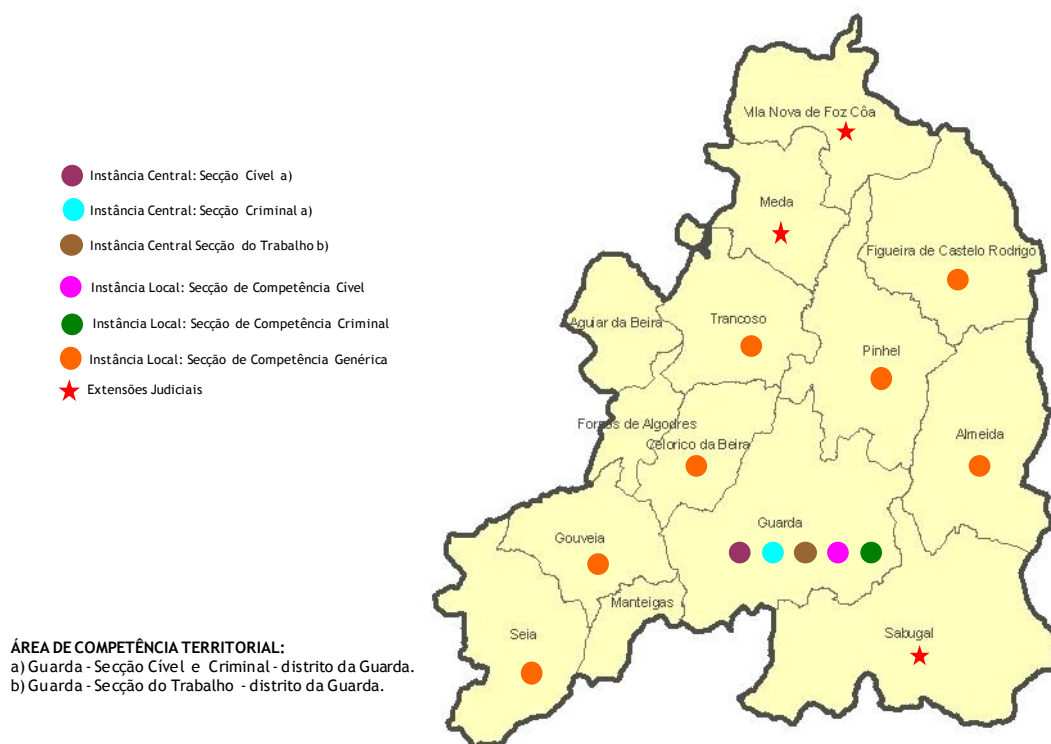
(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

(c) Comarcas agregadas (Portaria nº 412-D/99, de 7 de Junho).

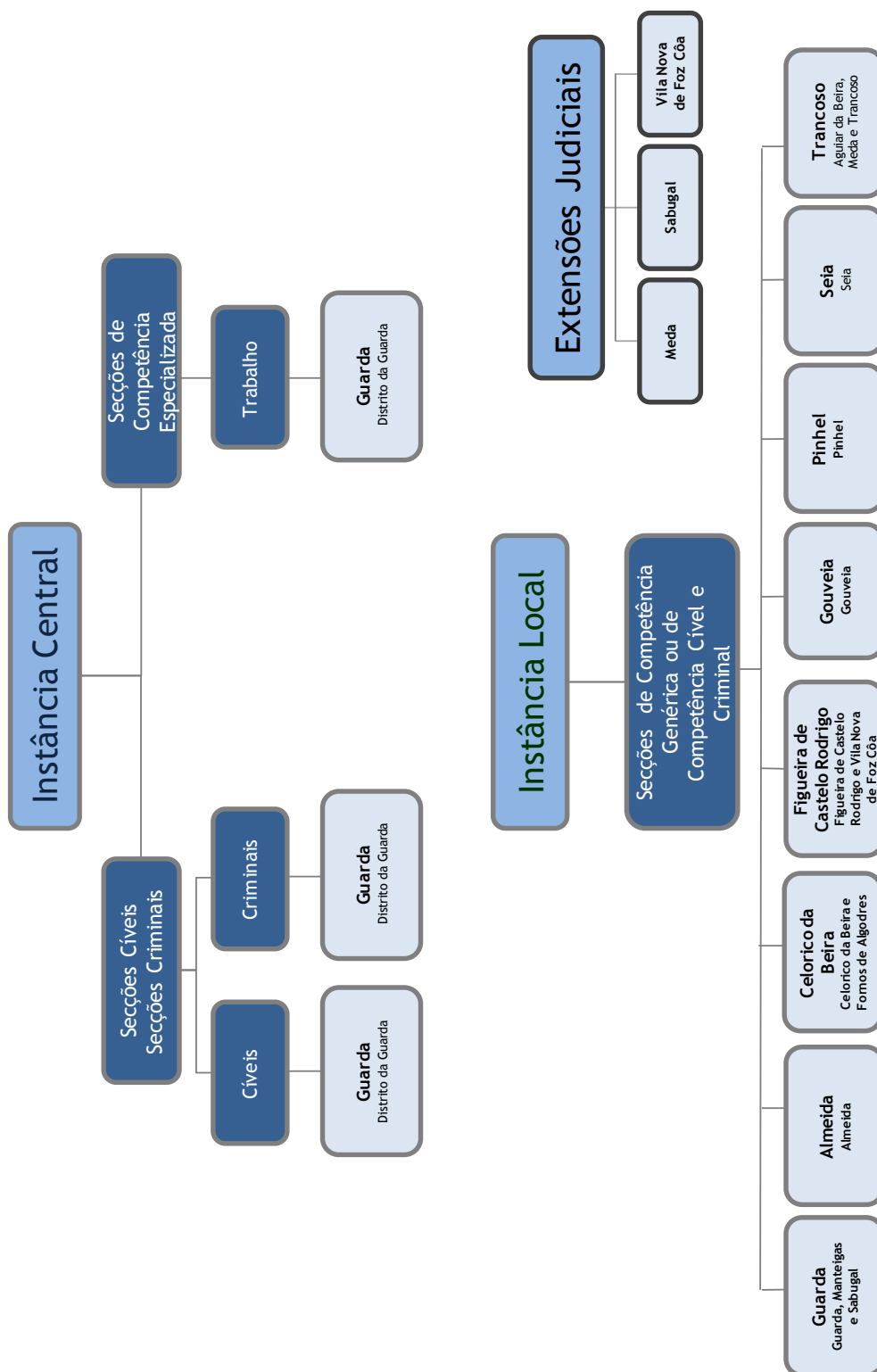
(d) Comarca agregada com Nelas (Portaria nº 412-D/99, de 7 de Junho).

## 7. Representação geográfica - Tribunal Judicial da Comarca da Guarda





## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA GUARDA







## COMARCA DE LEIRIA

**i)** A Comarca de Leiria compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Alcobaça;
2. Alvaiázere;
3. Ansião;
4. Bombarral;
5. Caldas da Rainha (inclui o município de Óbidos);
6. Figueiró dos Vinhos (inclui os municípios de Castanheira de Pera e Pedrógão Grande);
7. Leiria;
8. Marinha Grande;
9. Nazaré;
10. Peniche;
11. Pombal;
12. Porto de Mós (inclui o município da Batalha).

**Organização e Recursos Humanos:**

Comarcas	Tribunais	Juizes (b)		Magistrados do Ministério Público (b)		Oficiais de Justiça (b)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Alcobaça	Trib. de competência genérica	5	9	4	5	40	29
2. Alvaiázere (a)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	6
3. Ansião	Trib. de competência genérica	1	2	1	1	8	8
4. Bombarral	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	8	7
5. Caldas da Rainha	Trib. de competência genérica	6	8	6	8	46	37
	Trib. do trabalho					9	8
6. Figueiró dos Vinhos	Trib. de competência genérica	1	2	1	1	9	8
7. Leiria	Trib. de competência genérica	14	20	11	14	92	86
	Trib. do trabalho					17	15
8. Marinha Grande	Juízo de competência genérica	3	4	3	4	26	23
9. Nazaré	Trib. de competência genérica	1	1	1	2	8	8
10. Peniche	Trib. de competência genérica	2	2	2	2	16	14
11. Pombal	Trib. de competência genérica	5	8	4	5	35	33
12 Porto de Mós	Trib. de competência genérica	2	4	2	3	24	21
<b>Total</b>		<b>42</b>	<b>62</b>	<b>37</b>	<b>47</b>	<b>344</b>	<b>303</b>

(a) Comarca agregada com Penela (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).

(b) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento Processual

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Alcobaça	298	272	1139	62	39	119	159	261	22	337	252	2960
Alvaiázere	26	25	96	5	4	13	31	32	1	38	20	291
Ansião	43	52	199	7	10	20	60	64	0	60	49	564
Bombarral		90	241	10	6	21	51	32	1	44	45	541
Caldas da Rainha	381	424	1167	38	30	129	250	213	28	355	154	3169
Figueiró dos Vinhos	49	69	165	4	8	19	63	44	2	89	67	579
Leiria	556	665	2717	115	102	327	694	753	48	836	487	7300
Marinha Grande	181	294	955	59	26	92	168	172	20	318	147	2432
Nazaré	81	113	287	5	9	29	55	43	5	99	93	819
Peniche		164	326	8	8	42	84	60	5	85	43	825
Pombal	176	281	1037	53	39	147	367	227	21	343	194	2885
Porto de Mós	198	221	895	40	28	95	210	211	11	227	163	2299
Total	1989	2670	9224	406	309	1053	2192	2112	164	2831	1714	24664

## Atual resposta judiciária:

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Alcobaça	TC de Alcobaça	TC de Alcobaça	TC de Alcobaça	TC de Alcobaça	TT de Leiria	TC de Alcobaça
2. Alvaiázere	TC de Alvaiázere	TC de Alvaiázere	TC de Alvaiázere	TC de Alvaiázere	TT de Coimbra	TC de Alvaiázere
3. Ansião	TC de Ansião	TC de Ansião	TC de Ansião	TC de Ansião	TT de Coimbra	TC de Ansião
4. Bombarral	TC do Bombarral	TC do Bombarral	TC do Bombarral	TC do Bombarral	TT das Caldas da Rainha	TC do Bombarral
5. Caldas da Rainha	TC das Caldas da Rainha	TC das Caldas da Rainha	TC das Caldas da Rainha	TC das Caldas da Rainha	TT das Caldas da Rainha	TC das Caldas da Rainha
6. Figueiró dos Vinhos	TC de Figueiró dos Vinhos	TC de Figueiró dos Vinhos	TC de Figueiró dos Vinhos	TC de Figueiró dos Vinhos	TT de Coimbra	TC de Figueiró dos Vinhos
7. Leiria	TC de Leiria	TC de Leiria	TC de Leiria	TC de Leiria	TT de Leiria	TC de Leiria
8. Marinha Grande	TC da Marinha Grande	TC da Marinha Grande	TC da Marinha Grande	TC da Marinha Grande	TT de Leiria	TC da Marinha Grande
9. Nazaré	TC da Nazaré	TC da Nazaré	TC da Nazaré	TC da Nazaré	TT de Leiria	TC da Nazaré
10. Peniche	TC de Peniche	TC de Peniche	TC de Peniche	TC de Peniche	TT das Caldas da Rainha	TC de Peniche
11. Pombal	TC de Pombal	TC de Pombal	TC de Pombal	TC de Pombal	TT de Coimbra	TC de Pombal
12 Porto de Mós	TC de Porto de Mós	TC de Porto de Mós	TC de Porto de Mós	TC de Porto de Mós	TT de Leiria	TC de Porto de Mós

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LEIRIA

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria

## 1.1. Secção Cível e Secção Criminal

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Leiria - Secção Cível (c)	1053	4,70	5
Leiria - Secção Criminal (c)	164	2,34	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (matéria cível), 70 processos por juiz (matéria criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Leiria.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secções do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Leiria - 1ª Secção do Trabalho (c)	1310	1,70	2
Caldas da Rainha - 2ª Secção do Trabalho (d)	679	0,88	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais do Trabalho de Caldas da Rainha, Coimbra (no que se refere às comarcas de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pombal) e de Leiria, exceto o que corresponderá à comarca de Rio Maior (Distrito de Santarém), calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche.

Instância Central: Secções de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Leiria - 1ª Secção de Família e Menores (c)	1607	2,19	3
Caldas da Rainha - 2ª Secção de Família e Menores (d)	1063	1,45	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juízes das respetivas instâncias locais.

Instância Central: Secções de Execuções			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Alcobaça - 1ª Secção de Execuções (c)	4055	0,62	1
Pombal - 2ª Secção de Execuções (d)	5169	0,80	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 6500 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcobaça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche e Porto de Mós.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande e Pombal.

Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Leiria - Secção de Instrução Criminal (c)	309	2,06	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: distrito de Leiria.

NOTA: Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juízes das instâncias locais.

Instância Central: Secções de Comércio			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Alcobaça - 1ª Secção de Comércio (c)	163	0,82	1
Marinha Grande - 2ª Secção de Comércio (d)	243	1,22	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 200 processos de insolvência por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcobaça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche e Porto de Mós.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande e Pombal.

## 2.Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta.

Atual comarca	Área Cível	Área Criminal	Total (áreas cível e criminal)
Alcobaça	420	589	1009
Alvaiázere	63	58	121
Ansião	124	109	233
Bombarral	83	89	172
Caldas da Rainha	463	509	972
Figueiró dos Vinhos	107	156	263
Leiria	1447	1323	2770
Marinha Grande	340	465	805
Nazaré	98	192	290
Peniche	144	128	272
Pombal	594	537	1131
Porto de Mós	421	390	811
Total	4304	4545	8849

No Distrito de Leiria existem comarcas que apresentam um volume processual reduzido.



A população residente neste Distrito sofreu um aumento de 2,47% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), porém metade dos municípios registou uma diminuição da população.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica, e as instalações existentes, tendem a justificar a extinção de alguns tribunais no Distrito de Leiria.

Instância Local: Tribunal de ALCobaça					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	420	0,53	1	2	4
Secção de Competência Criminal (c)	589	0,85	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Alcobaça.

#### Proposta de extinção do Tribunal do Bombarral:

A comarca do Bombarral apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca do Bombarral apresenta uma diminuição da população em 1,32%.

Assim, tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal do Bombarral e a sua integração no Tribunal das Caldas da Rainha, que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de CALDAS DA RAINHA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	546	0,68	1	3	5
Secção de Competência Criminal (c)	598	0,87	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Bombarral, Caldas da Rainha e Óbidos.

NOTA: Deslocação entre os municípios do Bombarral e Caldas da Rainha: 18 min./21km.

Instância Local: Tribunal de LEIRIA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1447	1,81	2	2	6
Secção de Competência Criminal (c)	1323	1,92	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Leiria.

#### Proposta de extinção do Tribunal de Ansião:

A comarca de Ansião apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Ansião apresenta uma diminuição da população em 4,51%.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Ansião e a sua integração no Tribunal de Pombal, que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de POMBAL					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	718	0,90	1	2	4
Secção de Competência Criminal (c)	646	0,94	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Ansião e Pombal.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Ansião e Pombal: 24 min./20 km.

Instância Local: Tribunal de PORTO DE MÓS					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	421	0,53	1	1	3
Secção de Competência Criminal (c)	390	0,57	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios da Batalha e Porto de Mós.

#### Proposta de extinção do Tribunal de Alvaiázere:

A comarca de Alvaiázere apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Alvaiázere apresenta uma diminuição da população de 13,69%.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Alvaiázere e a sua integração no Tribunal de Figueiró dos Vinhos, que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de FIGUEIRÓ DOS VINHOS			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	384	0,70	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alvaiázere, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos: 30 min./30 km.

**Instância Local: Tribunal da MARINHA GRANDE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	805	1,46	2	1	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município da Marinha Grande.

**Instância Local: Tribunal da NAZARÉ**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	290	0,53	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município da Nazaré.

**Instância Local: Tribunal de PENICHE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	272	0,49	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Peniche.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de Extensões Judiciais do tribunal Judicial da Comarca de Leiria em:

- Alvaiázere;
- Ansião.

#### 4. Proposta global de reorganização para o Tribunal Judicial da Comarca de Leiria

##### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LEIRIA

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria**

a) **Leiria** - Secção Cível (área de competência territorial: Distrito de Leiria);

b) **Leiria** - Secção Criminal (área de competência territorial: Distrito de Leiria);

c) **Leiria** - 1ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Município de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós);

d) **Caldas da Rainha** - 2ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche);

e) **Leiria** - 1ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós);

f) **Caldas da Rainha** - 2ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Alcobaça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche);

g) **Alcobaça** - 1ª Secção de Execuções (área de competência territorial: Municípios de Alcobaça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche e Porto de Mós);

h) **Pombal** - 2ª Secção de Execuções (área de competência territorial: Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande e Pombal);

i) **Leiria** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Distrito de Leiria);

j) **Alcobaça** - 1ª Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Alcobaça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche e Porto de Mós);

l) **Marinha Grande** - 2ª Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera,

Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande e Pombal).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria**

a) Tribunal de **Alcobaça** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Alcobaça);

b) Tribunal das **Caldas da Rainha** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Bombarral, Caldas da Rainha e Óbidos);

c) Tribunal de **Leiria** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Leiria);

d) Tribunal de **Pombal** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Ansião e Pombal);

e) Tribunal de **Porto de Mós** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios da Batalha e Porto de Mós);

f) Tribunal de **Figueiró dos Vinhos** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Alvaiázere, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande);

g) Tribunal da **Marinha Grande** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município da Marinha Grande);

h) Tribunal da **Nazaré** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município da Nazaré);

i) Tribunal de **Peniche** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Peniche).

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria**

a) Alvaiázere;

b) Ansião.

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Leiria

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Leiria, o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Alcobaça	2	4	6	2252
2. Figueiró dos Vinhos		1	1	481
3. Alvaiázere				329
4. Caldas da Rainha	3	6	9	3482
5. Bombarral				605
6. Leiria	10	8	18	5136
7. Marinha Grande	2	3	5	1840
8. Nazaré		1	1	764
9. Peniche		2	2	1474
10. Pombal		4	4	1964
11. Ansião				443
12. Porto de Mós		3	3	1720
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>32</b>	<b>49</b>	<b>20490</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação de um Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Leiria, com sede em Leiria.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra uma secção em Leiria e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

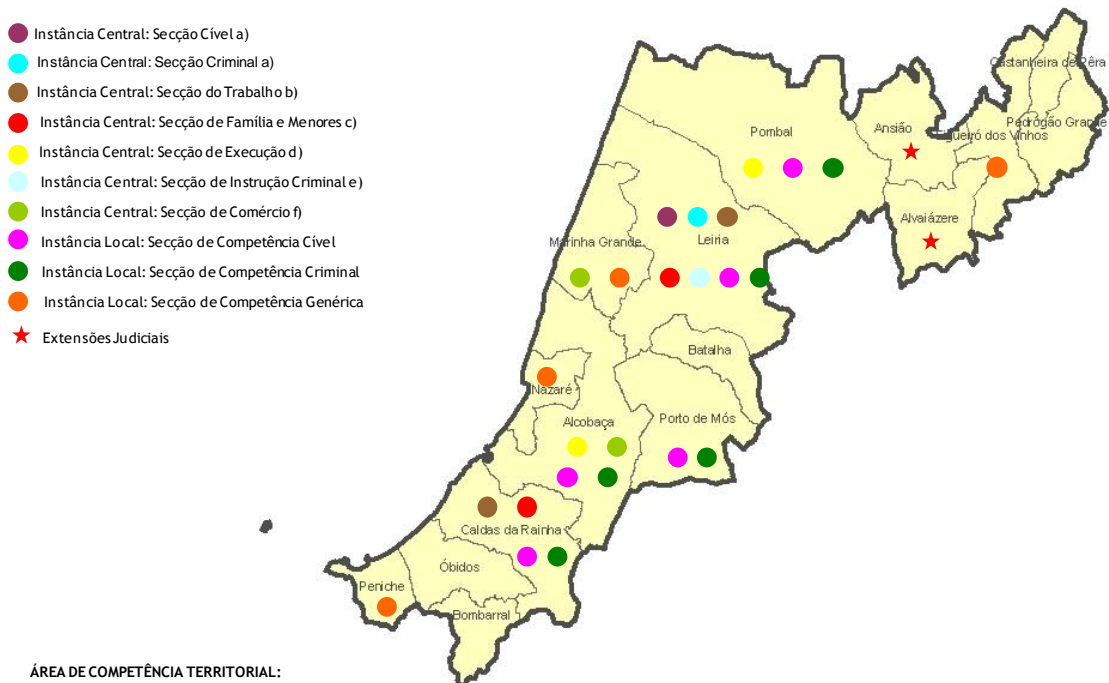
Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Alcobaça	9	6	5	6	29	41
2. Figueiró dos Vinhos	2	1	1	1	8	9
3. Alvaiázere	1		1		6	
4. Bombarral	1	8	1	9	7	49
5. Caldas da Rainha	8		8		45	
6. Leiria	20	21	14	18	101	112
7. Marinha Grande	4	5	4	5	23	26
8. Nazaré	1	1	2	1	8	7
9. Peniche	2	1	2	2	14	8
10. Pombal	8	5	5	4	33	32
11. Ansião	2		1		8	
12. Porto de Mós	4	3	3	3	21	19
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>51</b>	<b>47</b>	<b>49</b>	<b>303</b>	<b>303</b>

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.



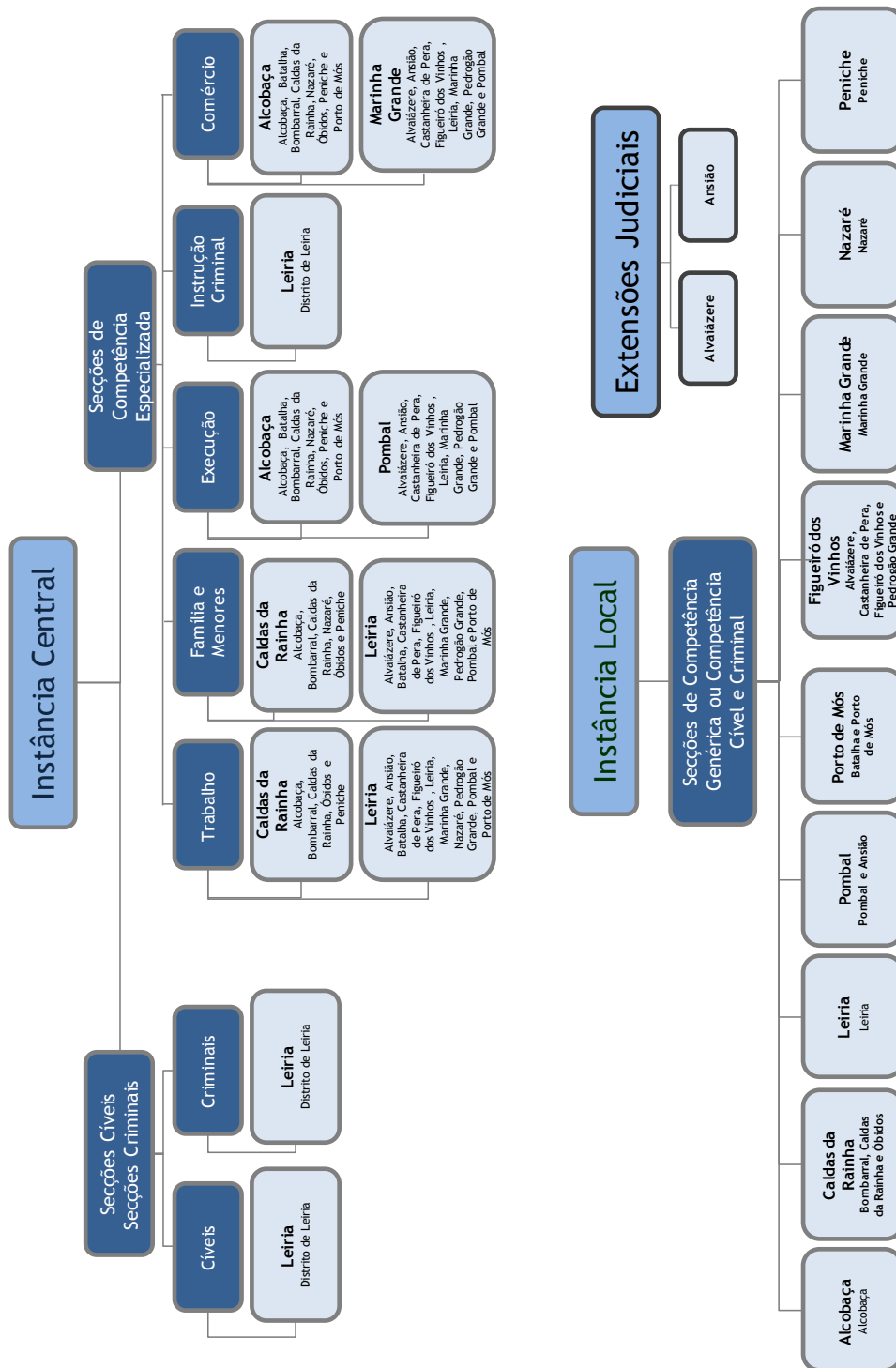
## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Leiria



### ÁREA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL:

- a) Leiria - Secção Cível e Secção Criminal - distrito de Leiria.  
b) Caldas da Rainha - 1ª Secção do Trabalho - municípios de Alcobça, Bombarral, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche; Leiria - 2ª Secção do Trabalho - municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pedrogão Grande, Pombal e Porto de Mós.  
c) Caldas da Rainha - 1ª Secção de Família e Menores - municípios de Alcobça, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos e Peniche; Leiria - 2ª Secção de Família e Menores - municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão Grande, Pombal e Porto de Mós.  
d) Alcobça - 1ª Secção de Execução - municípios de Alcobça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche e Porto de Mós; Pombal - 2ª Secção de Execução - municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão Grande e Pombal.  
e) Leiria - Secção de Instrução Criminal - distrito de Leiria.  
f) Alcobça - 1ª Secção de Comércio - municípios de Alcobça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Nazaré, Óbidos, Peniche e Porto de Mós; Marinha Grande - 2ª Secção de Comércio - municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrogão Grande e Pombal.

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LEIRIA





## COMARCA DE LISBOA

i) A Comarca de Lisboa compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Almada;
2. Barreiro;
3. Lisboa
4. Moita;
5. Montijo (inclui o município de Alcochete);
6. Seixal.



## Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais/Juízos	Juízes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Lisboa	Varas Cíveis	166	197	160	178	1227	1022
	Juízos Cíveis						
	Juízos de Peq. Instância Cível						
	Varas Criminais						
	Juízos Criminais						
	Juízos de Peq. Instância Criminal						
	Juízos de Execução						
	Trib. do Trabalho						
	Trib. de Família e Menores						
	Trib. do Comércio						
	Trib. de Instrução Criminal						
	Trib. Execução de Penas						
	Trib. Marítimo						
	Trib. Central Instrução. Criminal						
2. Almada	Trib. de competência genérica	16	20	15	19	114	97
	Trib. de família e menores					17	14
	Trib. do trabalho						
3. Barreiro	Trib. de competência genérica	11	12	9	11	62	54
	Trib. de família e menores					14	12
	Trib. do trabalho						
4. Moita	Trib. de competência genérica	3	3	3	4	33	27
5. Montijo	Trib. de competência genérica	3	4	3	4	39	34
6. Seixal	Trib. de competência genérica	9	13	11	14	85	74
	Trib. de família e menores						
TOTAIS		208	249	201	230	1591	1334

(a) Informação reportada a janeiro de 2012.

**Movimento processual:**

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Almada	456	1032	3253	158	116	231	779		106	943	675	7749
Barreiro	242	469	1442	81	27	77	182	137	33	306	155	3151
Lisboa	4152	4076	27566	412	884	3344	5023	7154	1413	5369	4463	63856
Moita	203	393	1144	63	31	64	140	106	46	397	171	2758
Montijo	211	409	1334	69	29	120	226	151	20	309	273	3151
Seixal	416	1228	3129	159	72	182	586		77	750	684	7283
Total	5680	7607	37868	942	1159	4018	6936	7548	1695	8074	6421	87948

**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Almada	TC de Almada	TC de Almada	TFM de Almada	TFM de Almada	TT de Almada	TCom. De Lisboa
2. Barreiro	TC do Barreiro	TC do Barreiro	TFM do Barreiro	TFM do Barreiro	TT do Barreiro	TCom. De Lisboa
3. Lisboa	TC Lisboa	TC Lisboa	TFM de Lisboa	TFM de Lisboa	TT de Lisboa	TCom. De Lisboa
4. Moita	TC da Moita	TC da Moita	TFM do Barreiro	TFM do Barreiro	TT do Barreiro	TCom. De Lisboa
5. Montijo	TC do Montijo	TC do Montijo	TFM do Barreiro	TFM do Barreiro	TT do Barreiro	TCom. De Lisboa
6. Seixal	TC do Seixal	TC do Seixal	TFM do Seixal	TFM do Seixal	TT de Almada	TCom. De Lisboa

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.

TCom: Tribunal de comércio

## ii) Proposta de organização

## Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

## 1.1. Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes (c)
Lisboa - Secção Cível (d)	4018	17,94	21
Lisboa - Secção Criminal (d)	1695	24,21	31

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) As atuais pendências e duração média dos processos desta natureza justificam, por ora, o número de juízes proposto. Na secção criminal estão incluídos 4 juízes militares.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Lisboa, Moita, Montijo e Seixal.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho					
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes (c)
Lisboa - 1ª Secção do Trabalho (d)	5024	6,51	8	3	12
Barreiro - 2ª Secção do Trabalho (e)	656	0,85	1		

(a) Corresponde aos processos entrados no ano de 2010 no Tribunal do Trabalho de Lisboa e à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais do Trabalho de Almada, Barreiro.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) As atuais pendências e duração média dos processos desta natureza justificam, por ora, o número de juízes proposto.

(d) Área de competência territorial: municípios de Almada, Lisboa e Seixal.

(e) Área de competência territorial: municípios de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo.



**Instância Central: Secção de Família e Menores**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes
Lisboa - 1ª Secção de Família e menores (c)	4076	5,56	6	3	18
Almada - 2ª Secção de Família e Menores (d)	1032	1,41	2	1	
Barreiro - 3ª Secção de Família e Menores (e)	1271	1,73	2	1	
Seixal - 4ª Secção de Família e Menores (f)	1228	1,68	2	1	

(a) Corresponde aos processos entrados no ano de 2010 no Tribunal de Família e Menores de Lisboa e à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais de Família e Menores de Almada, Barreiro e Seixal.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Lisboa.

(d) Área de competência territorial: município de Almada.

(e) Área de competência territorial: municípios do Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo.

(f) Área de competência territorial: município do Seixal.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juízes das respetivas instâncias locais.

**Instância Central: Secção de Execução**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes (c)
Lisboa - 1ª Secção de Execução (d)	27566	4,24	12
Almada - 2ª Secção de Execução (e)	10302	1,58	2

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas no ano de 2010.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) A tendência de subida do volume de entradas justifica o número de juízes proposto. (No ano de 2011 o volume de processos entrados teve um aumento de cerca de 50% (41000 processo). Poderá ter resultado da entrada em vigor da taxa de justiça agravada para os grandes litigantes).

(d) Área de competência territorial: município de Lisboa.

(e) Área de competência territorial: municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal.

Instância Central: Secção de Comércio					
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes (c)
Lisboa - 1ª Secção de Comércio (d)	412	2,06	3	2	9
Barreiro - 2ª Secção de Comércio (e)	530	2,65	4	0	

(a) Corresponde à média de processos de insolvência entrados no ano de 2010 no Tribunal de Comércio de Lisboa, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011, nos municípios que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt));

(b) VRP considerado: 200 insolvências por juiz.

(c) A tendência de subida do volume de entradas justifica o número de juízes proposto.

(d) Área de competência territorial: município de Lisboa.

(e) Área de competência territorial: municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal.

Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Lisboa - 1ª Secção de Instrução Criminal (c)	884	5,89	6
Almada - 2ª Secção de Instrução Criminal (d)	188	1,25	2
Barreiro - 3ª Secção de Instrução Criminal (e)	87	0,58	1

(a) Corresponde às instruções entradas no ano de 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Lisboa.

(d) Área de competência territorial: municípios de Almada e Seixal.

(e) Área de competência territorial: municípios de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo.

Nota: Atualmente, nos termos da Lei, Lisboa tem um Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) e, correspondentemente, um Tribunal de Instrução Criminal.





Instância Central: Secção de Execução das Penas			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP	Total Juízes
Lisboa - Secção de Execução das Penas (b)	-	-	6 (c)

(a) A entrada em vigor do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, introduziu alterações significativas que impossibilitaram uma leitura estatística rigorosa.

(b) Competência territorial: área correspondente ao atual distrito judicial de Lisboa e Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre e de Vale de Judeus.

(c) A definição do número de juízes propostos teve em conta a perceção dos magistrados colocados nesta área processual.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas/juízos	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
Almada	779	1618	2397
Barreiro	319	461	780
Lisboa	12177	9832	22009
Moita	246	568	814
Montijo	377	582	959
Seixal	586	1434	2020
<b>Total</b>	<b>14484</b>	<b>14495</b>	<b>28979</b>

Instância Local: Tribunal de ALMADA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	779	0,97	2	2	7
Secção de Competência Criminal (c)	1618	2,34	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Almada.

**Instância Local: Tribunal do BARREIRO e da MOITA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Moita - Secção de Competência Cível (c)	565	0,71	1	1	4
Barreiro - Secção de Competência Criminal (c)	1029	1,49	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios do Barreiro e da Moita.

**Instância Local: Tribunal de LISBOA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes (c)
Secção de Competência Cível (d)	12177	15,22	16	5	21
Secção de Competência Criminal (d)	5369	10,74	11	7	18
Secção de Pequena Criminalidade (d)	4463	4,19	5	2	7

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 500 processos por juiz (secção criminal); 1065 processos por juiz (secção de pequena criminalidade).

(c) A tendência de subida do volume de entradas justifica o número de juizes proposto.

(d) Área de competência territorial: município de Lisboa.

**Instância Local: Tribunal do MONTIJO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	377	0,47	1	1	3
Secção de Competência Criminal (c)	582	0,84	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcochete e Montijo.

Instância Local: Tribunal do SEIXAL					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	586	0,73	1	2	6
Secção de Competência Criminal (c)	1434	2,08	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município do Seixal.

### 3. Proposta global de reorganização para o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

#### Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa**

a) **Lisboa** - Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Lisboa, Moita, Montijo e Seixal);

b) **Lisboa** - Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Lisboa, Moita, Montijo e Seixal);

c) **Lisboa** - 1ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Almada, Lisboa e Seixal);

d) **Barreiro** - 2ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo);

e) **Lisboa** - 1ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Município de Lisboa);

f) **Almada** - 2ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Almada);

- g) **Barreiro** - 3ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo);
- h) **Seixal** - 4ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Município do Seixal);
- i) **Lisboa** - 1ª Secção de Execução (área de competência territorial: Município de Lisboa);
- j) **Almada** - 2ª Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal);
- l) **Lisboa** - 1ª Secção de Comércio (área de competência territorial: Município de Lisboa);
- m) **Barreiro** - 2ª Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal);
- n) **Lisboa** - 1ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Lisboa);
- o) **Almada** - 2ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Almada e Seixal);
- p) **Barreiro** - 3ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo);
- q) **Lisboa** - Secção de Execução das Penas (área de competência territorial: Área correspondente ao atual distrito judicial de Lisboa e Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre e de Vale de Judeus).

- **Instâncias Locais do Tribunal judicial da Comarca de Lisboa**

- a) Tribunal de **Almada** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Almada);
- b) Tribunal do **Barreiro** e da **Moita** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios do Barreiro e da Moita);
- c) Tribunal de **Lisboa** - Secção de Competência Cível, Secção de Competência Criminal e Secção de Pequena Criminalidade (área de competência territorial: Município de Lisboa);
- d) Tribunal do **Montijo** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios do Alcochete e Montijo);
- e) Tribunal de **Seixal** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município do Seixal);

#### 4. Serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Lisboa	60	83	143	62815
2. Almada	6	13	19	9714
3. Barreiro	7	10	17	4308
4. Moita				3445
5. Montijo		5	5	4069
6. Seixal	2	13	15	8724
Total	75	124	199	93075

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação de um Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Lisboa, com sede em Lisboa.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Almada e Barreiro e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

## 5. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas / Juízos	Juizes		Magistrados do Ministério Público (b)		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (c)
1. Lisboa	197	147	178	143	1022	957
2. Almada	20	14	19	19	111	95
3. Barreiro	12	13	11	17	66	85
4. Moita	3		4		27	
5. Montijo	4	3	4	5	34	25
6. Seixal	13	9	14	15	74	63
<b>TOTAL</b>	<b>249</b>	<b>186</b>	<b>230</b>	<b>199</b>	<b>1334</b>	<b>1225</b>

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui os Magistrados afetos ao DIAP.

(c) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 6. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

### ÁREA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL:

a) **Lisboa** - Secção Cível e Secção Criminal - municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Lisboa, Moita, Montijo e Seixal.

b) **Lisboa** - 1ª Secção do Trabalho - municípios de Almada, Lisboa e Seixal; **Barreiro** - 2ª Secção do Trabalho - municípios de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo.

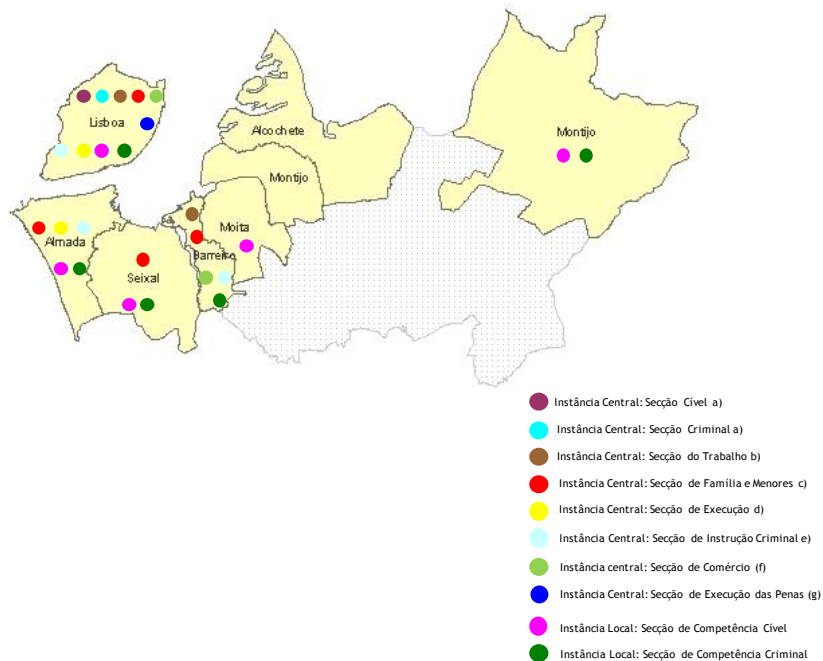
c) **Lisboa** - 1ª Secção de Família e Menores - município de Lisboa; **Almada** - 2ª Secção de Família e Menores - município de Almada; **Barreiro** - 3ª Secção de Família e Menores - municípios de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo; **Seixal** - 4ª Secção de Família e Menores - município do Seixal.

d) **Lisboa** - 1ª Secção de Execução - município de Lisboa; **Almada** - 2ª Secção de Execução - municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal.

e) **Lisboa** - 1ª Secção de Instrução Criminal - município de Lisboa; **Almada** - 2ª Secção de Instrução Criminal - municípios de Almada e Seixal; **Barreiro** - 3ª Secção de Instrução Criminal - municípios de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo.

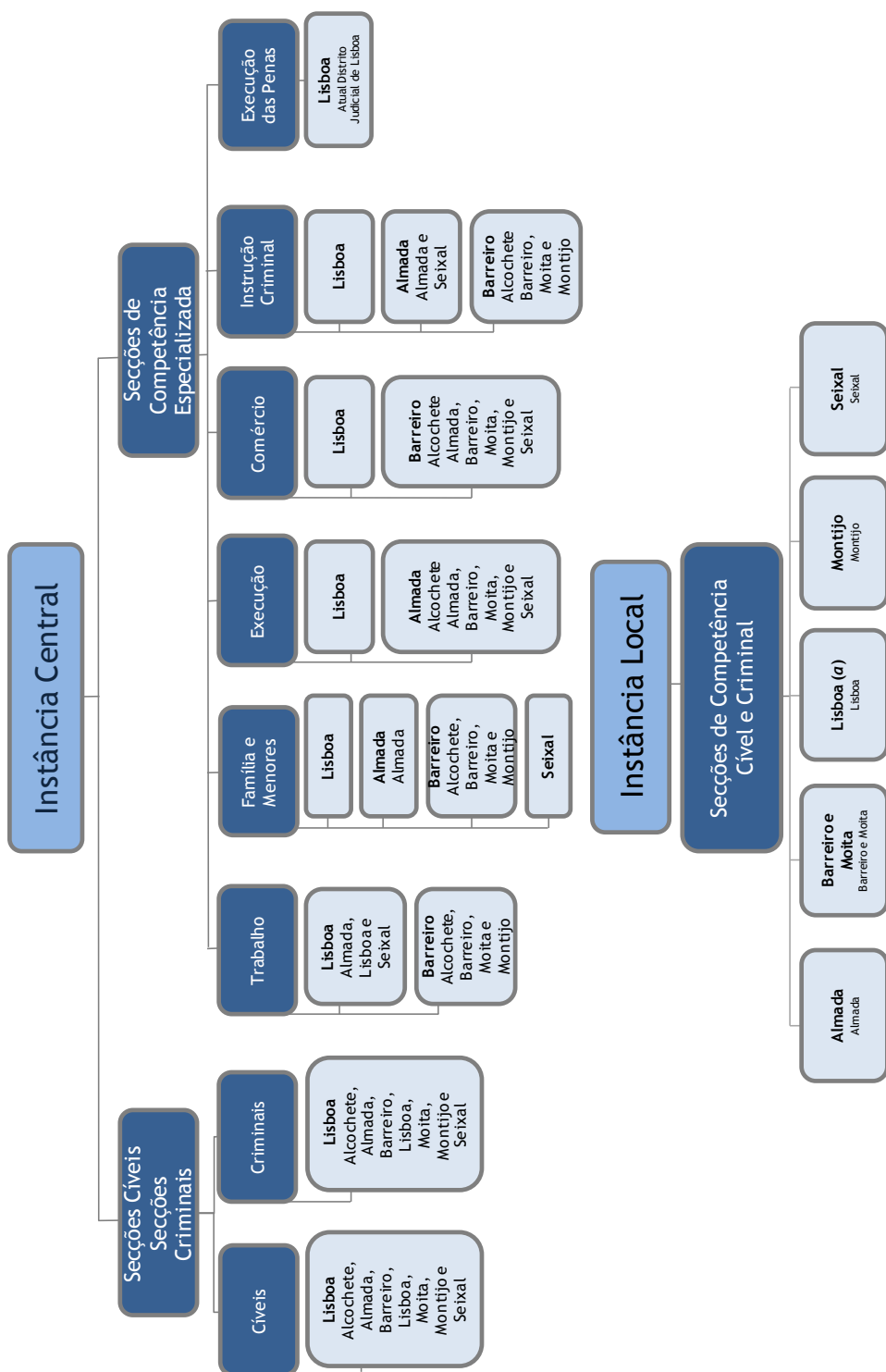
f) **Lisboa** - 1ª Secção do Comércio - município de Lisboa; **Barreiro** - 2ª Secção do Comércio - municípios de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal.

g) **Lisboa** - Secção de Execução de Penas - atual distrito de Lisboa e Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre e Vale dos Judeus.





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA



(a) Inclui a secção de pequena criminalidade





## COMARCA DE LISBOA NORTE

í) A Comarca de Lisboa Norte compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Alenquer (inclui o município da Azambuja);
2. Cadaval;
3. Loures (inclui o município de Odivelas);
4. Lourinhã;
5. Torres Vedras (inclui o município de Sobral de Monte Agraço);
6. Vila Franca de Xira (inclui o município de Arruda dos Vinhos).



## Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais/Juízos	Juízes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Alenquer	Trib. de competência genérica	2	2	2	2	19	18
2. Cadaval	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	5
3. Loures	Trib. de competência genérica	25	31	26	28	195	125
	Trib. do Trabalho						
	Trib. de Família e Menores						
4. Lourinhã	Trib. de competência genérica	1	2	1	2	12	9
5. Torres Vedras	Trib. de competência genérica	7	11	5	9	49	41
6. Vila Franca de Xira	Trib. de competência genérica	14	17	10	13	97	83
	Trib. do Trabalho						
	Trib. de Família e Menores						
Total		50	64	45	55	378	281

(a) Informação reportada a 16.6.2011, com exceção de Lisboa e Oeiras onde foram consideradas as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 113-A/2011, de 29 Novembro e pela Portaria n.º 309/2011 de 21 de Dezembro.



## Movimento processual:

Comarca / Juízos	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Alenquer	207	383	1337	20	30	117	182	204	28	270	241	3019
Cadaval	45	76	197	8	4	21	58	36	2	37	30	514
Loures	1089	2205	6166	233	149	462	919	831	213	1485	1480	15232
Lourinhã	76	151	350	11	6	47	101	80	7	71	64	964
Torres Vedras	235	547	1582	39	43	147	305	222	27	447	344	3938
Vila Franca de Xira	661	966	2761	99	83	196	344	353	111	726	465	6765
Total	2313	4328	12393	410	315	990	1909	1726	388	3036	2624	30432

### Notas:

- Sempre que os municípios são abrangidos por tribunal de competência especializada, o número de processo oriundos de cada município foi calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).
- Os dados relativos a Vila Franca de Xira foram retificados.

## Atual resposta judiciária:

Comarcas/ Juízos	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Alenquer	TC de Alenquer	TC de Alenquer	TFM de Vila Franca de Xira	TFM de Vila Franca de Xira	TT de Vila Franca de Xira	TC de Alenquer
2. Cadaval	TC do Cadaval	TC do Cadaval	TC do Cadaval	TC do Cadaval	TT de Torres Vedras	TC do Cadaval
3. Loures	TC de Loures	TC de Loures	TFM de Loures	TFM de Loures	TT de Loures	TCom. de Lisboa
4. Lourinhã	TC da Lourinhã	TC da Lourinhã	TC da Lourinhã	TC da Lourinhã	TT de Torres Vedras	TC da Lourinhã
5. Torres Vedras	TC de Torres Vedras	TC de Torres Vedras	TC de Torres Vedras	TC de Torres Vedras	TT de Torres Vedras	TC de Torres Vedras
6. Vila Franca de Xira	TC de Vila Franca de Xira	TC de Vila Franca de Xira	TFM de Vila Franca de Xira	TFM de Vila Franca de Xira	TT de Vila Franca de Xira	TCom. de Lisboa

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.

TCom.: Tribunal de comércio.

## ii) Proposta de organização

### Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte

#### 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte

##### 1.1. Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes (c)
Loures - Secção Cível (d)	990	4,42	6
Loures - Secção Criminal (d)	388	5,54	6

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) As atuais pendências e duração média dos processos desta natureza justificam, por ora, o número de juizes proposto na secção cível.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

##### 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Loures - 1ª Secção do trabalho (c)	1089	1,41	2
Torres Vedras - 2ª Secção do trabalho (d) (a instalar provisoriamente no Cadaval)	356	0,46	1
Vila Franca de Xira - 3ª Secção do trabalho (e)	868	1,12	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010; no caso de Lisboa e Grande Lisboa-Noroeste corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Loures e Odivelas.

(d) Área de competência territorial: municípios do Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

(e) Área de competência territorial: municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira.

**Instância Central: Secção de Família e Menores**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes
Loures - 1ª Secção de família e menores (c)	2205	3,01	4	1	5
Torres Vedras - 2ª Secção de família e menores (d)	774	1,06	1		1
Vila Franca de Xira - 3ª Secção de família e menores (e)	1349	1,84	2	1	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos 2008 a 2010 nos Tribunais de Família e Menores de Loures e Vila Franca de Xira e nos tribunais de comarca do Cadaval, Lourinhã, Torres Vedras e Alenquer, acrescida dos processos do tribunal de comarca do Cartaxo que dizem respeito a Azambuja, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 no município que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt));

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Loures e Odivelas.

(d) Área de competência territorial: municípios de Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

(e) Área de competência territorial: municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, e Vila Franca de Xira.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais.

**Instância Central: Secção de Execução**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes (c)
Loures - Secção de execução (d)	12393	1,91	4

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) A tendência de subida no volume de processos entrados justifica o número de juizes proposto.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

**Instância Central: Secção de Comércio**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Vila Franca de Xira - Secção de comércio (c)	410	2,05	3	1	4

(a) Corresponde aos processos de insolvência entrados em 2010 no Tribunal do Comércio de Lisboa, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)), acrescido dos processos de insolvência de pessoas singulares dos tribunais de comarca Alenquer, Cadaval, Lourinhã e Torres Vedras.

(b) VRP considerado: 200 insolvências por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

**Nota:** A criação do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e do Tribunal da Propriedade Intelectual determinará a redução do volume processual de entradas.

**Instância Central: Secção de Instrução Criminal**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Loures - Secção de instrução criminal (c)	315	2,10	3

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

**Nota:** Os atos jurisdicionais são assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais, com exceção dos atos jurisdicionais relativos a Loures e Odivelas.



## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas/juízos	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Alenquer	385	511	896
2. Cadaval	94	67	161
3. Loures	1750	2965	4715
4. Lourinhã	181	135	316
5. Torres Vedras	527	791	1318
6. Vila Franca de Xira	697	1191	1888
<b>Total</b>	<b>3634</b>	<b>5660</b>	<b>9294</b>

No Distrito de Lisboa existe uma comarca que apresenta um volume processual muito reduzido, a Comarca do Cadaval.

A população residente no Distrito de Lisboa apresenta um aumento de 5,10% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). Apenas os municípios da Amadora e de Lisboa verificaram um pequeno decréscimo de 0,18% e 3,44%, respetivamente. Em todos os outros municípios verificou-se um aumento da população residente. Os municípios onde se verificou maior crescimento foram Mafra, Arruda dos Vinhos e Cascais, com um aumento de 41,19%, 29,55% e 20,17%, respetivamente.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tendem a justificar apenas a extinção da Comarca do Cadaval.

Foi também analisada a existência de alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão, nomeadamente, a existência de Julgados de Paz e seus postos de atendimento, assim como Postos de Atendimento ao Cidadão<sup>27</sup> (PAC's).

<sup>27</sup> Os PAC's funcionam como uma extensão das Lojas do Cidadão e localizam-se, em regra, nas Câmaras Municipais. Este serviço constitui um ponto único de contacto personalizado, a partir do qual são fornecidos diversos serviços da Administração Pública. A DGAJ tem representação em todos os PAC'S com a emissão de certificado do registo criminal negativo.

Instância Local: Tribunal de ALENQUER					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Alenquer - Secção de Competência Cível (c)	385	0,48	1	1	3
Alenquer - Secção de Competência Criminal (c)	511	0,74	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Alenquer e Azambuja.

Instância Local: Tribunal de LOURES					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Loures - Secção de Competência Cível (c)	1750	2,19	3	3	11
Loures - Secção de Competência Criminal (c)	1485	2,97	3		
Loures - Secção de Pequena Criminalidade (c)	1480	1,39	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 500 processos por juiz (secção criminal); 1065 processos por juiz (secção de pequena criminalidade).

(c) Área de competência territorial: municípios de Loures e Odivelas.

### Proposta de extinção do Tribunal do Cadaval:

A comarca do Cadaval apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca do Cadaval apresenta um ligeiro aumento da população em 2,12%.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal do Cadaval e a sua integração no Tribunal de Torres Vedras que apresenta condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de TORRES VEDRAS					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Torres Vedras - Secção de Competência Cível (c)	621	0,78	1	2	5
Torres Vedras - Secção de Competência Criminal (c)	858	1,24	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

NOTA: Deslocação entre os municípios do Cadaval e Torres Vedras: 29 min./32 km.

Instância Local: Tribunal de VILA FRANCA DE XIRA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Vila Franca de Xira - Secção de Competência Cível (c)	697	0,87	1	2	5
Vila Franca de Xira - Secção de Competência Criminal (c)	1191	1,73	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira.

Instância Local: Tribunal de LOURINHÃ			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Lourinhã - Secção de Competência Genérica (c)	316	0,57	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município da Lourinhã.

### 3. Proposta global de reorganização para o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte

#### Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte**

a) **Loures** - Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Loures, Lourinhã, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira);

b) **Loures** - Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Loures, Lourinhã, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira);

c) **Loures** - 1.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Loures e Odivelas);

d) **Torres Vedras** - 2.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras);

e) **Vila Franca de Xira** - 3.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira);

f) **Loures** - 1.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios Loures e Odivelas);

g) **Torres Vedras** - 2.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras);

h) **Vila Franca de Xira** - 3.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira);

i) **Loures** - Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira);

j) **Vila Franca de Xira** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira);

l) **Loures** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte**

a) Tribunal de **Alenquer** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial Municípios de Alenquer e Azambuja);

b) Tribunal de **Loures** - Secção de Competência Cível, Secção de Competência Criminal e Secção de Pequena Criminalidade (área de competência territorial Municípios de Odivelas e Loures);

c) Tribunal de **Torres Vedras** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial Municípios do Cadaval, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras);

d) Tribunal de **Vila Franca de Xira** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial Municípios de Arruda dos Vinhos e Vila Franca de Xira);

e) Tribunal de **Lourinhã** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município da Lourinhã).

#### 4. Serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa Norte

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa Norte, o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Alenquer		3	3	1065
2. Loures	18	21	39	22766
3. Lourinhã		1	1	969
4. Torres Vedras	2	5	7	3615
5. Cadaval				540
6. Vila Franca de Xira	7	9	16	6099
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>39</b>	<b>66</b>	<b>35054</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação de um Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Lisboa Norte, com sede em Loures.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Loures e em Vila Franca de Xira e serviços de inquéritos nas demais instâncias locais.

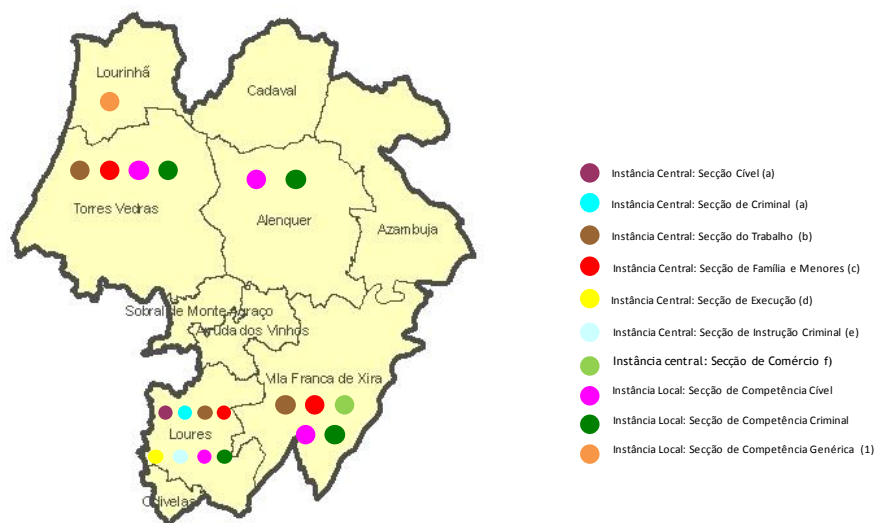
## 5. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas / Juízos	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Alenquer	2	3	2	3	18	15
2. Loures	31	36	28	39	125	177
3. Lourinhã	2	1	2	1	9	7
4. Torres Vedras	11	7	9	7	41	48
5. Cadaval	1		1		5	
6. Vila Franca de Xira	17	12	13	16	83	80
<b>Totais</b>	<b>64</b>	<b>59</b>	<b>55</b>	<b>66</b>	<b>281</b>	<b>327</b>

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 6. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte



Área de competência territorial:

a) Secção Cível e Criminal de Loures: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

b) Secção do Trabalho de Loures: Municípios de Loures e Odivelas; Secção do Trabalho de Torres Vedras: Municípios do Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras; Secção do Trabalho de Vila Franca de Xira: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira.

c) Secção de Família e Menores de Loures: Municípios de Loures e Odivelas; Secção de Família e Menores de Torres Vedras: Municípios do Cadaval, Lourinhã, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras; Secção de Família e Menores de Vila Franca de Xira: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Vila Franca de Xira.

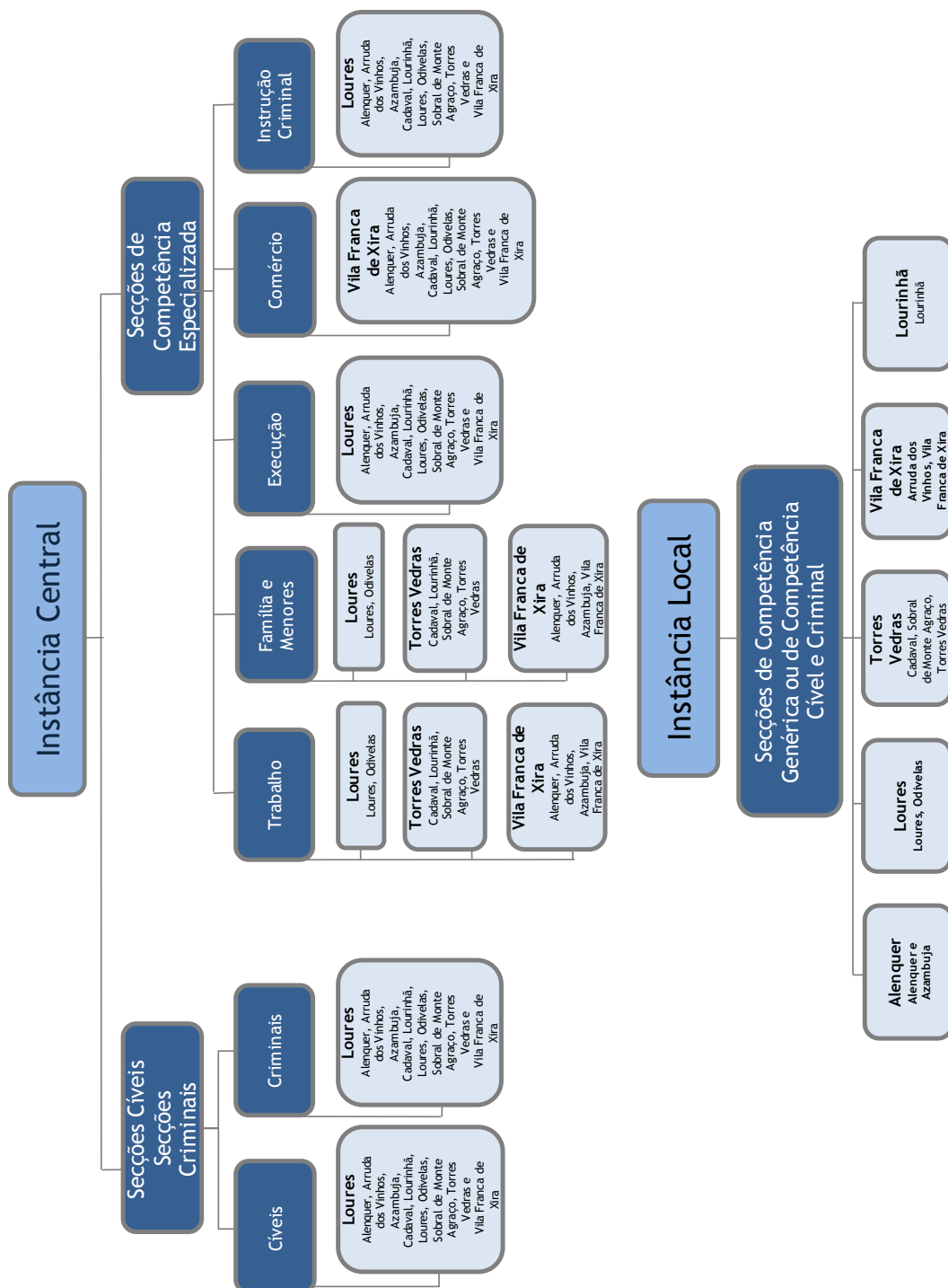
d) Secção de Execução de Loures: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

e) Secção de Instrução Criminal de Loures: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.

f) Secção de Comércio de Vila Franca de Xira: Municípios de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Lourinhã, Loures, Odivelas, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA NORTE







## COMARCA DE LISBOA OESTE

i) A Comarca de Lisboa Oeste compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Amadora;
2. Cascais;
3. Mafra;
4. Oeiras;
5. Sintra.



## Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais/Juízos		Juizes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
			Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Comarca da Grande Lisboa-Noroeste	Amadora	Juízo de Família e Menores	5	6	15	15	58	51
		Juízo de Instrução criminal						
		Juízo de Média Instância Cível						
		Juízo de Pequena Instância criminal						
	Mafra	Juízo de Média e Pequena Instância Cível	2	3	3	3	19	22
		Juízo de Média e Pequena Instância Cível						
	Sintra	Juízo de Comércio	32	39	38	51	191	184
		Juízo do Trabalho						
		Juízo de Execução						
		Juízo de Família e Menores						
		Juízo de Grande Instância Cível						
		Juízo de Grande Instância Criminal						
		Juízo de Instrução Criminal						
		Juízo de Média Instância Cível						
		Juízo de Média Instância Criminal						
		Juízo de Pequena Instância Cível						
		Juízo de Pequena Instância Criminal						



2. Cascais	Trib. de competência genérica	16	24	20	21	127	111
	Trib. do Trabalho						
	Trib. de Família e Menores						
3. Oeiras	Trib. de competência genérica	12	17	16	15	113	95
<b>Total</b>		<b>67</b>	<b>89</b>	<b>92</b>	<b>105</b>	<b>508</b>	<b>463</b>

(a) Informação reportada a 16.6.2011, com exceção de Lisboa e Oeiras onde foram consideradas as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 113-A/2011, de 29 Novembro e pela Portaria n.º 309/2011 de 21 de Dezembro.

### Movimento processual:

Comarca / Juízos	Média de processos entrados 2008-2010 (Os dados da Amadora, Mafra e Sintra dizem respeito aos processos entrados em 2010)											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Amadora		1366			53		366	360		768	605	3518
Cascais	639	2305	3805	111	135	418	727	653	66	949	973	10781
Mafra							319			766		1085
Oeiras	639		6078	93	111	449	769	601	97	911	597	10345
Sintra	1720	3873	14678	379	200	902	1025	774	331	1649	1719	27250
<b>Total</b>	<b>2998</b>	<b>7544</b>	<b>24561</b>	<b>583</b>	<b>499</b>	<b>1769</b>	<b>3206</b>	<b>2388</b>	<b>494</b>	<b>5043</b>	<b>3894</b>	<b>52979</b>

Nota: Sempre que os municípios são abrangidos por tribunal de competência especializada, o número de processos oriundos de cada município foi calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).



## Atual resposta judiciária:

Comarcas/ Juízos	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Amadora	JGICv de Sintra	JGICr de Sintra	JFM da Amadora	JFM da Amadora	JT de Sintra	JCom. de Sintra
	JMICv da Amadora	JMICr de Sintra				
	JPICv de Sintra	JPICr da Amadora				
	JExec. de Sintra	JInstruçãoCr da Amadora				
2. Cascais	TC de Cascais	TC de Cascais	TFM de Cascais	TFM de Cascais	TT de Cascais	TCom. de Lisboa
3. Mafra	JGICv e Sintra	JGICr de Sintra	JFM de Sintra	JFM de Sintra	JT de Sintra	JCom. de Sintra
	JMPICv de Mafra					
	JExec. De Sintra	JMPICr de Mafra				
		JInstruçãoCr da Sintra				
4. Oeiras	TC de Oeiras	TC de Oeiras	TFM de Cascais	TFM de Cascais	TT de Lisboa	TCom. de Lisboa
5. Sintra	JGICV de Sintra	JGICr de Sintra	JFM de Sintra	JFM de Sintra	JT de Sintra	JCom. de Sintra
	JMICv de Sintra	JMICr de Sintra				
	JPICv de Sintra					
	JExec. de Sintra	JInstruçãoCr da Sintra				

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.

TCom. : Tribunal de comércio.

JMPICv: Juízo de Média e Pequena Instância Cível.

JGICv: Juízo de Grande Instância Cível.

JMICv: Juízo de Média Instância Cível.

JPICv: Juízo de Pequena Instância Cível.

JGICr: Juízo de Grande Instância Criminal.

JMPICr: Juízo de Média e Pequena Instância Criminal.

JMICr: Juízo de Média Instância Criminal.

JPICr: Juízo de Pequena Instância Criminal.

JT: Juízo do Trabalho.

JFM: Juízo de Família e Menores.

JExec.: Juízo de Execução.

JCom.: Juízo de Comércio

JInstruçãoCr: Juízo de Instrução Criminal.

## ii) Proposta de organização

## Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste

## 1.1. Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Sintra - 1.ª Secção Cível (c)	902	4,03	5
Sintra - 1.ª Secção Criminal (c)	331	4,73	6
Cascais - 2.ª Secção Cível (d)	867	3,87	5
Cascais - 2.ª Secção Criminal (d)	163	2,33	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010, no caso da comarca da Grande Lisboa Noroeste corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Amadora, Mafra e Sintra.

(d) Área de competência territorial: municípios de Cascais e Oeiras.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes (c)
Sintra - 1ª Secção do trabalho (d)	1720	2,23	3
Cascais - 2.ª Secção do trabalho (e)	1278	1,66	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010; no caso da Comarca da Grande Lisboa-Noroeste corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) A tendência de subida do número de processos entrados, desta área processual, justifica o número de juízes proposto.

(d) Área de competência territorial: municípios da Amadora, Mafra e Sintra.

(e) Área de competência territorial: municípios de Cascais e Oeiras.

Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável	Ratio volume processual/VRP (c)	Total Juizes
Sintra - 1ª Secção de família e menores (d)	3873 (a)	5,28	6
Amadora - 2ª Secção de família e menores (e)	1366 (a)	1,86	2
Cascais - 3ª Secção de família e menores (f)	2305 (b)	3,14	4

(a) Corresponde aos processos entrados no ano de 2010 nos juízos de família e menores da Amadora e Sintra.

(b) Corresponde à média de processos entrados nos anos 2008 a 2010 no Tribunal de Família e Menores de Cascais.

(c) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(d) Área de competência territorial: municípios de Mafra e Sintra.

(e) Área de competência territorial: município da Amadora.

(f) Área de competência territorial: municípios de Cascais e Oeiras.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais.

Instância Central: Secção de Execução			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes (c)
Sintra - 1ª Secção de execução (d)	14678	2,26	3
Oeiras - 2ª Secção de execução (e)	9883	1,52	3

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010, no caso da Grande Lisboa-Noroeste corresponde às execuções entradas em 2010.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) A tendência de subida do número de processos entrados, desta área processual, justifica o número de juizes proposto.

(d) Área de competência territorial: municípios da Amadora, Mafra e Sintra.

(e) Área de competência territorial: município de Cascais e Oeiras.

Instância Central: Secção de Comércio			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes (c)
Sintra - Secção de comércio (d)	583	2,92	4

(a) Corresponde aos processos de insolvência entrados em 2010 no Tribunal do Comércio de Lisboa -valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011, nos municípios que integram a área de jurisdição daquele tribunal- (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)) e no juízo de comércio de Sintra.

(b) VRP considerado: 200 insolvências por juiz.

(c) A tendência de subida do número de processos entrados, desta área processual, justifica o número de juizes proposto.

(d) Área de competência territorial: municípios de Amadora, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Nota: A criação do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão e do Tribunal da Propriedade Intelectual reduzirão o volume processual de entradas.



Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Sintra - 1ª Secção de instrução criminal (c)	253	1,69	2
Cascais - 2ª Secção de instrução criminal (d)	246	1,64	2

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010, no caso da Grande Lisboa-Noroeste corresponde às instruções entradas em 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Amadora, Mafra e Sintra.

(d) Área de competência territorial: municípios de Cascais e Oeiras.

NOTA: Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juizes das instâncias locais.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas/juizes	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Amadora	726	1373	2099
2. Cascais	1380	1922	3302
3. Mafra	319	766	1085
4. Oeiras	1370	1508	2878
5. Sintra	1799	3368	5167
<b>Total</b>	<b>5594</b>	<b>8937</b>	<b>14531</b>

**Instância Local: Tribunal de AMADORA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Amadora - Secção de Competência Cível (c)	726	0,91	1	1	4
Amadora - Secção de Competência Criminal (c)	1373	1,99	2		

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município da Amadora.

**Instância Local: Tribunal de CASCAIS**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Cascais - Secção de Competência Cível (c)	1380	1,73	2	2	7
Cascais - Secção de Competência Criminal (c) (d)	1922	2,79	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010. No que se refere aos processos da picv foi considerada a média 2010/2011.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Cascais.

(d) Por opção gestonária poderá ser criada uma secção especializada em pequena criminalidade, atendendo ao respetivo movimento processual (973 processos para um VRP de 1065).

**Instância Local: Tribunal de MAFRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Total de juizes
Mafra - Secção de Competência Cível (c)	319	0,40	1
Mafra - Secção de Competência Criminal (c)	766	1,11	2

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Mafra.

**Instância Local: Tribunal de OEIRAS**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Oeiras - Secção de Competência Cível (c)	1370	1,71	2	2	7
Oeiras - Secção de Competência Criminal (c)	1508	2,19	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Oeiras.

**Instância Local: Tribunal de SINTRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Sintra - Secção de Competência Cível (c)	1799	2,25	3	3	12
Sintra - Secção de Competência Criminal (c)	1649	3,30	4		
Sintra - Secção de Pequena Criminalidade (c)	1719	1,61	2		

(a) Corresponde aos processos entrados em 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 500 processos por juiz (secção criminal); 1065 processos por juiz (secção de pequena criminalidade).

(c) Área de competência territorial: município de Sintra.

### 3. Proposta global de reorganização para o Tribunal Judicial de Lisboa Oeste

#### Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste**

a) **Sintra** - 1.<sup>a</sup> Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Amadora, Mafra e Sintra);

b) **Sintra** - 1.<sup>a</sup> Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Amadora, Mafra e Sintra);

c) **Cascais** - 2.<sup>a</sup> Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Cascais e Oeiras);

d) **Cascais** - 2.<sup>a</sup> Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Cascais e Oeiras);

e) **Sintra** - 1.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios da Amadora, Mafra e Sintra);

f) **Cascais** - 2.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Cascais e Oeiras);

g) **Sintra** - 1.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Mafra e Sintra);

h) **Amadora** - 2.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Município da Amadora);

i) **Cascais** - 3.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Cascais e Oeiras);

j) **Sintra** - 1.<sup>a</sup> Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Amadora, Mafra e Sintra);

l) **Oeiras** - 2.<sup>a</sup> Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Cascais e Oeiras);

m) **Sintra** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Amadora, Cascais, Oeiras, Mafra e Sintra);

n) **Sintra** - 1.<sup>a</sup> Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Amadora, Mafra e Sintra).



o) **Cascais** - 2.<sup>a</sup> Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Cascais e Oeiras).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste**

a) Tribunal de **Amadora** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município da Amadora);

b) Tribunal de **Cascais** - Secção de Competência Cível e de Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Cascais);

c) Tribunal de **Mafra** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Mafra);

d) Tribunal de **Oeiras** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Oeiras);

e) Tribunal de **Sintra** - Secção de Competência Cível, Secção de Competência Criminal e Secção de Pequena Criminalidade (área de competência territorial: Município de Sintra).

#### 4. Serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa Oeste

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Lisboa Oeste o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas/Juízos		Serviços do Ministério Público			
		Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
		PR	PA	Total	
1. Comarca da Grande Lisboa-Noroeste	Amadora	3	14	17	13184
	Mafra		4	4	3258
	Sintra	23	27	50	21707
2. Cascais		12	15	27	11586
3. Oeiras		2	11	13	8002
Total		40	71	111	57737

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Lisboa Oeste, com sede em Sintra.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Sintra, Cascais e Amadora e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

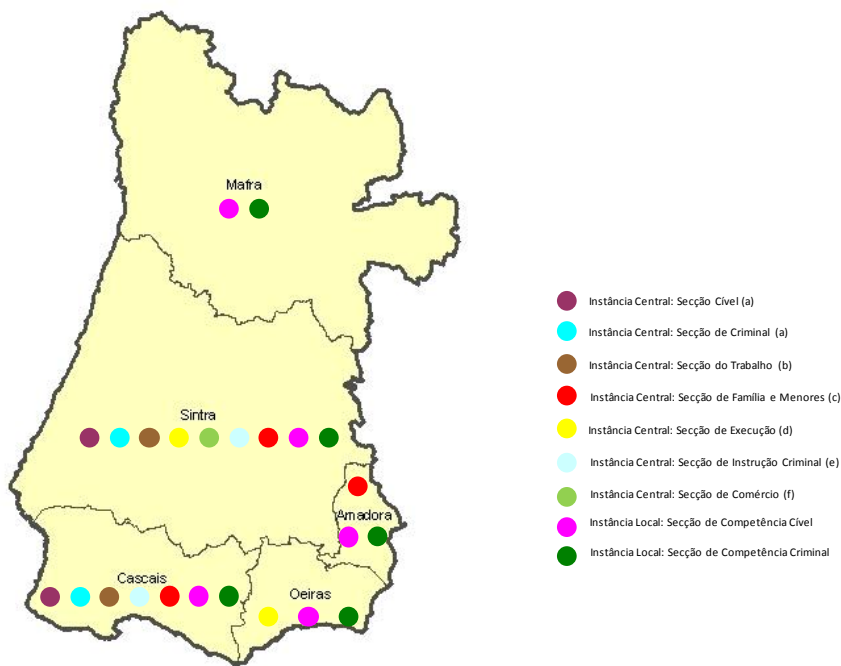
## 5. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas / Juízos		Juízes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
		Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Comarca da Grande Lisboa-Noroeste	Amadora	6	6	15	17	51	63
	Mafra	3	3	3	4	22	23
	Sintra	39	41	51	50	184	207
2. Cascais		24	24	21	27	111	111
3. Oeiras		17	10	15	13	95	81
Totais		89	84	105	111	463	485

(a) Para a definição do número de juízes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 6. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste



Área de Competência territorial:

(a) **Cascais** – 1.ª Secção Cível e 1.ª Secção Criminal: Municípios de Cascais e Oeiras; **Sintra** – 2.ª Secção Cível e 2.ª Secção Criminal: Municípios de Amadora, Mafra e Sintra.

(b) **Cascais** – 1.ª Secção do Trabalho: Municípios de Cascais e Oeiras; **Sintra** – 2.ª Secção do Trabalho: Municípios de Amadora, Mafra e Sintra.

(c) **Amadora** – 1.ª Secção de Família e Menores: Município de Amadora; **Cascais** – 2.ª Secção de Família e Menores: Municípios de Cascais e Oeiras; **Sintra** – 3.ª Secção de Família e Menores: Municípios de Mafra e Sintra.

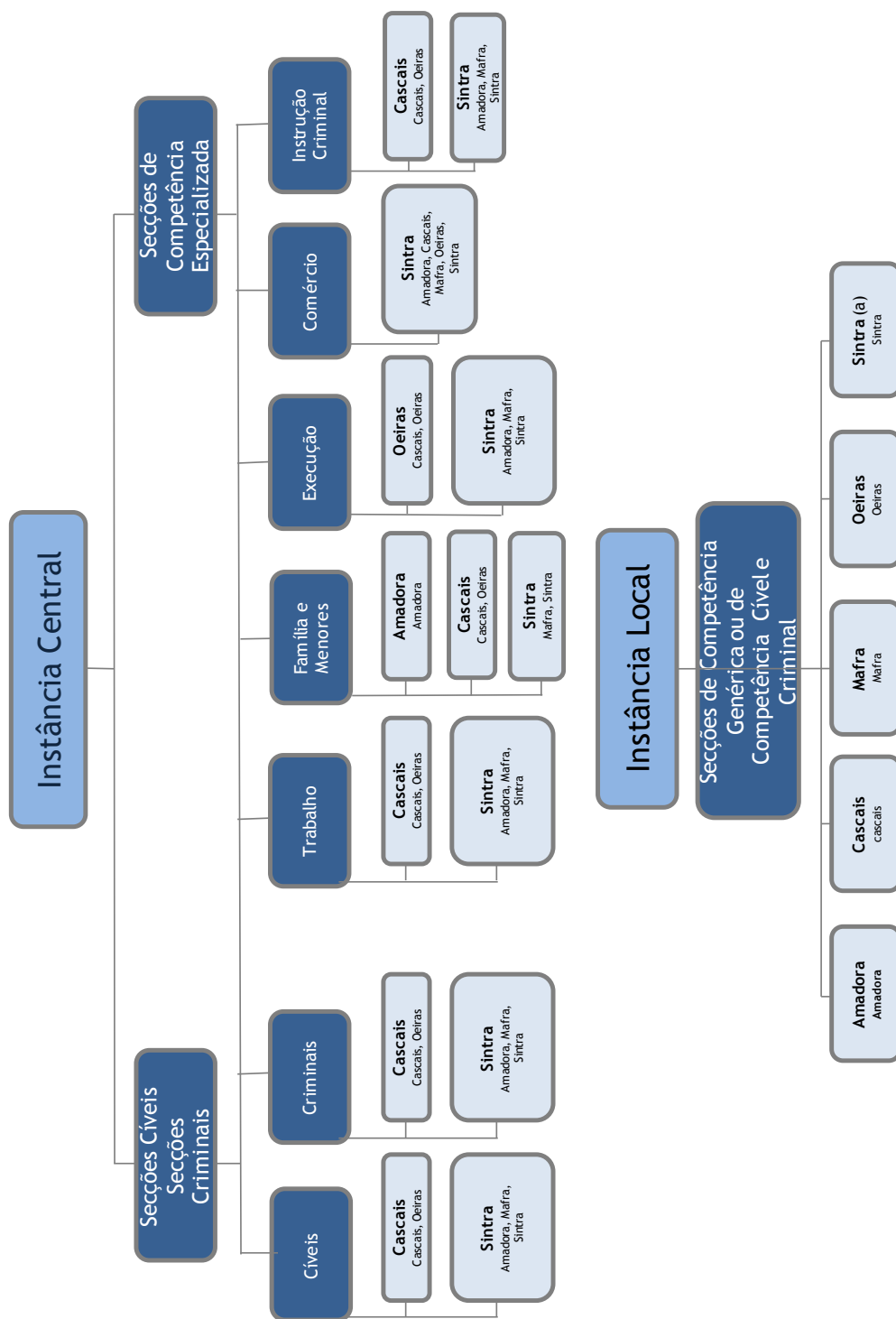
(d) **Oeiras** – 1.ª Secção de Execução: Municípios de Cascais e Oeiras; **Sintra** – 2.ª Secção de Execução: Municípios de Amadora, Mafra e Sintra.

(e) **Cascais** – 1.ª Secção de Instrução Criminal: Municípios de Cascais e Oeiras; **Sintra** – 2.ª Secção de Instrução Criminal: Municípios de Amadora, Mafra e Sintra.

(f) **Lisboa** – 1.ª Secção de Comércio de Sintra: Municípios de Amadora, Cascais, Oeiras, Mafra e Sintra.



# TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LISBOA OESTE



(a) Inclui a secção de pequena criminalidade



## COMARCA DA MADEIRA

i) A Comarca da Madeira compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Funchal (inclui os municípios de Câmara de Lobo);
2. Ponta do Sol (inclui os municípios de Calheta e Ribeira Brava);
3. Porto Santo;
4. Santa Cruz (inclui o município de Machico);
5. São Vicente (inclui os municípios de Porto Moniz e Santana).

### Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais	Juizes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Funchal	Trib. de competência genérica	11	16	16	16	101	67
	Trib. de família e menores	1				14	13
	Trib. do trabalho	1				9	9
2. Ponta do Sol	Trib. de competência genérica	1	2	2	2	12	12
3. Porto Santo	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	6
4. Santa Cruz	Trib. de competência genérica	2	4	2	4	20	20
5. São Vicente	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	5
Total		18	24	22	24	166	132

(a) Informação reportada a 16.6.2011.

### Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Funchal	708	1196	3444	82	54	379	771	479	93	810	737	8753
Ponta do Sol		141	314	8	5	50	113	56	11	140	204	1042
Porto Santo		30	114	3	2	17	18	14	2	40	38	278
Santa Cruz		293	925	33	17	145	199	113	16	319	275	2335
São Vicente		46	64	1	4	10	22	10	2	37	53	249
Total	708	1706	4861	127	82	601	1123	672	124	1346	1307	12657



**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Funchal	TC Funchal	TC Funchal	TFM Funchal	TFM Funchal	TT Funchal	TC Funchal
2. Ponta do Sol	TC Ponta do Sol	TC Ponta do Sol	TC Ponta do Sol	TC Ponta do Sol	TT Funchal	TC Ponta do Sol
3. Porto Santo	TC Porto Santo	TC Porto Santo	TC Porto Santo	TC Porto Santo	TT Funchal	TC Porto Santo
4. Santa Cruz	TC Santa Cruz	TC Santa Cruz	TC Santa Cruz	TC Santa Cruz	TT Funchal	TC Santa Cruz
5. São Vicente	TC São Vicente	TC São Vicente	TC São Vicente	TC São Vicente	TT Funchal	TC São Vicente

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.

## i) Proposta de organização:

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA MADEIRA

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira

## 1.1. Secção Cível e Criminal

Instância Central: Secção Cível e Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Funchal - Secção cível (c)	601	2,68	3
Funchal - Secção criminal (c)	124	1,77	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (matéria cível), 70 processos por juiz (matéria criminal).

(c) Área de competência territorial: Arquipélago da Madeira (municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Porto Santo, Santa Cruz, Santana e São Vicente).

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Funchal - Secção do Trabalho (c)	708	0,92	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho do Funchal.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: Arquipélago da Madeira (municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Porto Santo, Santa Cruz, Santana e São Vicente).

Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Funchal - Secção de Família e Menores (c)	1676	2,29	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente.

NOTA:

- Os juizes colocados nesta Secção de Família e Menores asseguram os julgamentos de Porto Santo, que nesta matéria, seriam da competência da Secção Cível da Instância Central.

- Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais.

Instância Central: Secção de Execução			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Funchal - Secção de Execução (c)	4747	0,73	1

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente.

Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Funchal - Secção de Instrução Criminal (c)	80	0,53	1

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente.

NOTA: Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juizes das instâncias locais.

Instância Central: Secção de Comércio			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Funchal - Secção de Comércio (c)	124	0,62	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 200 processos de insolvência por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente.

## 2.Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta.

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
Funchal	1250	1547	2797
Ponta do Sol	169	344	513
Porto Santo	181	78	259
Santa Cruz	312	594	906
São Vicente	32	90	122
<b>Total</b>	<b>1944</b>	<b>2653</b>	<b>4597</b>

Na região autónoma da Madeira existem comarcas que apresentam um volume processual reduzido, não obstante a população residente nesta região autónoma ter sofrido um aumento de 9,36% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares).

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual e as instalações existentes, tendem a justificar a extinção de um tribunal da Região Autónoma da Madeira.

Proposta de extinção do Tribunal de S. Vicente:

A comarca de S. Vicente apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de S. Vicente apresenta uma diminuição de 7,70% da população.

Ponderada a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de São Vicente e a sua integração no Tribunal do Funchal que apresenta condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal do FUNCHAL					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1282	1,60	2	1	6
Secção de Competência Criminal (c)	1637	2,37	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Câmara de Lobos, Funchal, Porto Moniz, Santana e São Vicente.

NOTA: Deslocação entre os municípios do Funchal e São Vicente: 27 min./34 km.

Instância Local: Tribunal de PONTA DO SOL					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	513	0,93	1	1	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios da Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava.



Instância Local: Tribunal de PORTO SANTO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	259	0,30	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 850 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Porto Santo.

Instância Local: Tribunal de SANTA CRUZ					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	906	1,65	2	2	4

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Machico e Santa Cruz.

### 3.Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de uma Extensão Judicial do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira em:

- São Vicente.

### 4.Proposta global de reorganização para a Comarca da Madeira

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA MADEIRA

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira**

a) **Funchal** - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: Arquipélago da Madeira - municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Porto Santo, Santa Cruz, Santana e São Vicente);

b) **Funchal** - Secção do Trabalho (área de competência territorial: Arquipélago da Madeira - municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Porto Santo, Santa Cruz, Santana e São Vicente);

c) **Funchal** - Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente);

d) **Funchal** - Secção de Execução do Funchal (área de competência territorial: Municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente);

e) **Funchal** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente);

f) **Funchal** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e São Vicente).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira**

a) Tribunal do **Funchal** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Câmara de Lobos, Funchal, Porto Moniz, Santana e São Vicente);

b) Tribunal de **Ponta do Sol** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava,);

c) Tribunal de **Porto Santo** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Porto Santo);

d) Tribunal de **Santa Cruz** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Machico e Santa Cruz).

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira**  
**S. Vicente.**

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca da Madeira

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca da Madeira o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Funchal	9	11	20	7218
2. São Vicente				386
3. Ponta do Sol		2	2	1061
4. Porto Santo		1	1	229
5. Santa Cruz		4	4	2164
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>18</b>	<b>27</b>	<b>11058</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca da Madeira, com sede no Funchal.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra uma secção no Funchal e serviços de inquéritos junto nas demais instâncias locais.

## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

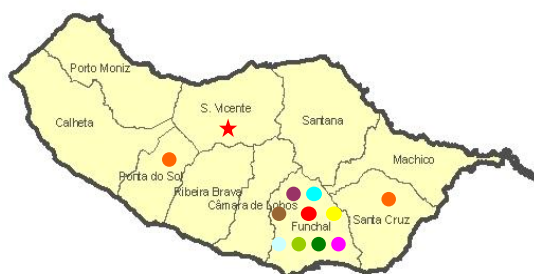
Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Funchal	16	19	16	20	89	103
2. São Vicente	1		1		5	
3. Ponta do Sol	2	2	2	2	12	9
4. Porto Santo	1	1	1	1	6	6
5. Santa Cruz	4	4	4	4	20	17
Totais	24	26	24	27	132	135

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca da Madeira

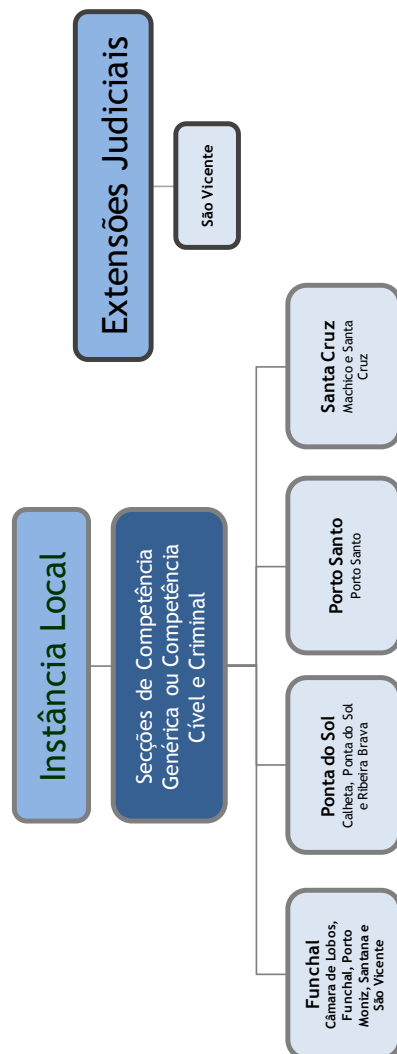
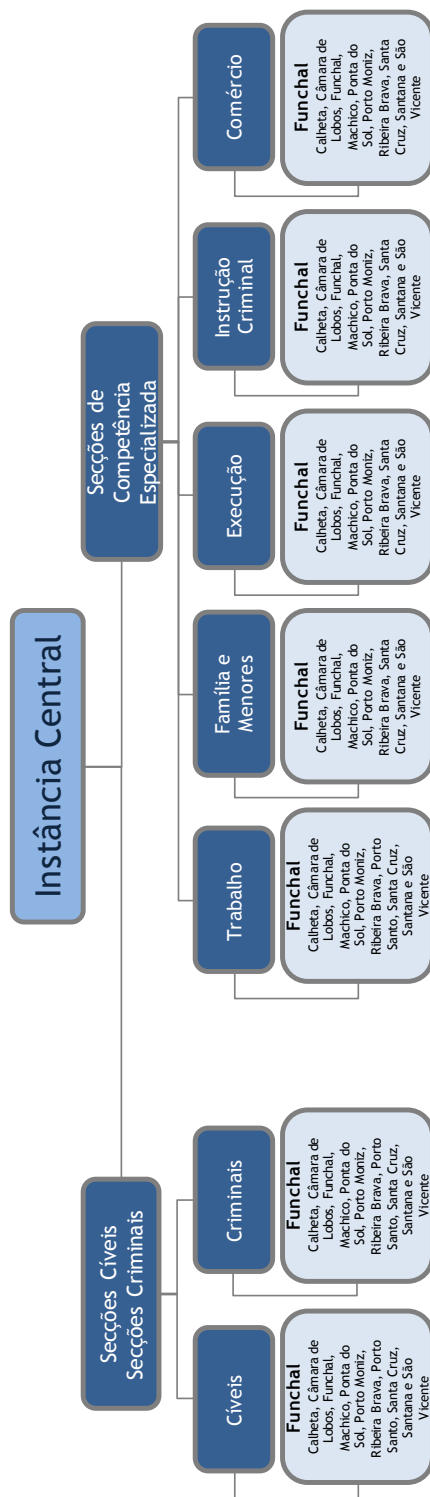
- Instância Central: Secção Cível a)
- Instância Central: Secção de Criminal a)
- Instância Central: Secção do Trabalho b)
- Instância Central: Secção de Família e Menores c)
- Instância Central: Secção de Execução d)
- Instância Central: Secção de Instrução Criminal e)
- Instância Central: Secção de Comércio f)
- Instância Local: Secção de Competência Cível
- Instância Local: Secção de Competência Criminal
- Instância Local: Secção de Competência Genérica
- ★ Extensões Judiciais



### ÁREA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL:

- a) Funchal - Secção Cível e Criminal - todos os municípios do Arquipélago da Madeira.
- b) Funchal - Secção do Trabalho - todos os municípios do Arquipélago da Madeira.
- c) Funchal - Secção de Família e Menores - municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e S. Vicente.
- d) Funchal - Secção de Execução - municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e S. Vicente.
- e) Funchal - Secção de Instrução Criminal - municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e S. Vicente.
- f) Funchal - Secção do Comércio - municípios de municípios de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santa Cruz, Santana e S. Vicente.

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA MADEIRA



## COMARCA DE PORTALEGRE

i) A Comarca de Portalegre compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Avis;
2. Castelo de Vide (inclui o município de Marvão);
3. Elvas (inclui o município de Campo Maior);
4. Fronteira (inclui algumas freguesias do município de Alter do Chão e algumas freguesias de Monforte);
5. Nisa (inclui o município do Gavião);
6. Portalegre (inclui os municípios de Arronches, Crato e algumas freguesias de Monforte);
7. Ponte de Sor (inclui o algumas freguesias do município Alter do Chão).

### Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
		Quadro legal	Exercício de funções (c)	Quadro legal	Exercício de funções (c)	Quadro legal	Exercício de funções (c)
1. Avis (a)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	4	3
2. Fronteira (a)	Trib. de competência genérica					5	4
3. Elvas	Trib. de competência genérica	2	2	2	3	27	25
4. Castelo de Vide (b)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	4	4
5. Nisa (b)	Trib. de competência genérica					6	5
6. Ponte de Sor	Trib. de competência genérica	1	2	1	2	11	13
7. Portalegre	Trib. de competência genérica	4	5	3	4	20	16
	Trib. do trabalho	1	1	1	1	6	5
Total		10	12	9	12	83	75

(a), (b) Comarcas agregadas (Portaria nº 412-D/99, de 7 de Junho).

(c) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Avis		41	121	2	4	13	23	15	2	42	23	286
Castelo de Vide		24	69	1	3	8	24	14	1	34	25	203
Elvas		217	683	7	11	44	121	94	24	313	271	1785
Fronteira		44	165	2	6	14	49	23	4	58	41	406
Nisa		26	94	0	4	8	24	14	2	34	17	223
Ponte de Sôr		138	337	6	13	33	70	52	9	157	137	952
Portalegre	335	177	525	14	27	58	114	104	18	175	137	1684
Total	335	667	1994	32	68	178	425	316	60	813	651	5539

## Atual resposta judiciária:

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Avis	TC de Avis	TC de Avis	TC de Avis	TC de Avis	TT de Portalegre	TC de Avis
2. Fronteira	TC de Fronteira	TC de Fronteira	TC de Fronteira	TC de Fronteira	TT de Portalegre	TC de Fronteira
3. Elvas	TC de Elvas	TC de Elvas	TC de Elvas	TC de Elvas	TT de Portalegre	TC de Elvas
4. Castelo de Vide	TC de Castelo de Vide	TC de Castelo de Vide	TC de Castelo de Vide	TC de Castelo de Vide	TT de Portalegre	TC de Castelo de Vide
5. Nisa	TC de Nisa	TC de Nisa	TC de Nisa	TC de Nisa	TT de Portalegre	TC de Nisa
6. Ponte de Sor	TC de Ponte de Sor	TC de Ponte de Sor	TC de Ponte de Sor	TC de Ponte de Sor	TT de Abrantes	TC de Ponte de Sor
7. Portalegre	TC de Portalegre	TC de Portalegre	TC de Portalegre	TC de Portalegre	TT de Portalegre	TC de Portalegre

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.



## ii) Proposta de organização

## Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

## 1.1 Secção Cível e Criminal

Instância Central: Secção Cível e Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Portalegre - Secção Cível (c)	178	0,79	3
Portalegre - Secção Criminal (c)	60	0,86	

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Portalegre.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Portalegre - Secção do Trabalho (c)	335	0,43	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Portalegre, no Tribunal do Trabalho de Abrantes, na parte que corresponderá à atual comarca de Ponte de Sor e às freguesias de Belver (comarca de Mação) e Gavião (comarca de Abrantes) e no Tribunal do Trabalho de Évora, na parte que corresponderá ao município de Sousel (comarca de Estremoz) e à freguesia de Santo Aleixo, do município de Monforte (comarca de Estremoz), valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios e freguesias que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Portalegre.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atual comarca	Área cível			Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Outros processos	Execuções	Total	Total	
1. Avis	81	121	202	65	267
2. Castelo de Vide	63	69	132	59	191
3. Elvas	439	683	1122	584	1706
4. Fronteira	118	165	283	99	382
5. Nisa	64	94	158	51	209
6. Ponte de Sor	266	337	603	294	897
7. Portalegre	409	525	934	312	1246
Total	1440	1994	3434	1464	4898

No Distrito de Portalegre existem comarcas que apresentam um volume processual reduzido.

A população residente neste Distrito sofreu uma redução de 6,35% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). Verificou-se uma diminuição da população em praticamente todos os municípios, com exceção do município de Campo Maior.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tende a justificar a extinção de alguns Tribunais no Distrito de Portalegre.

Instância Local: Tribunal de ELVAS					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1122	1,25	2	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	584	0,85	1		

(a)Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Campo Maior e Elvas.

Proposta de Extinção do Tribunal de Castelo de Vide e do Tribunal de Nisa:

A comarca de Castelo de Vide e Nisa apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Castelo de Vide apresenta uma diminuição da população em 12,81% e a de Nisa uma diminuição de 14,39%.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Castelo de Vide e do Tribunal de Nisa e a sua integração no Tribunal de Portalegre, que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de PORTALEGRE					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juízes/ VRP	Juízes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1224	1,36	2	1	4
Secção de Competência Criminal (c)	422	0,61	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Arronches, Castelo de Vide, Crato, Marvão, Nisa e Portalegre.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Portalegre e Castelo de Vide: 21 min./20 km.

Deslocação entre os municípios de Portalegre e Nisa: 37 min./36 km.

Proposta de Extinção do Tribunal de Avis:

No que se refere à evolução demográfica a comarca de Avis apresenta, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), uma diminuição da população em 11,95%.

Apesar do movimento processual expectável após reorganização ser superior a 250 processos, a atual degradação das Instalações justificam a proposta de extinção (por decisão do CSM, os Senhores Magistrados estão instalados no Tribunal de Fronteira).

Ponderada a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Avis e a sua integração no Tribunal de Fronteira, que dispõe de condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal de FRONTEIRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de competência genérica (c)	649	0,81	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010, acrescido dos processos do Tribunal de Comarca de Estremoz, na parte que corresponderá às freguesias de Casa Branca e Cano (município de Sousel), valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Alter do Chão, Avis, Fronteira, Monforte e Sousel.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Avis e Fronteira: 28 min./25 km.

**Instância Local: Tribunal de PONTE DE SOR**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de competência genérica (c)	897	1,12	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Gavião e Ponte de Sor.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de uma Extensão Judicial do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre em:

- Nisa.

#### 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Portalegre

##### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

a) **Portalegre** - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: Distrito de Portalegre);

b) **Portalegre** - Secção do Trabalho (área de competência territorial: Distrito de Portalegre).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

a) Tribunal de **Elvas** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Campo Maior e Elvas);

b) Tribunal de **Portalegre** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Arronches, Castelo de Vide, Crato, Marvão, Nisa e Portalegre);

c) Tribunal de **Fronteira** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Alter do Chão, Avis, Fronteira, Monforte e Sousel);

d) Tribunal de **Ponte de Sor** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Gavião e Ponte de Sor).

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre**

Nisa.

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Portalegre

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Portalegre o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Avis		1	1	154
2. Fronteira				225
3. Elvas		3	3	1316
4. Ponte de Sor		2	2	636
5. Portalegre	2	4	6	927
6. Castelo de Vide				172
7. Nisa				172
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>3602</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

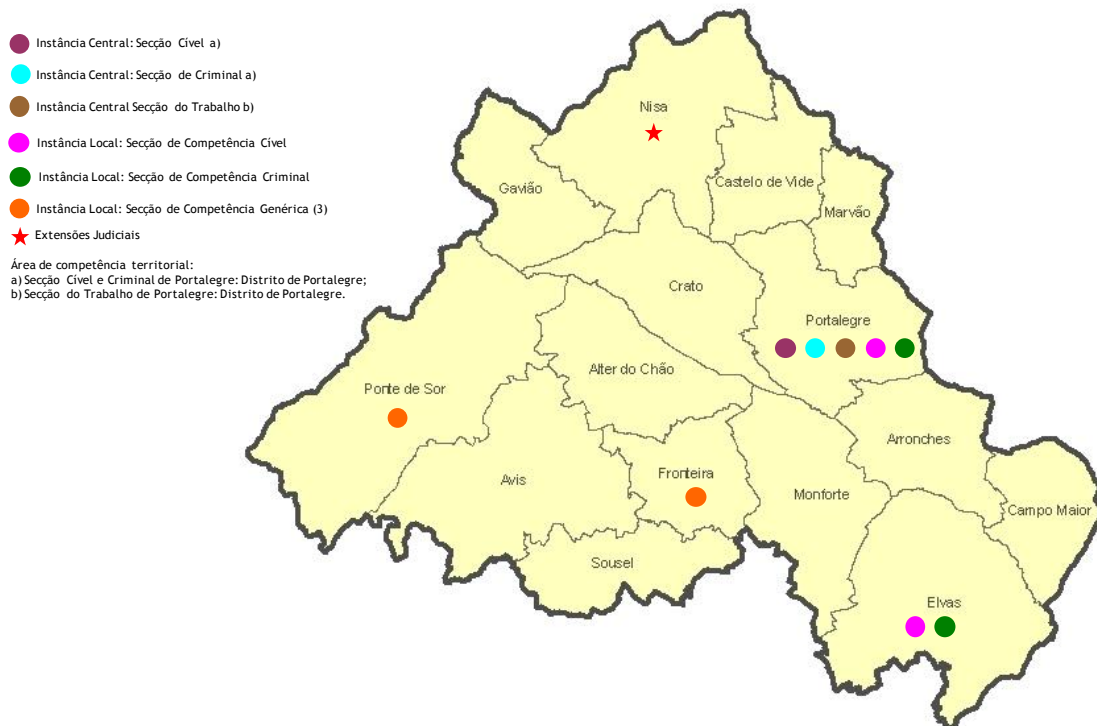
## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Avis	1	1	1	1	3	7
2. Fronteira					4	
3. Elvas	2	4	3	3	25	21
4. Ponte de Sor	2	2	2	2	13	11
5. Portalegre	6	8	5	6	21	37
6. Castelo de Vide	1		1		4	
7. Nisa					5	
Total	12	15	12	12	75	76

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

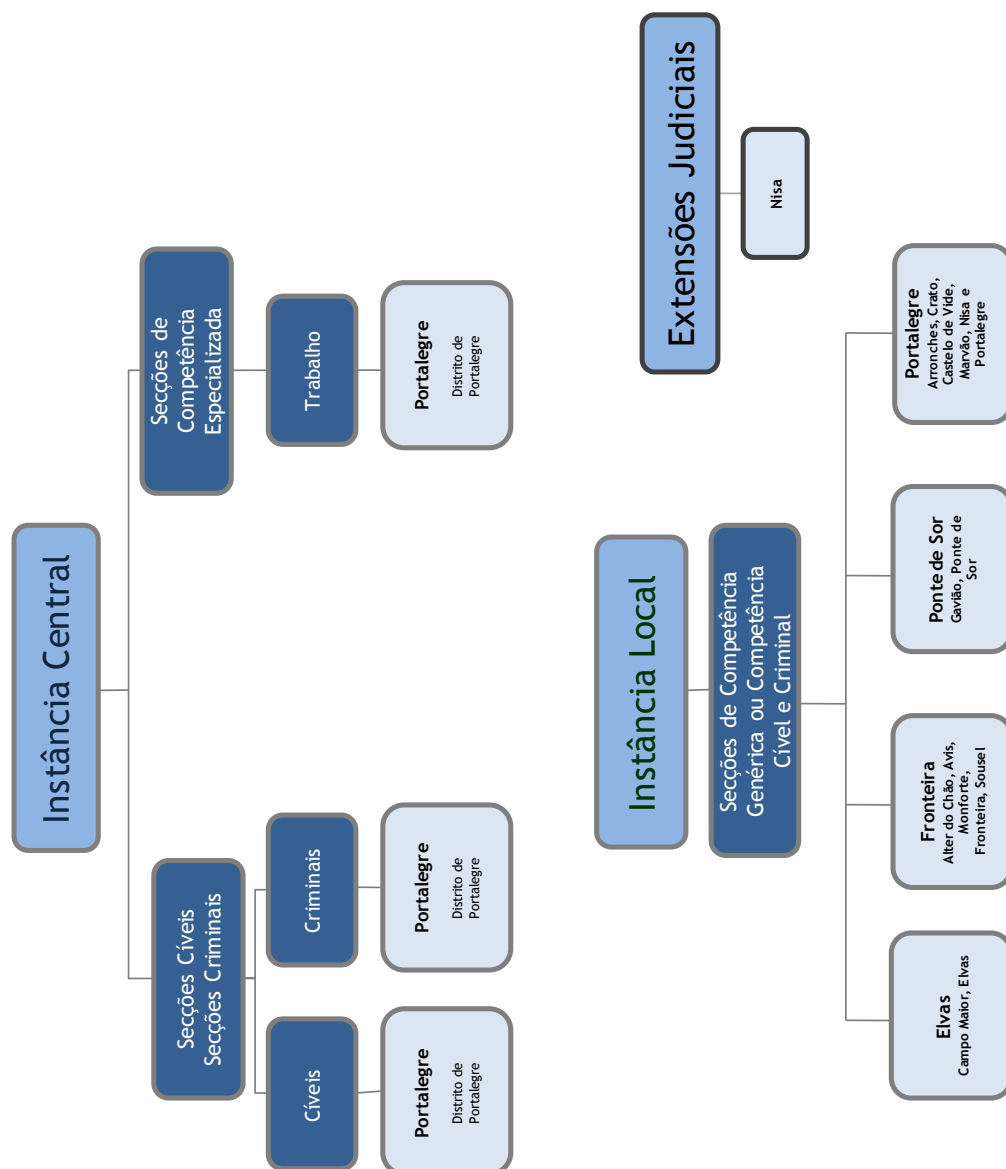
(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 7. Representação geográfica - Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre





## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE PORTALEGRE







## COMARCA DO PORTO

i) A Comarca do Porto compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Maia;
2. Matosinhos;
3. Porto;
4. Póvoa de Varzim;
5. Santo Tirso (inclui o município da Trofa);
6. Vila do Conde;
7. Vila Nova de Gaia.



## Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais/Juízos	Juizes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Maia	Trib. de competência genérica	11	14	8	12	89	83
	Trib. do Trabalho						
2. Matosinhos	Trib. de competência genérica	17	20	18	23	133	115
	Trib. de Família e Menores						
	Trib. do Trabalho						
3. Porto	Trib. de competência genérica (b)	73	84	83	98	622	577
	Trib. do Trabalho						
	Trib. de Família e Menores						
	Trib. do Comércio						
	Trib. de Instrução Criminal						
	Trib. Execução de Penas						
	Balcão Nacional de Injunções (c)						
	Trib. de Família e Menores						
	Trib. do Trabalho						
	Trib. de Comércio						
4. Póvoa de Varzim	Trib. de competência genérica	4	5	5	5	46	38
	Trib. do Trabalho (d)						
5. Santo Tirso	Trib. de competência genérica	10	11	8	9	80	69
	Trib. do Trabalho						
6. Vila do Conde	Trib. de competência genérica	7	11	5	7	44	41
7. Vila Nova de Gaia	Trib. de competência genérica (e)	23	28	22	33	201	191
	Trib. de Família e Menores						
	Trib. do Trabalho						
	Trib. de Comércio						
TOTAL		145	173	149	187	1215	1114



- (a) Informação reportada a 16.6.2011.  
(b) Cinco varas cíveis, quatro varas criminais, quatro juízos cíveis, três juízos criminais, quatro juízos de pequena instância cível, um juízo de pequena instância criminal, dois juízos de execução.  
(c) Criado em 5 de Março de 2008 (Portaria n.º 220-A/2008, de 4 de Março), tem competência em todo o território nacional para a tramitação dos procedimentos de injunção.  
(d) Não instalado.  
(e) O 5º Juízo Cível não está instalado.

### Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Maia	764	954	5044	123	116	332	1220	2092	191	1385	619	12840
Matosinhos	962	1105	4355	159	186	368	848	1143	127	1113	729	11095
Porto	2000	2092	10234	216	260	1096	1755	2113	661	2878	2445	25750
Povoa de Varzim	309	430	1437	58	54	187	359	225	40	379	198	3676
Santo Tirso	586	566	2478	146	73	242	513	515	75	635	288	6117
Vila do Conde	429	479	1759	72	68	201	408	327	31	434	252	4460
Vila Nova de Gaia	1389	2027	7564	275	316	525	1207	1106	186	1410	818	16823
Total	6439	7653	32871	1049	1073	2951	6310	7521	1311	8234	5349	80761



Atual resposta judiciária:

Comarcas/ Municípios	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Maia	TC da Maia	TC da Maia	TFM do Porto	TFM do Porto	TT da Maia	TCom. de Vila Nova de Gaia
2. Matosinhos	TC de Matosinhos	TC de Matosinhos (a)	TFM de Matosinhos	TFM de Matosinhos	TT de Matosinhos	TCom. de Vila Nova de Gaia
3. Porto	TC do Porto	TC do Porto	TFM do Porto	TFM do Porto	TT do Porto	TCom. de Vila Nova de Gaia
4. Póvoa de Varzim	TC de Póvoa de Varzim	TC de Póvoa de Varzim	TC de Póvoa de Varzim	TC de Póvoa de Varzim	TT de Barcelos	TCom. de Vila Nova de Gaia
5. Santo Tirso	TC de Santo Tirso	TC de Santo Tirso	TC de Santo Tirso	TC de Santo Tirso	TT de Santo Tirso	TC de Santo Tirso
6. Vila do Conde	TC de Vila do Conde	TC de Vila do Conde	TC de Vila do Conde	TC de Vila do Conde	TT de Matosinhos	TCom. de Vila Nova de Gaia
7. Vila Nova de Gaia	TC de Vila Nova de Gaia	TC de Vila Nova de Gaia (a)	TFM de Vila Nova de Gaia	TFM de Vila Nova de Gaia	TT de Vila Nova de Gaia	TCom. de Vila Nova de Gaia

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de Família e Menores.

TCom. : Tribunal de Comércio.

(a) Os processos de instrução criminal são da competência do Tribunal de Instrução Criminal do Porto.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca do Porto

## 1.1. Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes (c)
Porto - 1ª Secção Cível (d)	1096	4,9	6
Porto - 1ª Secção Criminal (d)	661	9,4	16
Matosinhos - 2ª Secção Cível (e)	1330	5,94	7
Matosinhos - 2ª Secção Criminal (e)	464	6,63	9
Vila Nova de Gaia - 3ª Secção Cível (f)	525	2,3	3
Vila Nova de Gaia - 3ª Secção Criminal (f)	186	2,7	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) As atuais pendências e duração média dos processos desta natureza justificam, por ora, o número de juízes proposto. Na secção criminal estão incluídos 4 juízes militares.

(d) Área de competência territorial: município do Porto.

(e) Área de competência territorial: municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

(f) Área de competência territorial: município de Vila Nova de Gaia.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Porto - 1ª Secção do trabalho (c)	2000	2,6	3
Matosinhos - 2ª Secção do trabalho (d)	3050	3,95	4
Vila Nova de Gaia - 3ª Secção do trabalho (e)	1389	1,8	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município do Porto.

(d) Área de competência territorial: municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

(e) Área de competência territorial: municípios de Vila Nova de Gaia.

Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Porto - 1ª Secção de família e menores (c)	2092	2,9	4
Matosinhos - 2ª Secção de família e menores (d)	3534	4,82	5
Vila Nova de Gaia - 3ª Secção de família e menores (e)	2027	2,8	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município do Porto.

(d) Área de competência territorial: municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

(e) Área de competência territorial: municípios de Vila Nova de Gaia.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juízes das respetivas instâncias locais.



**Instância Central: Secção de Execução**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes (c)
Porto - Secção de execução (d)	32871	5,06	8

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) A tendência de subida do numero de processos entrados desta área processual e as atuais pendências justificam o número de juizes proposto.

(d) Área de competência territorial: municípios da Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

**Instância Central: Secção de Comércio**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Vila Nova de Gaia- Secção de comércio (c)	1049	5,25	6

(a) Corresponde à média de processos de insolvência entrados nos anos de 2008 a 2010 nos respetivos tribunais e no Tribunal de Vila Nova de Gaia, valores calculados em função do peso relativo da população residente em 2001 nos municípios que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 200 insolvências por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios da Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

**Instância Central: Secção de Instrução Criminal**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Porto - 1ª Secção de instrução criminal (c)	260	1,73	2
Matosinhos - 2ª Secção de instrução criminal (d)	497	3,31	4
Vila Nova de Gaia - 3ª Secção de instrução criminal (e)	316	2,11	3

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: município do Porto.

(d) Área de competência territorial: municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.

(e) Área de competência territorial: município de Vila Nova de Gaia.

**NOTA:** Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juizes das instâncias locais.

Instância Central: Secção de Execução das Penas			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP	Total Juízes
Porto - Secção de Execução das Penas (b)	-	-	4 (c)

(a) A entrada em vigor do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, introduziu alterações significativas que impossibilitaram uma leitura estatística rigorosa.

(b) Competência territorial: área correspondente ao atual distrito judicial do Porto.

(c) A definição do número de juízes propostos teve em conta a perceção dos magistrados colocados nesta área processual.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Maia	3312	2004	5316
2. Matosinhos	1991	1842	3833
3. Porto	3868	5323	9191
4. Póvoa de Varzim	584	577	1161
5. Santo Tirso	1028	923	1951
6. Vila do Conde	735	686	1421
7. Vila Nova de Gaia	2313	2228	4541
<b>Total</b>	<b>13831</b>	<b>13583</b>	<b>27414</b>

A população residente no distrito do Porto apresenta um aumento de 1,92% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares).

**Instância Local: Tribunal da MAIA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Maia - Secção de Competência Cível (c)	3312	4,14	5	2	10
Maia - Secção de Competência Criminal (c)	2004	2,90	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município da Maia.

**Instância Local: Tribunal de MATOSINHOS**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Matosinhos - Secção de Competência Cível (c)	1991	2,49	3	2	8
Matosinhos - Secção de Competência Criminal (c)	1842	2,67	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Matosinhos.

**Instância Local: Tribunal do PORTO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Porto - Secção de Competência Cível (c)	3868	4,84	5	2	18
Porto - Secção de Competência Criminal (c)	2878	5,76	6	2	
Porto - Secção de Pequena Criminalidade (c)	2445	2,30	3	0	

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 500 processos por juiz (secção criminal); 1065 processos por juiz (secção de pequena criminalidade).

(c) Área de competência territorial: município do Porto.

**Instância Local: Tribunal de SANTO TIRSO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Santo Tirso - Secção de Competência Cível (c)	1028	1,29	2
Santo Tirso - Secção de Competência Criminal (c)	923	1,34	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Santo Tirso e Trofa.

**Instância Local: Tribunal da PÓVOA DE VARZIM e de VILA DO CONDE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Póvoa de Varzim - Secção de Competência Cível (c)	1319	1,65	2	1	6
Vila do Conde - Secção de Competência Criminal (c)	1263	1,83	2	1	

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município da Póvoa de Varzim e Vila do Conde.

**Instância Local: Tribunal de VILA NOVA DE GAIA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências (c)	Total de juízes
Vila Nova de Gaia - Secção de Competência Cível (d)	2313	2,89	3	2	9
Vila Nova de Gaia - Secção de Competência Criminal (d) (e)	2228	3,23	4		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Quadro permanente de juízes tendo em atenção o volume de pendências e a duração dos processos.

(d) Área de competência territorial: município de Vila Nova de Gaia.

### 3. Proposta global de reorganização para a Comarca do Porto

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca do Porto**

a) **Porto** - 1ª Secção Cível (área de competência territorial: Município do Porto);

b) **Porto** - 1ª Secção Criminal (área de competência territorial: Município do Porto);

c) **Matosinhos** - 2ª Secção Cível (área de competência territorial: Municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde);

d) **Matosinhos** - 2ª Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde);

e) **Vila Nova de Gaia** - 3ª Secção Cível (área de competência territorial: Município de Vila Nova de Gaia);

f) **Vila Nova de Gaia** - 3ª Secção Criminal (área de competência territorial: Município de Vila Nova de Gaia);

g) **Porto** - 1ª Secção do Trabalho (de competência territorial: Município do Porto);

h) **Matosinhos** - 2ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde);

i) **Vila Nova de Gaia** - 3ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Município de Vila Nova de Gaia);

j) **Porto** - 1ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Município da Porto);

l) **Matosinhos** - 2ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde);

m) **Vila Nova de Gaia** - 3ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Município de Vila Nova de Gaia);

- n) **Porto** - Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios da Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia);
- o) **Vila Nova de Gaia** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios da Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia);
- p) **Porto** - 1ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Município do Porto);
- q) **Matosinhos** - 2ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde);
- r) **Vila Nova de Gaia** - 3ª Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Município de Vila Nova de Gaia);
- s) **Porto** - Secção de Execução das Penas (área de competência territorial: Atual Distrito Judicial do Porto).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca do Porto**

- d) Tribunal da **Maia** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município da Maia);
- e) Tribunal de **Matosinhos** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Matosinhos);
- a) Tribunal do **Porto** - Secção de Competência Cível, Secção de Competência Criminal e Secção de Pequena Criminalidade (área de competência territorial: Município do Porto);
- g) Tribunal de **Póvoa de Varzim e de Vila do Conde** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Póvoa de Varzim e Vila do Conde);
- h) Tribunal de **Santo Tirso** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Santo Tirso e Trofa);
- b) Tribunal de **Vila Nova de Gaia** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Vila Nova de Gaia).

#### 4. Serviços do Ministério Público da Comarca do Porto

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca do Porto o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Maia		9	9	5832
2. Matosinhos	17	16	33	11260
3. Porto	23	45	68	34972
4. Póvoa de Varzim		9	9	3056
5. Vila do Conde				3717
6. Santo Tirso		6	6	4011
7. Vila Nova de Gaia	13	20	33	14230
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>105</b>	<b>158</b>	<b>77078</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca do Porto, com sede no Porto.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções no Porto, Matosinhos e Vila Nova de Gaia e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

## 5. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas / Juízos	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Maia	14	10	12	9	83	57
2. Matosinhos	20	37	23	33	115	179
3. Porto	84	61	98	68	577	421
4. Póvoa de Varzim	5	6	5	9	38	45
5. Vila do Conde	11		7		41	
6. Santo Tirso	11	4	9	6	69	30
7. Vila Nova de Gaia	28	29	33	33	191	188
Totais	173	147	187	158	1114	920

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.



## 6. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca do Porto

### ÁREA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL:

a) **Porto** - 1ª Secção Cível e 1ª Secção Criminal - município do Porto; **Matosinhos** - 2ª Secção Cível e 2ª Secção Criminal - municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde; **Vila Nova de Gaia** - 3ª Secção Cível e 3ª Secção Criminal - município de Vila Nova de Gaia.

b) **Porto** - 1ª Secção do Trabalho - município do Porto; **Matosinhos** - 2ª Secção do Trabalho - municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde; **Vila Nova de Gaia** - 3ª Secção do Trabalho - município de Vila Nova de Gaia.

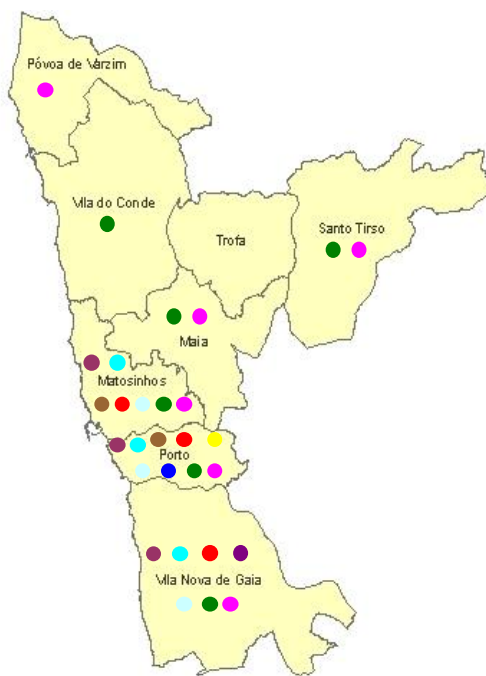
c) **Porto** - 1ª Secção de Família e Menores - município do Porto; **Matosinhos** - 2ª Secção de Família e Menores - municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde; **Vila Nova de Gaia** - 3ª Secção Família e Menores - município de Vila Nova de Gaia.

d) **Porto** - Secção de Execução - município do Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

e) **Porto** - 1ª Secção de Instrução Criminal - município do Porto; **Matosinhos** - 2ª Secção de Instrução Criminal - municípios da Maia, Matosinhos, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde; **Vila Nova de Gaia** - 3ª Secção de Instrução Criminal - município de Vila Nova de Gaia.

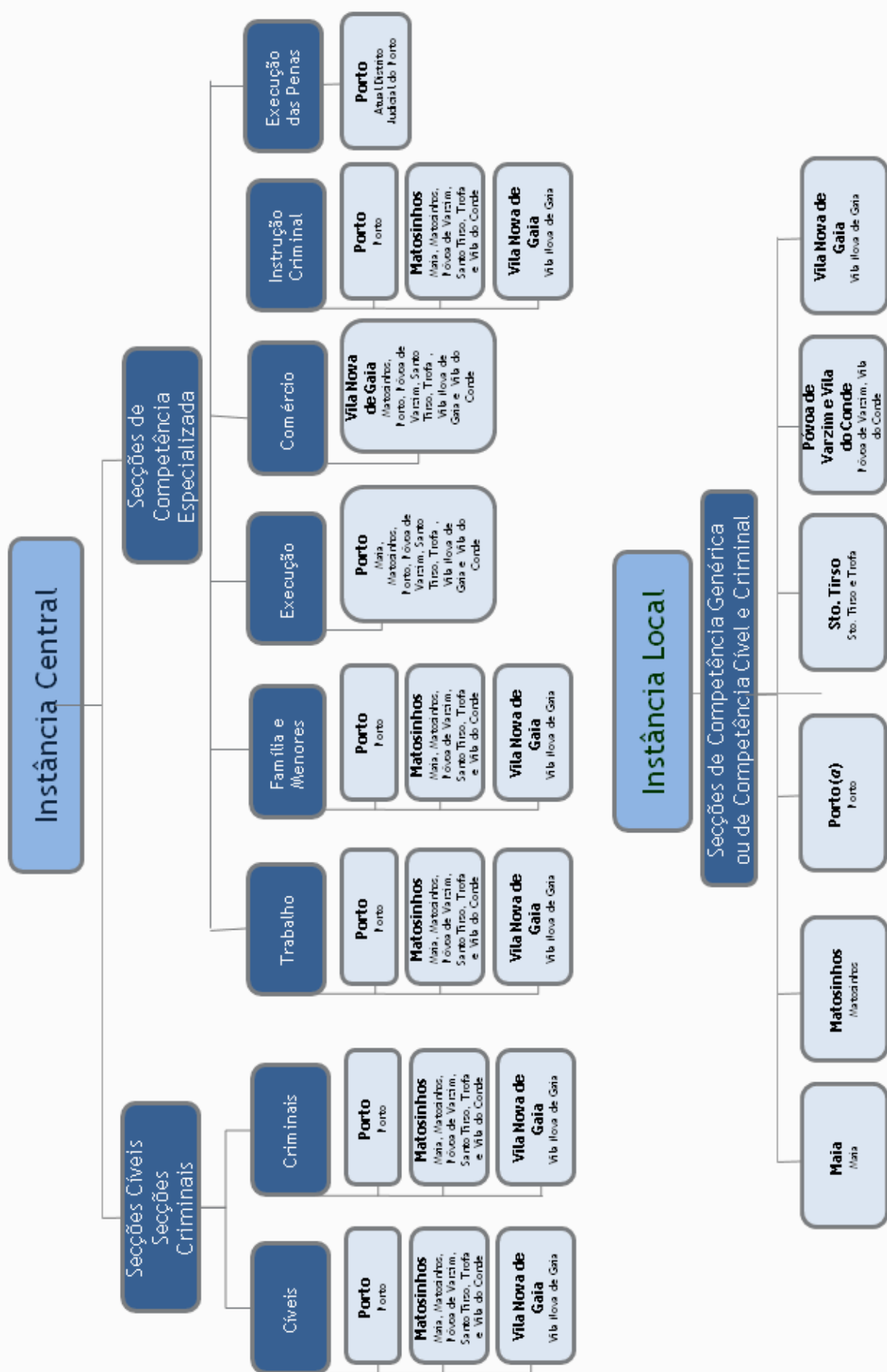
f) **Vila Nova de Gaia** - Secção de Comércio - município do Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

g) **Porto** - Secção de Execução de Penas - atual distrito do Porto.



- Instância Central: Secção Cível a)
- Instância Central: Secção de Criminal a)
- Instância Central: Secção do Trabalho b)
- Instância Central: Secção de Família e Menores c)
- Instância Central: Secção de Execução d)
- Instância central: Secção de Instrução Criminal e)
- Instância central: Secção de Comércio f)
- Instância Central: Secção de Execução das Penas g)
- Instância Local: Secção de Competência Cível
- Instância Local: Secção de Competência Criminal

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO



(σ) Inclui a seção de pequena criminalidade



## COMARCA DO PORTO ESTE

i) A Comarca do Porto Este compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Amarante;
2. Baião;
3. Felgueiras;
4. Gondomar;
5. Lousada;
6. Marco de Canaveses;
7. Paços de Ferreira;
8. Paredes;
9. Penafiel;
10. Valongo.



Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais/Juízos	Juizes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Amarante	Trib. de competência genérica	3	3	3	3	29	26
2. Baião	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	8	8
3. Felgueiras	Trib. de competência genérica	3	4	3	3	33	28
4. Gondomar	Trib. de competência genérica	10	14	10	19	78	70
	Trib. do Trabalho						
5. Lousada	Trib. de competência genérica	2	3	2	3	21	20
6. Marco de Canaveses	Trib. de competência genérica	2	3	2	3	18	23
7. Paços de Ferreira	Trib. de competência genérica	3	3	3	3	31	25
8. Paredes	Trib. de competência genérica	8	9	5	6	60	44
9. Penafiel	Trib. de competência genérica	11	13	8	9	67	57
	Trib. do Trabalho						
10. Valongo	Trib. de competência genérica	5	6	6	7	51	48
	Trib. do Trabalho						
Total		48	59	43	57	396	349

(a) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Amarante	376	294	1087	47	35	117	262	155	17	258	204	2852
Baião	141	96	257	14	18	34	85	48	3	92	30	818
Felgueiras	271	300	1120	68	42	131	321	221	15	338	161	2988
Gondomar	659	1304	3988	153	112	223	538	1037	70	823	266	9173
Lousada	282	261	876	53	23	93	264	172	15	219	95	2353
Marco de Canaveses	331	198	779	42	36	86	199	182	10	253	139	2255
Paços de Ferreira	334	240	1203	57	34	88	202	199	43	367	209	2976
Paredes	526	416	1928	92	50	138	392	514	29	391	353	4829
Penafiel	453	308	1195	49	34	124	280	185	18	288	214	3148
Valongo	440	683	1922	85	74	159	364	600	58	581	315	5281
Total	3813	4100	14355	660	458	1193	2907	3313	278	3610	1986	36673

Nota: Sempre que os municípios são abrangidos por tribunal de competência especializada, o número de processos oriundos de cada município foi calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

## Atual resposta judiciária:

Comarcas/ Municípios	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Amarante	TC de Amarante	TC de Amarante	TC de Amarante	TC de Amarante	TT de Penafiel	TC de Amarante
2. Baião	TC de Baião	TC de Baião	TC de Baião	TC de Baião	TT de Penafiel	TC de Baião
3. Felgueiras	TC de Felgueiras	TC de Felgueiras	TC de Felgueiras	TC de Felgueiras	TT de Guimarães	TC de Felgueiras
4. Gondomar	TC de Gondomar	TC de Gondomar	TFM do Porto	TFM do Porto	TT de Gondomar	TCom. de Vila Nova de Gaia
5. Lousada	TC de Lousada	TC de Lousada	TC de Lousada	TC de Lousada	TT Penafiel	TC de Lousada
6. Marco de Canaveses	TC de M. de Canaveses	TC de M. de Canaveses	TC de M. de Canaveses	TC de M. de Canaveses	TT de Penafiel	TC de M. de Canaveses
7. Paços de Ferreira	TC de Paços de Ferreira	TC de Paços de Ferreira	TC de Paços de Ferreira	TC de Paços de Ferreira	TT Penafiel	TC de Paços de Ferreira
8. Paredes	TC de Paredes	TC de Paredes	TC de Paredes	TC de Paredes	TT Penafiel	TC de Paredes
9. Penafiel	TC de Penafiel	TC de Penafiel	TC de Penafiel	TC de Penafiel	TT Penafiel	TC de Penafiel
10. Valongo	TC de Valongo	TC de Valongo	TFM do Porto	TFM do Porto	TT de Valongo	TCom. de Vila Nova de Gaia

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do Trabalho.

TFM: Tribunal de Família e Menores.

TCom. : Tribunal de Comércio.

## ii) Proposta de organização

### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE

#### 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este

##### 1.1. Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Gondomar - Secção Cível (c)	1193	5,33	6
Gondomar - Secção Criminal (c)	278	3,97	6

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo.

##### 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Valongo - 1.ª Secção do trabalho (c)	1715	2,22	3
Penafiel - 2.ª Secção do trabalho (d)	2098	2,72	4

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Gondomar, Lousada, Paços de Ferreira e Valongo.

(d) Área de competência territorial: municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paredes e Penafiel.

**Instância Central: Secção de Família e Menores**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Gondomar - 1ª Secção de família e menores (c)	2488	3,39	4
Penafiel - 2ª Secção de família e menores (d)	1612	2,20	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Gondomar, Lousada, Paços de Ferreira e Valongo.

(d) Área de competência territorial: municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paredes e Penafiel.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juízes das respetivas instâncias locais.

**Instância Central: Secção de Execução**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes (c)
Valongo - Secção de execução (d)	14355	2,21	3

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo.

**Instância Central: Secção de Comércio**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes (c)
Gondomar - Secção de comércio (c)	660	3,3	4

(a) Corresponde à média de processos de insolvência entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 200 insolvências por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo.

Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Gondomar - Secção de instrução criminal (c)	458	3,05	4

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo.

**NOTA:** Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juízes das instâncias locais.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca Porto Este

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Amarante	417	462	879
2. Baião	133	122	255
3. Felgueiras	542	499	1041
4. Gondomar	1575	1089	2664
5. Lousada	436	314	750
6. Marco de Canaveses	381	392	773
7. Paços de Ferreira	401	576	977
8. Paredes	906	744	1650
9. Penafiel	465	502	967
10. Valongo	964	896	1860
<b>Total</b>	<b>6220</b>	<b>5596</b>	<b>11816</b>



**Instância Local: Tribunal de AMARANTE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Amarante - Secção de Competência Cível (c)	417	0,52	1
Amarante - Secção de Competência Criminal (c)	462	0,67	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Amarante.

**Instância Local: Tribunal de FELGUEIRAS**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Felgueiras - Secção de Competência Cível (c)	542	0,68	1	1	3
Felgueiras - Secção de Competência Criminal (c)	499	0,72	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Felgueiras.

**Instância Local: Tribunal de GONDOMAR**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Gondomar - Secção de Competência Cível (c)	1575	1,97	2	1	5
Gondomar - Secção de Competência Criminal (c)	1089	1,58	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Gondomar.

**Instância Local: Tribunal de LOUSADA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Lousada - Secção de Competência Cível (c)	436	0,55	1
Lousada - Secção de Competência Criminal (c)	314	0,46	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Lousada.

**Instância Local: Tribunal de MARCO DE CANAVESES**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juízes
Marco de Canavezes - Secção de Competência Cível (c)	381	0,48	1	1	3
Marco de Canavezes - Secção de Competência Criminal (c)	392	0,57	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Marco de Canavezes.

**Instância Local: Tribunal de PAÇOS DE FERREIRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juízes
Paços de Ferreira - Secção de Competência Cível (c)	401	0,50	1	1	3
Paços de Ferreira - Secção de Competência Criminal (c)	576	0,83	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Paços de Ferreira.

**Instância Local: Tribunal de PAREDES**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Paredes - Secção de Competência Cível (c)	906	1,13	2
Paredes - Secção de Competência Criminal (c)	744	1,08	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Paredes.

**Instância Local: Tribunal de PENAFIEL**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Penafiel - Secção de Competência Cível (c)	465	0,58	1	1	3
Penafiel - Secção de Competência Criminal (c)	502	0,73	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Penafiel.

**Instância Local: Tribunal de VALONGO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual /VRP (b)	Juizes/ VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Valongo - Secção de Competência Cível (c)	964	1,21	2	2	6
Valongo - Secção de Competência Criminal (c)	896	1,30	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Valongo.

Instância Local: Tribunal de BAIÃO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	255	0,46	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Baião.

### 3. Proposta global de reorganização para a Comarca do Porto Este

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial do Porto Este**

a) **Gondomar** - Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo);

b) **Gondomar** - Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo);

c) **Valongo** - 1.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Gondomar, Lousada, Paços de Ferreira e Valongo);

d) **Penafiel** - 2.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (de competência territorial: Municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paredes e Penafiel);

e) **Gondomar** - 1.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios Gondomar, Lousada, Paços de Ferreira e Valongo);

f) **Penafiel** - 2.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios Amarante, Baião, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paredes e Penafiel).

- g) **Valongo** - Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo);
- h) **Gondomar** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo);
- i) **Gondomar** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo);

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este**

- a) Tribunal de **Amarante** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Amarante);
- b) Tribunal de **Felgueiras** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Felgueiras);
- c) Tribunal de **Gondomar** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Gondomar);
- d) Tribunal de **Lousada** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Lousada);
- e) Tribunal de **Marco de Canaveses** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Marco de Canaveses);
- f) Tribunal de **Paços de Ferreira** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Paços de Ferreira);
- g) Tribunal de **Paredes** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Paredes);
- h) Tribunal de **Penafiel** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Penafiel);
- i) Tribunal de **Valongo** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Valongo);
- j) Tribunal de **Baião** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Baião).

#### 4. Serviços do Ministério Público da Comarca do Porto Este

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca do Porto Este o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Amarante		4	4	2295
2. Felgueiras		3	3	2566
3. Gondomar	13	10	23	8358
4. Marco de Canaveses		3	3	1693
5. Baião		1	1	654
6. Lousada		2	2	1401
7. Paços de Ferreira		3	3	1931
8. Paredes		5	5	3056
9. Penafiel	7	4	11	2465
10. Valongo	5	7	12	4608
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>42</b>	<b>67</b>	<b>29027</b>

(b) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca do Porto Este, com sede em Gondomar.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Gondomar e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

## 5. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas / Juízos	Juízes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Amarante	3	2	3	4	26	18
2. Felgueiras	4	3	3	3	28	21
3. Gondomar	14	29	19	23	70	142
4. Marco de Canaveses	3	3	3	3	23	17
5. Baião	1	1	1	1	8	6
6. Lousada	3	2	3	2	20	15
7. Paços de Ferreira	3	3	3	3	25	15
8. Paredes	9	4	6	5	44	28
9. Penafiel	13	10	9	11	57	56
10. Valongo	6	12	7	12	48	77
Totais	59	69	57	67	349	395

(a) Para a definição do número de juízes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este

### ÁREA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL:

a) **Gondomar** - Secção Cível e Secção Criminal - municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo.

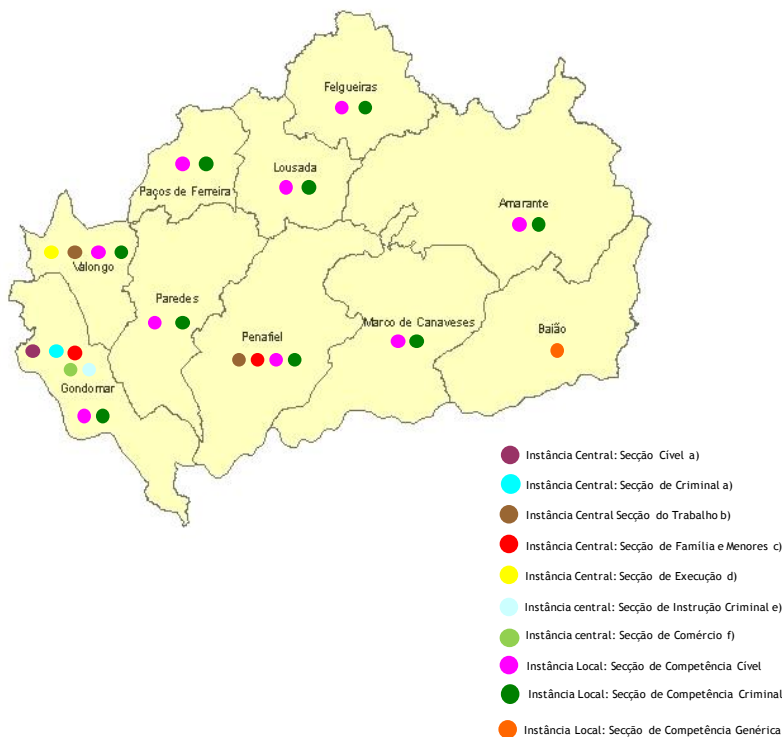
b) **Valongo** - 1ª Secção do Trabalho - municípios de Gondomar, Lousada, Paços de Ferreira e Valongo; **Penafiel** - 2ª Secção do Trabalho - municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Marco de Canavezes, Paredes e Penafiel.

c) **Gondomar** - 1ª Secção de Família e Menores - municípios Gondomar, Lousada, Paços de Ferreira e Valongo; **Penafiel** - 2ª Secção de Família e Menores - municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Marco de Canavezes, Paredes e Penafiel.

d) **Valongo** - Secção de Execução - municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo.

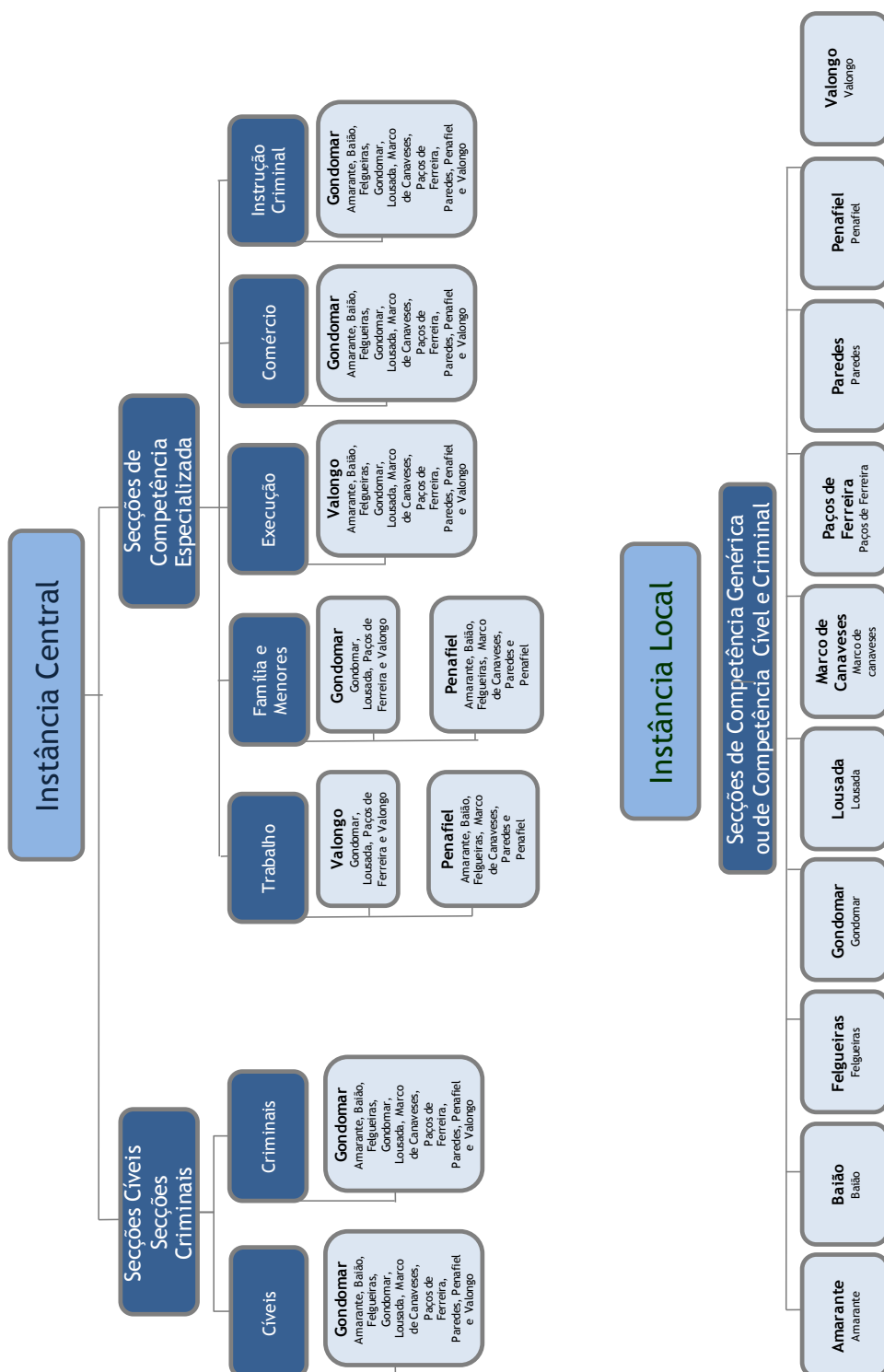
e) **Gondomar** - Secção de Instrução Criminal - municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo.

f) **Gondomar** - Secção de Comércio - municípios de Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Valongo.





TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE





## COMARCA DE SANTARÉM

i) A Comarca de Santarém compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Abrantes (inclui os municípios de Constância e Sardoal);
2. Alcanena;
3. Almeirim (inclui o município de Alpiarça);
4. Benavente (inclui o município de Salvaterra de Magos);
5. Cartaxo;
6. Coruche;
7. Entroncamento (inclui o município de Vila Nova da Barquinha);
8. Ferreira do Zêzere;
9. Golegã (inclui o município da Chamusca);
10. Mação;
11. Ourém;
12. Rio Maior;
13. Santarém;
14. Tomar;
15. Torres Novas.

**Organização e Recursos Humanos:**

Comarcas	Tribunais	Juizes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Abrantes	Trib. de competência genérica	6	5	6	6	39	34
	Trib. do trabalho						
2. Alcanena	Trib. de competência genérica	1	2	1	2	13	12
3. Almeirim	Trib. de competência genérica	1	2	1	3	11	13
4. Benavente	Trib. de competência genérica	2	3	2	3	23	22
5. Cartaxo	Trib. de competência genérica	2	3	2	5	23	19
6. Coruche	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	10	9
7. Entroncamento	Trib. de competência genérica	1	2	2	3	14	15
8. Ferreira do Zêzere	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
9. Golegã	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	10	10
10. Mação	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	5
11. Ourém	Trib. de competência genérica	2	3	3	3	25	24
12. Rio Maior	Trib. de competência genérica	2	2	2	2	19	15
13. Santarém	Trib. de competência genérica	10	11	8	11	61	52
	Trib. do trabalho						
14. Tomar	Trib. de competência genérica	7	7	5	5	37	34
	Trib. do trabalho						
15. Torres Novas	Trib. de competência genérica	2	3	2	3	24	23
<b>Total</b>		<b>40</b>	<b>47</b>	<b>38</b>	<b>50</b>	<b>322</b>	<b>294</b>

(a) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Abrantes	148	285	740	24	24	74	194	121	15	176	130	1931
Alcanena	65	82	254	13	7	26	70	58	5	57	35	672
Almeirim	124	186	642	18	9	55	92	90	17	171	106	1510
Benavente	191	291	1070	27	39	106	193	226	41	401	199	2784
Cartaxo	97	137	433	12	16	47	78	60	12	133	95	1120
Coruche	88	81	264	6	11	31	56	36	11	108	105	797
Entroncamento	86	204	439	11	13	33	68	74	19	139	76	1162
Ferreira do Zêzere	41	35	102	2	5	14	49	23	5	51	29	356
Golegã	52	89	247	8	4	24	50	36	4	61	44	619
Mação	23	28	74	0	4	6	45	17	1	23	15	236
Ourém	216	181	775	40	20	83	230	156	22	167	144	2034
Rio Maior	82	101	482	20	10	36	83	71	6	61	70	1022
Santarem	263	306	1601	29	94	111	238	222	45	350	255	3514
Tomar	193	217	640	22	24	67	170	125	27	239	103	1827
Torres Novas	174	230	624	14	22	55	150	107	25	223	102	1726
Total	1843	2453	8387	246	302	768	1766	1422	255	2360	1508	21310

Nota: Sempre que os municípios são abrangidos por tribunal de competência especializada, o número de processos oriundos de cada município foi calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).



Atual resposta judiciária:

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Abrantes	TC de Abrantes	TC de Abrantes	TC de Abrantes	TC de Abrantes	TT de Abrantes	TC de Abrantes
2. Alcanena	TC de Alcanena	TC de Alcanena	TC de Alcanena	TC de Alcanena	TT de Tomar	TC de Alcanena
3. Almeirim	TC de Almeirim	TC de Almeirim	TC de Almeirim	TC de Almeirim	TT de Santarém	TC de Almeirim
4. Benavente	TC de Benavente	TC de Benavente	TFM de Vila Franca de Xira	TFM de Vila Franca de Xira	TT de Vila Franca de Xira	TC de Benavente
5. Cartaxo	TC do Cartaxo	TC do Cartaxo	TC do Cartaxo	TC do Cartaxo	TT de Santarém	TC do Cartaxo
6. Coruche	TC de Coruche	TC de Coruche	TC de Coruche	TC de Coruche	TT de Santarém	TC de Coruche
7. Entroncamento	TC do Entroncamento	TC do Entroncamento	TC do Entroncamento	TC do Entroncamento	TT de Abrantes	TC do Entroncamento
8. Ferreira do Zêzere	TC de Ferreira do Zêzere	TC de Ferreira do Zêzere	TC de Ferreira do Zêzere	TC de Ferreira do Zêzere	TT de Tomar	TC de Ferreira do Zêzere
9. Golegã	TC da Golegã	TC da Golegã	TC da Golegã	TC da Golegã	TT de Abrantes	TC da Golegã
10. Mação	TC de Mação	TC de Mação	TC de Mação	TC de Mação	TT de Abrantes	TC de Mação
11. Ourém	TC de Ourém	TC de Ourém	TC de Ourém	TC de Ourém	TT de Tomar	TC de Ourém
12. Rio Maior	TC de Rio Maior	TC de Rio Maior	TC de Rio Maior	TC de Rio Maior	TT das Caldas da Rainha	TC de Rio Maior
13. Santarém	TC de Santarém	TC de Santarém	TC de Santarém	TC de Santarém	TT de Santarém	TC de Santarém
14. Tomar	TC de Tomar	TC de Tomar	TC de Tomar	TC de Tomar	TT de Tomar	TC de Tomar
15. Torres Novas	TC de Torres Novas	TC de Torres Novas	TC de Torres Novas	TC de Torres Novas	TT de Tomar	TC de Torres Novas

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.

## ii) Proposta de Organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém

## 1.1 Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secção Cível e Secção Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Santarém - Secção Cível (c)	768	3,43	4
Santarém - Secção Criminal (c)	255	3,64	6

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Santarém.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Santarém - 1ª Secção do Trabalho (c)	962	1,25	2
Tomar - 2ª Secção do Trabalho (d)	881	1,14	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Santarém e no Tribunal do Trabalho de Tomar, excluídas as ações da comarca da Azambuja e de Alvaiázere respetivamente, valores calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

(d) Área de competência territorial: municípios Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.

**Instância Central: Secção de Execução**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Tomar - Secção de Execução (c)	8387	1,29	2

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do distrito de Santarém, excluídas as ações do município de Azambuja da comarca do Cartaxo, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios ou freguesias que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Santarém.

**Instância Central: Secção de Comércio**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Santarém - Secção de Comércio (c)	246	1,23	2

(a) Corresponde à média de processos de insolvência entrados nos anos de 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do distrito de Santarém, excluídas as ações do município de Azambuja da comarca do Cartaxo, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios ou freguesias que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 200 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Santarém.

**Instância Central: Secção de Instrução Criminal**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Santarém - Secção de Instrução Criminal (c)	302	2,01	2

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do distrito de Santarém, excluídas as ações do município de Azambuja da comarca do Cartaxo, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios ou freguesias que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Santarém.

**NOTA:** Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juízes das instâncias locais.





Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Santarém - 1ª Secção de Família e Menores (c)	1273	1,74	2
Tomar - 2ª Secção de Família e Menores (d)	1180	1,61	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais do Distrito de Santarém, excluídas as ações do município de Azambuja, da comarca do Cartaxo e a comarca de Alvaiázere, valores calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Coruche, Chamusca, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

(d) Área de competência territorial: municípios de Abrantes, Constância, Entroncamento, Mação, Sardoal, Vila Nova da Barquinha, Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar e Torres Novas.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juízes das respetivas instâncias locais.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Abrantes	315	306	621
2. Alcanena	128	92	220
3. Almeirim	182	277	459
4. Benavente	419	600	1019
5. Cartaxo	138	228	366
6. Coruche	92	213	305
7. Entroncamento	142	215	357
8. Ferreira do Zêzere	72	80	152
9. Golegã	86	105	191
10. Mação	62	38	100
11. Ourém	386	311	697
11. Rio Maior	154	131	285
12. Santarém	460	605	1065
13. Tomar	295	342	637
14. Torres Novas	257	325	582
<b>Total</b>	<b>3188</b>	<b>3868</b>	<b>7056</b>

No Distrito de Santarém existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido.

A população residente neste Distrito praticamente não sofreu alterações nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), verificou-se, apenas, uma redução de 0,02%. O município onde se verificou o maior decréscimo foi o de Abrantes, com uma diminuição de 6,80% e o município onde se verificou o maior crescimento foi o de Benavente, com um aumento de 26,36%.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tendem a justificar a extinção de algumas comarcas no Distrito de Santarém.

Também foi analisada a existência de alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão, nomeadamente, a existência de Julgados de Paz e seus postos de atendimento, assim como Postos de Atendimento ao Cidadão<sup>28</sup> (PAC's).

Proposta de Extinção do Tribunal de Mação:

A comarca de Mação apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Mação apresenta uma diminuição de 12,54%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Mação e a sua integração no Tribunal de Abrantes que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de ABRANTES			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Abrantes - Secção de Competência Cível (c)	377	0,47	1
Abrantes - Secção de Competência Criminal (c)	344	0,50	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Abrantes, Constância, Mação e Sardoal.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Abrantes e Mação: 27 min./25 km.

Instância Local: Tribunal de BENAVENTE					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juízes
Benavente - Secção de Competência Cível (c)	419	0,52	1	2	4
Benavente - Secção de Competência Criminal (c)	600	0,87	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Benavente e Salvaterra de Magos.

<sup>28</sup> Os PAC's funcionam como uma extensão das Lojas do Cidadão e localizam-se, em regra, nas Câmaras Municipais. Este serviço constitui um ponto único de contacto personalizado, a partir do qual são fornecidos diversos serviços da Administração Pública. A DGAJ tem representação em todos os PAC'S com a emissão de certificado do registo criminal negativo.

Instância Local: Tribunal de OURÉM			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Ourém - Secção de Competência Cível (c)	386	0,48	1
Ourém - Secção de Competência Criminal (c)	311	0,45	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Ourém.

### Proposta de Extinção do Tribunal de Alcanena e do Tribunal da Golegã:

As comarcas de Alcanena e Golegã apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), as comarcas de Alcanena e Golegã apresentam uma diminuição de 4,90% e 3,99% respetivamente.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção dos Tribunais de Alcanena e da Golegã e a sua integração no Tribunal de Santarém que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de SANTARÉM					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes
Santarém - Secção de Competência Cível (c)	674	0,84	1	2	5
Santarém - Secção de Competência Criminal (c)	802	1,16	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcanena, Golegã, Chamusca e Santarém.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Alcanena e Santarém: 32 min./42 km.

Deslocação entre os municípios de Golegã e Santarém: 44 min./63 km.

### Proposta de Extinção do Tribunal de Ferreira do Zêzere:

A comarca de Ferreira do Zêzere apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Ferreira do Zêzere apresenta uma diminuição de 8,23%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Ferreira do Zêzere e a sua integração no Tribunal de Tomar que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de TOMAR			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Tomar - Secção de Competência Cível (c)	367	0,46	1
Tomar - Secção de Competência Criminal (c)	422	0,61	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Ferreira do Zêzere e Tomar.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Ferreira do Zêzere e Tomar: 18 min./26 km.

Instância Local: Tribunal de TORRES NOVAS			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Torres Novas - Secção de Competência Cível (c)	257	0,32	1
Torres Novas - Secção de Competência Criminal (c)	325	0,47	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Torres Novas.

Instância Local: Tribunal de ALMEIRIM			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Almeirim - Secção de Competência Genérica (c)	459	0,83	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Almeirim e Alpiarça.



**Instância Local: Tribunal de CARTAXO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Cartaxo - Secção de Competência Genérica (c)	367	0,67	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município do Cartaxo.

**Instância Local: Tribunal de CORUCHE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Coruche - Secção de Competência Genérica (c)	305	0,55	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Coruche.

**Instância Local: Tribunal de ENTRONCAMENTO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Entroncamento - Secção de Competência Genérica (c)	357	0,65	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Entroncamento e Vila Nova da Barquinha.

**Instância Local: Tribunal de RIO MAIOR**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Rio Maior - Secção de Competência Genérica (c)	285	0,52	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Rio Maior.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de uma Extensão Judicial do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém em:

- Alcanena.

### 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Santarém

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém**

a) **Santarém** - Secção Cível (área de competência territorial: Distrito de Santarém);

b) **Santarém** - Secção Criminal (área de competência territorial: Distrito de Santarém);

c) **Santarém** - 1ª Secção do Trabalho de Santarém (área de competência territorial: Municípios de Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém);

d) **Tomar** - 2ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha);

e) **Tomar** - Secção de Execução (área de competência territorial: Distrito de Santarém);

f) **Santarém** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Distrito de Santarém);

g) **Santarém** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Distrito de Santarém);

h) **Santarém** - 1ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Coruche, Chamusca, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém);

i) **Tomar** - 2ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Abrantes, Constância, Entroncamento, Mação, Sardoal, Vila Nova da Barquinha, Ferreira do Zêzere, Ourém, Tomar e Torres Novas).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém**

a) Tribunal de **Abrantes** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Abrantes, Constância, Mação e Sardoal);

b) Tribunal de **Benavente** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Benavente e Salvaterra de Magos);

c) Tribunal de **Ourém** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Ourém);

d) Tribunal de **Santarém** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Alcanena, Chamusca, Golegã e Santarém);

e) Tribunal de **Tomar** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Ferreira do Zêzere e Tomar);

f) Tribunal de **Torres Novas** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Torres Novas);

g) Tribunal de **Almeirim** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Almeirim e Alpiarça);

h) Tribunal do **Cartaxo** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município do Cartaxo);

i) Tribunal de **Coruche** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Coruche);

j) Tribunal de **Rio Maior** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Rio Maior);

l) Tribunal de **Entroncamento** - Secção de Competência Genérica: (área de competência territorial: Municípios do Entroncamento e Vila Nova da Barquinha).

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Santarém**

Alcanena.



## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Santarém

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Santarém, o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Abrantes		3	3	1754
2. Mação				260
3. Torres Novas		3	3	1472
4. Almeirim		2	2	1377
5. Benavente		5	5	2527
6. Cartaxo		3	3	1872
7. Coruche		1	1	640
8. Entroncamento		2	2	919
9. Ferreira do Zêzere	5	3	8	374
10. Tomar				1754
11. Ourém		3	3	1798
12. Rio Maior		2	2	1029
13. Santarém	9	6	15	2815
14. Alcanena				508
15. Golegã				680
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>33</b>	<b>47</b>	<b>19779</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Santarém, com sede em Santarém.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Santarém e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.



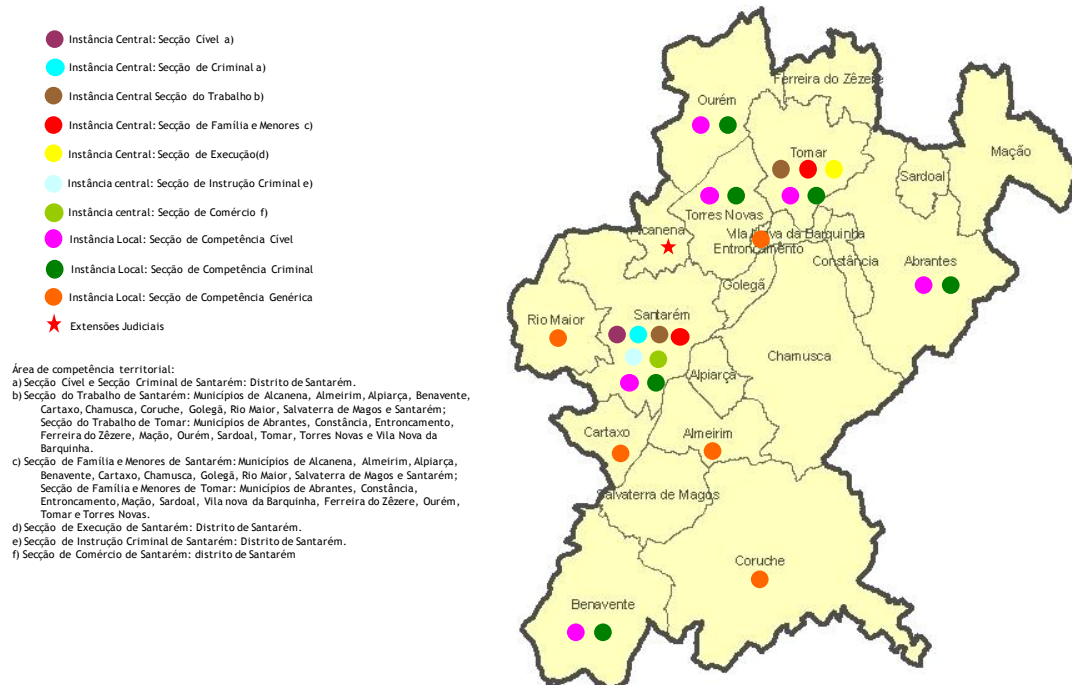
## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Abrantes	5	2	6	3	34	16
2. Mação	1		1		5	
3. Torres Novas	3	2	3	3	23	15
4. Almeirim	2	1	3	2	13	10
5. Benavente	3	4	3	5	22	23
6. Cartaxo	3	1	5	3	19	9
7. Coruche	1	1	1	1	9	8
8. Entroncamento	2	1	3	2	15	9
9. Ferreira do Zêzere	1	8	1	8	7	63
10. Tomar	7		5		34	
11. Ourém	3	2	3	3	24	15
12. Rio Maior	2	1	2	2	15	9
13. Santarém	11	23	11	15	52	118
14. Alcanena	2		2		12	
15. Golegã	1		1		10	
Totais	47	46	50	47	294	295

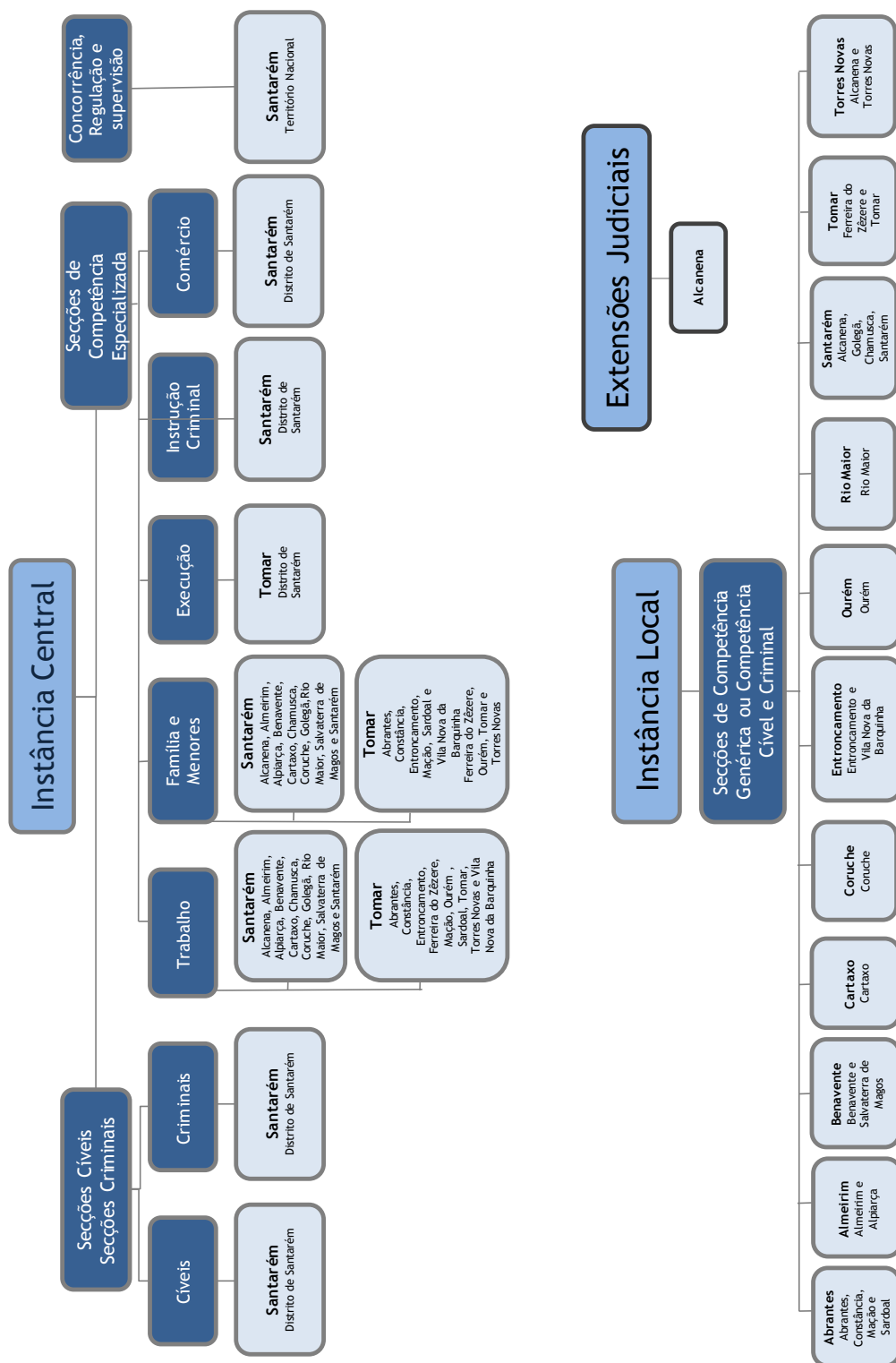
(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Santarém



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTARÉM





## COMARCA DE SETÚBAL

**i)** A Comarca de Setúbal compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Alcácer do Sal;
2. Grândola;
3. Santiago do Cacém;
4. Sesimbra;
5. Setúbal (inclui o município de Palmela);
6. Sines.



## Organização e Recursos Humanos:

Comarcas		Tribunais	Juizes (a)		Magistrados do Ministério Público (a)		Oficiais de Justiça (a)	
			Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Alentejo Litoral	Alcácer do Sal	Juízo de média e pequena instância cível	2	2	2	2	8	7
		Juízo de instância criminal						
	Grândola	Juízo de média e pequena instância cível					9	9
		Juízo de instância criminal						
	Santiago do Cacém	Juízo de grande instância cível	8	9	5	6	22	21
		Juízo de média e pequena instância cível						
		Juízo de instância criminal						
	Sines	Juízo misto do trabalho e de família e menores	1	2	1	2	9	10
2. Setúbal		Trib. de competência genérica	16	24	16	29	101	92
		Trib. do trabalho					14	11
		Trib. de família e menores					19	18
3. Sesimbra		Trib. de competência genérica	1	2	1	3	15	11
Total			28	39	25	42	197	179

(a) Informação reportada a 16.6.2011.

**Movimento processual:**

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010 (a)											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio (b)	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Alcácer do Sal	36	93	245	7	1		56	23	12	91	57	621
Grândola	42	106	234	12	14		71	56	13	95	78	721
Santiago do Cacém	83	213	752	15	11	123	197	71	26	242	172	1905
Setúbal	935	1442	3866	170	112	348	594	512	121	1043	1297	10440
Sesimbra	129	382	865	55	21	79	165	74	11	174	161	2116
Sines	40	102										142
<b>Total</b>	<b>1265</b>	<b>2338</b>	<b>5962</b>	<b>259</b>	<b>159</b>	<b>550</b>	<b>1083</b>	<b>736</b>	<b>183</b>	<b>1645</b>	<b>1765</b>	<b>15945</b>

(a) Os dados da comarca piloto reportam-se apenas ao ano de 2010 e foram calculados em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) Corresponde à média de insolvências entradas nos anos 2009 e 2011 nos tribunais de comarca e no Tribunal de Comércio de Lisboa, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

**Atual resposta judiciária:**

Comarcas		Tribunal competente					
		Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Alentejo Litoral	Alcácer do Sal	JGIC de Santiago do Cacém e JMPIC de Alcácer do Sal	JICrim de Alcácer do Sal	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	JGIC de Santiago do Cacém e JMPIC de Alcácer do Sal
	Grândola	JGIC de Santiago do Cacém e JMPIC de Grândola	JICrim de Grândola	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	JGIC de Santiago do Cacém e JMPIC de Grândola
	Santiago do Cacém	JGIC de Santiago do Cacém e JMPIC de Santiago do Cacém	JICrim de Santiago do Cacém	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	JGIC de Santiago do Cacém e JMPIC de Santiago do Cacém
	Sines	JGIC e JMPIC de Santiago do Cacém	JICrim de Santiago do Cacém	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	JMTFM de Sines	JGIC e JMPIC de Santiago do Cacém
2. Setúbal		TC de Setúbal	TC de Setúbal	TFM de Setúbal	TFM de Setúbal	TT de Setúbal	TCom. De Lisboa
3. Sesimbra		TC de Sesimbra	TC de Sesimbra	TFM do Seixal	TFM do Seixal	TT de Almada	TCom. De Lisboa

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

TFM: Tribunal de família e menores.

JMTFM: Juízo misto do trabalho e de família e menores.

JGIC: Juízo de grande instância cível.

JPMIC: Juízo de pequena e média instância cível.

JICrim: Juízo de instância criminal.

TCom: Tribunal de comércio

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SETÚBAL

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal

## 1.1. Secções Cíveis e Secções Criminais

Instância Central: Secções Cíveis e Secções Criminais			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Setúbal - 1ª Secção Cível (c)	550	2,46	3
Setúbal - 1ª Secção Criminal (c)	183	2,61	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010. Os dados relativos aos municípios da Comarca Piloto do Alentejo Litoral reportam-se apenas ao ano de 2008.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Proposta de extinção do Juízo Misto do Trabalho e Família e Menores de Sines:

O Juízo Misto do Trabalho e de Família e Menores de Sines, integrado na Comarca do Alentejo Litoral, não tem respondido às necessidades da população, sobretudo ao nível de família e menores. Tal deve-se, no essencial, às grandes distâncias que é necessário percorrer nas deslocações ao tribunal, não se justificando a sua manutenção.

Propõe-se a extinção do mesmo e a integração das matérias relativas ao trabalho e à família e menores na secção do trabalho e na secção de família e menores a criar em Santiago do Cacém.



**Instância Central: Secções do Trabalho**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Setúbal- 1ª Secção do Trabalho (c)	1064	1,38	2
Santiago do Cacém -2ª Secção do Trabalho (d)	201	0,26	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Setúbal e no Juízo Misto do Trabalho e Família e Menores de Sines, sendo que os dados do Juízo Misto reportam-se apenas, ao ano de 2008.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

**Instância Central: Secção de Família e Menores**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Setúbal - 1ª Secção de Família e Menores (c)	1824	2,49	3
Santiago do Cacém - 2ª Secção de Família e Menores (d)	514	0,70	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal de Família e Menores de Setúbal e no Juízo Misto do Trabalho e Família e Menores de Sines. Os dados relativos aos municípios da Comarca Piloto do Alentejo Litoral reportam-se apenas ao ano de 2010.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal.

(d) Área de competência territorial: municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais.

**Instância Central: Secções de Execução**

Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Setúbal - Secção de Execução (c)	5962	0,92	1

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do distrito de Setúbal. Os dados relativos aos municípios da Comarca Piloto do Alentejo Litoral reportam-se apenas ao ano de 2010.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines.

Instância Central: Secções de Comércio			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Setúbal - Secção de Comércio (c)	259	1,30	2

(a) Corresponde à média de processos nos anos 2009-2011 (insolvência pessoa coletiva), no Tribunal do Comércio de Lisboa, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a respetiva área de jurisdição (Fonte: Censos 2011)

(b) VRP considerado: 200 insolvências por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines.

Instância Central: Secções de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Setúbal - Secção de Instrução Criminal (c)	159	1,06	2

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010. Os dados relativos aos municípios da Comarca Piloto do Alentejo Litoral reportam-se, apenas, ao ano de 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sines, Sesimbra e Setúbal.

**NOTA:** Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juizes das instâncias locais.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal da Comarca de Setúbal

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta.

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
Alcácer do Sal	79	148	227
Grândola	127	173	300
Santiago do Cacém	268	414	682
Sesimbra	239	335	574
Setúbal	1106	2340	3446
<b>Total</b>	<b>1819</b>	<b>3410</b>	<b>5229</b>

Instância Local: Tribunal de SETÚBAL					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juízes
Secção de Competência Cível (c)	1106	1,38	2	3	9
Secção de Competência Criminal (c)	2340	3,39	4		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Palmela e Setúbal.

(d) Por opção gestonária poderá ser criada uma secção especializada em pequena criminalidade, atendendo ao respetivo movimento processual (1297 processos para um VRP de 1065).

### Proposta de extinção do Tribunal de Alcácer do Sal:

A comarca de Alcácer do Sal apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), Alcácer do Sal apresenta uma diminuição da população residente de 9,15%.

Tendo em atenção a situação descrita, propõe-se a extinção do Tribunal de Alcácer do Sal e a sua integração no Tribunal de Grândola que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal de GRÂNDOLA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	527	0,96	1	1	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alcácer do Sal e Grândola.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Alcácer do Sal e Grândola: 24 min./25 km.

**Instância Local: Tribunal de SANTIAGO DO CACÉM**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	682	1,24	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Santiago do Cacém e Sines.

**Instância Local: Tribunal de SESIMBRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	574	1,04	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Sesimbra.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de uma Extensão Judicial do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal em:

- Alcácer do Sal.

## 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Setúbal

### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SETÚBAL

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal**

a) **Setúbal** - Secção Cível (área de competência territorial: Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sines, Sesimbra e Setúbal);

b) **Setúbal** - Secção Criminal (área de competência territorial: Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sines e Setúbal);

c) **Setúbal** - 1ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal);

d) **Santiago do Cacém** - 2ª Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines);

e) **Setúbal** - 1ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal);

f) **Santiago do Cacém** - 2ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines);

g) **Setúbal** - Secção de Execução (área de competência territorial: Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines);

h) **Setúbal** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines);

i) **Setúbal** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal**

*a)* Tribunal de **Setúbal** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Palmela e Setúbal);

*b)* Tribunal de **Grândola** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: municípios de Alcácer do Sal e Grândola);

*c)* Tribunal de **Santiago do Cacém** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: municípios de Santiago do Cacém e Sines).

*d)* Tribunal de **Sesimbra** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Sesimbra).

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal**

Alcácer do Sal.

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Setúbal

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Setúbal o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Grândola		2	2	781
2. Alcácer do Sal				463
3. Santiago do Cacém	2	3	5	1883
4. Sesimbra		3	3	2426
5. Setúbal	9	16	25	10610
<b>Total</b>	11	24	35	16163

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Setúbal, com sede em Setúbal.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Setúbal e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Grândola	1	2	1	2	9	12
2. Alcácer do Sal	1		1		7	
3. Santiago do Cacém	9	4	6	5	21	24
4. Sesimbra	2	2	3	3	11	12
5. Setúbal	24	25	29	25	121	142
Totais	37	33	40	35	169	190

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.



## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal

### ÁREA DE COMPETÊNCIA TERRITORIAL:

a) Setúbal - Secção Cível e Secção Criminal - Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines;

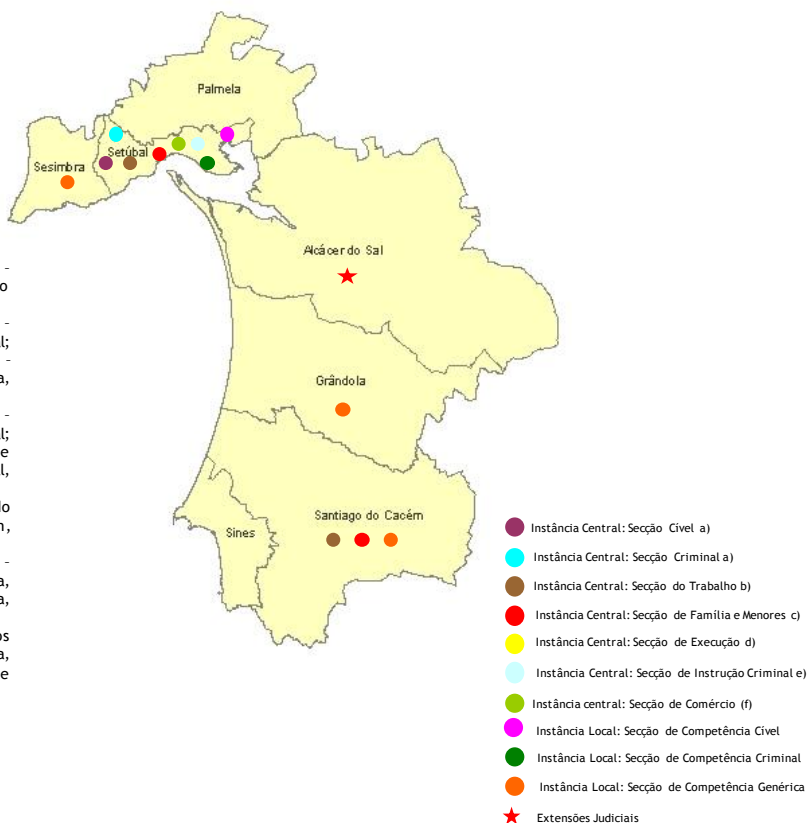
b) Setúbal - 1ª Secção do Trabalho - municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal; Santiago do Cacém - 2ª Secção do Trabalho - municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

c) Setúbal - 1ª Secção de Família e Menores - municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal; Santiago do Cacém - 2ª Secção de Família e Menores - municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines.

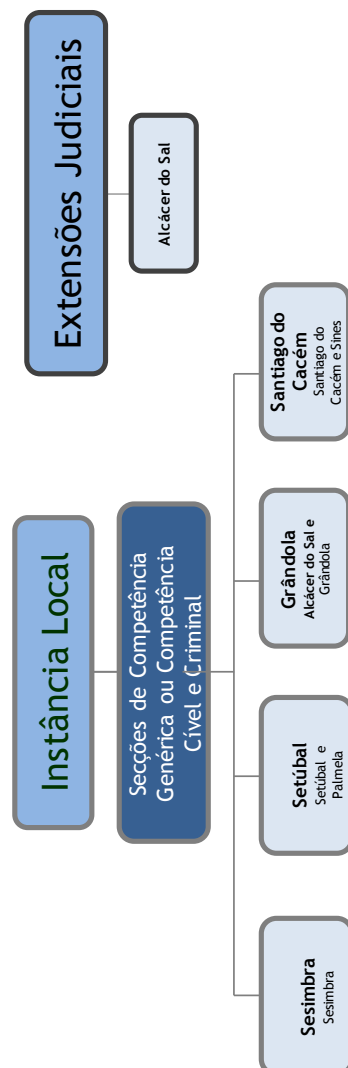
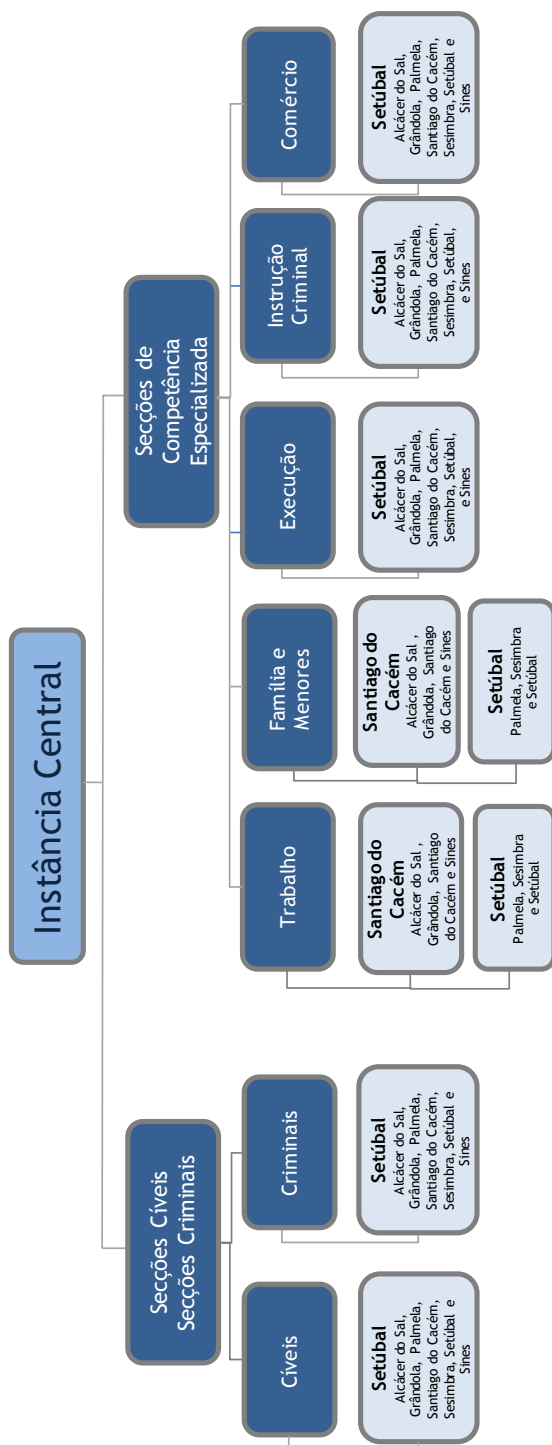
d) Setúbal - Secção de Execução - Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines.

e) Setúbal - Secção de Instrução Criminal - municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines.

f) Setúbal - Secção do Comércio - municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Palmela, Santiago do Cacém, Sesimbra, Setúbal e Sines.



## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SETÚBAL



## COMARCA DE VIANA DO CASTELO

i) A Comarca de Viana do Castelo compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Arcos de Valdevez;
2. Caminha;
3. Melgaço;
4. Monção;
5. Paredes de Coura;
6. Ponte da Barca;
7. Ponte de Lima;
8. Valença;
9. Viana do Castelo;
10. Vila Nova de Cerveira.

### Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais	Juizes (b)		Magistrados do Ministério Público (b)		Oficiais de Justiça (b)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Arcos de Valdevez	Trib. competência genérica	1	1	1	2	13	11
2. Caminha	Trib. competência genérica	1	2	1	2	12	10
3. Melgaço	Trib. competência genérica	1	1	1	1	7	5
4. Monção	Trib. competência genérica	1	2	1	1	11	9
5. Paredes de Coura (a)	Trib. competência genérica	1	1	1	1	5	5
6. V. N. Cerveira (a)	Trib. competência genérica					7	6
7. Ponte da Barca	Trib. competência genérica	1	1	1	1	8	8
8. Ponte de Lima	Trib. competência genérica	2	3	2	2	21	21
9. Valença	Trib. competência genérica	1	2	1	2	12	11
10. Viana do Castelo	Trib. competência genérica	7	7	9	10	61	59
	Trib. trabalho					12	11
Total		16	20	18	22	169	156

(a) Comarcas agregadas (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).

(b) Informação reportada a 16.6.2011.

**Movimento Processual:**

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											Total
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Arcos de Valdevez		107	182	5	13	53	162	45	3	79	71	720
Caminha		106	205	7	14	40	88	48	5	76	65	654
Melgaço		31	65	2	3	17	57	18	4	32	22	251
Monção		74	182	5	11	43	131	61	2	56	67	632
Paredes de Coura		33	72	2	4	15	36	21	2	29	30	244
Ponte da Barca		64	112	2	11	30	71	27	5	56	58	436
Ponte de Lima		173	427	15	26	111	261	124	28	218	152	1535
Valença		76	196	5	6	37	100	48	7	92	97	664
Viana do Castelo	1050	480	1450	66	59	226	524	352	44	532	164	4947
Vila Nova de Cerveira		52	104	2	9	22	50	27	1	49	27	343
<b>Total</b>	<b>1050</b>	<b>1196</b>	<b>2995</b>	<b>111</b>	<b>156</b>	<b>594</b>	<b>1480</b>	<b>771</b>	<b>101</b>	<b>1219</b>	<b>753</b>	<b>10426</b>

**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Arcos de Valdevez	TC de Arcos de Valdevez	TC de Arcos de Valdevez	TC de Arcos de Valdevez	TC de Arcos de Valdevez	TT de Viana do Castelo	TC de Arcos de Valdevez
2. Caminha	TC de Caminha	TC de Caminha	TC de Caminha	TC de Caminha	TT de Viana do Castelo	TC de Caminha
3. Melgaço	TC de Melgaço	TC de Melgaço	TC de Melgaço	TC de Melgaço	TT de Viana do Castelo	TC de Melgaço
4. Monção	TC de Monção	TC de Monção	TC de Monção	TC de Monção	TT de Viana do Castelo	TC de Monção
5. Paredes de Coura	TC de Paredes de Coura	TC de Paredes de Coura	TC de Paredes de Coura	TC de Paredes de Coura	TT de Viana do Castelo	TC de Paredes de Coura
6. Ponte da Barca	TC de Ponte da Barca	TC de Ponte da Barca	TC de Ponte da Barca	TC de Ponte da Barca	TT de Viana do Castelo	TC de Ponte da Barca
7. Ponte de Lima	TC de Ponte de Lima	TC de Ponte de Lima	TC de Ponte de Lima	TC de Ponte de Lima	TT de Viana do Castelo	TC de Ponte de Lima
8. Valença	TC de Valença	TC de Valença	TC de Valença	TC de Valença	TT de Viana do Castelo	TC de Valença
9. Viana do Castelo	TC de Viana do Castelo	TC de Viana do Castelo	TC de Viana do Castelo	TC de Viana do Castelo	TT de Viana do Castelo	TC de Viana do Castelo
10. V. N. Cerveira	TC de Vila Nova de Cerveira	TC de Vila Nova de Cerveira	TC de Vila Nova de Cerveira	TC de Vila Nova de Cerveira	TT de Viana do Castelo	TC de Vila Nova de Cerveira

TC: Tribunal de comarca.  
TT: Tribunal do trabalho.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo

## 1.1. Secção Cível e Criminal

Instância Central: Secção Cível e Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viana do Castelo - Secção Cível (c)	594	2,65	3
Viana do Castelo - Secção Criminal (c)	101	1,44	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Viana do Castelo.

## 1.2. Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viana do Castelo - Secção do Trabalho (c)	1050	1,36	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Viana do Castelo.

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Viana do Castelo.



Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viana do Castelo - Secção de Família e Menores (c)	1196	1,63	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Viana do Castelo.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juízes das respetivas instâncias locais.

Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viana do Castelo - Secção de Instrução Criminal (c)	156	1,04	2

(a) Corresponde à média de instruções entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Viana do Castelo.

NOTA: Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juízes das instâncias locais.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível			Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Outros processos	Execuções	Total Cível	Total	
1. Arcos de Valdevez	212	182	394	150	544
2. Caminha	143	205	348	141	489
3. Melgaço	77	65	142	54	196
4. Monção	197	182	379	123	502
5. Paredes de Coura	59	72	131	59	190
6. Ponte da Barca	100	112	212	114	326
7. Ponte de Lima	400	427	827	370	1197
8. Valença	153	196	349	189	538
9. Viana do Castelo	942	1450	2392	696	3088
10. V. N. Cerveira	79	104	183	76	259
Total	2362	2995	5357	1972	7329

No Distrito de Viana do Castelo existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido.

A população residente neste distrito sofreu uma redução de 2,13% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). O município onde se verificou o maior decréscimo foi o de Melgaço, com uma diminuição de 8,09% e o município onde se verificou o maior crescimento foi o de Vila Nova de Cerveira, com um aumento de 5,03%.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tendem a justificar a extinção de algumas comarcas no Distrito de Viana do Castelo.

**Instância Local: Tribunal de VIANA DO CASTELO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Viana do Castelo - Secção de Competência Cível (c)	2392	2,66	3	1	6
Viana do Castelo - Secção de Competência Criminal (c)	696	1,01	2		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Viana do Castelo.

**Instância Local: Tribunal de ARCOS DE VALDEVEZ e de PONTE DA BARCA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Arcos de Valdevez - Secção de Competência Cível (c)	606	0,67	1
Ponte da Barca - Secção de Competência Criminal (d)	264	0,38	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 900 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c)(d) Área de competência territorial: municípios de Arcos de Valdevez e de Ponte da Barca.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca: 8 min./5 km.

**Instância Local: Tribunal de CAMINHA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Caminha - Secção de Competência Genérica (c)	489	0,61	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Caminha.



**Proposta de Extinção do Tribunal de Melgaço:**

A comarca de Melgaço apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Melgaço apresenta uma diminuição de 8%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Melgaço e a sua integração no Tribunal de Monção que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de MONÇÃO			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Monção - Secção de Competência Genérica (c)	698	0,87	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Melgaço e Monção.

Nota: Deslocação entre as sedes dos municípios de Melgaço e Monção: 27 min./24 km.

Instância Local: Tribunal de PONTE DE LIMA					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/Pendências	Total de juizes
Ponte de Lima - Secção de Competência Genérica (c)	1197	1,50	2	1	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Ponte de Lima.

**Proposta de Extinção do Tribunal de Paredes de Coura:**

A comarca de Paredes de Coura apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Paredes de Coura apresenta uma diminuição de 3,34%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Paredes de Coura, e a sua integração no Tribunal de Valença que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:



**Instância Local: Tribunal de VALENÇA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Valença - Secção de Competência Genérica (c)	728	0,91	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Paredes de Coura e Valença.

Nota: Deslocação entre as sedes dos municípios de Paredes de Coura e Valença: 35 min./28 km.

**Instância Local: Tribunal de VILA NOVA DE CERVEIRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Vila Nova de Cerveira - Secção de Competência Genérica (c)	259	0,32	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Vila Nova de Cerveira.

### 3. Proposta global de reorganização para a Comarca de Viana do Castelo

#### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo**

a) **Viana do Castelo** - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: Distrito de Viana do Castelo);

b) **Viana do Castelo** - Secção do Trabalho (área de competência territorial: Distrito de Viana do Castelo);

c) **Viana do Castelo** - Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Distrito de Viana do Castelo).

d) **Viana do Castelo** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Distrito de Viana do Castelo).

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo**

a) Tribunal de **Viana do Castelo** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Município de Viana do Castelo);

b) Tribunal de **Arcos de Valdevez e de Ponte da Barca** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: municípios de Arco de Valdevez e de Ponte da Barca);

c) Tribunal de **Caminha** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Caminha);

d) Tribunal de **Monção** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: municípios de Melgaço e Monção);

e) Tribunal de **Ponte de Lima** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Ponte de Lima);

f) Tribunal de **Valença** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: municípios de Paredes de Coura e de Valença);

g) Tribunal de **Vila Nova de Cerveira** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: município de Vila Nova de Cerveira).

#### 4. Serviços do Ministério Público da Comarca de Viana do Castelo

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Viana do Castelo, o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Arcos de Valdevez		2	2	838
2. Ponte da Barca				496
3. Caminha		1	1	881
4. Melgaço		1	1	242
5. Monção				576
6. V. N. Cerveira		1	1	464
7. Ponte de Lima		3	3	1626
8. Valença		2	2	945
9. Paredes de Coura				297
10. Viana do Castelo	8	5	13	3473
Total	8	15	23	9838

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

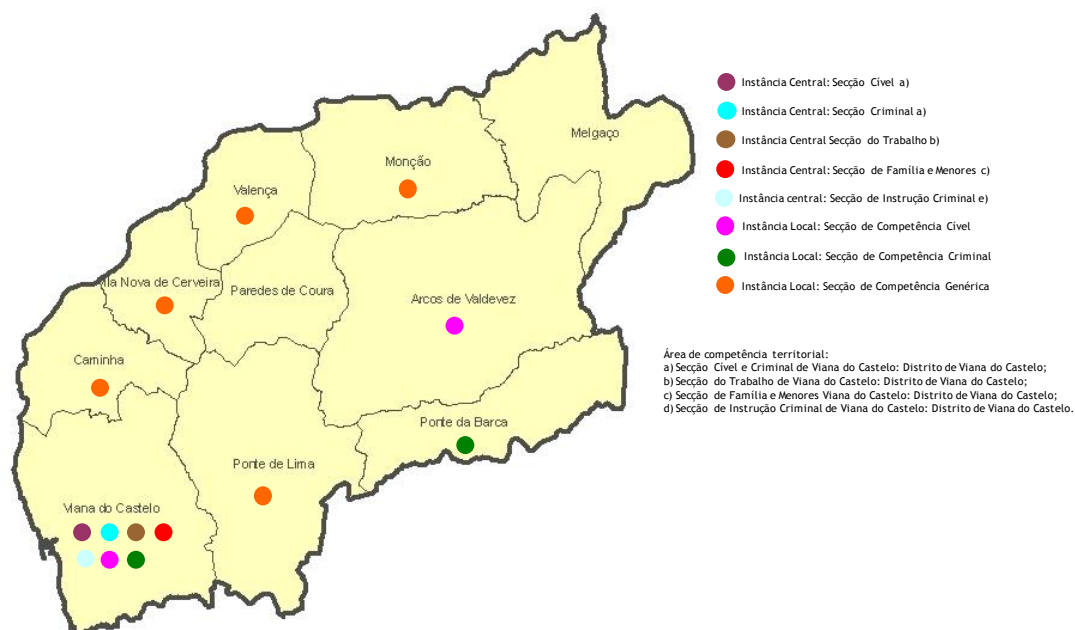
## 5. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Arcos de Valdevez	1	2	2	2	11	17
2. Ponte da Barca	1		1		8	
3. Caminha	2	1	2	1	10	9
4. Melgaço	1	1	1	1	5	9
5. Monção	2		1		9	
6. V. N. Cerveira	1	1	1	1	6	6
7. Ponte de Lima	3	3	2	3	21	14
8. Valença	2	2	2	2	11	11
9. Paredes de Coura	-		-		5	
10. Viana do Castelo	7	18	10	13	70	86
Totais	20	28	22	23	156	152

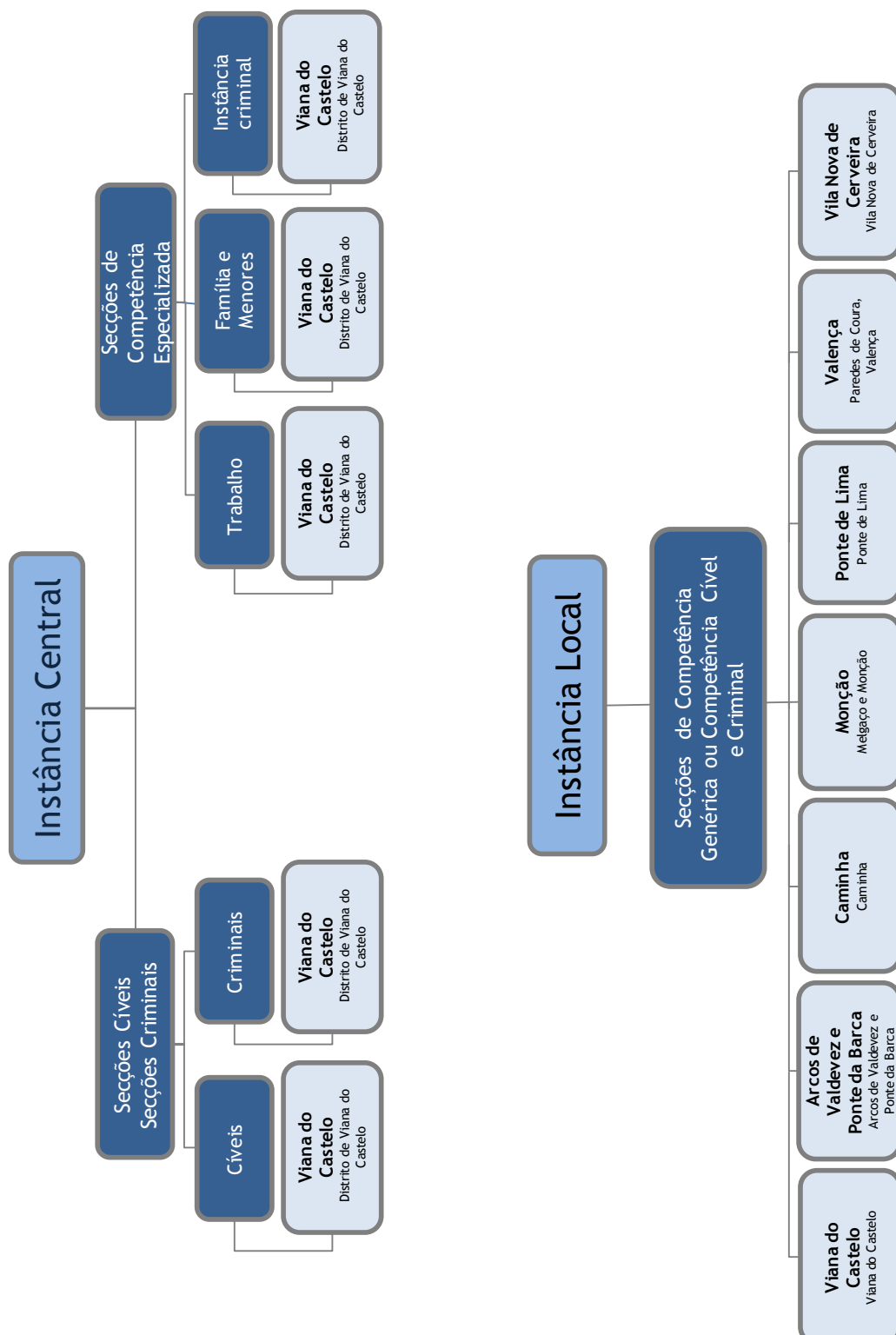
(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

## 6. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo



## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO









## COMARCA DE VILA REAL

**i)** A Comarca de Vila Real compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

1. Alijó;
2. Boticas;
3. Chaves;
4. Mesão Frio;
5. Mondim de Basto;
6. Montalegre;
7. Murça;
8. Peso da Régua (inclui Santa Marta de Penaguião);
9. Sabrosa;
10. Valpaços;
11. Vila Pouca de Aguiar (inclui Ribeira de Pena);
12. Vila Real.

**Organização e Recursos Humanos:**

Comarcas	Tribunais	Juizes (c)		Magistrados do Ministério Público (c)		Oficiais de Justiça (c)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Alijó	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	8
2. Boticas (b)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	5
6. Montalegre (b)	Trib. de competência genérica					8	7
3. Chaves	Trib. de competência genérica	4	4	4	5	29	26
4. Mesão Frio	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	5
5. Mondim de Basto	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	6	6
8. Peso da Régua	Trib. de competência genérica	2	2	1	2	19	17
7. Murça (a)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	6
9. Sabrosa (a)	Trib. de competência genérica					4	4
10. Valpaços	Trib. de competência genérica	1	2	1	1	9	10
11. Vila pouca de Aguiar	Trib. de competência genérica	1	2	1	2	10	10
12. Vila Real	Trib. de competência genérica	6	7	5	6	45	42
	Trib. do trabalho						
TOTAL		19	22	17	21	152	146

(a) (b) Comarcas agregadas (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).

(c) Informação reportada a 16.6.2011.



## Movimento Processual:

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Alijó	45	48	120	1	6	15	58	37	6	68	59	463
Boticas	22	13	37	1	2	5	32	11	3	30	5	161
Chaves	157	173	471	12	24	81	235	125	28	180	123	1609
Mesão Frio	21	29	55	1	3	7	24	10	1	21	13	185
Mondim de Basto	28	44	75	3	5	16	48	19	2	38	23	301
Montalegre	40	36	95	5	19	23	99	18	7	68	36	446
Murça	22	35	73	0	4	12	33	17	1	26	9	232
Peso da Régua	82	137	465	6	12	58	140	94	6	139	92	1231
Sabrosa	24	36	82	1	5	15	48	12	2	25	15	265
Valpaços	64	54	142	4	12	24	64	30	13	86	35	528
Vila Pouca de Aguiar	74	92	195	4	25	49	125	45	11	87	70	777
Vila Real	202	256	883	16	42	118	274	171	24	296	191	2473
Total	781	953	2693	54	159	423	1180	589	104	1064	671	8671

Nota: Sempre que os municípios são abrangidos por tribunal de competência especializada, o número de processos oriundos de cada município foi calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).



**Atual resposta judiciária:**

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Alijó	TC de Alijó	TC de Alijó	TC de Alijó	TC de Alijó	TT de Vila Real	TC de Alijó
2. Boticas	TC de Boticas	TC de Boticas	TC de Boticas	TC de Boticas	TT de Vila Real	TC de Boticas
3. Montalegre	TC de Montalegre	TC de Montalegre	TC de Montalegre	TC de Montalegre	TT de Vila Real	TC de Montalegre
4. Chaves	TC de Chaves	TC de Chaves	TC de Chaves	TC de Chaves	TT de Vila Real	TC de Chaves
5. Mesão Frio	TC de Mesão Frio	TC de Mesão Frio	TC de Mesão Frio	TC de Mesão Frio	TT de Lamego	TC de Mesão Frio
6. Mondim de Basto	TC de Mondim de Basto	TC de Mondim de Basto	TC de Mondim de Basto	TC de Mondim de Basto	TT de Vila Real	TC de Mondim de Basto
7. Peso da Régua	TC de Peso da Régua	TC de Peso da Régua	TC de Peso da Régua	TC de Peso da Régua	TT de Lamego	TC de Peso da Régua
8. Murça	TC de Murça	TC de Murça	TC de Murça	TC de Murça	TT de Vila Real	TC de Murça
9. Sabrosa	TC de Sabrosa	TC de Sabrosa	TC de Sabrosa	TC de Sabrosa	TT de Vila Real	TC de Sabrosa
10. Valpaços	TC de Valpaços	TC de Valpaços	TC de Valpaços	TC de Valpaços	TT de Vila Real	TC de Valpaços
11. Vila Pouca de Aguiar	TC de Vila Pouca de Aguiar	TC de Vila Pouca de Aguiar	TC de Vila Pouca de Aguiar	TC de Vila Pouca de Aguiar	TT de Vila Real	TC de Vila Pouca de Aguiar
12. Vila Real	TC de Vila Real	TC de Vila Real	TC de Vila Real	TC de Vila Real	TT de Vila Real	TC de Vila Real

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.

## ii) Proposta de organização

## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VILA REAL

## 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real

## 1.1. Secção Cível e Criminal

Instância Central: Secção Cível e Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Vila Real - Secção Cível (c)	423	1,89	2
Vila Real - Secção Criminal (c)	104	1,49	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Vila Real.

## 1.2. Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Vila Real - Secção do Trabalho (c)	781	1,01	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Vila Real, acrescidos dos processos que corresponde à média de processos entrados nos anos 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Lamego, na parte que corresponderá às comarcas de Mesão Frio e Peso da Régua, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Vila Real.

Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Vila Real - 1.ª Secção de Família e Menores (c)	585	0,80	1
Chaves - 2.ª Secção de Família e Menores (d)	368	0,50	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alijó, Mesão Frio, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real.

(d) Área de competência territorial: municípios de Chaves, Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar;

Instância Central: Secção de Execuções			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Chaves - Secção de Execuções (c)	2693	0,41	1

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Vila Real.

Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juizes
Vila Real - Secção de Instrução Criminal (c)	159	1,06	1

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Vila Real.

**Nota:** Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juizes das instâncias locais.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta.

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
Alijó	96	127	223
Boticas	44	35	79
Chaves	372	303	675
Mesão Frio	35	34	69
Mondim de Basto	70	61	131
Montalegre	122	104	226
Murça	50	35	85
Peso da Régua	240	231	471
Sabrosa	61	40	101
Valpaços	98	121	219
Vila Pouca de Aguiar	174	157	331
Vila Real	461	487	948
<b>TOTAL</b>	<b>1823</b>	<b>1735</b>	<b>3558</b>

No Distrito de Vila Real existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido.

A população residente no Distrito de Vila Real sofreu uma redução de 7,40% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), essa diminuição verificou-se em todos os municípios com exceção de Vila Real que teve um aumento de 4,53%.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes e as alternativas de acesso à informação da justiça por parte do cidadão, justificam a extinção de alguns tribunais no Distrito de Vila Real.

Foi também analisada a existência de alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão, nomeadamente, Julgados de Paz e seus postos de atendimento, assim como Postos de Atendimento ao Cidadão<sup>29</sup> (PAC's).

1 Os PAC's funcionam como uma extensão das Lojas do Cidadão e localizam-se, em regra, nas Câmaras Municipais. Este serviço constitui um ponto único de contacto personalizado, a partir do qual são fornecidos diversos serviços da Administração Pública. A DGAJ tem representação em todos os PAC'S para efeitos de receção de pedidos de certificado de registo criminal e para a respetiva emissão, quando negativos, tarefa também assegurada pelos tribunais judiciais.

O município de Santa Marta de Penaguião dispõe de Julgado de Paz e os municípios de Alijó, Murça, Peso da Régua e Vila Real dispõem de Postos de Atendimento dos Julgados de Paz. O município de Chaves dispõe de um Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC).

**Proposta de Extinção do Tribunal de Valpaços:**

A Comarca de Valpaços apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Valpaços apresenta uma diminuição de 13,51%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Valpaços e a sua integração no Tribunal do Chaves que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de CHAVES					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	470	0,59	1	1	3
Secção de Competência Criminal (c)	424	0,61	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Chaves e Valpaços.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Valpaços e Chaves: 39 min./29 km.

**Proposta de Extinção do Tribunal de Mondim de Basto e do Tribunal de Sabrosa:**

As comarcas de Mondim de Basto e Sabrosa apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Mondim de Basto apresenta uma diminuição de 12,56% e a comarca de Sabrosa apresentam uma diminuição de 9,46%.

O município de Sabrosa dispõe de um Posto de Atendimento de Julgado de Paz.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção dos Tribunais de Mondim de Basto e Sabrosa e a sua integração no Tribunal do Vila Real que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:



Instância Local: Tribunal de VILA REAL					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	470	0,59	1	1	2
Secção de Competência Criminal (c)	424	0,61	1	1	2

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Mondim de Basto, Sabrosa e Vila Real.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Mondim de Basto e Vila Real: 62 min./75 km.

Deslocação entre os municípios de Sabrosa e Vila Real: 33 min./28 km.

### Proposta de Extinção do Tribunal de Murça:

A comarca de Murça apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Murça apresenta uma diminuição de 11,82%.

O município de Murça dispõe de um Posto de Atendimento de Julgado de Paz.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Murça e a sua integração no Tribunal do Alijó que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de ALIJÓ			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	308	0,56	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Alijó e Murça.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Alijó e Murça: 31 min./22 km.

**Proposta de Extinção do Tribunal de Boticas:**

A comarca de Boticas apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Boticas apresenta uma diminuição de 10,44%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Boticas e a sua integração no Tribunal do Montalegre que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de MONTALEGRE			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	305	0,55	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Boticas e Montalegre.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Boticas e Montalegre: 36 min./28 km.

**Proposta de Extinção do Tribunal de Mesão Frio:**

O Tribunal de Mesão Frio apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Mesão Frio apresenta uma diminuição de 10,21%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Mesão Frio e a sua integração no Tribunal do Peso da Régua que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de PESO DA RÉGUA			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	540	0,98	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Mesão Frio e Peso da Régua: 20 min./14 km.



Instância Local: Tribunal de VILA POUCA DE AGUIAR			
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juizes
Secção de Competência Genérica (c)	331	0,60	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Ribeira da Pena e Vila Pouca de Aguiar.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real em:

- Mondim de Basto
- Valpaços.

#### 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Vila Real

##### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VILA REAL

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real**

a) **Vila Real** - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: Distrito de Vila Real);

b) **Vila Real** - Secção do Trabalho (área de competência territorial: Distrito de Vila Real);

c) **Vila Real** - 1.ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Alijó, Mondim de Basto, Murça, Mesão Frio, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Vila Real);

d) **Chaves** - 2.ª Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Chaves, Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar);

e) **Chaves** - Secção de Execução (área de competência territorial: Distrito de Vila Real);

f) **Vila Real** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Distrito de Vila Real);

- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real**

a) Tribunal de **Chaves** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Chaves e Valpaços);

b) Tribunal de **Vila Real** - Secção de Competência Cível e Secção de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Mondim de Basto, Sabrosa e Vila Real);

c) Tribunal de **Alijó** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios Alijó e Murça);



- d) Tribunal de **Montalegre** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Boticas e Montalegre);
  - e) Tribunal de **Peso da Régua** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião);
  - f) Tribunal de **Vila Pouca de Aguiar**- Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Ribeira da Pena e Vila Pouca de Aguiar).
- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real**
    - a) Mondim de Basto
    - b) Valpaços.

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Vila Real

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se, para os serviços do Ministério Público da Comarca de Vila Real, o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
Alijó		1	1	449
Murça				207
Boticas		1	1	249
Montalegre				521
Chaves	2	4	6	1814
Valpaços				729
Mesão Frio		2	2	178
Peso da Régua				855
Vila Pouca de Aguiar		1	1	732
Sabrosa	5	4	9	189
Vila Real				1759
Mondim de Basto				250
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>20</b>	<b>7932</b>

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
Alijó	1	1	1	1	8	7
Murça (d)	1		1		6	
Boticas (c)	-	1	-	1	5	7
Montalegre (c)	1		1		7	
Chaves	4	5	5	6	26	35
Valpaços	2		1		10	
Mesão Frio	1	1	1	2	5	8
Peso da Régua	2		2		17	
Sabrosa (d)	-	13	-	9	4	57
Vila Real	7		6		42	
Mondim de Basto	1		1		6	
Vila Pouca de Aguiar	2	1	2	1	10	8
Totais	22	22	21	20	146	122

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

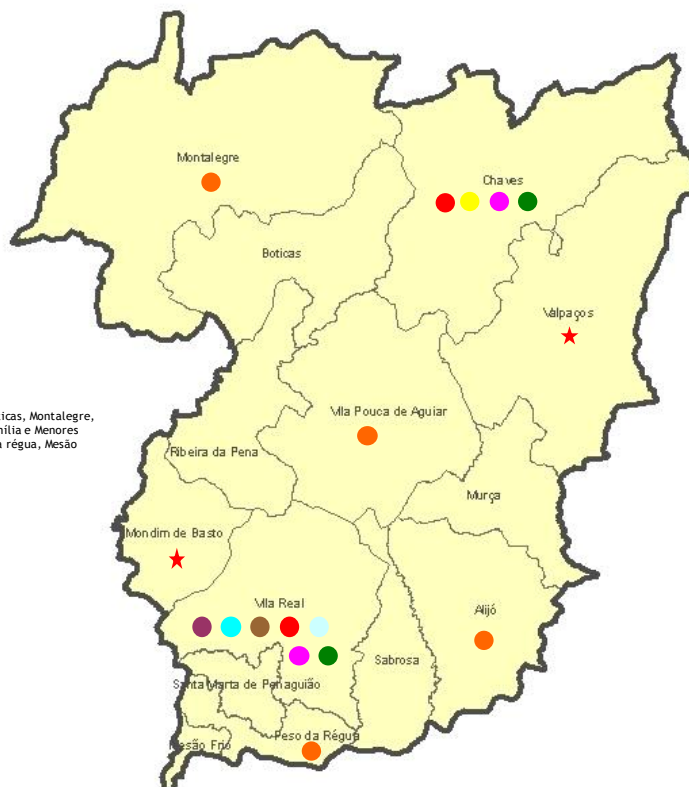
(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

(c) (d) Comarcas agregadas (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).

## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real

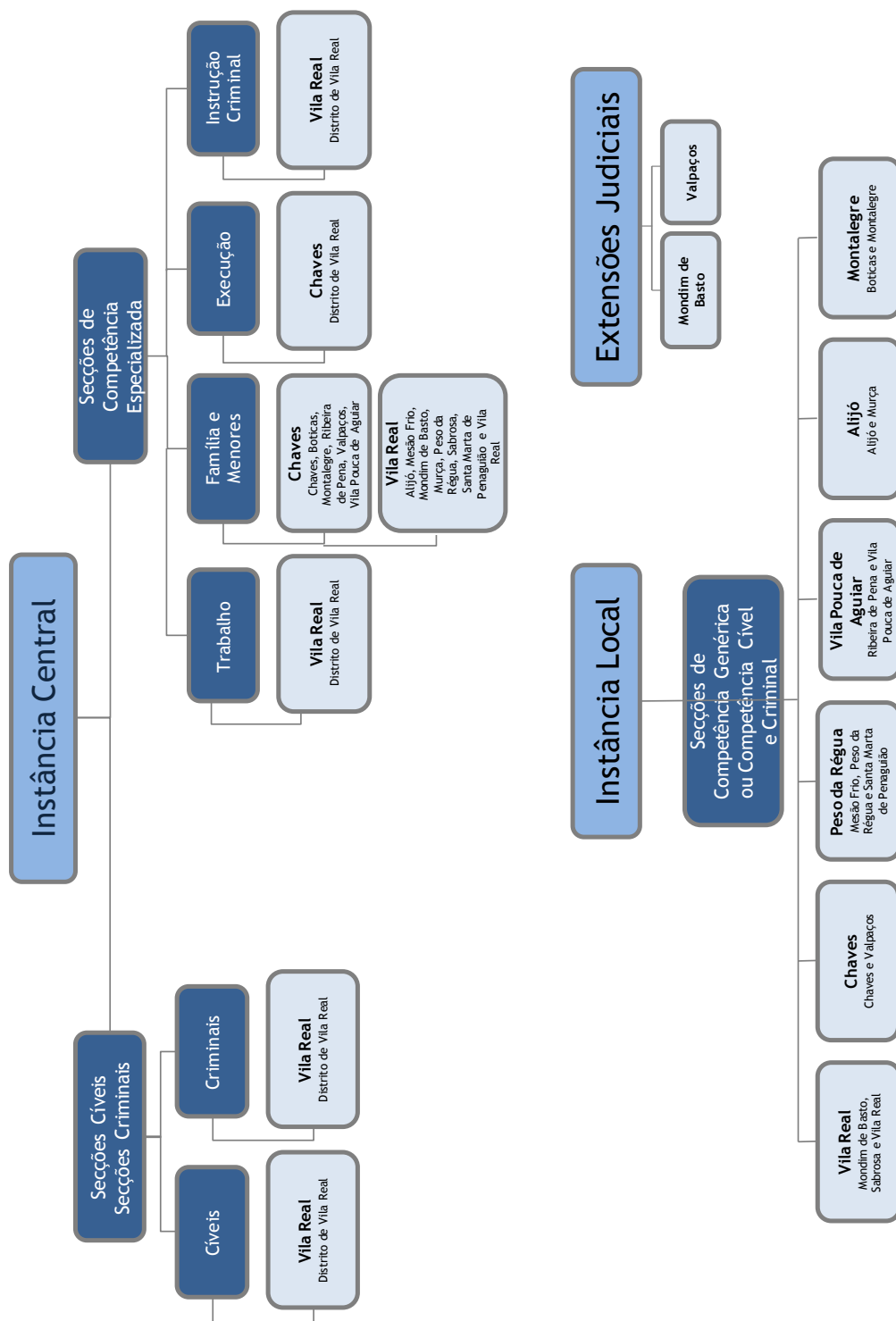
- Instância Central: Secção Cível a)
- Instância Central: Secção Criminal a)
- Instância Central Secção do Trabalho b)
- Instância Central: Secção de Família e Menores c)
- Instância Central: Secção de Execução(d)
- Instância central: Secção de Instrução Criminal e)
- Instância Local: Secção de Competência Cível
- Instância Local: Secção de Competência Criminal
- Instância Local: Secção de Competência Genérica
- ★ Extensões Judiciais

Área de competência territorial:  
a) Secção Cível e Secção Criminal de Vila Real: Distrito de Vila Real;  
b) Secção do Trabalho de Vila Real: Distrito de Vila Real.  
c) Secção de Família e Menores de Chaves: Municípios de Chaves, Boticas, Montalegre, Ribeira da Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar; Secção de Família e Menores Vila Real: Municípios de Alijó, Mondim de Basto, Murça, Peso da Régua, Mesão Frio, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa e Vila Real.  
d) Secção de Execução de Chaves: Distrito de Vila Real.  
e) Secção de Instrução Criminal de Vila Real: Distrito de Vila Real.





## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VILA REAL







## COMARCA DE VISEU

i) A Comarca de Viseu compreende o seguinte conjunto de atuais comarcas:

- 1.Armamar;
- 2.Castro Daire;
- 3.Cinfães;
- 4.Lamego (inclui Tarouca);
- 5.Mangualde (inclui Penalva do Castelo);
- 6.Moimenta da Beira (inclui Penedono e Sernancelhe);
- 7.Nelas;
- 8.Oliveira de Frades;
- 9.Resende;
- 10.Santa Comba Dão (inclui Carregal do Sal e Mortágua);
- 11.São João da Pesqueira;
- 12.São Pedro do Sul;
- 13.Sátão (inclui Vila Nova de Paiva);
- 14.Tabuaço;
- 15.Tondela;
- 16.Viseu;
- 17.Vouzela.



## Organização e Recursos Humanos:

Comarcas	Tribunais	Juizes (d)		Magistrados do Ministério Público (d)		Oficiais de Justiça (d)	
		Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções	Quadro legal	Exercício de funções
1. Armamar (a)	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	4
2. Castro Daire	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	9	9
3. Cinfães	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
4. Lamego	Trib. de competência genérica	5	6	4	5	32	30
	Trib. do trabalho						
5. Mangualde	Trib. de competência genérica	2	2	2	2	16	17
6. Moimenta da Beira	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	9	8
7. Nelas (b)(c)	Trib. de competência genérica	-	-	-	-	9	8
8. Oliveira de Frades	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
9. Resende	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	6
10. Santa Comba Dão	Trib. de competência genérica	2	2	2	2	19	18
11. São João da Pesqueira	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	5	5
12. São Pedro do Sul	Trib. de competência genérica	1	2	1	1	10	10
13. Sátão	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
14. Tabuaço (a)	Trib. de competência genérica	-	-	-	-	5	4
15. Tondela	Trib. de competência genérica	2	2	2	2	15	13
16. Viseu	Trib. de competência genérica	12	17	9	13	81	76
	Trib. do trabalho						
17. Vouzela	Trib. de competência genérica	1	1	1	1	7	7
Total		33	40	28	34	248	236

(a) Comarcas agregadas (Portaria n.º 412-D/99, de 7 de Junho).

(b) Comarcas agregadas (Portaria n.º 345/09, de 3 de Abril).

(c) Comarca agregada com Fornos de Algodres (esta última pertencente ao Distrito da Guarda).

(d) Informação reportada a 16.6.2011.

**Movimento Processual:**

Comarca	Média de processos entrados 2008-2010											
	Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Armamar	25	25	72	1	1	11	38	19	2	32	21	247
Castro Daire	65	46	116	3	7	13	67	27	2	53	23	422
Cinfães	86	69	161	5	5	26	84	29	5	108	51	629
Lamego	146	138	455	9	12	57	153	95	9	127	141	1342
Mangualde		102	321	16	11	41	95	67	14	128	82	877
Moimenta da Beira	80	47	169	2	7	16	89	51	5	68	64	598
Nelas		76	215	8	7	23	60	48	3	64	45	549
Oliveira de Frades		57	178	7	7	32	65	43	2	44	58	493
Resende	48	56	86	3	9	15	52	19	1	47	33	369
Santa Comba Dão		132	441	20	16	62	147	86	14	129	107	1154
São João da Pesqueira	33	34	98	1	3	18	43	27	1	33	10	301
São Pedro do Sul		60	187	5	8	28	89	49	4	67	58	555
Sátão		54	164	4	7	16	56	31	2	49	44	427
Tabuaço		35	50	1	1	7	37	10	1	27	5	174
Tondela		103	298	8	7	42	135	87	7	121	77	885
Viseu	1110	500	1655	67	107	187	486	402	59	761	415	5749
Vouzela		34	118	7	3	21	85	41	5	57	42	413
Total	1593	1568	4784	167	218	615	1781	1131	136	1915	1276	15184

Nota: Sempre que os municípios são abrangidos por tribunal de competência especializada, o número de processos oriundos de cada município foi calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).



## Atual resposta judiciária

Comarcas	Tribunal competente					
	Cível	Penal	Família	Menores	Trabalho	Comércio
1. Armamar	TC de Armamar	TC de Armamar	TC de Armamar	TC de Armamar	TT de Lamego	TC de Armamar
2. Castro Daire	TC de Castro Daire	TC de Castro Daire	TC de Castro Daire	TC de Castro Daire	TT de Lamego	TC de Castro Daire
3. Cinfães	TC de Cinfães	TC de Cinfães	TC de Cinfães	TC de Cinfães	TT de Lamego	TC de Cinfães
4. Lamego	TC de Lamego	TC de Lamego	TC de Lamego	TC de Lamego	TT de Lamego	TC de Lamego
5. Mangualde	TC de Mangualde	TC de Mangualde	TC de Mangualde	TC de Mangualde	TT de Viseu	TC de Mangualde
6. Moimenta da Beira	TC de Moimenta da Beira	TC de Moimenta da Beira	TC de Moimenta da Beira	TC de Moimenta da Beira	TT de Lamego	TC de Moimenta da Beira
7. Nelas	TC de Nelas	TC de Nelas	TC de Nelas	TC de Nelas	TT de Viseu	TC de Nelas
8. Oliveira de Frades	TC de Oliveira de Frades	TC de Oliveira de Frades	TC de Oliveira de Frades	TC de Oliveira de Frades	TT de Viseu	TC de Oliveira de Frades
9. Resende	TC de Resende	TC de Resende	TC de Resende	TC de Resende	TT de Lamego	TC de Resende
10. Santa Comba Dão	TC de Santa Comba Dão	TC de Santa Comba Dão	TC de Santa Comba Dão	TC de Santa Comba Dão	TT de Viseu	TC de Santa Comba Dão
11. São João da Pesqueira	TC São João da Pesqueira	TC São João da Pesqueira	TC São João da Pesqueira	TC São João da Pesqueira	TT de Lamego	TC São João da Pesqueira
12. São Pedro do Sul	TC de São Pedro do Sul	TC de São Pedro do Sul	TC de São Pedro do Sul	TC de São Pedro do Sul	TT de Viseu	TC de São Pedro do Sul
13. Sátão	TC de Sátão	TC de Sátão	TC de Sátão	TC de Sátão	TT de Viseu	TC de Sátão
14. Tabuaço	TC de Tabuaço	TC de Tabuaço	TC de Tabuaço	TC de Tabuaço	TT de Lamego	TC de Tabuaço
15. Tondela	TC de Tondela	TC de Tondela	TC de Tondela	TC de Tondela	TT de Viseu	TC de Tondela
16. Viseu	TC de Viseu	TC de Viseu	TC de Viseu	TC de Viseu	TT de Viseu	TC de Viseu
17. Vouzela	TC de Vouzela	TC de Vouzela	TC de Vouzela	TC de Vouzela	TT de Viseu	TC de Vouzela

TC: Tribunal de comarca.

TT: Tribunal do trabalho.



## ii) Proposta de organização

### Tribunal Judicial da Comarca de Viseu

#### 1. Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu

##### 1.1. Secção Cível e Criminal

Instância Central: Secção Cível e Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viseu - Secção Cível (c)	615	2,75	3
Viseu - Secção Criminal (c)	136	1,94	3

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 224 processos por juiz (secção cível); 70 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: Distrito de Viseu.

## 1.2. Secções de Competência Especializada

Instância Central: Secção do Trabalho			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viseu - 1ª Secção do Trabalho (c)	1109	1,44	2
Lamego - 2ª Secção do Trabalho (d)	484	0,63	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Viseu; corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 no Tribunal do Trabalho de Lamego, na parte que corresponderá às comarcas de Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Resende, São João da Pesqueira e Tabuaço, bem como no Tribunal do Trabalho da Guarda, na parte que corresponderá às freguesias de Antas, Granja, Ourozinho, Penedono e Souto, do município do Penedono, que pertencem à atual comarca da Meda, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daqueles tribunais (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 772 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

(d) Área de competência territorial: municípios de Armamar, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca.

Instância Central: Secção de Execução			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viseu - Secção de Execução (c)	4784	0,74	1

(a) Corresponde à média de ações executivas entradas nos anos 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do Distrito de Viseu, excluídas as ações do município de Aguiar da Beira, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, in [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 6500 ações executivas por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Viseu.





Instância Central: Secção de Comércio			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viseu - Secção de Comércio (c)	167	0,84	2

(a) Corresponde à média de processos de insolvência entrados nos anos 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do Distrito de Viseu, excluídos os processos do município de Aguiar da Beira, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 200 processos de insolvência por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Viseu.

NOTA: A tendência de subida do número de processos entrados desta área processual justifica o número de juízes proposto

Instância Central: Secção de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viseu - Secção de Instrução Criminal (c)	218	1,45	2

(a) Corresponde à média de instruções entradas nos anos de 2008 a 2010 nos tribunais de comarca do Distrito de Viseu, excluídas as instruções do município de Aguiar da Beira, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 150 instruções por juiz.

(c) Área de competência territorial: Distrito de Viseu.

NOTA: Nas circunscrições onde não se mostrem instaladas secções de instrução criminal, os atos jurisdicionais são assegurados pelos juízes das instâncias locais.



Instância Central: Secção de Família e Menores			
Sede	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total Juízes
Viseu - 1ª Secção de família e Menores (c)	1118	1,53	2
Lamego - 2ª Secção de Família e Menores (d)	450	0,61	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010 nos Tribunais de Comarca do Distrito de Viseu, excluídos os processos do município de Aguiar da Beira, valor calculado em função do peso relativo da população residente em 2011 nos municípios que integram a área de jurisdição daquele tribunal (Fonte: Censos 2011 Preliminares, Instituto Nacional de Estatística, *in* [www.ine.pt](http://www.ine.pt)).

(b) VRP considerado: 733 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

(d) Área de competência territorial: municípios de Armamar, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca.

NOTA: Sem prejuízo da prática de atos urgentes em matéria da competência de família e menores que podem ser assegurados pelos juizes das respetivas instâncias locais.

## 2. Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu

Volume processual expectável subsistente à especialização atrás proposta:

Atuais comarcas	Área cível	Área criminal	Total (áreas cível e criminal)
	Total	Total	
1. Armamar	57	53	110
2. Castro Daire	94	76	170
3. Cinfães	113	159	272
4. Lamego	248	268	516
5. Mangualde	162	210	372
6. Moimenta da Beira	140	132	272
7. Nelas	108	109	217
8. Oliveira de Frades	108	102	210
9. Resende	71	80	151
10. Santa Comba Dão	233	236	469
11. São João da Pesqueira	70	43	113
12. São Pedro do Sul	138	125	263
13. Sátão	87	93	180
14. Tabuaço	47	32	79
15. Tondela	222	198	420
16. Vouzela	126	99	225
17. Viseu	888	1176	2064
Total	2912	3191	6103

No Distrito de Viseu existem comarcas que apresentam um volume processual muito reduzido.

A população residente no Distrito de Viseu sofreu uma redução de 4,24% nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares). Com exceção do município de Viseu, em todos os outros verificou-se uma diminuição da população residente.

A análise de alguns fatores, nomeadamente, o movimento processual, a evolução demográfica e as instalações existentes, tendem a justificar a extinção de alguns tribunais no Distrito de Viseu.

Foi também analisada a existência de alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão, nomeadamente, a existência de Julgados de Paz e seus postos de atendimento, assim como Postos de Atendimento ao Cidadão<sup>30</sup> (PAC's).

Existem Julgados de Paz e Postos de Atendimento ao Cidadão em vários municípios, alguns já têm resposta judicial.

Os municípios que dispõem de Julgados de Paz são: Carregal do Sal, Tarouca e Vila Nova de Paiva; os municípios que dispõem de Postos de Atendimento de Julgados de Paz são: Armamar, Lamego, Moimenta da Beira e Resende; os municípios que dispõem de PAC's são: Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Tarouca, Tondela e Vouzela.

*Proposta de Extinção do Tribunal de Armamar e do Tribunal de Castro Daire:*

As comarcas de Armamar e de Castro Daire apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), as comarcas de Armamar e de Castro Daire apresentam uma diminuição da população residente de 21,88% e 9,46%, respetivamente.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção dos Tribunais de Armamar e de Castro Daire e a sua integração no Tribunal de Lamego que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de LAMEGO					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juízes/VRP	Juízes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	399	0,50	1	1	3
Secção de Competência Criminal (c)	397	0,58	1		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: município de Armamar, Castro Daire, Lamego e Tarouca.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Armamar e Lamego: 22 min./29 km.

Deslocação entre os municípios de Castro Daire e Lamego: 29 min./32 km.

<sup>30</sup> Os PAC's funcionam como uma extensão das Lojas do Cidadão e localizam-se, em regra, nas Câmaras Municipais. Este serviço constitui um ponto único de contacto personalizado, a partir do qual são fornecidos diversos serviços da Administração Pública. A DGAJ tem representação em todos os PAC'S para efeitos de receção de pedidos de certificado de registo criminal e para a respetiva emissão, quando negativos, tarefa também assegurada pelos tribunais judiciais.

Proposta de Extinção do Tribunal de Nelas, do Tribunal de Oliveira de Frades, do Tribunal de Sátão e do Tribunal de Vouzela:

As comarcas de Nelas, Oliveira de Frades, Sátão e Vouzela apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), as comarcas de Nelas, Oliveira de Frades, Sátão e Vouzela apresentam uma diminuição da população residente de 2%, 3,20%, 5,49% e 11,45%, respetivamente.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção dos Tribunais de Nelas, Oliveira de Frades, Sátão e Vouzela e a sua integração no Tribunal de Viseu que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

Instância Local: Tribunal de VISEU					
Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Juizes/VRP	Juizes/ Pendências	Total de juizes
Secção de Competência Cível (c)	1317	1,65	2	2	7
Secção de Competência Criminal (c)	1579	2,29	3		

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 800 processos por juiz (secção cível); 690 processos por juiz (secção criminal).

(c) Área de competência territorial: municípios de Nelas, Oliveira de Frades, Sátão, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Nelas e Viseu: 36 min./35 km.

Deslocação entre os municípios de Oliveira de Frades e Viseu: 37 min./39 km.

Deslocação entre os municípios de Vouzela e Viseu: 33 min./31 km.

Deslocação entre os municípios de Sátão e Viseu: 34 min./22 km.

Proposta de Extinção do Tribunal de Resende:

A comarca de Resende apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Resende apresenta uma diminuição de 8%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção do Tribunal de Resende e a sua integração no Tribunal de Cinfães que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal de CINFÃES**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	423	0,77	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Cinfães e Resende.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Cinfães e Resende: 33 min./24 km.

**Instância Local: Tribunal de MANGUALDE**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	372	0,68	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Mangualde e Penalva do Castelo.

**Proposta de Extinção do Tribunal de S. João da Pesqueira e do Tribunal de Tabuaço:**

As comarcas de Tabuaço e de S. João da Pesqueira apresentam valores reduzidos ao nível do movimento processual.

No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), a comarca de Tabuaço apresenta uma diminuição de 6,26%.

Tendo em atenção a situação descrita propõe-se a extinção dos Tribunais de S. João da Pesqueira e de Tabuaço, e a sua integração no Tribunal de Moimenta da Beira que oferece condições para tal, como se apresenta de seguida:

**Instância Local: Tribunal de MOIMENTA DA BEIRA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	464	0,84	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Moimenta da Beira, Penedono, S. João da Pesqueira, Sernancelhe e Tabuaço.

NOTA: Deslocação entre os municípios de Moimenta da Beira e Tabuaço: 36 min./29 km.

Deslocação entre os municípios de Moimenta da Beira e S. João da Pesqueira: 1h15 min./59 km.

**Instância Local: Tribunal de SANTA COMBA DÃO**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	469	0,85	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de Carregal do Sal, Mortágua e Santa Comba Dão.

**Instância Local: Tribunal de SÃO PEDRO DO SUL**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	263	0,48	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: municípios de São Pedro do Sul.

**Instância Local: Tribunal de TONDELA**

Secção	Volume processual expectável (a)	Ratio volume processual/VRP (b)	Total de juízes
Secção de Competência Genérica (c)	420	0,76	1

(a) Corresponde à média de processos entrados nos anos de 2008 a 2010.

(b) VRP considerado: 550 processos por juiz.

(c) Área de competência territorial: município de Tondela.

### 3. Criação de Extensões Judiciais

Propõe-se a criação de Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu em:

- Nelas;
- Oliveira de Frades;
- São João da Pesqueira;
- Vouzela.

## 4. Proposta global de reorganização para a Comarca de Viseu

### TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VISEU

Estrutura de gestão: 1 Juiz presidente;

1 Magistrado do Ministério Público coordenador;

1 Administrador judiciário.

- **Instância Central do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu**

a) **Viseu** - Secção Cível e Criminal (área de competência territorial: Distrito de Viseu);

b) **Viseu** - 1.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela);

c) **Lamego** - 2.<sup>a</sup> Secção do Trabalho (área de competência territorial: Municípios de Armamar, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca);

d) **Viseu** - Secção de Execução (área de competência territorial: Distrito de Viseu);

e) **Viseu** - Secção de Comércio (área de competência territorial: Distrito de Viseu);

f) **Viseu** - Secção de Instrução Criminal (área de competência territorial: Distrito de Viseu);

g) **Viseu** - 1.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela);

h) **Lamego** - 2.<sup>a</sup> Secção de Família e Menores (área de competência territorial: Municípios de Armamar, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca).



- **Instâncias Locais do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu**

- c) Tribunal de **Lamego** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Armamar, Castro Daire, Lamego e Tarouca);
- b) Tribunal de **Viseu** - Secção de Competência Cível e de Competência Criminal (área de competência territorial: Municípios de Nelas, Oliveira de Frades, Sátão, Vila Nova de Paiva, Vouzela e Viseu);
- c) Tribunal de **Cinfães** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Cinfães e Resende);
- d) Tribunal de **Mangualde** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Mangualde e Penalva do Castelo);
- e) Tribunal de **Moimenta da Beira** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Moimenta da Beira, São João da Pesqueira, Penedono, Sernancelhe e Tabuaço);
- f) Tribunal de **Santa Comba Dão**- Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Municípios de Carregal do Sal, Mortágua e Santa Comba Dão);
- g) Tribunal de **São Pedro do Sul** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de São Pedro do Sul);
- h) Tribunal de **Tondela** - Secção de Competência Genérica (área de competência territorial: Município de Tondela).

- **Extensões Judiciais do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu**

- a) Nelas;
- b) Oliveira de Frades;
- b) São João da Pesqueira;
- c) Vouzela.

## 5. Serviços do Ministério Público da Comarca de Viseu

Tendo em conta as funções de investigação, de representação e de coordenação que ao Ministério Público estão legalmente cometidas, propõe-se para os serviços do Ministério Público da Comarca de Viseu o quadro de magistrados como a seguir se apresenta:

Atuais comarcas	Serviços do Ministério Público			
	Magistrados do MP			Inquéritos Penais (a)
	PR	PA	Total	
1. Cinfães		2	2	664
2. Resende				303
3. Lamego				939
4. Castro Daire	2	3	5	378
5. Armamar				123
6. Moimenta da Beira				468
7. São João da Pesqueira		1	1	203
8. Tabuaço				126
9. Santa Comba Dão				855
10. São Pedro do Sul		1	1	410
11. Mangualde		1	1	734
12. Tondela		2	2	832
13. Viseu	10	9	19	4104
14. Nelas				445
15. Oliveira de Frades				282
16. Sátão				347
17. Vouzela				367
Total	12	21	33	11580

(a) Corresponde à média de inquéritos penais entrados nos anos 2008 a 2010.

No âmbito da estrutura de especialização de inquéritos, propõe-se a criação do Departamento de Investigação e Ação Penal da Comarca de Viseu, com sede em Viseu.

O Departamento de Investigação e Ação Penal integra secções em Viseu e serviços de inquéritos junto das demais instâncias locais.

## 6. Quadro comparativo de Recursos Humanos

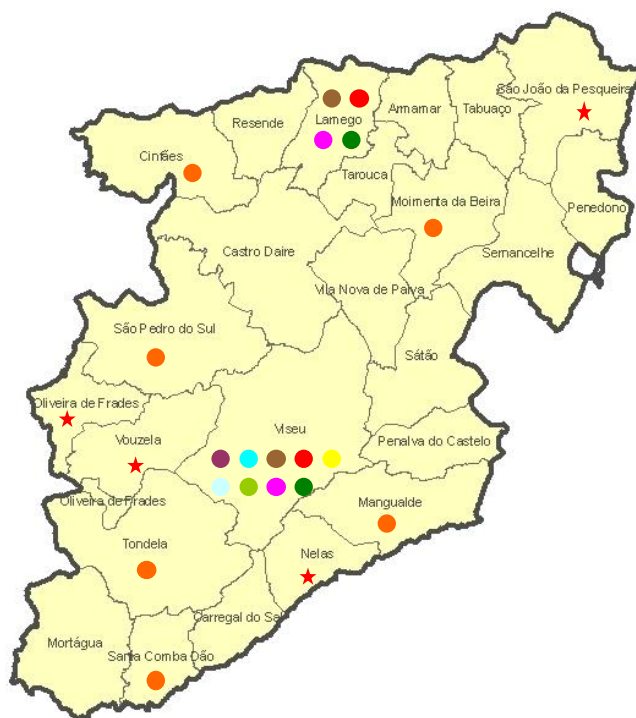
Atuais comarcas	Juizes		Magistrados do Ministério Público		Oficiais de Justiça	
	Atual (exercício de funções)	Proposta (a)	Atual (exercício de funções)	Proposta	Atual (exercício de funções)	Proposta (b)
1. Cinfães	1	1	1	2	7	9
2. Resende	1		1		6	
3. Lamego	6	5	5	5	30	31
4. Armamar	1		1		4	
5. Castro Daire	1		1		9	
6. Moimenta da Beira	1	1	1	1	8	9
7. São João da Pesqueira	1		1		5	
8. Tabuaço	-		-		4	
9. Santa Comba Dão	2	1	2	2	18	9
10. São Pedro do Sul	2	1	1	1	10	6
11. Mangualde	2	1	2	1	17	7
12. Tondela	2	1	2	2	13	9
13. Viseu	17	22	13	19	76	112
14. Nelas	-		-		8	
15. Sátão	1		1		7	
16. Oliveira de Frades	1		1		7	
17. Vouzela	1		1		7	
Totais	40	33	34	33	236	192

(a) Para a definição do número de juizes foi tido em conta, para além do volume expectável de processos entrados, também as pendências consideradas em atraso.

(b) Inclui o número de oficiais de justiça que atende ao quadro complementar (6%) e ao número de magistrados afetos às pendências consideradas em atraso.

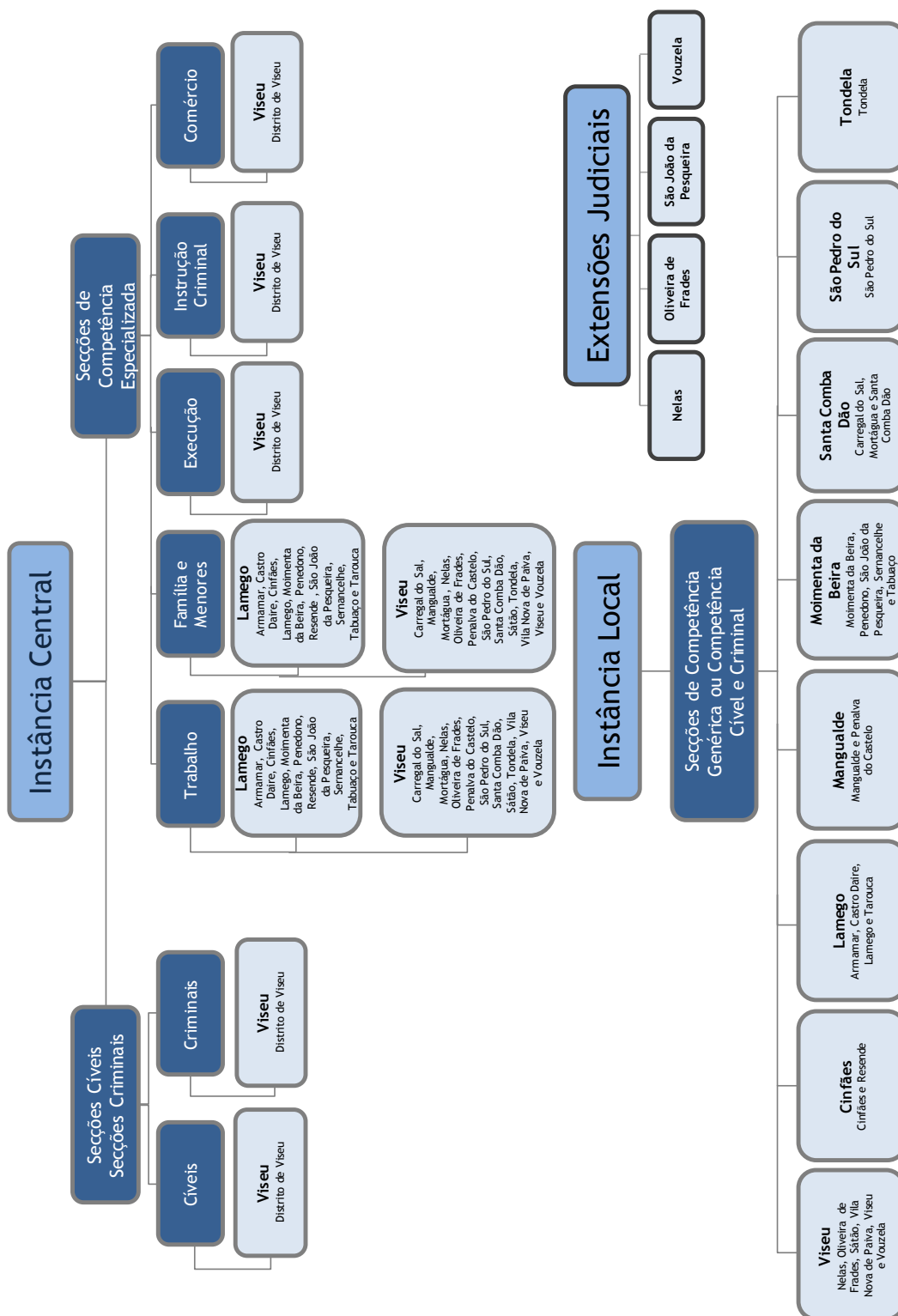
## 7. Representação Gráfica - Tribunal Judicial da Comarca de Viseu

- Instância Central: Secção Cível a)  
● Instância Central: Secção de Criminal a)  
● Instância Central: Secção do Trabalho b)  
● Instância Central: Secção de Família e Menores c)  
● Instância Central: Secção de Execução d)  
● Instância central: Secção de Instrução Criminal e)  
● Instância central: Secção de Comércio f)  
● Instância Local: Secção de Competência Cível  
● Instância Local: Secção de Competência Criminal  
● Instância Local: Secção de Competência Genérica  
★ Extensões Judiciais
- Área de competência territorial:  
a) Secção Cível e Criminal de Viseu: Distrito de Viseu;  
b) Secção do Trabalho de Lamego: Municípios de Armamar, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Semançelhe, Tabuaço e Tarouca; Secção do Trabalho de Viseu: Municípios de Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.  
c) Secção de Família e Menores Lamego: Municípios de Armamar, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Semançelhe, Tabuaço e Tarouca; Secção de família e menores de Viseu: Municípios de Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.  
d) Secção de Execução de Viseu: Distrito de Viseu.  
e) Secção de Instrução Criminal de Viseu: Distrito de Viseu.  
f) Secção de Comércio: Distrito de Viseu.





## TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE VISEU





## TRIBUNAIS DE COMPETÊNCIA NACIONAL

### 1. Tribunal com competência para o território nacional

Tribunal Central de Instrução Criminal			
Sede	Volume processual expectável	Ratio volume processual/VRP	Total de juizes
Lisboa	-	-	1

Tribunal Marítimo <sup>(a)</sup>			
Sede	Volume processual expectável	Ratio volume processual/VRP	Total de juizes
Lisboa	-	-	1

(a) Área de competência: Departamento Marítimo do Norte, Departamento Marítimo do Centro e Departamento Marítimo do Sul.

Tribunal da Propriedade Intelectual			
Sede	Volume processual expectável	Ratio volume processual/VRP	Total de juizes
Lisboa	-	-	2

Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão			
Sede	Volume processual expectável	Ratio volume processual/VRP	Total de juizes
Santarém	-	-	2



## 2. Estruturas Pré-judiciais

Balcão Nacional de Injunções			
Sede	Volume processual expectável	Ratio volume processual/VRP	Total de juizes
Porto	-	-	0

Balcão Nacional de Arrendamento			
Sede	Volume processual expectável	Ratio volume processual/VRP	Total de juizes
Porto	-	-	0

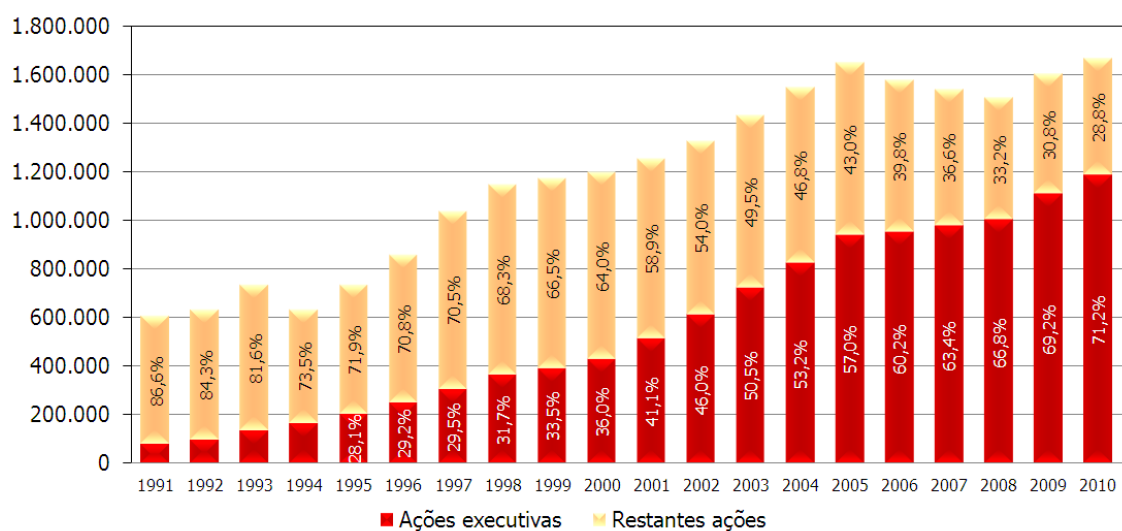




## **Anexo 1: Evolução das pendências nos tribunais**



## Evolução do crescimento dos processos pendentes nos tribunais entre 1991 e 2010



As ações executivas pendentes aumentaram cerca de 1. 100 000 entre 1991 e 2010. As restantes ações registaram uma diminuição de cerca de 47.000 processos pendentes entre 1991 e 2010.

Fonte: DGPJ, 4 de Abril 2012





**Anexo 2: Despacho de 06-02-2012 de Sua Excelência a Ministra  
da Justiça**





pois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de janeiro.

13 de fevereiro de 2012. — Pelo Diretor Nacional, a Inspectora Superior, *Teresa Maria Carneiro de Andrade*.

205737403

**Declaração de retificação n.º 252/2012**

Por ter sido publicado com inexistência o aviso n.º 18 757/2007, inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 2 de outubro de 2007, relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, retifica-se que onde se lê «Cristiano João Hayes Junior» deve ler-se «Cristiano João Hayes».

13 de fevereiro de 2012. — Pelo Diretor Nacional, *Teresa Maria Carneiro de Andrade*.

205737452

**Declaração de retificação n.º 253/2012**

Por ter sido anexada a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 84, de 2 de maio de 2011, do despacho n.º 6772/2011 relativamente à concessão do estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, retifica-se que onde se lê:

«Data de nascimento»  
 Josefine Analia Martinez Cruzado ..... 16-4-1978»  
 deve ler-se:

«Data de nascimento»  
 Josefine Analia Martinez Cruzado Rodrigues .... 16-4-1978»

13 de fevereiro de 2012. — Pelo Diretor Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Teresa Maria Carneiro de Andrade*, inspetora superior.

205737899

**Declaração de retificação n.º 254/2012**

Por ter sido anexada a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 21 de junho de 2011, do despacho n.º 9184/2011, relativamente à concessão do estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos dos artigos 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, retifica-se que onde se lê:

«Data de nascimento»  
 Thayana Lys Santos de Araújo ..... 23-10-1987»  
 deve ler-se:

«Data de nascimento»  
 Thayana Lys Santos de Araújo ..... 23-10-1987»

13 de fevereiro de 2012. — Pelo Diretor Nacional, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Teresa Maria Carneiro de Andrade*, inspetora superior.

205738838

**Despacho n.º 2485/2012****Lista n.º 140/11**

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 6 de fevereiro de 2012, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos Políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 17 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14

de dezembro, conjugado com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, ao cidadão brasileiro:

Nome	Data de Nascimento
Antonio Neto Lima Silva .....	20-04-1976

13 de fevereiro de 2012. — Pelo Diretor Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Teresa Maria Carneiro de Andrade*, inspetora superior.

205739615

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****Gabinete da Ministra****Despacho n.º 2486/2012**

1 — Foi assumido no Programa do XIX Governo Português e consta do Memorando assinado em 17 de maio de 2011 entre o Estado Português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, o objetivo de proceder à reforma do mapa judiciário nacional, com vista à promoção de melhorias no funcionamento do sistema judicial e à adoção de uma organização mais simples que, por essa via, seja também mais acessível ao cidadão.

Trata-se de um projeto de grande vulto e de profundas consequências no panorama judiciário nacional, que se pretende aprofundar e melhorar, para posteriormente aplicar a todo o território nacional.

2 — Para dar cumprimento a estes objetivos, foi incumbida a Direção-Geral da Administração da Justiça de preparar um documento de trabalho que lançasse as bases para a reorganização da estrutura judiciária, assente em centralidades territoriais reconhecidas pelos cidadãos (os distritos administrativos, onde se verificam as maiores concentrações de processos) e numa nova matriz de distribuição da oferta judiciária, que se apresentasse de forma mais simples e respondesse às alterações previstas para a reforma do Código de Processo Civil. Foi ainda determinado que se tivesse em conta a experiência resultante da instalação e funcionamento das comarcas piloto, ao abrigo da Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, assumindo-se a continuidade das suas mais-valias — como a gestão e a especialização da oferta judiciária — e o seu melhoramento, em especial no que traduzisse maior simplicidade e mobilidade de recursos e processos. Este documento deveria lançar as bases para a elaboração de um conjunto de diplomas legais para a reorganização do mapa judiciário, a apresentar à Assembleia da República em setembro de 2012, por forma a permitir que o desenvolvimento desta reorganização ocorra a partir do início de 2013.

3 — Na sequência de tal determinação, foi apresentado em janeiro de 2012 um detalhado documento onde se ensaiam soluções organizativas para todo o território nacional, sublinhando-se aí a necessidade de o desenho final da proposta — nos aspetos mais inovadores, e partindo do consenso que a Lei n.º 52/2008 já consagrou para determinados aspetos — dever resultar de uma ampla audição do sector, o que aliás sempre seria de garantir, para o que foi desde logo apresentado o documento aos principais parceiros e, a partir de 31 de janeiro de 2012, divulgado no Portal do Governo.

4 — A dimensão deste projeto, a sua concretização necessariamente dilatada no tempo, bem como o imperativo de garantir a articulação entre esta reforma, a reforma do Código de Processo Civil e o Plano de Ação para a Justiça na Sociedade de Informação (Despacho n.º 16171/2011, de 18 de novembro de 2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 229, de 29 de novembro de 2011), exigem que se promova uma aberta discussão no sector e obrigam à intervenção empenhada e coordenada de várias estruturas do Ministério da Justiça e, conforme as fases, de entidades externas que deverão ser chamadas a participar.

5 — Assim:

a) Importa promover reuniões de trabalho de modo a recolher um conjunto o mais alargado possível de opiniões e contributos, em especial com o Conselho Superior da Magistratura, com o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, com o Conselho Superior do Ministério Público, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, com o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, com a Ordem dos Advogados, com a Câmara dos Solicitadores, com o Sindicato dos Funcionários Judiciais, com o Sindicato dos Oficiais de Justiça, com a Comissão para a Eficácia das Execuções, com o Conselho dos Oficiais de Justiça, com as estruturas de gestão das Comarcas Piloto do Alentejo Litoral, do Baixo Vouga e de Grande Lisboa Noroeste, além das entidades cuja audição formal se considere adequada;



b) Para além da audição destas entidades, é necessário assegurar a preparação das medidas que, na prática, permitam concretizar a reestruturação judiciária que se pretende, o que obriga, nomeadamente, ao envolvimento da Direção-Geral da Administração da Justiça, da Direção-Geral da Polícia de Justiça e do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.;

c) A 1.ª fase de desenvolvimento do projeto deverá centrar-se na auscultação pública, através da realização de reuniões individuais com as entidades referidas no ponto 5. a), que poderão apresentar as suas contribuições escritas, a ponderar em documento final a elaborar;

d) Esta fase de audições deverá ocorrer até 15 de março de 2012, no final da qual deverá ser preparado um «Anteprojecto de Organização Judiciária», a apresentar até 15 de abril de 2012, que corporize as bases da nova estrutura judiciária;

e) Na sequência da apresentação desse documento, será iniciada a 2.ª fase do projeto de reorganização da estrutura judiciária, durante a qual o grupo de trabalho deverá apresentar:

i) Cronograma detalhado (até 15 de maio de 2012) das tarefas e dos trabalhos a concretizar para a execução da estrutura proposta, bem como um estudo de avaliação do respetivo impacto financeiro e concretização das datas de instalação em cada um dos distritos;

ii) Projeto de alteração dos diplomas legais necessários (até 31 de julho de 2012), os quais deverão ser submetidos, nos termos habituais, a consultas públicas.

Deverão ser especialmente considerados os seguintes diplomas legais:

- 1) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- 2) Decreto-Lei de Regulamentação da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- 3) Portaria de definição dos quadros de pessoal para as novas secretarias;
- 4) Estatuto dos Magistrados Judiciais;
- 5) Estatuto do Ministério Público;
- 6) Estatuto dos Funcionários Judiciais.

f) Para operacionalizar este projeto, determino que seja constituído um grupo de trabalho que, sob minha direção, será coordenado pelo Dr. João Miguel Barros, Chefe de Gabinete, e que integrará representantes do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e de Equipamentos do Ministério da Justiça, da Direção-Geral da Administração da Justiça, da Direção-Geral da Polícia de Justiça e do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.

O grupo de trabalho deverá desenvolver, promover e acompanhar as iniciativas descritas nos pontos anteriores, ou outras que se mostrem adequadas ao escopo do projeto a desenvolver;

g) A execução no terreno da nova estrutura judiciária deverá ocorrer no ano de 2013.

6 de fevereiro de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

205738781

## Polícia Judiciária

## Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

## Aviso n.º 2720/2012

**Procedimento concursal externo de ingresso para admissão de 100 candidatos ao curso de formação de inspetores estagiários da Polícia Judiciária**

Nos termos do n.º 1, alínea b), do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, e para efeitos do disposto nos artigos 166.º a 175.º do Código do Procedimento Administrativo, faz-se público que a lista de classificação final do procedimento concursal externo de ingresso com vista à admissão de 100 candidatos ao curso de formação de inspetores, para preenchimento de igual número de postos de trabalho do mapa de pessoal da Polícia Judiciária, da categoria de inspetor estagiário, carreira de investigação criminal aberto por Aviso n.º 8693/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 85 de 03.05.2010, devidamente homologada por despacho de 09 de fevereiro de 2012, do Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, será afixada, a partir da data da publicação do presente aviso no seguinte serviço e local:

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária, sita no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 40.º e no n.º 2 do artigo 43.º, conjugado com a alínea b), do artigo 44.º todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso para, caso quei-

ram, interpor recurso hierárquico, com efeitos suspensivos, para S. Ex.ª a Ministra da Justiça.

Mais se informa que o processo do concurso se encontra à disposição dos interessados, para consulta, das 09H00 às 12H00 e das 14H00 às 17H00, de segunda-feira a sexta-feira, na Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas da Polícia Judiciária, sita no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

10 de fevereiro de 2012. — Pela Diretora da Unidade, o Chefe de Área, *António Barbosa*.

205739891

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

## Gabinete do Secretário de Estado do Emprego

## Despacho n.º 2487/2012

No uso dos poderes que me foram conferidos pelo despacho n.º 10353/2011, de 5 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de agosto de 2011, e ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 165/85, de 16 de maio, e do n.º 4 da cláusula vii, do protocolo homologado pela Portaria n.º 925/87, de 4 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 231/98, de 11 de abril, que criou o Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e Mobiliário (CFPMIM), sob proposta da Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, IP), exonero Luciano Rogério Pinto da Mota Magalhães do cargo de vogal do conselho de administração do CFPMIM e nomeio para o mesmo cargo, pelo período de três anos, Pedro Nuno Crava Ferreira de Sousa Ribeiro.

O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de janeiro de 2012.

10 de fevereiro de 2012. — O Secretário de Estado do Emprego, *Pedro Miguel Rodrigues da Silva Martins*.

205739526

## Autoridade para as Condições de Trabalho

## Declaração de retificação n.º 255/2012

Por ter sido publicado com inexatidão no despacho (extrato) n.º 946/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 24 de janeiro de 2012, p. 2765, retifica-se que onde se lê «Chefe de Divisão de Divulgação e Documentação» deve ler-se «Chefe de Divisão de Informação e Documentação».

9 de fevereiro de 2012. — O Inspetor-Geral do Trabalho, *José Luís Forte*.

205738579

## Direção-Geral de Energia e Geologia

## Édito n.º 69/2012

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, estará patente na Direção-Geral de Energia e Geologia, sita em Lisboa, na Av. 5 de Outubro, n.º 87, e nas secretarias das Câmaras Municipais de Paredes, Valongo e Maia, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da data da publicação destes editos no «Diário da República», o projeto apresentado pela REN — Rede Elétrica Nacional, S. A., a que se refere o processo E/ 1.0/67692, para:

Alteração da tensão de 220 kV para 400 kV da linha Recarei-Vermoin 3, na extensão de 18.846 m, em apoios comuns com a linha Recarei-Vermoin 2, a 220 kV.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes na referida Direção-Geral ou nas secretarias daquelas Câmaras Municipais dentro do citado prazo.

9 de fevereiro de 2012. — A Chefe de Divisão de Licenciamento e Fiscalização, *Maria José Espírito Santo*.

305728153





### **Anexo 3: Listagem de entidades ouvidas**





### Listagem de entidades ouvidas

Câmaras	Data
Cabeceiras de Basto	06-Mar-12
Alfândega da Fé	07-Mar-12
Almodôvar	07-Mar-12
Penamacor	12-Mar-12
Mira	12-Mar-12
Penela	12-Mar-12
Arraiolos	14-Mar-12
Monchique	14-Mar-12
Portel	15-Mar-12
Sabugal	16-Mar-12
Fornos de Algodres	16-Mar-12
Ansião	16-Mar-12
Figueira de Castelo Rodrigo	16-Mar-12
Castelo de Vide	19-Mar-12
Sines	20-Mar-12
Tabuaço	22-Mar-12
Armamar	22-Mar-12
Nelas	22-Mar-12
Vila Nova de Famalicão	23-Mar-12
São Vicente - Madeira	23-Mar-12
Castro daire	26-Mar-12
Paredes de Coura	26-Mar-12
Melgaço	26-Mar-12
Oliveira de Frades	27-Mar-12
Murça	27-Mar-12
Tábua	27-Mar-12
Alcanena	27-Mar-12
Penacova	29-Mar-12
Pampilhosa da Serra	04-Abr-12
Soure	04-Abr-12
Cadaval	12-Abr-12
Covilhã, Belmonte e Fundão	19-Abr-12
Oliveira de Azemeis	24-Abr-12
Bombarral	24-Abr-12
Anadia	26-Abr-12
Aguiar da Beira	26-Abr-12
Mesão Frio	26-Abr-12
Lamego	30-Abr-12
Sabrosa	30-Abr-12
Chaves	30-Abr-12
Paredes	08-Mai-12
Entroncamento	10-Mai-12
Mondim de Basto	10-Mai-12
Barreiro	14-Mai-12
Vouzela	16-Mai-12
Satão	17-Mai-12
Total 48	





## **Anexo 4: Listagem e situação dos tribunais a extinguir**





**Tribunais com proposta de extinção - Total 54**

**AÇORES**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Nordeste	123
2. Povoação (a)	181
Total 2	

**AVEIRO**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Sever do Vouga	193
Total 1	

**BEJA**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Almodôvar	197
2. Mértola (a)	164
Total 2	

**BRAGANÇA**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Alfandega da Fé	142
2. Carrazeda de Ansiães	164
3. Miranda do Douro (a)	193
4. Vimioso	123
5. Vinhais	151
Total 5	

**CASTELO BRANCO**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Oleiros	106
2. Penamacor	136
Total 2	



**COIMBRA**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Mira	205
2. Pampilhosa da Serra	43
3. Penela	84
4. Soure	221
Total 4	

\*não havia sido considerado o movimento processual respeitante Vila Nova de Poiares.

**ÉVORA**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Arraiolos	165
2. Portel	81
Total 2	

**FARO**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Monchique	80
Total 1	

**GUARDA**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Fornos de Algodres	157
2. Meda	166
3. Sabugal	208
4. Vila Nova Foz Côa (a)	217
Total 4	

**LEIRIA**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Alvaiázere	121
2. Ansião	233
3. Bombarral	172
Total 3	





**LISBOA NORTE**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Cadaval	161
Total 1	

**MADEIRA**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. São Vicente	122
Total 1	

**PORTALEGRE**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Avis (b)	267
2. Castelo de Vide	191
3. Nisa (a)	209
Total 3	

**SANTARÉM**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Alcanena	220
2. Ferreira do Zêzere	151
3. Golegã (a)	191
4. Mação	100
Total 4	

**SETÚBAL**

Atual comarca	Cível e criminal	FM e Trabalho
1. Alcácer do Sal (a)	227	
2. Sines		142
Total 2		

**VIANA DO CASTELO**

Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Melgaço	196
2. Paredes de Coura	190
Total 2	



VILA REAL	
Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Boticas	79
2. Mesão Frio	69
3. Mondim de Basto (a)	131
4. Murça	85
5. Sabrosa	101
6. Valpaços (a)	219
Total 6	

VISEU	
Atual comarca	Áreas cível e criminal
1. Armamar	110
2. Castro Daire	170
3. Nelas	217
4. Oliveira de Frades	210
5. Resende	151
6. São João da Pesqueira (a)	113
7. Sátão (a)	180
8. Tabuaço	79
9. Vouzela (a)	225
Total 9	

Total Geral	54
-------------	----

(a) Tribunais cuja extinção não havia sido proposta no "Ensaio" - 12 tribunais.

(b) A atual degradação das Instalações justificam a proposta de extinção (os Senhores Magistrados, por decisão do CSM, estão instalados no Tribunal de Fronteira).

NOTA: A revisão dos dados estatísticos e a alteração de competência material e territorial determinou que os tribunais de **Castelo de Paiva**, **Cabeceiras de Basto**, **Penacova** e **Tábua**, cuja extinção havia sido proposta no "Ensaio" não se devesse concretizar.



COMARCA DOS AÇORES - EXTINÇÃO / NORDESTE

Inst. Local

Nordeste  
(Tribunal com proposta de extinção)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
	Situação atual		27	53	1	2	3	12	9	2	33	15	157
	Situação após reorganização			53	1			12	9		33	15	123
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	Não	Não	Não	Sim	5291	4920	-7,01%	TT de Ponta Delgada	65	56		

Inst. Central

Ribeira Grande  
Tribunal de destino  
(Instância Local)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
	Situação atual			483	5	11	36	139	82	18	207	172	1153
	Situação após reorganização			483	5			139	82		207	172	1088
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Nordeste	0	0	536	6	0	0	151	91	0	240	187	1211
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
CM		Sim	Sim	28462	32032	12,54%	TT de Ponta Delgada						

Inst. Centrais

Ponta Delgada  
Tribunal de destino  
(Instâncias Centrais)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Nordeste)		27			2	3			2			34

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal do Nordeste na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 7,01% (a população em 2001 era de 5.291 habitantes e passou a 4.920 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal do Nordeste está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino (Instância Local)	Tempo (min.)	Distância (Km)
Nordeste	123	Ribeira Grande	65	56

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação da extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DOS AÇORES - EXTINÇÃO / POVOAÇÃO

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Povoação (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		32	75	0	4	7	23	11	7	46	26	231
	Situação após reorganização			75	0			23	11		46	26	181
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFIJ		Sim	Sim	Sim	6726	6314	-6,13%	TT de Ponta Delgada	36	31		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Vila Franca do Campo Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual			109	1	1	17	42	16	6	72	34	298
	Situação após reorganização			109	1			42	16		72	34	274
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Povoação	0	0	184	1	0	0	65	27	0	118	60	455
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Arrendado		Sim	Em análise	11150	11255	0,94%	TT de Ponta Delgada					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Ponta Delgada Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Povoação)		32			4	7			7			50

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Povoação na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 6,13% (a população em 2001 era de 6.726 habitantes e passou a 6.314 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal da Povoação está instalado pertence ao IGFIJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino (Instância Local)	Tempo (min.)	Distância (Km)
Povoação	181	Vila Franca do Campo	36	31

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação da extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DE AVEIRO - EXTINÇÃO / SEVER DO VOUGA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2009-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Sever do Vouga (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual							54	23	2	64	52	195
	Situação após reorganização							54	23		64	52	193
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Arrendado	Não	Não	Não	Sim	13186	12347	-6,36%	JT Aveiro, JCom Aveiro, JFM Estarreja, JInstruçãoCr Agueda, JGIC Anadia	25	20		

Inst. Local

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Albergaria-A-Velha Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual							126	88	13	226	94	547
	Situação após reorganização							126	88		226	94	534
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Sever do Vouga	0	0	0	0	0	0	180	111	0	290	146	727
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFIJ		Sim	Em análise	24638	25211	2,33%	JT Aveiro, JCom Aveiro, JFM Estarreja, JInstruçãoCr Agueda, JGIC Anadia					

Inst. Central

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2009-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Aveiro	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Sever do Vouga)									2			2

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Sever do Vouga na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 6,36% (a população em 2001 era de 13.186 habitantes e passou a 12.347 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Sever do Vouga está instalado, é arrendado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número significativo, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE BEJA - EXTINÇÃO / ALMODÔVAR

Inst. Local

Inst. Central

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Almodôvar (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		30	58	1	4	10	36	10	3	37	25	214
	Situação após reorganização		30	58	1			36	10		37	25	197
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	IRN	Não	Não	Sim	8145	7471	-8,28%	TT Beja	32	39		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Ourique Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		55	136	3	4	22	36	29	6	71	80	442
	Situação após reorganização		55	136	3			36	29		71	80	410
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Almodôvar	0	85	194	4	0	0	72	39	0	108	105	607
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Sim	6199	5387	-13,10%	TT Beja					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Beja (Tribunal de destino (instâncias Centrais))	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Almodôvar)						10			3			13

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Almodôvar na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 8,28% (a população em 2001 era de 8.145 habitantes e passou a 7.471 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Almodôvar está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino (Instância Local)	Tempo (min.)	Distância (Km)
Almodôvar	197	Ourique	32	39

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação da extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DE BEJA - EXTINÇÃO / MÉRTOLA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Mértola (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		21	56	1	2	12	24	14	2	23	25	180
	Situação após reorganização		21	56	1			24	14		23	25	164
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Estado		Sim		Sim	8712	7289	-16,33%	TT Beja	52	54		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Beja Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	294	246	802	10	14	58	139	98	25	240	210	2136
	Situação após reorganização		246	802	10			139	98		240	210	1745
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Mértola)	0	267	858	11	0	0	163	112	0	263	235	1909
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
IGFJJ		Sim	Em análise	35762	35730	-0,09%	TT Beja						

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Beja Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Mértola)						12			2			14

**Pressupostos que fundamentam a extinção:**

- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 16,33% (a população em 2001 era de 8.712 habitantes e passou a 7.289 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Mértola está instalado pertence ao Estado.
- Apesar das distâncias, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino (Instância Local)	Tempo (min.)	Distância (Km)
Mértola	164	Beja	52	54

**Pressupostos para a criação da extensão:**

A criação da extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DE BRAGANÇA - EXTINÇÃO / ALFÂNDEGA DA FÉ													
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Alfândega da Fé (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		18	46	1	5	6	30	9	3	22	16	156
	Situação após reorganização		18	46	1			30	9		22	16	142
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	Não	Não	Não	Sim	5963	5095	-14,56%	TT Bragança	39	29		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Vila Flor Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		25	82	2	2	11	40	24	3	24	25	238
	Situação após reorganização		25	82	2			40	24		24	25	222
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Alfândega da Fé)	0	43	128	3	0	0	70	33	0	46	41	364
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	CM		Sim	Sim	7913	6690	-15,46%	TT Bragança					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Bragança	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Alfândega da Fé)						6			3			9

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Alfândega da Fé na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 14,56% (a população em 2001 era de 5.963 habitantes e passou a 5.095 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Alfândega da Fé está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).





COMARCA DE BRAGANÇA - EXTINÇÃO / CARRAZEDA DE ANSIÃES

Inst. Central

Inst. Local

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Carrazeda de Ansiães (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		28	51	1	1	8	23	11	3	27	23	176
	Situação após reorganização		28	51	1			23	11		27	23	164
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	CM	Não	Não	Sim	7642	6322	-17,27%	TT Bragança	29	18		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Vila Flor Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		25	82	2	2	11	40	24	3	24	25	238
	Situação após reorganização		25	82	2			40	24		24	25	222
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Carrazeda de Ansiães)	0	53	133	3	0	0	63	35	0	51	48	386
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
CM		Sim	Em análise	7913	6690	-15,46%	TT Bragança						
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Bragança	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Carrazeda de Ansiães)						8			3			11

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Carrazeda de Ansiães na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 17,27% (a população em 2001 era de 7.642 habitantes e passou a 6.322 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Carrazeda de Ansiães está instalado pertence à Câmara Municipal.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).





Inst. Central

Inst. Local

COMARCA DE BRAGANÇA - EXTINÇÃO / VIMIOSO

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Vimioso (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		14	57	0	1	6	15	5	1	21	11	131
	Situação após reorganização		14	57				15	5		21	11	123
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	IRN	Não	Não	Sim	5315	4680	-11,95%	TT Bragança	56	48		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Bragança Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	397	159	649	16	23	63	174	114	20	206	194	2015
	Situação após reorganização		159	649	16			174	114		206	194	1512
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Vimioso)	0	173	706	16	0	0	189	119	0	227	205	1635
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Em análise	34750	35319	1,64%	TT Bragança					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Bragança Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Vimioso)						6			1			7

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Vimioso na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 11,95% (a população em 2001 era de 5.315 habitantes e passou a 4.680 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Vimioso está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino (Instância Local)	Tempo (min.)	Distância (Km)
Vimioso	123	Bragança	56	48

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação da extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DE BRAGANÇA - EXTINÇÃO / VINHAIS													
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Vinhais (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		17	46	1	3	9	29	10	3	33	15	166
	Situação após reorganização		17	46	1			29	10		33	15	151
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJ	IRN e Repartição de Finanças	Não	Não	Sim	10646	9166	-13,90%	TT Bragança	36	33		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Bragança Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	397	159	649	16	23	63	174	114	20	206	194	2015
	Situação após reorganização		159	649	16			174	114		206	194	1512
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Vinhais)	0	176	695	17	0	0	203	124	0	239	209	1663
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Em análise	34750	35319	1,64%	TT Bragança					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Bragança Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Vinhais)						9			3			12

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Vinhais na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 13,90% (a população em 2001 era de 10.646 habitantes e passou a 9.166 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Vinhais está instalado pertence à IGFJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino (Instância Local)	Tempo (min.)	Distância (Km)
Vinhais	151	Bragança	36	33

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação da extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DE CASTELO BRANCO - EXTINÇÃO / OLEIROS

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Oleiros (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		12	35	1	2	6	30	10	3	23	8	130
	Situação após reorganização			35				30	10		23	8	106
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	CM	Não	Não	Sim	6677	5702	-14,60%	TT Castelo Branco	37	28		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Sertã Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		62	330	7	9	41	89	68	10	79	53	748
	Situação após reorganização			330				89	68		79	53	619
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Oleiros)	0	0	365	0	0	0	119	78	0	102	61	725
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Em análise	16720	15927	-4,74%	TT Castelo Branco					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Castelo Branco Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Oleiros)		12				6			3			22
Covilhã Tribunal de destino (Instâncias Centrais)					1								

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Oleiros na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 14,60% (a população em 2001 era de 6.677 habitantes e passou a 5.702 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Oleiros está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número significativo, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE CASTELO BRANCO - EXTINÇÃO / PENAMACOR

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010												
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total	
Penamacor (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		14	55	4	7	6	28	11	3	27	15	170	
	Situação após reorganização			55				28	11		27	15	136	
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)			
	CM	Não	Não	Sim	Sim	6658	5652	-15,11%	TT Castelo Branco	44	34			
Fundão Tribunal de destino (Instância Local)	Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
			Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
	Situação atual		112	394	16	16	37	106	83	19	123	147	1053	
	Situação após reorganização			394				106	83		123	147	853	
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Penamacor)	0	0	449	0	0	0	134	94	0	150	162	989	
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada						
Estado		Sim	Sim	31482	29172	-7,34%	TT Castelo Branco							
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010												
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total	
Castelo Branco Tribunal de destino (instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Penamacor)						6			3			27	
Covilhã Tribunal de destino (instâncias Centrais)			14		4									

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Penamacor na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 15,11% (a população em 2001 era de 6.658 habitantes e passou a 5.652 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Penamacor está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino (Instância Local)	Tempo (min.)	Distância (Km)
Penamacor	136	Fundão	44	34

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação da extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DE COIMBRA / MIRA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Mira <small>Tribunal com proposta de extinção</small>	Situação atual		48	153	6	8	22	54	43	1	65	43	443
	Situação após reorganização							54	43		65	43	205
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente			Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)	
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	Não	Sim	Não	Sim	12872	12363	-3,95%	TT da Figueira da Foz	32	46		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Figueira da Foz <small>Tribunal de destino (instância Local)</small>	Situação atual	253	422	1146	36	42	163	303	242	21	417	219	3264
	Situação após reorganização							303	242		417	219	1181
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Mira	0	0	0	0	0	0	357	285	0	482	262	1386
	Instalações			População Residente				Oferta especializada atual					
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
			Sim	Em análise	62601	62124	-0,76%	TT de Figueira da Foz					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Coimbra <small>Tribunal de destino (instâncias Centrais)</small>	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Mira)			153	6	8	22			1			190
Figueira da Foz <small>Tribunal de destino (instâncias Centrais)</small>			48										48

**Pressupostos que fundamentam a extinção:**

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Mira na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 3,95% (a população em 2001 era de 12.872 habitantes e passou a 12.363 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Mira está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Mira	205	Figueira da Foz	32	46

**Pressupostos para a criação da extensão:**

A criação de extensão justifica-se atenta procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.



COMARCA DE COIMBRA - EXTINÇÃO / PAMPILHOSA DA SERRA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Pampilhosa da Serra (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual			30	0	3	5	15	5	1	15	8	82
	Situação após reorganização							15	5		15	8	43
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços Instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJ	IRN	Não	Não	Sim	5220	4487	-14,04%	TT e TFM de Coimbra	1h41m	87		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Coimbra Tribunal de destino (instância Local)	Situação atual	524	854	3107	99	109	306	653	658	133	974	490	7907
	Situação após reorganização							653	658		974	490	2775
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Pampilhosa da Serra	0	0	0	0	0	0	668	663	0	989	498	2818
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços Instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Arrendado / Estado / IGFJ		Sim	Em análise	148443	143052	-3,63%	TT e TFM de Coimbra					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Coimbra Tribunal de destino (instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Pampilhosa da Serra)			30	0	3	5			1			39

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Pampilhosa da Serra na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 14,04% (a população em 2001 era de 5.220 habitantes e passou a 4.487 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Pampilhosa da Serra está instalado pertence ao IGFJ.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Pamp. da Serra	43	Coimbra	1h41m	87

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se uma vez que a distância em relação ao tribunal mais próximo é superior a 1 hora.





COMARCA DE COIMBRA - EXTINÇÃO / PENELA

Inst. Local

Inst. Central

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Penela (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual			72	5	5	11	24	25	1	28	7	178
	Situação após reorganização							24	25		28	7	84
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Estado	IRN	Não	Sim	Sim	6594	5980	-9,31%	TT e TFM de Coimbra	15	15		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Condeixa-A-Nova Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual			196	10	13	37	65	55	6	81	49	512
	Situação após reorganização							65	55		81	49	250
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Penela	0	0	0	0	0	0	89	80	0	109	56	334
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFIJ		Sim	Sim	15340	17163	11,88%	TT e TFM de Coimbra					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Coimbra Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Penela)			72	5	5	11			1			94

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Penela na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 9,31% (a população em 2001 era de 6.594 habitantes e passou a 5.980 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Penela está instalado pertence ao Estado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE COIMBRA - EXTINÇÃO / SOURE

Soure  
(Tribunal com  
proposta de  
extinção)

Inst. Local

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Soure (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		76	187	6	6	28	75	53	2	58	35	526
	Situação após reorganização							75	53		58	35	221
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Materia especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJ	IRN	Não	Não	Sim	20940	19174	-8,43%	TT de Coimbra	37	33		

Inst. Central

Coimbra  
Tribunal de destino  
(instância Local)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Coimbra Tribunal de destino (instância Local)	Situação atual	524	854	3107	99	109	306	653	658	133	974	490	7907
	Situação após reorganização							653	658		974	490	2775
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Soure	0	0	0	0	0	0	728	711	0	1032	525	2996
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Materia especializada					
Arrendado / Estado / IGFJ			Sim	Em análise	148443	143052	-3,63%	TT de Coimbra					

Inst. Central

Coimbra  
Tribunal de destino  
(instâncias Centrais)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Coimbra Tribunal de destino (instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Soure)		76	187	6	6	28			2			305

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Soure na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 8,43% (a população em 2001 era de 20.940 habitantes e passou a 19.174 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Soure está instalado pertence ao IGFJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Soure	221	Coimbra	37	33

Pressupostos para a criação da extensão:

O acesso a serviços de justiça corresponde a uma procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.



COMARCA DE ÉVORA - EXTINÇÃO / ARRAIOLOS

Inst. Local

Arraiolos  
(Tribunal com proposta de extinção)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Arraiolos (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		39	138	1	0	12	34	23	3	56	51	357
	Situação após reorganização				1			34	23		56	51	165
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente			Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)	
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Estado	Não	Não	Não	Não	7616	7352	-3,47%	TT de Évora	25	22		

Inst. Central

Évora  
Tribunal de destino (Instância Local)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Évora Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	390	368	1400	32	83	92	246	183	32	373	342	3541
	Situação após reorganização				32			246	183		373	342	1176
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Arraiolos	0	0	0	33	0	0	280	206	0	429	393	1341
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	C.M.		Sim	Em análise	56519	57073	0,98%	TT de Évora					

Inst. Centrais

Évora  
Tribunal de destino (Instâncias Centrais)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Évora Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Arraiolos)		39			0	12			3			54
	Montemor-o-Novo Tribunal de destino (Instâncias Centrais)			138									138

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 3,47% (a população em 2001 era de 7.616 habitantes e passou a 7.352 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Arraiolos está instalado pertence ao Estado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Arraiolos	165	Évora	25	22

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.



COMARCA DE ÉVORA - EXTINÇÃO / PORTEL

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Portel (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		27	75	2	0	9	20	11	1	30	18	193
	Situação após reorganização				2			20	11		30	18	81
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Estado	IRN	Não	Não	Não	7109	6420	-9,69%	TT de Beja	41	43		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Évora Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	390	368	1400	32	83	92	246	183	32	373	342	3541
	Situação após reorganização				32			246	183		373	342	1176
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Portel	0	0	0	34	0	0	266	194	0	403	360	1257
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	C.M.		Sim	Em análise	56519	57073	0,98%	TT de Évora					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Évora Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Portel)		27				9			1			37
Montemor-o-Novo Tribunal de destino (Instâncias Centrais)				75									75

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Portel e na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 9,69% (a população em 2001 era de 7.109 habitantes e passou a 6.420 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Portel está instalado pertence ao Estado.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número significativo, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).





COMARCA DA GUARDA - EXTINÇÃO / MEDA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Meda (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		24	46	1	5	7	41	10	2	27	17	180
	Situação após reorganização		24	46	1			41	10		27	17	166
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (km) (b)		
	Estado				SIM	6239	5163	-17,25%	TT da Guarda	32	31		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Trancoso Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		28	115	2	4	12	51	26	2	40	56	336
	Situação após reorganização		28	115	2			51	26		40	56	318
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Meda	0	52	161	3	0	0	92	36	0	67	73	484
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
IGFIJ		Sim	Em análise	10889	9954	-8,59%	TT da Guarda						

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Guarda Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Meda)						7			2			9

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal da Meda na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 17,25% (a população em 2001 era de 6.239 habitantes e passou a 5.163 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal da Meda está instalado pertence ao Estado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Meda	166	Trancoso	32	31

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após a reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DA GUARDA - EXTINÇÃO / SABUGAL

Inst. Local

Inst. Central

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Sabugal (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		23	70	2	3	6	36	20	3	27	30	220
	Situação após reorganização		23	70	2			36	20		27	30	208
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJJ	IRN	Não	Não	SIM	14871	12544	-15,65%	TT da Covilhã	40	32		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Guarda Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	513	176	571	20	33	92	173	130	23	213	116	2060
	Situação após reorganização		176	571	20			173	130		213	116	1399
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Sabugal	0	199	641	22	0	0	209	150	0	240	146	1607
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFJJ		Sim	Em análise	43822	42460	-3,11%	TT da Guarda					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Guarda Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Sabugal)						6			3			9

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal do Sabugal na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 15,65% (a população em 2001 era de 14.871 habitantes e passou a 12.544 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal do Sabugal está instalado pertence ao IGFJJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Sabugal	208	Guarda	40	32

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.



COMARCA DA GUARDA - EXTINÇÃO / VILA NOVA DE FOZ CÔA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Vila Nova de Foz Côa (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		29	58	2	8	10	47	12	4	38	31	239
	Situação após reorganização		29	58	2			47	12		38	31	217
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente			Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJJ		Sim	Em análise	SIM	8494	7318	-13,85%	TT da Covilhã	52	37		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Figueira de Castelo Rodrigo Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		26	88	1	5	7	30	25	4	32	25	243
	Situação após reorganização		26	88	1			30	25		32	25	227
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente			Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)			
	CM		Sim	Em análise	7158	6259	-12,56%	TT da Guarda					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Guarda Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Vila Nova de Foz Côa)						10			4			14

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Vila Nova de Foz Côa na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 13,85% (a população em 2001 era de 8.494 habitantes e passou a 7.318 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Vila Nova de Foz Côa está instalado pertence ao IGFJJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Vila Nova de Foz Côa	217	Figueira de Castelo Rodrigo	52	37

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.





COMARCA DA GUARDA - EXTINÇÃO / FORNOS DE ALGODRES

Inst. Local

Inst. Centrl.

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Fornos de Algodres (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		20	60	2	2	5	21	12	2	24	18	166
	Situação após reorganização		20	60	2			21	12		24	18	157
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFIJ	IRN	Não	Não	SIM	5629	4991	-11,33%	TT da Guarda	14	17		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Celorico da Beira Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		34	99	2	7	10	61	25	2	53	35	328
	Situação após reorganização		34	99	2			61	25		53	35	309
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Fornos de Algodres	0	54	159	4	0	0	82	37	0	77	53	466
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
C.M.		Sim	Em análise	8875	7695	-13,30%	TT da Guarda						
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Guarda Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Fornos de Algodres)						5			2			7

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Fornos de Algodres na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 11,33% (a população em 2001 era de 5.629 habitantes e passou a 4991 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Fornos de Algodres está instalado pertence ao IGFIJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE LEIRIA - EXTINÇÃO / ALVAIÁZERE

Inst. Local

Alvaiázere  
(Tribunal com proposta de extinção)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
	Situação atual		25	96	5	4	13	31	32	1	38	20	265
	Situação após reorganização							31	32		38	20	121
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente			Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Materia especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJ	IRN	Não	Não	SIM	8438	7283	-13,69%	TT de Coimbra	30	30		

Inst. Central

Figueiró dos Vinhos  
Tribunal de destino (instância Local)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
	Situação atual		69	165	4	8	19	63	44	2	89	67	530
	Situação após reorganização							63	44		89	67	263
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Alvaiázere	0	0	0	0	0	0	94	76	0	127	87	384
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Materia especializada					
	IGFJ		Sim	Em análise	7352	6148	-16,38%	TT de Coimbra					

Inst. Central

Leiria  
Tribunal de destino (instâncias Centrais)

Pombal  
Tribunal de destino (instâncias Centrais)

Marinha Grande  
Tribunal de destino (instâncias Centrais)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Alvaiázere)		25			4	13			1			43
				96									96
					5								5

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Alvaiázere na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 13,69% (a população em 2001 era de 8.438 habitantes e passou a 7.283 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Alvaiázere está instalado pertence ao IGFJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Alvaiázere	121	Figueiró dos Vinhos	30	30

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após a reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DE LEIRIA - EXTINÇÃO / ANSIÃO

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Ansião (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		52	199	7	10	20	60	64	0	60	49	521
	Situação após reorganização							60	64		60	49	233
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente			Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)	
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFIJ	IRN	Não	Não	SIM	13719	13100	-4,51%	TT de Coimbra	24	20		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Pombal Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		281	1037	53	39	147	367	227	21	343	194	2709
	Situação após reorganização							367	227		343	194	1131
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Ansião	0	0	0	0	0	0	427	291	0	403	243	1364
	Instalações			População Residente				Oferta especializada atual					
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFIJ		Sim	Em análise	56299	55183	-1,98%	TT de Coimbra					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Leiria Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Ansião)		52			10	20			0			82
Pombal Tribunal de destino (Instâncias Centrais)				199									199
Marinha Grande Tribunal de destino (Instâncias Centrais)					7								7

Inst. Local

Inst. Central

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Ansião na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 4,51% (a população em 2001 era de 13.719 habitantes e passou a 13.100 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Ansião está instalado pertence ao IGFIJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Ansião	233	Pombal	24	20

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.



COMARCA DE LEIRIA - EXTINÇÃO / BOMBARRAL

Média de processos entrados 2008-2010													
Atuais Comarcas		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Bombarral (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		90	241	10	6	21	51	32	1	44	45	541
	Situação após reorganização							51	32		44	45	172
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	C.M.	Não	Não	Não	SIM	13324	13148	-1,32%	TT das Caldas da Rainha	18	21		
Média de processos entrados 2008-2010													
Atuais Comarcas		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Caldas da Rainha Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	381	424	1167	38	30	129	250	213	28	355	154	3169
	Situação após reorganização							250	213		355	154	972
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Bombarral	0	0	0	0	0	0	301	245	0	399	199	1144
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Sim	48846	51645	5,73%	TT de Caldas da Rainha					
Média de processos entrados 2008-2010													
Atuais Comarcas		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Leiria Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Bombarral)					6	21			1			28
Caldas da Rainha Tribunal de destino (Instâncias Centrais)			90										90
Alcobça Tribunal de destino (Instâncias Centrais)				241	10								251

**Pressupostos que fundamentam a extinção:**

- Propõe-se a extinção do Tribunal do Bombarral na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 1,32% (a população em 2001 era de 13.324 habitantes e passou a 13.148 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Bombarral está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE LISBOA NORTE - EXTINÇÃO / CADAVAL

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Cadaval (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		76	197	8	4	21	58	36	2	37	30	469
	Situação após reorganização							58	36		37	30	161
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Estado	IRN	Não	Não	Sim	13943	14238	2,12%	TT de Torres Vedras	29	32		

Inst. Local

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Torres Vedras Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	235	547	1582	39	43	147	305	222	27	447	344	3938
	Situação após reorganização							305	222		447	344	1318
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Cadaval)	0	0	0	0	0	0	363	258	0	484	374	1479
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFIJ		Sim	Em análise	72250	79500	10,03%	TT Torres Vedras					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Loures Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Cadaval)			197		4	21			2			308
Torres Vedras Tribunal de destino (Instâncias Centrais)			76										
Vila Franca de Xira Tribunal de destino (Instâncias Centrais)					8								

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal do Cadaval na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal do Cadaval está instalado pertence ao Estado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DA MADEIRA - EXTINÇÃO / S. VICENTE

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
São Vicente (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		46	64	1	4	10	22	10	2	37	53	249
	Situação após reorganização							22	10		37	53	122
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	Não	Não	Não	Sim	6198	5721	-7,70%	TT Funchal	27	34		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Funchal Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	708	1196	3444	82	54	379	771	479	93	810	737	8753
	Situação após reorganização							771	479		810	737	2797
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (São Vicente)	0	0	0	0	0	0	793	489	0	847	790	2919
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Em análise	103961	112015	7,75%	TT Funchal, TFM Funchal					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Funchal Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (São Vicente)		46	64	1	4	10			2			127

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de São Vicente na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização). • No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 7,70% (a população em 2001 era de 6.198 habitantes e passou a 5.721 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de São Vicente está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino (Instância Local)	Tempo (min.)	Distância (Km)
São Vicente	122	Funchal	27	34

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação da extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DE PORTALEGRE - EXTINÇÃO / AVIS

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Avis (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		41	121	2	4	13	23	15	2	42	23	286
	Situação após reorganização		41	121	2			23	15		42	23	267
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (mn.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	Não	Não	Não	Sim	5197	4576	-11,95%	TT Portalegre	28	25		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Fronteira Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		44	165	2	6	14	49	23	4	58	41	406
	Situação após reorganização		44	165	2			49	23		58	41	382
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Avis)	0	85	286	4	0	0	72	38	0	100	64	649
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
Portalegre Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	CM		Sim	Sim	3732	3412	-8,57%	TT Portalegre					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Portalegre Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Avis)						13			2			15

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Avis na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 11,95% (a população em 2001 era de 5.197 habitantes e passou a 4.576 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Avis está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE PORTALEGRE - EXTINÇÃO / CASTELO DE VIDE

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Castelo de Vide (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		24	69	1	3	8	24	14	1	34	25	203
	Situação após reorganização		24	69	1			24	14		34	25	191
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	CM	IRN	Não	Não	Sim	3872	3376	-12,81%	TT Portalegre	21	20		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Portalegre Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	335	177	525	14	27	58	114	104	18	175	137	1684
	Situação após reorganização		177	525	14			114	104		175	137	1246
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Castelo de Vide)	0	201	594	15	0	0	138	118	0	209	162	1437
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFJ		Sim	Sim	25980	24973	-3,88%	TT Portalegre					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Portalegre Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Castelo de Vide)						8			1			9

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Castelo de Vide na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 12,81% (a população em 2001 era de 3.872 habitantes e passou a 3.376 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Castelo de Vide está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).





COMARCA DE PORTALEGRE - EXTINÇÃO / NISA

Inst. Local

Nisa  
(Tribunal com proposta de extinção)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
	Situação atual		26	94	0	4	8	24	14	2	34	17	223
	Situação após reorganização		26	94				24	14		34	17	209
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJ		Não		Sim	8585	7350	-14,39%	TT Portalegre	37	36		

Inst. Central

Portalegre  
Tribunal de destino  
(Instância Local)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
	Situação atual	335	177	525	14	27	58	114	104	18	175	137	1684
	Situação após reorganização		177	525	14			114	104		175	137	1246
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto (Nisa)	0	203	619	14	0	0	138	118	0	209	154	1455
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFJ				25980	24973	-3,88%	TT Portalegre					

Inst. Centrais

Portalegre  
Tribunal de destino  
(Instâncias Centrais)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Nisa)						8			2			10

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Nisa na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 14,39% (a população em 2001 era de 8.585 habitantes e passou a 7.350 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Nisa está instalado pertence ao IGFJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino (Instância Local)	Tempo (min.)	Distância (Km)
Nisa	209	Portalegre	37	36

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação da extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 200 processos, após reorganização.



COMARCA DE SANTARÉM - EXTINÇÃO / ALCANENA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Alcanena (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		82	254	13	7	26	70	58	5	57	35	607
	Situação após reorganização							70	58		57	35	220
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente			Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)	
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	C.M.	Não	Não	Não	SIM	14600	13884	-4,90%	TT de Tomar	32	42		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Santarém Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	263	306	1601	29	94	111	238	222	45	350	255	3514
	Situação após reorganização							238	222		350	255	1065
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Alcanena	0	0	0	0	0	0	308	280	0	407	290	1285
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
C.M.		Sim	Em análise	63563	62162	-2,20%	TT de Santarém						

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Santarém Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Alcanena)		82		13	7	26			5			133
Tomar Tribunal de destino (Instâncias Centrais)				254									254

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Alcanena na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 4,90% (a população em 2001 era de 14.600 habitantes e passou a 13.884 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Alcanena está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (km)
Alcanena	220	Santarém	32	42

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.





COMARCA DE SANTARÉM - EXTINÇÃO / GOLEGÃ

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Golegã (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		89	247	8	4	24	50	36	4	61	44	567
	Situação após reorganização							50	36		61	44	191
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (mn.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFIJ		Não		SIM	5710	5482	-3,99%	TT de Abrantes	44	63		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Santarém Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	263	306	1601	29	94	111	238	222	45	350	255	3514
	Situação após reorganização							238	222		350	255	1065
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Golegã	0	0	0	0	0	0	288	258	0	411	299	1256
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	C.M.		Sim	Em análise	63563	62162	-2,20%	TT de Santarém					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Santarém Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Golegã)		89		8	4	24			4			129
Tomar Tribunal de destino (Instâncias Centrais)				247									247

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal da Golegã na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 3,99% (a população em 2001 era de 5.710 habitantes e passou a 5.482 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Golegã está instalado pertence ao IGFIJ.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE SANTARÉM - EXTINÇÃO / MAÇÃO

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Mação (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		28	74	0	4	6	45	17	1	23	15	213
	Situação após reorganização							45	17		23	15	100
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Estado				SIM	8442	7383	-12,54%	TT de Abrantes	27	25		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Abrantes Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	148	285	740	24	24	74	194	121	15	176	130	1931
	Situação após reorganização							194	121		176	130	621
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Mação	0	0	0	0	0	0	239	138	0	199	145	721
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Sim	42235	39362	-6,80%	TT de Abrantes					
Santarém Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Mação)	Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Tomar Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Mação)				0	4	6			1			11
			28	74									102

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Mação na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 12,54% (a população em 2001 era de 8.442 habitantes e passou a 7.383 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Mação está instalado pertence ao Estado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE SETÚBAL - EXTINÇÃO / ALCÁCER DO SAL

Atuais Comarcas			Média de processos entrados 2008-2010										
			Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal
Alcácer do Sal (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		93	245	7	1	0	56	23	12	91	57	585
	Situação após reorganização							56	23		91	57	227
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente			Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)	
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	C.M.		Não		SIM	14287	12980	-9,15%	JGIC de Santiago do Cacém, JMPIC de Alcácer do Sal, JICrim de Alcácer do Sal, JMTPM de Sines	24	25		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Grândola Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		106	234	12	14	0	71	56	13	95	78	679
	Situação após reorganização							71	56		95	78	300
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Alcácer do Sal	0	0	0	0	0	0	127	79	0	186	135	527
	Instalações			População Residente				Oferta especializada atual					
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFJ		Sim	Em análise	14901	14854	-0,32%	JGIC de Santiago do Cacém, JMPIC de Grândola, JICrim de Grândola, JMTPM de Sines					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Setúbal Tribunal de destino (instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Alcácer do Sal)					1	0			12			13
Santiago do Cacém Tribunal de destino (instâncias Centrais)			93										93
Barreiro Tribunal de destino (instâncias Centrais)				245	7								252

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Alcácer do Sal na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 9,15% (a população em 2001 era de 14.287 habitantes e passou a 12.980 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Alcácer do Sal está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (km)
Alcácer do Sal	227	Grândola	24	25

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.

Inst. Central



COMARCA DE SETÚBAL - EXTINÇÃO / SINES

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Sines (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual	40	102										142
	Situação após reorganização												0
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente			Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Arrendado	IRN	Não	Não	SIM	13577	14260	5,03%	JGIC e JMPIC de Santiago do Cacém, JICrim de Santiago do Cacém, JMTFM de Sines	24	19		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Santiago do Cacém (Tribunal de destino (instância Local))	Situação atual	83		752	15	11	123	197	71	26	242	172	1692
	Situação após reorganização							197	71		242	172	682
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Sines	0	0	0	0	0	0	197	71	0	242	172	682
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
Santiago do Cacém (Tribunal de destino (instâncias Centrais))			Média de processos entrados 2008-2010										
			Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal
Santiago do Cacém (Tribunal de destino (instâncias Centrais))	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Sines)		40	102									142

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Sines na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Sines está instalado é arrendado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE VIANA DO CASTELO - EXTINÇÃO / MELGAÇO

Inst. Local

Inst. Central

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Melgaço (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		31	65	2	3	17	57	18	4	32	22	251
	Situação após reorganização			65	2			57	18		32	22	196
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Estado	Não	Não	Não	Sim	9996	9187	-8,09%	TT de Viana do Castelo	27	24		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Monção Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		74	182	5	11	43	131	61	2	56	67	632
	Situação após reorganização			182	5			131	61		56	67	502
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Melgaço	0	0	247	7	0	0	188	79	0	88	89	698
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
Estado		Sim	Sim	19956	19210	-3,74%	TT de Viana do Castelo						
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Viana do Castelo (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Melgaço)		31			3	17			4			55

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Melgaço na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 8,09% (a população em 2001 era de 9.996 habitantes e passou a 9.187 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Melgaço está instalado pertence ao Estado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).





COMARCA DE VIANA DO CASTELO - EXTINÇÃO / PAREDES DE COURA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Paredes de Coura (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		33	72	2	4	15	36	21	2	29	30	244
	Situação após reorganização			72	2			36	21		29	30	190
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente			Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJJ	IRN	Não	Não	Sim	9571	9251	-3,34%	TT de Viana do Castelo	35	28		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Valença Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		76	196	5	6	37	100	48	7	92	97	664
	Situação após reorganização			196	5			100	48		92	97	538
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Paredes de Coura	0	0	268	7	0	0	136	69	0	121	127	728
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFJJ		Sim	Em análise	14187	14129	-0,41%	TT de Viana do Castelo					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Viana do Castelo (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Paredes de Coura)		33			4	15			2			54

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Paredes de Coura na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 3,34% (a população em 2001 era de 9571 habitantes e passou a 9251 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Paredes de Coura está instalado pertence ao IGFJJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).





COMARCA DE VILA REAL - EXTINÇÃO / MESÃO FRIO

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Mesão Frio (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		29	55	1	3	7	24	10	1	21	13	164
	Situação após reorganização				1			24	10		21	13	69
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	C.M.	Não	Não	Não	Sim	4926	4423	-10,21%	TT de Lamego	20	14		

Inst. Local

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Peso da Régua Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		137	465	6	12	58	140	94	6	139	92	1149
	Situação após reorganização				6			140	94		139	92	471
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Mesão Frio	0	0	0	7	0	0	164	104	0	160	105	540
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFJ		Sim	Em análise	18832	17097	-9,21%	TT de Lamego					

Inst. Central

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Vila Real Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Mesão Frio)		29			3	7			1			40
Chaves Tribunal de destino (Instâncias Centrais)				55									55

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Mesão Frio na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 10,21% (a população em 2001 era de 4.926 habitantes e passou a 4.423 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Mesão Frio está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE VILA REAL - EXTINÇÃO / MONDIM DE BASTO

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Mondim de Basto (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		44	75	3	5	16	48	19	2	38	23	273
	Situação após reorganização				3			48	19		38	23	131
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Materia especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJ		Não		Sim	8573	7496	-12,56%	TT de Vila Real	62	75		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Vila Real Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	202	256	883	16	42	118	274	171	24	296	191	2473
	Situação após reorganização				16			274	171		296	191	948
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Mondim de Basto	0	0	0	19	0	0	322	190	0	334	214	1079
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Materia especializada					
	C.M.		Em análise	Sim	49957	52219	4,53%	TT de Vila Real					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Vila Real Tribunal de destino (Instâncias Centrais)			44			5	16			2			67
Chaves Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Mondim de Basto)			75									75

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Mondim de Basto na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 12,56% (a população em 2001 era de 8.573 habitantes e passou a 7.496 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Mondim de Basto está instalado pertence ao IGFJ.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Mondim de Basto	131	Vila Real	62	75

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após a reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DE VILA REAL - EXTINÇÃO / MURÇA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Murça (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		35	73	0	4	12	33	17	1	26	9	210
	Situação após reorganização				0			33	17		26	9	85
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJ	Loja do Cidadão	Sim	Não	Sim	6752	5954	-11,82%	TT de Vila Real	31	22		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Alijó Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		48	120	1	6	15	58	37	6	68	59	418
	Situação após reorganização				1			58	37		68	59	223
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Murça	0	0	0	1	0	0	91	54	0	94	68	308
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
IGFJ		Em análise	Sim	14320	11933	-16,67%	TT de Vila Real						

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Vila Real Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Murça)		35			4	12			1			52
Chaves Tribunal de destino (Instâncias Centrais)				73									73

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Murça na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 11,82% (a população em 2001 era de 6.752 habitantes e passou a 5.954 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Murça está instalado pertence ao IGFJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE VILA REAL - EXTINÇÃO / SABROSA

Inst. Local

Sabrosa  
(Tribunal com proposta de extinção)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Situação atual			36	82	1	5	15	48	12	2	25	15	241
Situação após reorganização					1			48	12		25	15	101
Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente			Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)			
C.M.	Não	Sim	Não	Sim	7032	6367	-9,46%	TT de Vila Real	33	28			

Inst. Central

Vila Real  
Tribunal de destino (Instância Local)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Situação atual		202	256	883	16	42	118	274	171	24	296	191	2473
Situação após reorganização					16			274	171		296	191	948
Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Sabrosa		0	0	0	17	0	0	322	183	0	321	206	1049
Instalações		População Residente			Oferta especializada atual								
Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada						
C.M.		Em análise	Sim	49957	52219	4,53%	TT de Vila Real						

Inst. Centrais

Vila Real  
Tribunal de destino (Instâncias Centrais)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Sabrosa)			36			5	15			2			58
				82									82

Inst. Centrais

Chaves  
Tribunal de destino (Instâncias Centrais)

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Sabrosa na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 9,46% (a população em 2001 era de 7.032 habitantes e passou a 6.367 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Sabrosa está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE VILA REAL - EXTINÇÃO / VALPAÇOS

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Valpaços (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		54	142	4	12	24	64	30	13	86	35	464
	Situação após reorganização				4			64	30		86	35	219
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJ		Não		Sim	19512	16876	-13,51%	TT de Vila Real	39	29		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Chaves Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual		173	471	12	24	81	235	125	28	180	123	1452
	Situação após reorganização				12			235	125		180	123	675
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Valpaços	0	0	0	16	0	0	299	155	0	266	158	894
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
IGFJ		Sim	Sim	43667	41444	-5,09%	TT de Vila Real						

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Vila Real Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Valpaços)					12	24			13			49
Chaves Tribunal de destino (Instâncias Centrais)			54	142									196

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Valpaços na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 13,51% (a população em 2001 era de 19.512 habitantes e passou a 16.876 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Valpaços está instalado pertence ao IGFJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Valpaços	219	Chaves	39	29

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.



COMARCA DE VISEU - EXTINÇÃO / ARMAMAR

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Armamar (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		25	72	1	1	11	38	19	2	32	21	222
	Situação após reorganização							38	19		32	21	110
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Estado	IRN	Sim	Não	Sim	7492	5853	-21,88%	TT de Lamego	22	29		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Lamego Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	146	138	455	9	12	57	153	95	9	127	141	1342
	Situação após reorganização							153	95		127	141	516
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Armamar	0	0	0	0	0	0	191	114	0	159	162	626
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFIJ	Sim	Em análise	28081	26707	-4,89%	TT de Lamego						

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Viseu Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Armamar)			72	1	1	11			2			87
Lamego Tribunal de destino (Instâncias Centrais)			25										25

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Armamar na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 21,88% (a população em 2001 era de 7.492 habitantes e passou a 5.853 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Armamar está instalado pertence ao Estado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).





COMARCA DE VISEU - EXTINÇÃO / CASTRO DAIRE

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Castro Daire (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		46	116	3	7	13	67	27	2	53	23	357
	Situação após reorganização							67	27		53	23	170
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	IGFJ	IRN	Não	Não	Sim	16990	15382	-9,46%	TT de Lamego	29	32		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Lamego Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	146	138	455	9	12	57	153	95	9	127	141	1342
	Situação após reorganização							153	95		127	141	516
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Castro Daire	0	0	0	0	0	0	220	122	0	180	164	686
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
IGFJ		Sim	Em análise	28081	26707	-4,89%	TT de Lamego						

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Viseu Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Castro Daire)			116	3	7	13			2			141
Tribunal de destino (Instâncias Centrais)			46										46

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Castro Daire na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 9,46% (a população em 2001 era de 16.990 habitantes e passou a 15.382 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Castro Daire está instalado pertence ao IGFJ.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DE VISEU - EXTINÇÃO / NELAS

Inst. Local

Nelas  
(Tribunal com proposta de extinção)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Nelas (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		76	215	8	7	23	60	48	3	64	45	549
	Situação após reorganização							60	48		64	45	217
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	C.M.	Não	Não	Sim	Sim	14283	14002	-1,97%	TT de Viseu	36	35		

Inst. Central

Viseu  
(Tribunal de destino (Instância Local))

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Viseu (Tribunal de destino (Instância Local))	Situação atual	1110	500	1655	67	107	187	486	402	59	761	415	5749
	Situação após reorganização							486	402		761	415	2064
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Nelas	0	0	0	0	0	0	546	450	0	825	460	2281
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Em análise	93501	99593	6,52%	TT de Viseu					

Inst. Centrais

Viseu  
(Tribunal de destino (Instâncias Centrais))

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Viseu (Tribunal de destino (Instâncias Centrais))	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Nelas)		76	215	8	7	23			3			332

#### Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Nelas e na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 1,97% (a população em 2001 era de 14.283 habitantes e passou a 14.002 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Nelas está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão				
Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Nelas	217	Viseu	36	35

#### Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.



COMARCA DOS VISEU - EXTINÇÃO / OLIVEIRA DE FRADES

Inst. Local

Inst. Central

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Oliveira de Frades (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		57	178	7	7	32	65	43	2	44	58	493
	Situação após reorganização							65	43		44	58	210
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (km) (b)		
	IGFIJ	IRN	Não	Não	Sim	10584	10245	-3,20%	TT de Viseu	37	39		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Viseu Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	1110	500	1655	67	107	187	486	402	59	761	415	5749
	Situação após reorganização							486	402		761	415	2064
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Oliveira de Frades	0	0	0	0	0	0	551	445	0	805	473	2274
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Em análise	93501	99593	6,52%	TT de Viseu					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Viseu Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Oliveira de Frades)		57	178	7	7	32			2			283

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Oliveira de Frades na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 3,20% (a população em 2001 era de 10.584 habitantes e passou a 10.245 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Oliveira de Frades está instalado pertence ao IGFIJ.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Oliveira de Frades	210	Viseu	37	39

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.



COMARCA DOS VISEU - EXTINÇÃO / RESENDE

Inst. Local

Resende  
(Tribunal com proposta de extinção)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
	Situação atual		56	86	3	9	15	52	19	1	47	33	321
	Situação após reorganização							52	19		47	33	151
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente			Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)	
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	C.M.	Loja do Cidadão	Sim	Não	Sim	12370	11371	-8,08%	TT de Lamego	33	24		

Inst. Central

Cinfães  
Tribunal de destino (Instância Local)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
	Situação atual		69	161	5	5	26	84	29	5	108	51	543
	Situação após reorganização							84	29		108	51	272
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Resende	0	0	0	0	0	0	136	48	0	155	84	423
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	IGFIJ	Sim	Em análise	22424	20428	-8,90%	TT de Lamego						

Inst. Centrais

Viseu  
Tribunal de destino (Instâncias Centrais)

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Resende)			86	3	9	15			1			114
			56										56

Inst. Centrais

Lamego  
Tribunal de destino (Instâncias Centrais)

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Resende na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 8,08% (a população em 2001 era de 12.370 habitantes e passou a 11.371 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Resende está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DOS VISEU - EXTINÇÃO / SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
São João da Pesqueira (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		34	98	1	3	18	43	27	1	33	10	268
	Situação após reorganização							43	27		33	10	113
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão			População Residente		Oferta especializada atual	Deslocação entre municípios (b)				
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	C.M.				Sim	8653	7932	-8,33%	TT de Lamego	1h.15min	59		
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Moimenta da Beira (Tribunal de destino (instância Local))	Situação atual		47	169	2	7	16	89	51	5	68	64	518
	Situação após reorganização							89	51		68	64	272
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - São João da Pesqueira	0	0	0	0	0	0	132	78	0	101	74	385
	Instalações		População Residente			Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	C.M.		Sim	Em análise	11074	10219	-7,72%	TT de Lamego					
Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	
Viseu Tribunal de destino (instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (São João da Pesqueira)			98	1	3	18			1			121
Lamego Tribunal de destino (instâncias Centrais)			34										34

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de São João da Pesqueira na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 8,33% (a população em 2001 era de 8.653 habitantes e passou a 7.932 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o São João da Pesqueira está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Apesar da distância, os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
São João da Pesqueira	113	Moimenta da Beira	1h.15min	59

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável de pelo menos 100 processos, após a reorganização, e por não existir oferta de serviços de justiça a uma distância inferior a 30 Km.



COMARCA DOS VISEU - EXTINÇÃO / SATÃO

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Satão (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		54	164	4	7	16	56	31	2	49	44	427
	Situação após reorganização							56	31		49	44	180
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	C.M.		Sim		Sim	13144	12423	-5,49%	TT de Viseu	34	22		

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Viseu Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	1110	500	1655	67	107	187	486	402	59	761	415	5749
	Situação após reorganização							486	402		761	415	2064
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Satão	0	0	0	0	0	0	542	433	0	810	459	2244
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	Estado		Sim	Em análise	93501	99593	6,52%	TT de Viseu					

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Viseu Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Satão)		54	164	4	7	16			2			247

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Satão na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 5,49% (a população em 2001 era de 13.144 habitantes e passou a 12.423 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Satão está instalado pertence à Câmara Municipal.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DOS VISEU - EXTINÇÃO / TABUAÇO

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Tabuaço (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		35	50	1	1	7	37	10	1	27	5	174
	Situação após reorganização							37	10		27	5	79
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)		
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)		
	Estado	IRN	Não	Não	Sim	6785	6360	-6,26%	TT de Lamego	36	29		

Inst. Local

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Moimenta da Beira Tribunal de destino (instância Local)	Situação atual		47	169	2	7	16	89	51	5	68	64	518
	Situação após reorganização							89	51		68	64	272
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Tabuaço	0	0	0	0	0	0	126	61	0	95	69	351
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual						
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada					
	C.M.		Sim	Em análise	11074	10219	-7,72%	TT de Lamego					

Inst. Central

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010											
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal	Total
Viseu Tribunal de destino (instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Tabuaço)			50	1	1	7			1			60
Lamego Tribunal de destino (instâncias Centrais)			35										35

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Tabuaço na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 6,26% (a população em 2001 era de 6.785 habitantes e passou a 6.360 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tabuaço está instalado pertence ao Estado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, maioritariamente, para as localidades onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).



COMARCA DOS VISEU - EXTINÇÃO / VOUZELA

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010												Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal		
Vouzela (Tribunal com proposta de extinção)	Situação atual		34	118	7	3	21	85	41	5	57	42	413	
	Situação após reorganização							85	41		57	42	225	
	Instalações		Alternativas de acesso à informação para apoio ao cidadão				População Residente		Oferta especializada atual		Deslocação entre municípios (b)			
	Titularidade	Outros serviços instalados	Julgados Paz e seus postos atendimento	Postos Atendimento Cidadão	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada	Tempo (min.) (b)	Distância (Km) (b)			
	Estado		Sim		Sim	11916	10552	-11,45%	TT de Viseu	33	31			

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010												Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal		
Viseu Tribunal de destino (Instância Local)	Situação atual	1110	500	1655	67	107	187	486	402	59	761	415	5749	
	Situação após reorganização							486	402		761	415	2064	
	Situação após reorganização incluindo o movimento do Tribunal extinto - Vouzela	0	0	0	0	0	0	571	443	0	818	457	2289	
	Instalações		População Residente				Oferta especializada atual							
	Titularidade	Outros serviços instalados	Espaço disponível	Arquivos (capacidade)	2001	2011	Evolução 2001/2011 (%)	Matéria especializada						
	Estado		Sim	Em análise	93501	99593	6,52%	TT de Viseu						

Atuais Comarcas		Média de processos entrados 2008-2010												Total
		Trabalho	Família e Menores	Execuções	Comércio	Instrução Criminal	Grande Instância Cível	Média Instância Cível	Pequena Instância Cível	Grande Instância Criminal	Média Instância Criminal	Pequena Instância Criminal		
Viseu Tribunal de destino (Instâncias Centrais)	Movimento Processual proveniente do Tribunal Extinto (Vouzela)		34	118	7	3	21			5			188	

Pressupostos que fundamentam a extinção:

- Propõe-se a extinção do Tribunal de Vouzela na medida em que apresenta valores reduzidos ao nível do movimento processual (inferior a 250 processos entrados - após reorganização).
- No que se refere à evolução demográfica, nos últimos 10 anos (Censos 2011 Preliminares), apresenta uma diminuição da população residente de 11,45% (a população em 2001 era de 11.916 habitantes e passou a 10.552 habitantes em 2011).
- Relativamente às instalações, o edifício onde o Tribunal de Vouzela está instalado pertence ao Estado.
- Os acessos rodoviários entre os dois municípios são bons.
- Existe oferta de transporte coletivo regular entre o Tribunal a extinguir e o Tribunal de destino.
- De acordo com o último estudo do INE, relativo ao movimento "pendular das populações", a deslocação diária da população residente ativa e/ou estudante faz-se, em número considerável, para a localidade onde se encontram sediados os tribunais de destino (instância local e instância central especializada).

Proposta de extensão

Extensão	Movimento Processual	Tribunal Destino	Tempo (min.)	Distância (Km)
Vouzela	225	Viseu	33	31

Pressupostos para a criação da extensão:

A criação de extensão justifica-se atenta a procura expectável, após reorganização, de pelo menos 200 processos por ano.





## **Anexo 5: Valores de Referência Processual para os processos judiciais e espécies consideradas relevantes**





## Valor de Referência Processual - VRP

## Quadro Comparativo

Direcção-Geral da Administração da Justiça / Conselho Superior da Magistratura

ÁREAS PROCESSUAIS	VRP DGAJ (2010)	VRP CSM (valores preliminares)	VRP CSM (relatório de 11-7-2011)	VRP CSM (relatório de acompanhamento CSM) (a)	VRP DGAJ (b)
Família e Menores	733	800	750	650-750	733
Trabalho	772	900	850	750-850	772
GI Cível	224	224	224	170-230	224
GI Cível (com a matéria da família e menores)	360				360
GI Cível (que tramite execuções) (c)	204				204
MI Cível (que não tramite execuções)	550	800	700	650-750	700
MI Cível (que tramite execuções)	800				800
PI Cível	1582	1582	1350	1200-1300	1350
Média e Pequena I Cível (sem execuções)	550	550	800	600-800	800
Média e Pequena I Cível (com execuções)	800				900
GI Criminal	85	70	65	50-65	70
MI Criminal (matéria da grande e da média instância)	550	500	500		500
MI Criminal (apenas matéria da média instância)	550			350-500	500
Média e Pequena Instância Criminal	690	690	690		690
Pequena Instância Criminal	1065	1065	1065	1000-1130	1065
Instância Criminal (grande, média e pequena instância)	690			450-650	690
Instrução Criminal	150	100	110	107	150
Inquéritos Penais (MP)	800				
Juizes em afectação exclusiva ao julgamento por tribunal colectivo em matéria penal	70	70	70	65-75	70
Competência genérica (que tramite execuções)	800	800	800	750-800	800
Competência genérica (que não tramite execuções)	550				550
Competência genérica (matéria da média e pequena instância e família e menores)	850				850
Juízos de execução	7000	2750	6500	3750-4750	6500
Comércio	200	800	200	600-800	200

(a) Disponível no site do CSM.

(b) Valores fixados pela DGAJ (após ponderação dos contributos apresentados pelo CSM no Relatório de 11-07-2011) - para o cálculo dos VRP foram analisados o movimento processual relativo aos anos de 2008 a 2010 (processos findos), organizado de acordo com a natureza dos tribunais. Tal movimento foi listado por ordem decrescente dos valores de processos findos, tendo-se feito corresponder os respetivos VRP aos valores registados pelo último tribunal do primeiro terço da respetiva lista. Relativamente aos juízos de instrução criminal e aos juízos de comércio, foi especialmente determinante a recolha de elementos empíricos junto de diversos juizes. O mesmo se verificou quanto aos juízos de execução, nomeadamente na adaptação ao atual regime da ação executiva. No entanto, as execuções não são contabilizadas para o respetivo VRP.

(c) As execuções não são contabilizadas para o respetivo VRP.



Espécies consideradas na área de Família e Menores

(cv) Ação de Alimentos Definitivos (Ordinária)	(fm) Inibição e Limitação ao Exercício Poder Paternal
(cv) Ação de Alimentos Definitivos (Sumária)	(fm) Instituição de Curadoria Provisória
(cv) Ação de honorários	(fm) Instituição de Tutela
(cv) Ação de Investigação e impugnação de Maternidade e Paternidade	(fm) Levantamento de inibição/medida limitativa das Responsabilidades Parentais
(cv) Ação Ordinária - Paternidade/Maternidade	(fm) Levantamento de inibição/medida limitativa do Poder Paternal
(cv) Autorização / Confirmação Judicial - 1439º CPC	(fm) Privação Direito ao Uso Apelidos Outro Cônjuge
(cv) Execução Especial de Alimentos	(fm) Procedimento Judicial Urgente - 91º Lei 147/99
(cv) Execução Especial de Alimentos (Of. Justiça)	(fm) Processo de Promoção e Proteção
(cv) Execução Especial de Alimentos (Sol. Execução)	(fm) Processo Tutelar (Falta Acordo) - Artº 184º OTM
(cv) Inventário / Partilha de Bens em Casos Especiais	(fm) Processo Tutelar (menor em risco OTM revogada)
(cv) Procedimento Cautelar - Alimentos Provisórios	(fm) Processo Tutelar (OTM revogada)
(cv) Suprimento de Consentimento	(fm) Processo Tutelar Comum (210º OTM alteração)
(fm) Ação 1841 C.Civil - Viabilidade Impug. Paternidade	(fm) Processo Tutelar Comum (210º OTM incumprimento)
(fm) Ação Alimentos Filhos Maiores ou Emanc.	(fm) Processo Tutelar Comum (210º OTM)
(fm) Ação Alimentos Filhos Menores	(fm) Processo Tutelar Educativo
(fm) Ação Declº Inexistência / Anulação Casamento	(fm) Recurso de Indeferimento candidatura a Adoção
(fm) Adoção	(fm) Regulação das Responsabilidades Parentais
(fm) Adoção (Lei 31/2003)	(fm) Regulação do Poder Paternal
(fm) Alteração / Cessação da Pensão de Alimentos	(fm) Revogação/revisão da Adoção
(fm) Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais	(fm) Separação Litigiosa
(fm) Alteração da Regulação do Poder Paternal	(fm) Separação Sem Consentimento do Outro Cônjuge
(fm) Atribuição da Casa de Morada de Família	
(fm) Averiguação Oficiosa Paternidade/Maternidade	
(fm) Confiança Judicial	
(fm) Consentimento Prévio para Adoção	
(fm) Contribuição do Cônjuge para Despesas Domésticas	
(fm) Dispensa do Prazo Internupcial	
(fm) Divórcio Litigioso	
(fm) Divórcio Sem Consentimento do Outro Cônjuge	
(fm) Entrega Judicial de Menor	
(fm) Incumprimento das Responsabilidades Parentais	
(fm) Incumprimento do Poder Paternal	



**Espécies consideradas na área do Trabalho**

- (tb) Ação de Impugnação Judicial de Reg. e Litude do despedimento
- (tb) Ação de Processo Comum
- (tb) Ação Direitos conexos c/ o Acidente de Trabalho
- (tb) Ação Impugnação Desp. Coletivo
- (tb) Ação p/ Cobrança Dívidas Serv. Saúde
- (tb) Ação Prescrição/Suspensão Direito a Pensão
- (tb) Acidente de Trabalho - Morte (F. Conciliatória)
- (tb) Acidente de Trabalho - Morte (F. Contenciosa)
- (tb) Acidente de Trabalho (F. Conciliatória)
- (tb) Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Petição)
- (tb) Acidente de Trabalho (F. Contenciosa/Requer.)
- (tb) Controvérsia Sindical s/ Carácter Penal
- (tb) Doenças Profissionais (F. Contenciosa)
- (tb) Exec. Outros Títulos (97º CPT) (Of. Justiça)
- (tb) Exec. Outros Títulos (97º CPT) (Sol. Execução)
- (tb) Exec. Sentença - Quantia Certa (Of. Justiça)
- (tb) Exec. Sentença - Quantia Certa (Sol. Execução)
- (tb) Execução de Sentença - Quantia Certa
- (tb) Execução Outros Títulos (97º CPT)
- (tb) Proc. Especial Contenc. Inst. Previdência
- (tb) Proced. Cautelar - P. Seg. Hig. Saúde no Trabalho
- (tb) Procedimento Cautelar - Susp. Desp. Coletivo
- (tb) Procedimento Cautelar - Susp. Desp. Individual
- (tb) Procedimento Cautelar Comum
- (tb) Processo Especial Contencioso (162º CPT)
- (tb) Recurso de Contra Ordenação



Espécies consideradas na área da Grande Instância Cível

- (cv) Ação de Anulação de Venda
- (cv) Ação de Honorários
- (cv) Ação de Processo Ordinário
- (cv) Ação Declarativa DL lei 108/2006
- (cv) Ação Pauliana (Ordinária)
- (cv) Ação Popular
- (cv) Despejo (Ordinário)
- (cv) Direito de Preferência
- (cv) Divisão de Coisa Comum
- (cv) Expropriação
- (cv) Expurgação de Hipoteca
- (cv) Interdição / Inabilitação
- (cv) Prestação de Contas
- (cv) Procedimento Cautelar
- (cv) Procedimento Cautelar - Arbitra<sup>a</sup> Reparação Provis<sup>a</sup>
- (cv) Processo Especial



Espécies consideradas na área da Média Instância Cível

- (cv) Ação de Anulação de Venda
- (cv) Ação de Honorários
- (cv) Ação de Processo Especial
- (cv) Ação de Processo Sumário
- (cv) Ação Declarativa - DL 108/2006
- (cv) Ação Esp. Cump. Obrig. Pecun. DL 269/98 (alçada Relação)
- (cv) Ação Pauliana (Sumária)
- (cv) Ação Popular
- (cv) Apresentação de Coisas ou Documentos
- (cv) Atribuição de Bens de Pessoa Coletiva Extinta
- (cv) Autorização Jud. (Entrada na Residência)
- (cv) Autorização Jud. p/ Execução Obras (DL 448/91)
- (cv) Consignação em Depósito
- (cv) Curadoria Provisória de Bens
- (cv) Despejo (Sumário)
- (cv) Direito de Preferência
- (cv) Divisão de Coisa Comum
- (cv) Exercício da Testamentaria
- (cv) Expropriação
- (cv) Expurgação de Hipoteca
- (cv) Fixação Judicial de Prazo
- (cv) Herança Jacente
- (cv) Inventário (Herança)
- (cv) Liquidação Herança Vaga em Benefício do Estado
- (cv) Nomeação Administrador na Prop. Horizontal
- (cv) Prestação de Contas
- (cv) Procedimento Cautelar
- (cv) Procedimento Cautelar - Arbitra<sup>a</sup> Reparação Provis<sup>a</sup>
- (cv) Processo Eleitoral
- (cv) Retificação Judicial
- (cv) Recurso Conservador Registo Civil
- (cv) Recurso de Avaliação Urbana
- (cv) Recurso de Conservador
- (cv) Recurso de Decisões dos Julgados de Paz
- (cv) Recurso de impugnação - Apoio Judiciário
- (cv) Recurso de Notário
- (cv) Recurso de Propriedade Intelectual
- (cv) Reforço ou Substituição de Hipoteca
- (cv) Reforma de Documentos
- (cv) Reforma de Livros
- (cv) Tutela Personalidade do nome e da Corresp. Confid.
- (cv) Venda Antecipada de Penhor
- (cv) Venda Antecipada de Penhor



Espécies consideradas na área da Pequena Instância Cível

- (cv) Ação de Honorários
- (cv) Ação de Processo Sumaríssimo
- (cv) Ação Declarativa - DL 108/2007
- (cv) Ação Esp. Cump. Obrig. Pecun. DL 269/98 - Alçada 1ª Instância
- (cv) Procedimento Cautelar
- (cv) Retificação Judicial
- (cv) Recurso de Avaliação Urbana
- (cv) Recurso de Conservador
- (cv) Recurso de Propriedade Intelectual





**Espécies consideradas na área da Grande Instância Criminal**

- (pn) Cúmulo Jurídico
- (pn) Processo Comum (Tribunal Coletivo)
- (pn) Processo Comum (Tribunal do Júri)

**Espécies consideradas na área da Média Instância Criminal**

- (pn) Internamento Compulsivo
- (pn) Internamento Compulsivo - Confirmação Judicial
- (pn) Processo Comum (Tribunal Singular)
- (pn) Recurso das Medidas das Autoridades Administrativas
- (pn) Recurso de Contra Ordenação

**Espécies consideradas na área da Pequena Instância Criminal**

- (pn) Expulsão Judicial (DL 244/98)
- (pn) Interrogatório Estrangeiros (artº 117 DL 244/98)
- (pn) Proc. Especial de Impugnação Jud. Apreensão (DL 433/82)
- (pn) Processo Abreviado
- (pn) Processo Sumário (artº 381 CPP)
- (pn) Processo Sumaríssimo (artº 392 CPP)
- (pn) Recurso (Contra Ordenação)
- (pn) Recurso das Medidas das Autoridades Administrativas

**Espécies consideradas na área de Instrução Criminal**

- (pn) Instrução



**Espécies consideradas na área de Execuções**

- (cv) Execução Comum (custas/multa/Coima)
- (cv) Execução Comum (Of. Justiça)
- (cv) Execução Comum (Sol. Execução)
- (cv) Oposição à execução comum (813º Código de Processo Civil)

**Espécies consideradas na área do Comércio**

- (cm) Insolvência Pessoa Coletiva (Apresentação)
- (cm) Insolvência Pessoa Coletiva (Requerida)
- (cm) Insolvência Pessoa Singular (Apresentação)
- (cm) Insolvência Pessoa Singular (Requerida)



## **Anexo 6: Critérios para a elaboração dos quadros do Ministério Público**



JURISDIÇÃO	QUADROS
Inquéritos criminais	<p><u>Magistrados dedicados em exclusivo à tramitação de Inquéritos - VRP 1.000/ 1100 processos entrados por ano.</u></p> <p><u>Magistrados que acumulam a tramitação de inquéritos com funções de representação: VRP 550/600 processos entrados por ano.</u></p> <p>Estes valores poderão ser adaptados tendo em conta, nomeadamente, a maior ou menor percentagem corrente de processos sem suspeito identificado, bem como, nos casos da competência genérica, na carga de serviço dos juízos de competência genérica ou criminais. De notar ainda que, sendo estes os valores obtidos pela análise do desempenho dos atuais magistrados em competência genérica, acreditamos num maior desempenho futuro uma vez que o reforço da especialização retirará uma carga de serviço considerável que hoje é atribuída nos tribunais de competência genérica.</p>
Coordenação	<p><u>Área criminal de investigação:</u> Em média, <b>1 PR por cada 15 PA</b> dedicados a inquéritos (abrangendo nalguns casos ainda a coordenação das instâncias locais criminais), sendo tal valor flexível conforme o número de secções de competência genérica da comarca, o número de secções especializadas e a dispersão territorial das diversas circunscrições na comarca).</p> <p><u>Outras áreas:</u> a coordenação será assegurada, em regra, por um dos PR's colocados na representação.</p>
Instância Central Criminal	<p><b>1 PR por cada coletivo (3 juízes).</b></p> <p>Nas comarcas das grandes cidades, com criminalidade mais complexa, será necessário um "ratio" de cerca de <b>1,5 / 2 PR's</b>, dado o peso de secção, a preparação de julgamentos e coordenação com a área de inquéritos, e dos recursos.</p>



JURISDIÇÃO	QUADROS
Instância Local Criminal	1 Juiz - 1 PA Nos casos em que a carga de serviço dos juízos for menor, poderão ser atribuídos inquéritos a estes magistrados.
Inst. Local Pequena Criminalidade	1 Juiz - 1 PA Nos casos em que a carga de serviço dos juízos for menor, poderão ser atribuídos inquéritos a estes magistrados.
Trabalho	1 Juiz - 1 PR Nos juízos com mais de 4 juízes, poderá ser colocado um número inferior de magistrados do Ministério Público.
Comércio	1 Juiz - 1 PR 2 Juízes - 2 PR 3 Juízes - 2 PR 4 Juízes - 3 PR 5 Juízes - 3 PR 6 Juízes - 4 PR
Instrução criminal	1 Juiz - serviço assegurado pela área de inquéritos 2 Juízes - 1 PR 3 Juízes - 2 PR 4 Juízes - 2 PR
Família e menores	1 Juiz - 1 PR 2 Juízes - 2 PR 3 Juízes - 3 PR 4 Juízes - 4 ou 5 PR 5 Juízes - 6 PR 6 Juízes - 7 PR Esta tabela de correspondência poderá ser corrigida consoante a previsão de entrada de inquéritos tutelares educativos seja superior ou inferior ao VRP por magistrado para este tipo de processos.



JURISDIÇÃO	QUADROS
Área cível	<p>Em média, 1 PR/PA por cada 3 juízes.</p> <p>A área cível pode ser analisada em bloco, ou seja, analisando as vertentes cíveis de forma unitária, incluindo instância central, local e executivo, sempre que os serviços estejam concentrados no mesmo edifício.</p>
Execução das penas	<p>3 Juízes - 2 PR</p> <p>6 Juízes - 4 PR</p>







## **Anexo 7: Extensões Judiciais**





EXTENSÕES JUDICIAIS (27)

COMARCA	EXTENSÕES JUDICIAIS
Açores	Nordeste
	Povoação
Beja	Almodôvar
	Mértola
Bragança	Miranda do Douro
	Vimioso
	Vinhais
Castelo Branco	Penamacor
Coimbra	Mira
	Pampilhosa da Serra
	Soure
Évora	Arraiolos
Guarda	Meda
	Sabugal
	Vila Nova de Foz Côa
Leiria	Alvaiázere
	Ansião
Madeira	São Vicente
Portalegre	Nisa
Santarém	Alcanena
Setúbal	Alcácer do Sal
Vila Real	Mondim de Basto
	Valpaços
Viseu	Nelas
	Oliveira de Frades
	São João da Pesqueira
	Vouzela

Nota: Apesar do volume processual expectável do atual Tribunal de Avis ser superior a 200 processos por ano, a atual degradação das instalações justifica que não seja instalada uma Extensão Judicial.





## **Anexo 8: Mapa do país com indicação da competência territorial dos Tribunais da Relação**





**ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**  
TRIBUNAIS DA RELAÇÃO









**Anexo 9: Mapa do país com indicação dos Tribunais de Comarca,  
das respetivas secções e Extensões Judiciais**





ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA  
COMARCAS

